

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

Caracterização e Análise do Sistema de ATER em Três Escalas: Nacional, Estadual e Local, com Base no Estudo de Caso da Associação Agroecológica de Teresópolis/RJ (2010 a 2017)

Adriana de Magalhães Chaves Martins

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO SISTEMA DE ATER EM TRÊS
ESCALAS: NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL, COM BASE NO
ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE
TERESÓPOLIS/RJ (2010 A 2017)**

ADRIANA DE MAGALHÃES CHAVES MARTINS

*Sob a orientação do Professor Dr.
César Augusto Da Ros*

*e Co-orientação da Professora Dra.
Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio*

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, área de concentração Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Maio de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M379c Martins, Adriana de Magalhães Chaves, 1969-
Caracterização e Análise do Sistema de ATER em Três
Escalas: nacional, estadual e local, com base no
estudo de caso da Associação Agroecológica de
Teresópolis/RJ (2010 a 2017). / Adriana de Magalhães
Chaves Martins. - 2017.
252 f.: il.

Orientador: César Augusto Da Ros.
Coorientadora: Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2017.

1. assistência técnica e extensão rural. 2.
desenvolvimento rural. 3. agricultura familiar. I.
Ros, César Augusto Da, 1971-, orient. II. Amâncio,
Cristhiane Oliveira da Graça, 1975-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

ADRIANA DE MAGALHÃES CHAVES MARTINS

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19/05/2017

César Augusto Da Ros. Dr. UFRRJ
(Orientador)

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio. Dra. UFRRJ
(Co-orientadora)

Marcelo Santos de Souza. Dr. IFRJ

Marcelo Duncan Alencar Guimarães. Dr. UFRRJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos agricultores e agricultoras familiares com quem trabalhei e tanto aprendi e a meu pai que me ensinou o amor ao campo, às florestas e ao mar, e o respeito aos seus habitantes.

AGRADECIMENTOS

Sempre é difícil agradecer aos apoios recebidos após tão longo período de atividades, já que existe o risco de esquecer alguém. Foram dois anos de muito estudo, dedicação, alegrias e tristezas, dificuldades físicas e emocionais onde pessoas queridas, afazeres e prazeres da vida cotidiana foram deixados, muitas vezes, em segundo plano. Seria impossível passar por esse período sem a compreensão, o respeito, a solidariedade, o apoio, a confiança, a amizade, a tolerância e o amor daqueles que estiveram ao meu lado. Agradeço a cada um que, de diferentes formas, colaborou comigo nessa jornada. Destacarei algumas pessoas, porém agradeço a todos que me apoiaram nesses últimos anos.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que me deu inspiração e forças para superar meus obstáculos internos e externos e produzir este trabalho.

Aos meus pais, pela vida e todos os seus esforços em relação à minha formação, não só acadêmica, mas também como indivíduo.

Ao Edson e à Heloísa pela paciência e tolerância em suportar uma ausência tão prolongada, sobretudo nos momentos que deixamos de estar juntos em função desse trabalho.

Aos meus orientadores, César e Cristhiane, pela orientação, literatura, dicas, contatos e por terem depositado sua confiança em mim.

Ao Prof. Marcelo Duncan pelas conversas e estágio, e a ele, ao Prof. Robson Amâncio e Prof. Marcelo de Souza pelas contribuições nas bancas de qualificação e defesa.

Aos professores do PPGDT, em especial àqueles com quem tive a oportunidade de cursar disciplinas, tenham a certeza que todos vocês participam deste resultado.

Ao Ká, pela ajuda com o inglês, conversas e orientações, pelo referencial teórico e livros sem os quais este trabalho não seria o mesmo.

À Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) e seus integrantes, em especial aqueles que colaboraram com informações valiosas para este estudo. Obrigada pela abertura, pelo recebimento acolhedor e saio feliz e com a certeza de ter feito novas amizades.

À todos os demais entrevistados e colaboradores, técnicos da área de extensão rural, que compartilharam seus conhecimentos, sem os quais este trabalho não seria possível. Em especial quero agradecer pelas valiosas colaborações dos extensionistas Ernani Jardim, Alexandre Gollo, Antônio Edinaldo, Juliano Palm, Ana Paula Pegorer e Mônica Sobreira e aos pesquisadores Adriana de Aquino, Renato Linhares e Ana Garofolo por sua atenção e contribuições que me despertaram um novo horizonte sobre o meu trabalho.

À Lisbeth Julca e Ana Paula Ferreira que me ajudaram a sair dos principais entraves encontrados, pelos textos fornecidos e principalmente por terem me ajudado a resgatar minha autoconfiança para completar essa tarefa.

À Betinha, Ana Paula, Edson e Soledad pelas revisões e colaborações preciosas, que vocês recebam muitas bênçãos por esta disponibilidade tão sincera em ajudar.

Aos amigos que me emprestaram seus ombros e ouvidos; aos amigos que compreenderam minhas ausências; aos amigos que cuidaram da Heloísa e aos amigos do mestrado, por sua alegria e presença alimentadora, muito obrigada!

Aos meus familiares queridos e todas as outras pessoas que me apoiaram com seus cuidados, promovendo o tempo necessário para me concentrar nos estudos. Muito obrigada!

Finalmente agradeço à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Estado brasileiro que me proporcionaram essa formação pública, gratuita e de qualidade, e saio de mais esta etapa de minha formação com esperanças em ter oportunidades e condições de retribuir à altura para a sociedade brasileira, em especial aos agricultores e agricultoras familiares camponeses e com a agroecologia, para a mudança do paradigma de desenvolvimento do campo e da sociedade.

Vocês todos estão no meu coração!

BIOGRAFIA

Adriana de Magalhães Chaves Martins nasceu na capital de São Paulo, em 19 de maio de 1969. Aos seis anos de idade foi viver com a família em um sítio, em Vinhedo, no interior do estado. Aos 13 anos mudou-se para a cidade de Valinhos e aos 17 foi cursar zootecnia, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Jaboticabal. Não completou seus estudos e permaneceu trabalhando até os 24 anos, quando em 1994 reingressou na universidade, desta vez na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), para cursar agronomia e licenciatura em ciências agrárias. Com o desejo de trabalhar com movimentos sociais e agricultura orgânica teve a oportunidade de estagiar com Adilson Paschoal, Oriowaldo Queda e Marcos Sorrentino, com quem realizou o projeto de iniciação científica Agricultura Familiar Sustentável: contribuição para o plano de gestão em educação ambiental da ESALQ, como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Desde seu primeiro ano ingressou na militância do movimento estudantil junto a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e no trabalho em assentamentos rurais. Ao se formar, em 1999, passou a trabalhar com certificação de produtos orgânicos pela Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e ministrar cursos de capacitação em Administração e Olericultura pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Ingressou como servidora pública na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Fundação ITESP), onde trabalhou entre os anos 2001 e 2009 com atividades de fomento e desenvolvimento, junto à assentamentos rurais e comunidades remanescentes de quilombos. Neste período, entre outras atividades participou da elaboração e coordenação de projetos de formação e capacitação para técnicos e agricultores em todo o Estado de São Paulo, visando a transição de sistemas de produção convencionais para a agroecologia. Em 2006 teve a oportunidade de realizar uma pós-graduação *latu senso* em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), onde desenvolveu o trabalho Organização do Grupo de Mulheres Costureiras da Comunidade Remanescente de Quilombo Mandira: sistematização de uma experiência de desenvolvimento local, sob a orientação do Prof. Dr. Guillermo Gamarra-Rojas. Em 2009 ingressou como técnica temporária concursada no Ministério do Meio Ambiente, onde permaneceu por cinco anos e teve a oportunidade de colaborar na criação e coordenar o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), dentro do Departamento de Educação Ambiental (DEA/MMA), produzindo uma série de cursos e materiais didáticos que estão à disposição no site do Ministério do Meio Ambiente. Encerrando suas atividades naquele ministério, ingressou na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para cursar o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT), onde permanece até o presente momento.

RESUMO

MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves. **Caracterização e Análise do Sistema de ATER em Três Escalas: nacional, estadual e local, com base no estudo de caso da Associação Agroecológica de Teresópolis/RJ (2010 a 2017)**. Seropédica: UFRRJ, 2017. 252 f. (Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) existente no Brasil, em múltiplas escalas, por meio da configuração de sua estrutura e organização, e da verificação da sua capacidade de suprir serviços aos agricultores familiares, entre 2010 e 2017. Para a configuração das escalas estadual e local, o estado do Rio de Janeiro e a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) são as referências. O estudo visa identificar o sinergismo entre os elementos do sistema de ATER, e a perspectiva de desenvolvimento rural que tem implantado. Para a análise, o trabalho se apoia na Teoria Geral dos Sistemas e no referencial teórico da temática central. O trabalho associou a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso da AAT, situada na Região Serrana do Rio de Janeiro, local de agricultura familiar e um dos principais polos de produção de alimentos e água para a metrópole carioca. Esta localidade comporta diversas experiências de ATER, o que permitiu o estudo de um conjunto amplo de iniciativas. No trabalho são apresentados o conceito de ATER, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa Estadual de ATER (PEATER) e as principais demandas relacionadas a estes serviços. Também são identificados os principais elementos do sistema de ATER brasileiro, e discutida a importância da ATER tendo em vista a dicotomia campo-cidade, a segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais a partir de uma perspectiva agroecológica. No Capítulo I é traçado um contexto histórico da ATER e as intencionalidades com que ela tem sido usada politicamente. Também são tratados os conceitos de agricultura familiar; desenvolvimento rural; políticas públicas e a PNATER. No Capítulo II são apresentados os contextos regional e local, nos aspectos físicos, ambientais e socioeconômicos, e o conjunto das principais organizações que atuam e influenciam a ATER na região, exemplificando sua relação com o caso estudado. Também é apresentada a AAT e algumas entre suas principais ações, projetos e necessidades, na atualidade. No Capítulo III é desenvolvido o conceito de sistemas e são apresentados modelos para as três escalas. Para a escala local são apresentadas as suas suficiências e insuficiências e é realizada uma análise sistêmica da ATER empreendida. Entre as principais conclusões está o fato que o sistema de ATER, nas três escalas, é incompleto e inconcluso, e seu elo mais fraco é a prestação de serviços na sua atividade fim, que não vem sendo fortalecida na medida necessária para o suprimento das demandas.

Palavras-chave: assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento rural, agricultura familiar.

ABSTRACT

MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves. **Description and Analysis of ATER System in Three Levels: national, state and local, based on Associação Agroecológica de Teresópolis case study (2010 to 2017)**. Seropédica: UFRRJ, 2017. 252 sheets (Paper presented to the Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – Master's Degree, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

The objective of this research is to analyse the Brazilian Technical Assistance and Rural Extension (ATER) system, at different levels, through its structure and organizational configuration, and the verification of its capacity to supply services to family farmers, between 2010 and 2017. Rio de Janeiro state and the Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) are the references for state and local level configuration. The research aims to identify the synergy between ATER system elements and the rural development perspective it has set up. This study uses General Systems Theory and the main thematic theoretical framework for analysis purposes. The research mixes literature review and case study of AAT, which is located in the Região Serrana in Rio de Janeiro state, a local of family farming and one of the main poles of food and water supply for the capital metropolis. This locality hosts several ATER experiences, allowing the study of a broad set of initiatives. This work presents the ATER concept, the Technical Assistance and Rural Extension National Policy (PNATER), the ATER State Program (PEATER) and the main demands related to these services. Also, the main elements of the Brazilian ATER system are identified, and its importance given the rural-urban dichotomy, food security, and natural resources conservation from an agroecology perspective are discussed. Chapter I traces the ATER historical context and the ways in which it has been intentionally used for political ends. The concepts of family farming, rural development, public policies and PNATER are also dealt with. Chapter II characterises the regional and local contexts, from their physical, environmental and socioeconomic aspects, and the set of main organisations acting and influencing ATER regionally, linking their relation with the studied case. Additionally, it introduces AAT and some of its present main actions, projects and needs. Chapter III develops the concept of Systems, and presents models for the three levels. Local level sufficiencies and insufficiencies are enumerated and a systemic analysis of ATER is performed. Among the main conclusions there is the fact that the ATER system is, on all three levels, incomplete and unfinished, and its weakest link is the service provisions in its core activity, which have not been strengthened properly to supply its demands.

Keywords: technical assistance and rural extension, rural development, family farming.

LISTA DE SIGLAS

ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
AGRINATURA	Agrinatura Alimentos Naturais Ltda.
AIA	American International Association for Economic and Social Development
APP	Área de Preservação Permanente
AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AS-PTA	Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa
AAT	Associação Agroecológica de Teresópolis
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
AAPMELS	Associação de Apicultores e Meliponicultores de Sumidouro
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
APOP	Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis
HORTA ORGÂNICA	Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Rio Preto
AFERJ	Associação dos Funcionários da EMATER-RJ
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES	Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CEPAO	Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica
CIMMYT	Centro Internacional de Melhoramento de Trigo e Milho
CNEPA	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas
EMBRAPA Agrobiologia	Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia
CODAR	Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos

CTUR	Colégio Técnico da Universidade Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COGEM	Comitê Gestor de Microbacia
COGEM Emergencial	Comitê Gestor Emergencial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
1ª CNATER	1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
2ª CNATER	2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
1ª CNDRSS	1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
2ª CNDRSS	2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CEDRUS-RJ	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Rio de Janeiro
CMDRS	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONSEPA	Conselho Nacional do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária
CC	Construção Coletiva do Conhecimento
COOPERATIVA CEDRO	Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável
COOPAGÉ	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Magé
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DRM-RJ	Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EBAA	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

I ENA	I Encontro Nacional de Agroecologia
II ENA	II Encontro Nacional de Agroecologia
III ENA	III Encontro Nacional de Agroecologia
ENCA	Encontro Nacional de Comunidades Alternativas
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
PESAGRO-RIO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
EMATER	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER-RIO	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
ESAMV	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
FASER	Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural do Brasil
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
RIO RURAL FA	Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro
FBN	Fixação Biológica de Nitrogênio
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GAE	Grupo de Agricultura Ecológica/UFRRJ
GETERRA	Grupo de Estudos e Trabalho em Ensino e Reforma Agrária/UFRRJ
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IC	Intercâmbio de Conhecimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IRRI	Internacional de Pesquisas sobre o Arroz

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MÃE	Mutirão de Agricultura Ecológica/UFF
NPTA	Núcleo de Pesquisa e Treinamento de Agricultores
NIA-Rural	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
OCS	Organismo de Controle Social
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PETP	Parque Estadual dos Três Picos
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PEM	Plano Executivo da Microbacia
PID	Plano Individual da Propriedade
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNPSB	Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PPA	Plano Plurianual
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
BCSAV	Programa Banco Comunitário de Sementes e Adubos Verdes

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
ATES	Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária
RIO RURAL	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas
PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PEAAF	Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
PEATER-RJ	Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
PIF	Programa Integrado de Frutas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PA	Projeto de Assentamento
Rio Rural BIRD	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro
Rio Rural GEF	Projeto de Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense
R-NEA	Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica
REDE Rio Rural	Rede de Pesquisa, Inovação, Tecnologias e Serviços Sustentáveis em Microbacias Hidrográficas
RBMA	Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
SEAFDA	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAAPI	Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior
SEAPEC	Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro
SEOBRAS	Secretaria de Estado de Obras

SNRA	Secretaria Nacional da Reforma Agrária
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SNAA	Seminário Nacional de Agricultura Alternativa
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social de Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SIBER	Sistema Brasileiro de Extensão Rural
SIBRATER	Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SIATER	Sistema Informatizado de ATER
SNPA	Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SIPA	Sistema Integrado de Produção Agroecológica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SPG-ABIO	Sistema Participativo de Garantia da ABIO
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura no Estado
TAC	Termo de Ajuste de Conduta

TS	Teoria dos Sistemas
TGS	Teoria Geral dos Sistemas
TT	Transferência de Tecnologia
TCU	Tribunal de Contas da União
UNACOOOP	União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UPP	Unidade de Pesquisa Participativa
UFV	Universidade de Viçosa
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
VBP	Valor Bruto da Produção

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

1 QUADRO 1. Necessidades relacionadas aos serviços de ATER, a partir das deliberações da 2ª CNATER e 1ª CEATER/RJ, agrupadas em 14 categorias	07
2 QUADRO 2. Fluxo da implementação do PRONATER por meio de instituições credenciadas	10
3 TABELA 1. Execução de despesas do governo federal, pelas finalidades de execução em extensão rural e difusão do conhecimento científico e tecnológico, nos anos 2013 a 2016	14
4 FIGURA 1. Elementos que compõe o cerne estruturante da política pública de ATER	18
5 QUADRO 3. Sistematização das treze principais deliberações da 2ªCNATER, tendo em vista o número de votos, o eixo e o conteúdo central da proposta	55
6 QUADRO 4. Linha do tempo da ATER, considerando algumas políticas importantes para a agricultura familiar no Brasil	62
7 FIGURA 2. Estado do Rio de Janeiro: regiões de governo e municípios, 2014	68
8 FIGURA 3. Região serrana do estado do Rio de Janeiro	69
9 TABELA 2. Produto interno bruto dos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis, da região serrana do Rio de Janeiro, por setor econômico	75
10 QUADRO 5. Conselhos de política e de direitos em quatro municípios da região serrana do Rio de Janeiro	82
11. QUADRO 6. Critérios de enquadramento do programa Rio Rural	92
12 QUADRO 7. Principais metas do programa Rio Rural BIRD	93
13 TABELA 3. Resumo das metas dos diversos projetos do programa Rio Rural, por período, município e microbacia	94
14 QUADRO 8. Resultado das ações emergenciais e de reconstrução implementadas nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom Jardim, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Areal pelo Rio Rural Emergencial e outros programas parceiros	95
15 QUADRO 9. Principais diferenças entre os mecanismos de avaliação de conformidade de produtos orgânicos: controle social para venda direta, certificação por auditoria e sistema participativo de garantia	104
16 FIGURA 4. Estrutura organizacional da Cooperativa CEDRO	108
17 QUADRO 10. História da AAT contada por um associado fundador	115
18 FIGURA 5. Modelo geral de sistema aberto	124
19 FIGURA 6. Modelo representativo do sistema de ATER nacional	127
20 FIGURA 7. Modelo representativo do sistema de ATER estadual - RJ	129
21 FIGURA 8. Modelo representativo do sistema de ATER local, a partir da AAT	129

22 QUADRO 11. Saídas do sistema de ATER local, em função da AAT	130
23 QUADRO 12. Categorias e subcategorias para a análise da relação entre a extensão rural e as atividades da AAT	132
24 FIGURA 9. Placa e certificado para identificação de produtor orgânico	146
25 FIGURA 10. Mural da AAT na feira agroecológica de Teresópolis	147
26 FIGURA 11. Material de divulgação das feiras agroecológicas da AAT: panfletos	148
27 FIGURA 12. Painel de propaganda (<i>outdoor</i>) e camiseta da feira agroecológica de Teresópolis	149
28 FIGURA 13. Apresentação musical na feira agroecológica de Teresópolis	150
29 FIGURA 14. Situação trabalhista dos funcionários	153
30 FIGURA 15. Situação de moradia e alimentação dos funcionários e a situação de crianças e adolescentes perante o trabalho	153
31 FIGURA 16. Feira da agricultura familiar e orgânica do Comary	160
32 FIGURA 17. Amostra dos insumos e mudas orgânicas, presentes na feira agroecológica de Teresópolis: fornecimento a preço de custo	170
33 FIGURA 18. Parque infantil na feira agroecológica de Teresópolis	175
34 FIGURA 19. Reunião dos coordenadores e subgrupos do SPG da AAT: uma roda de diálogo	178
35 QUADRO 13. Análise das suficiências e insuficiências do sistema de ATER relacionado a AAT, em função das categorias de indicadores do Indicater/PRONATER	192
36 QUADRO 14. Correlação entre as categorias de demandas dos agricultores em relação aos serviços de ATER e as ofertas identificadas por meio de entrevistas	194

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	01
1.1 O Problema e o Objeto de Estudo	02
1.1.1 ATER: o Conceito e a Política Pública	02
1.1.2 O Caráter Participativo da PNATER	03
1.1.3 A PNATER e o PEATER no Rio de Janeiro	05
1.1.4 Principais Demandas Relacionadas aos Serviços de ATER	06
1.1.5 O Sistema de ATER Brasileiro e a Implantação do PRONATER	08
1.1.6 O Objeto de Estudo	14
1.1.7 Objetivos	16
1.2 A Importância do Estudo	17
1.3 Metodologia	22
1.3.1 Pesquisa bibliográfica	23
1.3.2 Estudo de caso	23
1.3.3 Roteiro e entrevistas	24
1.3.4 Participação em reunião	25
1.3.5 Observação direta	25
1.3.6 Etapas da pesquisa	25
2 CAPÍTULO I: ATER, AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	27
2.1 Introdução	28
2.2 Uma Perspectiva Histórica da ATER	28
2.3 Agricultura Familiar: os Sujeitos Sociais da ATER	33
2.4 O Paradigma do Desenvolvimento	37
2.4.1 Perspectivas de desenvolvimento no Brasil: desenvolvimentismo, neoliberalismo, desenvolvimento local ou desenvolvimento como liberdade?	37
2.4.2 O paradigma de desenvolvimento no campo brasileiro	40

2.5 Políticas Públicas	48
2.5.1 Políticas públicas como campo de conhecimento	48
2.5.2 Políticas públicas de desenvolvimento rural	51
2.5.3 A PNATER comentada	58
2.6 Considerações Finais	63
3 CAPÍTULO II: O CONTEXTO REGIONAL E LOCAL DE REFERÊNCIA	65
3.1 Introdução	66
3.2 A Região Serrana do Rio de Janeiro	67
3.3 A Rede de Influências em Ensino, Pesquisa e Extensão Rural	82
3.3.1 Principais instituições de ensino, pesquisa e extensão com impacto na área estudada	86
3.4 A Associação Agroecológica de Teresópolis	111
3.5 Considerações Finais	116
4 CAPÍTULO III: RESULTADOS SOBRE O SISTEMA DE ATER	120
4.1 Introdução	121
4.2 O Significado de Sistema	121
4.3 Modelos Representativos de Sistemas de ATER	125
4.3.1 Modelo representativo do sistema de ATER nacional	125
4.3.2 Modelo representativo do sistema de ATER estadual e local	127
4.4 Possibilidades e Impossibilidades do Sistema	131
4.4.1 Análise das entrevistas	131
4.4.1.1 Organização social e política	132
4.4.1.2 Administração	155
4.4.1.3 Comercialização	157
4.4.1.4 Tecnologias de produção	164
4.4.1.5 Fomento à produção	171

4.4.1.6 Formação e capacitação	176
4.4.1.7 Serviços de ATER	181
4.4.1.8 Conservação ambiental	186
4.4.1.9 A questão fundiária	189
4.4.2 Análise das suficiências e insuficiências do sistema de acordo com a PNATER e as necessidades dos agricultores	191
4.4.2.1 O sistema atende à PNATER?	191
4.4.2.2 O sistema atende aos agricultores?	193
4.4 Perspectiva Sistêmica da ATER Relacionada à AAT	198
4.5 Considerações Finais	199
5 CONCLUSÕES	201
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
ANEXOS	229

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA E O OBJETO DE ESTUDO

1.1.1 ATER: o Conceito e a Política Pública

O termo Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é composto por dois conceitos, distintos entre si, para os quais não há uma definição consensual. De forma geral a literatura aponta a assistência técnica como um trabalho de orientação aos agricultores para a resolução de problemas específicos e pontuais relacionados à esfera da produção, sem ter necessariamente um caráter educativo, enquanto a extensão rural seria um processo de comunicação, educativo e de longo prazo, e de qualquer natureza, técnica ou não, voltado a apoiar o desenvolvimento rural nos seus diversos aspectos (CAPORAL, 1998 apud MUCHAGATA ET AL., 2003; PEIXOTO, 2008).

É possível ainda compreender a extensão rural sob três diferentes abordagens: como processo, como instituição e como política. Como ‘processo’ quando se refere ao ato de comunicação que promove, quer seja com um caráter mais restrito de transmissão de informação estritamente técnica, ou à um processo educacional mais amplo e interativo; como ‘instituição’ diz respeito às organizações que prestam este tipo de serviço e como ‘política’, aos dispositivos legais e programáticos empregados pelo Estado e governos para executar ações públicas (PEIXOTO, 2008).

A ATER, na perspectiva processual, pode ser entendida como um conjunto de serviços de apoio ao “desenvolvimento sustentável do mundo rural”, que engloba desde a realização de cursos pontuais até a elaboração de projetos e seu acompanhamento continuado, junto à agricultores, comunidades e organizações, realizada por instituições governamentais e não governamentais, muitas com atribuições e funções bastante específicas, como por exemplo a reforma agrária realizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (MUCHAGATA et al., 2003).

Tendo em vista as abordagens propostas por Peixoto (2008), o presente trabalho considerará a ATER enquanto um conjunto de processos, atividades ou serviços prestados por organizações públicas e da sociedade civil, mas também irá abordar a ATER enquanto política e citará instituições de ATER. Deixaremos claro quando estiver se tratando de cada caso.

Em termos de serviços, não é demais destacar que no Brasil, assim como em outros países, coexistem diversas possibilidades de financiamento e de execução da ATER, apoiadas ou não por políticas públicas, que incluem desde o financiamento e execução por órgãos públicos, até o financiamento e execução privados, passando por uma série de combinações possíveis entre esses fatores (PEIXOTO, 2008).

Apesar da falta de consenso sobre estes entendimentos de natureza teórica, em 11 de janeiro de 2010 foi promulgada a Lei nº 12.188, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER)¹ (BRASIL, 2010b). Essa política foi lançada em 2004 e o programa em 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (PEIXOTO, 2014), atualmente denominado por Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAFDA/MDSA)². Portanto, no Brasil, existe

¹ Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 (BRASIL, 2010a).

² Em 12 de maio de 2016, o Senado decidiu afastar a presidenta Dilma Rousseff, durante um processo de impeachment, e nesta data Michel Temer assumiu interinamente a Presidência da República (AMORIM, 2016). No mesmo dia assinou a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, extinguindo alguns Ministérios, entre eles o MDA e transformando outros, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foram unificados no atual Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Por meio deste ato, ficaram transferidas as competências do MDA para o MDSA (BRASIL, 2016b). Em 30 de maio, cinco secretarias foram transferidas para a Casa Civil:

e vigora um marco legal estabelecido que rege as atividades de ATER pública. É com base nele que o poder executivo deve planejar suas ações e estabelecer o destino do orçamento para estas atividades.

Esta Lei, em seu Capítulo I, Art. 2º, conceitua a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010b, p. 1).

São beneficiários da PNATER os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais, os agricultores ou empreendimentos familiares rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores e os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos termos da Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006. (BRASIL, 2010b, Art. 5º).

Apesar das ambiguidades, esta é a concepção, firmada legalmente, que norteia e condiciona as políticas públicas de ATER brasileiras. É importante salientar que a PNATER foi elaborada a partir de uma discussão nacional, com todos os segmentos da agricultura familiar, a respeito de uma Nova ATER, que almeja um novo papel e prática para a extensão rural pública, que de difusora de tecnologias passa a centrar-se numa concepção holística do rural, compreendido para além do agrícola, o que gera a necessidade de equilibrar os aspectos sociais, culturais e ambientais com os econômicos e produtivos. A participação nos processos de decisão e de construção do conhecimento passa a ser vista como um direito, inclusive em relação ao controle social sobre a própria atividade e agentes de extensão. Os aspectos políticos e éticos relacionados ao desenvolvimento sustentável, são levados à cabo por meio do apoio à autonomia dos sujeitos do campo. Nessa nova proposta de ATER passa a ser necessário o diálogo, a construção conjunta, o respeito e a busca pela compreensão das demandas e dos valores dos beneficiários, fugindo do modelo vertical da extensão difusionista, no qual os técnicos e especialistas eram os detentores do conhecimento. Na prática, para que ocorra a plena aplicabilidade da PNATER, é fundamental uma nova postura institucional e um novo profissionalismo que permitam alterar as formas de relação entre os profissionais e instituições com os agricultores (as), para modelos mais participativos e centrados nas necessidades dos beneficiários (CAPORAL, 2003).

1.1.2 O Caráter Participativo da PNATER

No ano de 2012, o Tribunal de Contas da União (TCU) ao auditar as ações de ATER dentro do escopo do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), que tem o objetivo de retirar as famílias da situação de pobreza extrema, salientou seu caráter participativo e, entre as falhas apontadas na condução do PRONATER, concluiu que

As ações de assistência técnica e extensão rural são reconhecidas pelas políticas governamentais e especialistas como tendo contribuição importante para a redução da pobreza nas áreas rurais. Após período de desorganização da Ater e abandono pelo governo federal, a Pnater, editada em 2010, significou a proposta de um modelo de desenvolvimento sustentável para o meio rural. (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2012, p. 34, grifo do autor).

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (BORGES, 2016b). Em pouco mais de quatro meses, a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 substituiu esta Medida Provisória (BRASIL, 2016a), mostrando bastante celeridade do governo em consolidar este processo.

Dentro desta perspectiva participativa da PNATER, a cada quatro anos o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) deve coordenar a realização de um evento nacional, de caráter deliberativo e participativo, e que congrega todos os setores envolvidos com a ATER e os agricultores (as) familiares e suas organizações. O final desse processo resulta num conjunto de demandas de ATER e em uma proposta com as diretrizes do PRONATER, que deverão ser incluídas no Plano Plurianual (PPA)³ do período. (BRASIL, 2010b; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [201-]; 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA, [2012?]). Assim,

A Lei 12.188 de janeiro de 2010 instituiu a Conferência Nacional de ATER como instância formuladora de diretrizes para compor o Plano Plurianual. Desta forma, a conferência deverá ser realizada a cada quatro anos, desdobrando-se em Conferências Territoriais, Municipais e/ou Intermunicipais, Conferências Estaduais e Distrital e, Conferência Nacional (1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA, [2012?]).

Segundo a legislação vigente, é com base nas deliberações da Conferência Nacional que o CONDRAF define as prioridades do PRONATER, elabora a sua proposta orçamentária anual, e recomenda os critérios e parâmetros de regionalização das ações. Após a execução das ações, o MDA apresenta um relatório anual do PRONATER ao CONDRAF, com as ações de sua responsabilidade e também as do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (BRASIL, 2010b).

Durante a 1ª CNATER, em 2012, 40 mil pessoas debateram a Assistência Técnica e Extensão Rural (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2015). Na etapa nacional estiveram presentes 989 participantes. Destes, 563 eram delegados eleitos (1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA, [2012?]).

Neste processo foram realizadas 26 Conferências Estaduais e 01 Conferência Distrital, o que significou a sua ocorrência em todas as unidades da federação. Muitas destas foram precedidas de eventos preparatórios locais, sendo registrada a realização de 160 Conferências Territoriais e Regionais.

Além disso, a preparação também contou com a realização de 08 Seminários Temáticos, os quais abordaram as especificidades de ATER para Extrativistas, Quilombolas, Indígenas, Mulheres, Juventude Rural, Reforma Agrária e Agroecologia (1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA, [2012?], p.7).

Entre os principais aspectos dialogados estavam a necessidade de aumentar os recursos para financiar as ações de ATER, promover a melhoria na qualidade dos serviços prestados, a prestação de serviços ao conjunto dos agricultores e agricultoras brasileiros, produzir alimentos saudáveis, a criação de um Plano Nacional de Agroecologia, promover a articulação da PNATER com as demais políticas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável (DRS), e a criação de um ‘Sistema Nacional de ATER’. Em resposta à essa última deliberação, em 2013 foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), para “coordenar a execução dos serviços de ATER, sob a coordenação do MDA, que é responsável pela implementação

³ O PPA é um instrumento de gestão pública, por meio do qual o governo declara suas ações para um período de 4 anos. Trata-se do planejamento para implementar um conjunto de políticas públicas definidas com base nos programas eleitorais, ou seja, as prioridades de governo. Está previsto no Art. 165 da Constituição Federal (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, 2015).

da PNATER” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2015, p.8).

A 2ª CNATER reuniu mais de 40 mil participantes em suas diversas etapas. Suas propostas foram distribuídas nos eixos: (i) Sistema Nacional de ATER; (ii) ATER e políticas públicas para a agricultura familiar e (iii) Formação e construção de conhecimentos na ATER. Simultaneamente haviam três eixos transversais, que dialogam com os eixos principais da Conferência: (i) ATER e Mulheres Rurais; (ii) ATER e Juventude Rural e (iii) ATER e Povos e Comunidades Tradicionais (2ª CNATER, 2016a).

A etapa nacional da 2ª CNATER, coordenada pelo CONDRAF, foi realizada em Brasília, de 31 de maio a 3 de junho de 2016. Foram realizadas 9 conferências temáticas, 286 conferências territoriais, 240 conferências municipais, 27 estaduais, além da etapa nacional, que sozinha reuniu mil pessoas do rural brasileiro (CASTRO, 2016).

1.1.3 A PNATER e o PEATER no Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro, a 1ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (CEATER), etapa preparatória para a 1ª CNATER, foi realizada, entre os dias 12, 13 e 14 de março de 2012, no município fluminense de São João da Barra (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, 2012).

Nesta oportunidade, como relato das atividades de ATER em implementação no estado, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO) divulgou o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-RJ), construído com a mobilização de 3.183 participantes, por meio da organização do Comitê de ATER. O PEATER do Rio de Janeiro tem sido um documento de referência para programas estaduais de ATER, segundo considerações da SAF/MDA (EMATER-RIO, 2012). Os programas estaduais têm sido criados em função do formato descentralizado do sistema nacional de ATER pública (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR et al., 2006).

Participaram da elaboração do PEATER-RJ representantes de organizações de agricultores familiares, pescadores, quilombolas, indígenas, caiçaras, entidades públicas de extensão, de pesquisa e de ensino e organizações do terceiro setor. Foram realizados ao total 205 eventos e atividades durante os anos 2004 e 2005 (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR et al., 2006; PÁGINA RURAL, 2006). Estas atividades tiveram financiamento do MDA (ALERJ, [2005]).

Foram 127 reuniões municipais, em 92 municípios, com 2.023 pessoas e uma expressiva participação dos representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Os Seminários Regionais contaram com 723 participantes. Foram eleitos 56 delegados para o Seminário Estadual de Construção do PEATER-RJ, realizado de 2 a 4 de agosto de 2005, em Araruama. No Seminário Estadual estiveram presentes 73 participantes. No total a construção do PEATER-RJ mobilizou 3.182 participantes (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR et al., 2006).

A elaboração do programa foi uma realização do Comitê Estadual de ATER, composto por representantes da Secretaria Executiva Estadual do PRONAF/RJ (SEE PRONAF/RJ); da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior (SEAAPI); da EMATER-Rio; da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO); da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura

(FETAG); da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ); da União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOOP); da Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (COOPERATIVA CEDRO) e da Associação dos Funcionários da EMATER-RJ (AFERJ) (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR et al., 2006; PÁGINA RURAL, 2006).

O PEATER-RJ prevê a execução de uma série de projetos que visam o fortalecimento dos agentes de ATER públicos e privados no Estado do Rio de Janeiro, que deverão ser aprovados pelo CEDRUS. Entre os mecanismos de financiamento destes projetos está a criação de um Fundo Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ALERJ, [2005], p.1).

O PEATER-RJ seguiu as diretrizes da PNATER e seus princípios são a adoção dos conceitos de território e microbacias hidrográficas; a inclusão social; a transição para a agricultura de base ecológica; a participação; a descentralização das ações; a articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão rural; a geração de trabalho e renda no meio rural; o trabalho realizado em rede e a gestão feita de forma compartilhada. Entre o conjunto de ações do programa está a reestruturação dos serviços de assistência técnica no estado (PÁGINA RURAL, 2006).

O Programa é composto por oito subprogramas: Estruturação da ATER; Estudos Básicos; Formação e Capacitação de Agentes de ATER e Agricultores Familiares; Fortalecimento da Organização Rural; Apoio à Formação e Fortalecimento da Rede de ATER; Ater Setorial; Aquicultura e Pesca Artesanal e; e Comercialização (PÁGINA RURAL, 2006).

O PEATER-RJ em conjunto com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (CEDRUS-RJ) e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) determinam as diretrizes para as ações operacionais das organizações prestadoras de serviços de ATER no estado (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR et al., 2006; PÁGINA RURAL, 2006).

1.1.4 Principais Demandas Relacionadas aos Serviços de ATER

Sem excluir a importância das especificidades locais, as Conferências Nacionais e Estaduais de ATER trazem, em linhas gerais, as principais demandas ou necessidades dos agricultores (as) familiares e do próprio setor de extensão rural, relacionadas aos serviços de ATER. A partir das propostas da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª CNATER) e da 1ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (1ª CEATER/RJ), foi possível identificar um rol de demandas ou necessidades, eleitas como as mais importantes pelos delegados participantes nestes processos e que dão uma ideia da amplitude e da manutenção dessas solicitações por parte do setor. Essas demandas agrupadas podem ser vistas no QUADRO 1.

QUADRO 1. Necessidades relacionadas aos serviços de ATER, a partir das deliberações da 2ª CNATER e 1ª CEATER/RJ, agrupadas em 14 categorias (continua).

CATEGORIAS	RESUMO DAS PROPOSTAS
SISTEMA DE ATER	Garantia de recursos financeiros do Estado, contratação e continuidade nos trabalhos de ATER; criação de um Sistema Único de ATER (SUATER) – proposta de 2012, com estrutura ágil e eficiente, funcionários permanentes, dotação orçamentária no PPA, com participação dos beneficiários na sua coordenação e gestão, articulado com diferentes pastas do governo e integrada com estados e municípios; criar e implantar um Sistema Nacional de ATER – proposta de 2016; monitoramento deve usar indicadores capazes de mensurar resultados/benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais.
FUNDOS PÚBLICOS	Criação de fundos nacional e estadual para serviços públicos de ATER; criar um fundo para financiamento da ATER; garantir que recursos/financiamentos das arrecadações das três esferas de governo sejam destinadas à um fundo nacional de ATER.
PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA	Promoção e fortalecimento do associativismo e cooperativismo; apoio à formação de redes (agroecológicas, mulheres etc.); fortalecimento de organizações; participação em espaços de debate, formulação e avaliação de políticas públicas, em diferentes escalas; recursos para atuação em rede; parcerias com universidades, outras instituições de ensino e pesquisa para ampliar a participação de jovens e mulheres em espaços de decisão (conselhos); fortalecer organizações e grupos de mulheres e jovens.
FUNDIÁRIO	Garantir a regularização fundiária.
TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	Transição agroecológica; recuperação de recursos genéticos e conhecimentos associados; tecnologias de baixo custo; geração de trabalho e renda no meio rural; tecnologias adaptadas aos contextos locais; garantir a comercialização; promoção da economia solidária, comércio justo, associativismo e cooperativismo; agroindustrialização com qualidade.
INFRAESTRUTURA PRODUTIVA	Infraestrutura produtiva e equipamentos sociais (creches, escolas, lazer, cozinhas comunitárias etc.).
CRÉDITO PRODUTIVO	Ampliação do acesso às linhas de crédito específicas (jovens, mulheres, agroecologia etc.); acesso à produção econômica (mulheres, jovens, idosos); fundos rotativos solidários.
MEIO AMBIENTE	Saneamento básico, resíduos sólidos e líquidos; adequação ambiental.
POLÍTICAS PÚBLICAS	Acesso e articulação com políticas públicas; gestão participativa da política de ATER; integração de políticas públicas; participação em espaços de debate, formulação e avaliação de políticas públicas, em diferentes escalas; qualificar, fortalecer, reestruturar os espaços de controle social; Ater integrada às políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS; participação dos agricultores (as) na construção de políticas públicas de DRSS; efetivar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), assegurando sua execução e expandindo para os estados e municípios a elaboração e execução de planos estaduais e municipais de agroecologia e produção orgânica; implementar o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural; criar política para fortalecimento das Escolas Família Agrícola e Casas Familiares Agrícolas; políticas e programas para a educação do campo no campo.
FORMAÇÃO	Formação e capacitação de agentes; fortalecimento de escolas rurais; qualificação para atuação em colegiados; adaptar os currículos e linhas pedagógicas em todos os níveis educacionais, considerando os princípios da educação do campo e da agroecologia; fortalecer os centros de formação de extensionistas; fortalecer e ampliar o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONATEC); integrar a PNATER com as escolas públicas e evitar o fechamento das escolas do campo; formação de agentes de ATER para trabalhar com agricultura familiar; estágio de vivência para estudantes.

Fonte: Elaboração própria.

Dados: Propostas Finais da 1ª CEATER/RJ (2012) e da 2ªCNATER (2016b).

QUADRO 1. Continuação.

CATEGORIAS	RESUMO DAS PROPOSTAS
TEMAS PRIORITÁRIOS VOLTADOS AO TRABALHO DE ATER E FORMAÇÃO	Economia solidária, cooperativismo e associativismo, atuação em colegiados, agroindustrialização, administração, agroecologia e produção agroecológica, agricultura urbana, plantas medicinais e aromáticas, sustentabilidade ambiental, plano de manejo de uso múltiplo, manejo e conservação de solos, alimentação saudável, efeito nocivos dos agrotóxicos, fitossanidade, uso e preservação de sementes crioulas, turismo comunitário, artesanato, direitos sexuais e reprodutivos, feminismo, mediação de conflitos.
SERVIÇOS SOCIAIS DE ATER	Emissão de documentação jurídica, tributária e previdenciária; política de saúde integral para população do campo e da floresta; ações específicas para juventude, mulheres e povos e comunidades tradicionais, no que se refere à inclusão e equidade social e econômica, geração de renda e autonomia e respeito à diversidade; apoio de assistência infantil nas atividades de ATER.
SERVIÇOS DE ATER	Garantir equipes multidisciplinares; instrumentalização dos serviços de ATER (infraestrutura e profissionais); contratações e trabalho continuado; garantia de pagamentos pelos serviços de ATER realizados; valorização profissional do extensionista; piso salarial para extensionistas; gestão em parceria com agricultores; chamadas públicas com contratos de 5 anos no mínimo; aperfeiçoar, desburocratizar e ampliar a as chamadas públicas; garantir ATER continuada e de qualidade; promover a estruturação física da Ater, ampliando quadros profissionais; garantir extensionistas mulheres; garantir ATER para povos e comunidades tradicionais, com ou sem regularização fundiária; ampliar e fortalecer linhas de ATER específicas (mulheres, jovens, Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs).
METODOLOGIA DE TRABALHO	Integrar pesquisa, ensino, extensão e saber tradicional/popular; enfoques metodológicos participativos; respeitar as especificidades locais; trabalho inclusive com agricultura urbana e periurbana; prazo mínimo de 5 anos para vigência de chamadas públicas; metodologias construtivistas, participativas e valorizando e priorizando a alternância; reconhecer e respeitar os conhecimentos e as peculiaridades dos povos tradicionais ; sistematização de experiências; garantir execução da ATER sob os princípios da agroecologia e economia solidária; contextualizar os trabalhos de Ater à partir das microbacias hidrográficas e territórios; trabalhar com temas os temas segurança hídrica e alimentar; trabalho multidisciplinar; privilegiar trocas de experiências e saberes tradicionais, intercâmbios, redes; unidades demonstrativas e propriedades de referência.

1.1.5 O Sistema de ATER Brasileiro e a Implantação do PRONATER

Atualmente a prestação de serviços de ATER no Brasil é realizada por um conjunto heterogêneo de instituições públicas e privadas, onde se incluem instituições estaduais com diferentes especificidades, secretarias municipais de agricultura, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações, sindicatos, escritórios particulares de prestação de serviços, cooperativas diversas, instituições de ensino e de pesquisa, o Sistema S⁴ entre outras. Segundo Muchagata et al. (2003) a extensão se transformou em um 'sistema', que inclui organizações governamentais e não-governamentais, públicas e privadas, que de alguma forma se relacionam e, em alguns casos, cooperam entre si.

⁴ O sistema de arrecadação do Estado prevê uma forma de tributação com base nos interesses das categorias profissionais ou econômicas, previsto no Art. 149 da Constituição Federal, para que as categorias utilizem esses valores repassados como instrumentos em benefício de suas próprias áreas (BRASIL, 1988). Esses recursos são oriundos das próprias categorias e investidos nelas mesmas, em aperfeiçoamento profissional, assistência social entre outros (PORTAL BRASIL, 2011). Fazem parte do Sistema S: Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) (AGÊNCIA SENADO, [20-?]).

Outros autores também se reportam a um ‘sistema’ de ATER brasileiro, posterior à extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), na década de 1990, referindo-se à possibilidade da construção desse sistema, à sua existência propriamente dita ou ao seu rearranjo (SEIBEL; ROVER, 1999; CASTRO, 2015; FREITAS; MACIENTE, 2016). Este assunto será retomado no Capítulo I.

Em 2005 o MDA reeditou o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), com o objetivo de ordenar o fornecimento de serviços públicos de ATER. O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER/SAFDA) coordena o SIBRATER, que possui um órgão específico para realizar sua gestão social, conduzida de forma paritária entre governo e sociedade civil (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]g).

Esse órgão é o Comitê Nacional de ATER, um colegiado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que possui representantes do governo; dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e suas Câmaras de ATER; das Redes de ATER formadas por organizações governamentais e não governamentais que prestam serviços aos agricultores familiares e de organizações da agricultura familiar. Seu objetivo principal é orientar o DATER no estabelecimento de diretrizes e prioridades para o PRONATER, propor estratégias para implementar a PNATER, assim como assegurar a “qualificação e universalização dos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural” (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]a).

A Coordenação de Gestão do SIBRATER realiza a articulação do sistema por meio da coordenação de Redes de ATER e as Redes Temáticas de ATER; da articulação entre a ATER e a pesquisa agropecuária e por meio do Portal Comunidades da Agricultura Familiar. Assessora o Comitê Nacional de ATER, e é responsável por credenciar as organizações e os Programas Estaduais de ATER no SIBRATER (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]g). Essa Coordenação é que tem a responsabilidade de gerir a Ação Programática⁵ de Metodologia e Comunicação do PRONATER.

O credenciamento das organizações de ATER é regido pelo Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 (BRASIL, 2010a) e pela Portaria Ministerial nº 35, de 16 de junho de 2010 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010). Segundo a Portaria Ministerial nº35, em seu Art.3º, os credenciamentos deverão ser feitos por meio de um Sistema Informatizado de ATER (SIATER), no sítio eletrônico do MDA, atual MDSA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010; SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]d). O fluxo da implementação do PRONATER por meio de instituições credenciadas, pode ser visto no QUADRO 2.

⁵ A Ação Programática faz parte da classificação das despesas previstas na estrutura de programas e ações do Estado. Seu objetivo é identificar a finalidade dos recursos investidos e sua alocação, possibilitando seu gerenciamento (ORÇAMENTO DA UNIÃO, [20-?]).

QUADRO 2. Fluxo da implementação do PRONATER* por meio de instituições credenciadas.

IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATER	
1. Instituição de ATER Candidata	← ←
2. Solicitação de Credenciamento e Análise de Documentos (CEDRS ou MDA)	↑
3. Instituições Credenciadas	Não Credenciadas
4. Banco de Dados de Instituições Credenciadas	
5. Chamada Pública - Elaboração e divulgação (critérios: atividade, preço, prazo, capacidade instalada, experiência técnica, área de atuação, local, público)	
6. Apresentação das Propostas pelas Instituições Credenciadas	
7. Análise e Seleção (MDA/INCRA)	
8. Divulgação dos Resultados	
9. Elaboração do Contrato	
10. Contratação de Serviços (MDA/INCRA) - ATER individual e massal ⁶ (seguir Lei 12.188/2010 e Lei 8.666/1993)	
11. Planejamento da Execução	
12. Execução das Atividades	
13. Acompanhamento pelo Sistema de Informação e Controle - Ateste do beneficiário vinculado à DAP ou RB**	
14. Prestação de Contas das Atividades Realizadas	
15. Relatório de Execução de Serviços	
16. Ateste do Servidor Público e Liquidação da Despesa	
17. Pagamento dos Serviços	
18. Monitoramento e Avaliação - Via sistema eletrônico de acompanhamento e Art. 67 da Lei 8.666/1993	

Fonte: Elaboração própria.

Dados: (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [201-]).

*OBS: Enquanto a execução destes contratos esteve sob a responsabilidade do MDA e do INCRA.

** Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e Relação de Beneficiários Assentados do INCRA (RB), homologada no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

Até 2011 o SIATER ainda não estava pronto e apresentava problemas. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ainda não usava o SIATER para fazer lançamentos de relatórios e havia dificuldades para o lançamento de Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)⁷ no sistema, devido a entraves com a rede internacional de computadores discada (ASBRAER, 2011).

Em relação ao monitoramento e avaliação dos serviços de ATER, a SAF/MDA informa que é realizado por um “sistema de monitoramento e avaliação da ação e de resultados da extensão rural, com base em indicadores quantitativos e qualitativos adequados à Política Nacional de Ater (Pnater)” (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]f). Este sistema de monitoramento é chamado de INDICATER.

⁶ Os métodos de ATER podem ser divididos da seguinte forma, em relação ao número de produtores participantes: “1. Individuais: visita técnica, contato pessoal, unidade de observação (experimento na propriedade rural); 2. Grupais: reunião (palestra ou encontro, conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial, propriedade demonstrativa; 3. De massa: exposição ou feira, semana especial, concurso, campanha” (PEIXOTO, 2008, p. 10-11).

⁷ A DAP é o documento que identifica e reconhece o agricultor (a) familiar como tal. Pode ser emitido para pessoas físicas ou jurídicas (associações, cooperativas, agroindústrias). O cadastro é gratuito e realizado por órgãos públicos e entidades autorizadas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]b).

Fundamentado em 11 categorias de indicadores dos serviços públicos de ATER, este sistema de monitoramento permite mensurar o impacto das ações e adequar as diretrizes das políticas de ATER, promovendo uma retroalimentação do sistema. Estas categorias são: organização social e comunitária; renda, acesso a recursos naturais; qualidade de vida; segurança alimentar; questão ambiental; gênero, geração e etnias; concepção pedagógica; instituição e quadro profissional; recursos tecnológicos e de gestão e relações de ATER com outras políticas públicas (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]f).

Essas categorias indicam aspectos a serem desenvolvidos pela ATER para o atendimento às necessidades de desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos agricultores familiares e suas unidades produtivas, assim como indica a necessidade de uma estrutura física e profissional para a realização deste atendimento.

Em 2007, também no âmbito do SIBRATER, foi criado um mecanismo de comunicação em rede, chamado de Redes Temáticas de ATER. Estas redes agrupam mais de 500 agentes de ATER que articulam os temas estratégicos propostos na rede, em suas organizações de origem. São 13 Redes Temáticas que qualificam estes temas, e promovem o intercâmbio de ideias, experiências, políticas públicas, formação profissional, conteúdos técnicos e sugestões de tecnologias para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]e).

Outra articulação importante que o DATER empreendeu em anos recentes é com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no sentido de adequar o desenvolvimento de tecnologias às demandas dos agricultores e aumentar a oferta e o acesso deste público a tecnologias apropriadas, de acordo com a PNATER. Essa é uma ação estratégica do Programa de ATER contida no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. Essa parceria proporcionou o lançamento de dez editais seguindo os princípios da PNATER e da Agroecologia⁸, direcionados às instituições de ensino, pesquisa, extensão e organizações de agricultores familiares. Foram realizados 672 projetos em Núcleos de Agroecologia (NEAs), e investidos R\$72.723.581,01 (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]c). Estes são setores que o MDA considera estruturantes para consolidar uma orientação em direção à sustentabilidade, o que requer profissionais formados com um novo perfil e também uma nova postura institucional e um novo profissionalismo por parte daqueles que atuam nas áreas de desenvolvimento rural e agricultura familiar (FERRARI, 2011).

Em outras palavras, o futuro do extensionismo passa por adotar outro enfoque metodológico, participativo, necessário perante os desafios socioambientais que a extensão rural pública deve enfrentar e exige transformações relacionadas aos “métodos e procedimentos; cultura institucional; e comportamento e atitudes pessoais. Os três são necessários e cada um deles reforça os demais” (BLACKBURN e HOLLAND, 1998 apud CAPORAL, 2003, p.8).

Desta forma, a concepção da PNATER está fundamentada em aspectos considerados básicos para promoção do desenvolvimento rural sustentável, pretendendo ser estabelecida de forma sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo território nacional (FERRARI, 2011, p.7).

⁸ Segundo Altieri, a “agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2001, p.18).

Esta foi a motivação do MDA em suas propostas de formação de profissionais de ATER e que originaram o Subprograma de Formação de Agentes de ATER, da SAF/DATER, que teve como objetivo

a formação de extensionistas para a implementação qualificada das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e para que venham a ser referência, nos seus municípios, estados, e nas diferentes regiões do país, para apoiar ações de Ater e atividades de capacitação de técnicos e agricultores com base nas orientações das políticas do MDA, da Secretaria da Agricultura Familiar e na Política Nacional de Ater (FERRARI, 2011, p.8).

E que também levaram o MDA a realizar a parceria com o CNPq para a implantação de grupos de extensão em instituições públicas de ensino superior, instituições de ATER e instituições comunitárias e confessionais (FERRARI, 2011).

Estes editais proporcionaram a formação de profissionais de diferentes áreas para enfrentar o desafio da transição agroecológica e aumentaram a oferta de serviços qualificados de ATER nas diferentes regiões do país. Também contribuíram para surgir inovações técnicas, metodológicas e arranjos institucionais, aproximando instituições de ensino e pesquisa às instituições de ATER (FERRARI, 2011).

Uma das estratégias adotadas pelo MDA para contribuir na formação de agentes de Ater foi estabelecer, em 2010, uma parceria com o Ministério da Educação, através do PROEXT 2010 – MEC/SESu, no sentido de apoiar propostas para o desenvolvimento de programas e projetos no âmbito da extensão universitária a serem apresentadas por Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, sob o enfoque da PNATER.

A ‘Extensão Universitária’ tem sido incentivada pelo Ministério da Educação desde 2003, através do PROEXT, com o objetivo de potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações de extensão. Desde então, foram sucessivos editais públicos que ampliaram os recursos e promoveram a prática extensionista nas universidades (FERRARI, 2013).

Os objetivos do PROEXT estão ligados à formação dos estudantes desde um ponto de vista crítico, e a atuação profissional voltada à cidadania. O MEC se relaciona com o MDA em função de uma linha do PROEXT voltada ao Desenvolvimento Agrário e à agricultura familiar (FERRARI, 2013).

Apesar dos resultados positivos dos programas e projetos, uma crítica que tem recebido é a respeito dos prazos insuficientes para o processo de aproximação com o público beneficiário, requisitando uma ampliação do período de execução, de um ano para pelo menos dois anos, para que não haja “descontinuidades nos processos e nas relações estabelecidas” (FERRARI, 2013, p.5).

Além dos componentes citados anteriormente, atualmente o ‘sistema’ conta com uma Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), autorizada pela Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, instituída como Serviço Social Autônomo, “pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública” (BRASIL, 2013, Art. 1º, § 1º), que visa a promoção e execução das políticas de desenvolvimento da ATER que “contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural” (BRASIL, 2013, Art. 1º).

Mediante esta legislação, o Estado transfere para este Serviço Social Autônomo a responsabilidade de gerir diretamente a política de ATER. Para cumprir com suas responsabilidades caberá à ANATER credenciar e acreditar entidades públicas e privadas prestadoras de serviços de assistência técnica e extensão rural; qualificar os profissionais de ATER; contratar serviços de ATER; articular com os órgãos públicos estaduais de extensão rural com vistas a compatibilizar suas atuações; monitorar e avaliar os resultados

dos prestadores de serviços de ATER contratados e conveniados, entre outros (BRASIL, 2013).

Os serviços de ATER contratados serão destinados ‘prioritariamente à agricultura familiar e médios produtores rurais’, ampliando o público a que se destina a PNATER, e, neste sentido, incompatibilizando-se com ela. Para este público, deverá ocorrer esforços para atingir sua universalização. A legislação também observa que a política deve ‘promover’ a inovação tecnológica e ‘apoiar’ os saberes tradicionais (BRASIL, 2013), mostrando que a ação que se espera em relação à inovação tecnológica é de envolvimento direto e protagonismo para a sua realização, enquanto que em relação aos saberes tradicionais a postura esperada da ATER é de colaboração.

Segundo Marenilson Batista, diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, em 2015, a ANATER servirá ao fortalecimento do SIBRATER dando uma maior “celeridade nas ações administrativas de contratações dos serviços de Ater realizados pelo MDA e por outros ministérios” (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015, p.1) e o DATER se dedicará à construção da Política Nacional de ATER.

A EMBRAPA é outro dos integrantes desse ‘sistema’, no entanto sua missão não está relacionada à extensão rural propriamente dita, e sim à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico para a agricultura (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]d). Ou seja, produzir conhecimentos que, ao final deste processo, necessitam ser comunicados, divulgados, para poderem se tornar úteis. No âmbito dessa empresa, este processo de difusão é denominado de transferência de tecnologia⁹ (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]H).

É interessante notar que, na conformação da ANATER a EMBRAPA ganhou um forte destaque¹⁰. Assim o Estado sinaliza, no Art. 1º da referida Lei, que a ATER interessa na medida em que transfere tecnologias, “especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural” (BRASIL, 2013).

Outros integrantes deste ‘sistema’ são as organizações não governamentais representativas tanto das entidades estaduais de ATER, quanto dos trabalhadores da extensão rural. A Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), que teve importante papel de fortalecimento e organização política para a continuidade de diversas entidades públicas de ATER após a extinção da EMBRATER, e a Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência

⁹ Para a EMBRAPA, a Transferência de Tecnologia (TT) faz parte do processo de inovação, já que as soluções tecnológicas necessitam ser comunicadas. Nesse sentido são utilizadas diferentes estratégias para comunicar e interagir com grupos de atores com o objetivo de dinamizar arranjos produtivos, mercadológicos e institucionais. Outras duas estratégias de comunicação são utilizadas pela empresa. O Intercâmbio de Conhecimento (IC) visa adaptar soluções tecnológicas já desenvolvidas a contextos específicos, a partir da troca entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos, de forma dialogada. A Construção Coletiva do Conhecimento (CC) é um processo fundamentado no diálogo, por meio do qual um conjunto de atores observa a realidade e sistematiza informações em busca de soluções tecnológicas contextualizadas (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]I, grifo do autor). Apesar da intencionalidade da geração de conhecimento científico e tecnológico por meio da construção coletiva e do diálogo, a EMBRAPA ainda se pauta, de forma predominante, por uma postura difusionista.

¹⁰ Conforme pode ser visto no Art. 3º da Lei nº 12.897/2013, a direção da ANATER é composta por uma diretoria executiva, um conselho de administração e um conselho fiscal. O presidente da EMBRAPA está entre os onze membros do conselho de administração (Art. 5º), no qual não há nenhuma representação que esteja diretamente relacionada à execução de atividades de ATER, propriamente dita. No Art. 8º é feita uma ressalva: se o diretor executivo da EMBRAPA “detiver atribuição para atuar na área de transferência de tecnologia integrará a Diretoria Executiva da Anater” (BRASIL, 2013).

Técnica da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER), entidade federativa que representa esta categoria de trabalhadores (FASER, [20-]).

Finalizando, é importante destacar que os gastos públicos federais para as ações de extensão demonstram um comportamento ascendente entre os anos de 2013 e 2016. Como pode ser visualizado na TABELA 1 a seguir.

TABELA 1. Execução de despesas do governo federal, pelas finalidades de execução em extensão rural e difusão do conhecimento científico e tecnológico, nos anos 2013 a 2016.

Exercício	Extensão (R\$)*	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico (R\$)*
2010 à 2012	indisponível	indisponível
2013	1.900.617,86	52.544.309,96
2014	288.847,52	52.436.989,72
2015	11.769.556,17	39.376.189,78
2016	16.660.662,78	48.046.536,95

Fonte: Elaboração própria.

Dados: Brasil, [201-].

* Soma dos gastos diretos e da transferência de recursos.

Segundo dados do próprio governo, as despesas em extensão rural realizadas em 2016 foram 8,76 vezes maiores do que em 2013. Comparando estas informações com os recursos investidos em Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, podemos observar que, em média, estes gastos têm sido 6,28 vezes maiores do que o gasto médio com extensão por ano, ao longo de quatro anos, de 2013 a 2016 (BRASIL, [201-]).

No dia 05 de abril de 2017 foi assinado em Brasília, pelo Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário José Ricardo R. Roseno, da SEAD/MDSA, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento da ATER, que “viabiliza o repasse de recursos do Governo Federal para os Governos dos Estados por meio da Anater” (RODRIGUES, 2017, p.1) como forma de otimizar as empresas de ATER pública. Segundo o atual presidente da ANATER, Valmisoney Moreira Jardim, esta foi a forma encontrada pela SEAD e ANATER para estruturar o Sistema Nacional de ATER (RODRIGUES, 2017).

Foram disponibilizados R\$52 milhões para aquisição de veículos e computadores. Estes recursos serão destinados aos 27 estados brasileiros, para a aplicação nos 5.565 municípios que contam com 20 mil extensionistas, ou seja, em média 3,6 extensionistas por município brasileiro (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

1.1.6 O Objeto de Estudo

A partir desse panorama da extensão rural, descentralizada, composta por diversas organizações governamentais e não governamentais, sob a orientação de políticas públicas específicas, com uma certa organicidade nos fluxos dos recursos, surgem algumas questões: por que apesar de diversos autores mencionarem um Sistema de ATER e do MDA ter relançado o SIBRATER em 2005, as reivindicações são recorrentes sobre a criação de um Sistema de ATER? Este sistema seria incompleto? Imperfeito? Insuficiente? Não estaria atendendo às necessidades dos agricultores (as) pelos serviços de ATER?

A inquietação que motivou esta pesquisa originalmente, relaciona-se ao desejo de compreender se o conjunto das instituições e esforços pertinentes à ATER,

prioritariamente na escala local, podendo se ampliar para escalas mais amplas, supre a necessidade dos agricultores por estes serviços, ou seja se este sistema descentralizado e plural de ATER, permeado por relações interinstitucionais, é capaz de responder às necessidades dos agricultores, a partir da forma como se encontra organizado.

Esta leitura das ações, projetos e serviços e das relações interinstitucionais que os promove, a partir da ótica condicionada por uma suposta estrutura que dá uma organicidade a este conjunto, chamamos de percepção sistêmica sobre as ações de ATER. O que se busca é entender se este sistema é adequado e funcional, para cumprir as determinações da PNATER. Para apoiar esta análise será empregada a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) (CHIAVENATO, 2003).

A percepção de como o conjunto se concatena, se ele é capaz de se coordenar para um objetivo comum de desenvolvimento ou não, e em que aspectos seus integrantes agem colaborativamente ou em conflito, ou simplesmente não agem, são alguns aspectos que se busca encontrar. Mas principalmente permitir a visão a respeito da complementaridade ou não do sistema, e em que pontos ocorrem falhas ou observam-se limitações.

A estrutura seguida por este trabalho levou em consideração que, para desenvolver esta análise, foi necessário inicialmente compreender a ATER desde um ponto de vista histórico e sua relação com a agricultura familiar, o desenvolvimento rural sustentável e com políticas públicas afins a esta temática. Num segundo momento, importou caracterizar a região e a população referência, no caso a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), a partir de suas limitações, de suas conveniências e qualidades. A seguir, foi necessário identificar e descrever a estrutura (componentes), o funcionamento (fluxos e intensidade das relações) e a valoração atribuída aos elementos do sistema de ATER que a AAT faz parte. A partir deste conjunto de informações, obtidas por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas abertas, e apoiando-se em referencial teórico, é que se tornou possível compreender de forma sistêmica, mesmo que ainda incipientemente, a perspectiva de ATER e de desenvolvimento rural implementados e identificar se esta estrutura sistêmica supre a necessidade dos agricultores por estes serviços.

Foi justamente a possibilidade de realizar esta análise sistêmica da ATER que levou à escolha da área de estudo, que é uma região com forte apelo para a implantação de políticas públicas socioambientais, havendo diversas iniciativas de ATER presentes, das mais diferentes origens. A Região Serrana do Rio de Janeiro, além de ser um dos principais polos de produção de alimentos e água para a região metropolitana do Rio de Janeiro, é uma região tradicionalmente de agricultura familiar, que comporta diversas experiências de ATER, implementadas por distintas instituições, governamentais e não governamentais, de forma concentrada, e que dessa forma podem ser estudadas em seu conjunto, com um certo grau de facilidade. Além disso, é uma região desafiadora do ponto de vista do trabalho de ATER, dada sua complexidade socioambiental.

Dado este panorama, um conjunto de fatores levou à escolha da Associação Agroecológica de Teresópolis para a realização desta pesquisa: o fato da região ser concentradora de unidades de conservação; de ser necessário que ali se realizem produções sustentáveis; por ser uma região abundante em produção familiar orgânica e também por Teresópolis ser o município com o maior número de estabelecimentos de agricultura familiar na região.

Porém, para a realização de um estudo de forma sistêmica, era fundamental que houvesse a incidência de diversas ações, projetos, programas ou políticas públicas sobre um mesmo grupo ou local de forma que fosse possível desenvolver um modelo representativo e uma análise de como se dão os fluxos e relações que geram ações, projetos e serviços pertinentes à ATER, dentro de um universo observável. Desta forma,

havia a necessidade de se aproximar da localidade, o que ocorreu, inicialmente, na forma de uma sondagem, visando a aperfeiçoar o objeto de pesquisa.

Por meio dessa sondagem, foram realizados alguns contatos prévios e conversas com pesquisadores, extensionistas e agricultores que levaram à identificação desta Associação e ao conhecimento de que ela tem uma proposta própria de formação de seus associados e é bastante dinâmica em relação à integração e colaboração com outras instituições, governamentais, não-governamentais e com o poder municipal, no sentido das ações voltadas aos seus interesses, entre eles a ATER. Alguns de seus associados também apresentam longo histórico como lideranças em diversas frentes de trabalho ligados à agroecologia e tiveram contato com diferentes políticas de ATER.

Isso faz com que a AAT seja um caso interessante para o estudo da ATER de forma sistêmica, quer seja pelas ações coletivas, que visam o conjunto dos associados, quer seja pelas experiências individuais de alguns de seus membros. A Associação será devidamente descrita mais à frente.

Esta pesquisa possui um caráter exploratório e uma abordagem qualitativa dos fenômenos observados e é composta por uma parte descritiva e outra analítica, buscando o entendimento do problema mediante um estudo de caso, envolvendo a Associação Agroecológica de Teresópolis/RJ. O grupo social, foco desta pesquisa, são os (as) agricultores (as) da associação estudada no caso. No entanto, alguns técnicos e pesquisadores também foram entrevistados a fim de melhorar o entendimento sobre alguns assuntos.

Portanto são duas as principais contribuições que essa pesquisa pode trazer para o desenvolvimento do campo do conhecimento no âmbito das Políticas Públicas de ATER e de Desenvolvimento Rural. Primeiro, ela traz uma avaliação qualitativa das ações de ATER por um conjunto de agricultores que tiveram acesso a elas, em alguma medida. Segundo, a realização de uma análise da ATER em uma perspectiva sistêmica, integrada, e não realizada de forma isolada, por meio de um programa ou outro, uma instituição ou outra. O interesse está voltado ao sistema, ao conjunto.

Tanto a avaliação quanto a análise sistêmica podem indicar aspectos a serem melhorados ou suprimidos pelas políticas públicas de ATER, contribuindo para seu aperfeiçoamento.

1.1.7 Objetivos

Analisar o sistema brasileiro de ATER, em diferentes escalas, por meio da sua estrutura e organização, a fim de identificar sua capacidade ou suficiência para suprir as necessidades dos agricultores familiares por esses serviços, tomando como referência o período entre 2010 e 2017, e a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) como parâmetro de experiência local.

São objetivos específicos:

- Fazer uma revisão da literatura sobre os temas ATER, agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável e políticas públicas, desde um ponto de vista da história recente, correlacionando-os entre si;
- Caracterizar o contexto socioeconômico e ambiental regional e local, sobre os quais se assenta a população de referência dessa pesquisa, a AAT e seus associados, assim como caracterizar a própria associação e sua rede de relacionamentos e influências sobre os trabalhos de ATER;
- Desenvolver modelos representativos do sistema de ATER brasileiro em diferentes escalas, no nível nacional, estadual e local, do qual a AAT participa, contendo a sua estrutura e os fluxos das relações entre seus componentes;

- Analisar a estrutura da ATER identificada, a fim de verificar se o conjunto de seus elementos atua de forma sinérgica e complementar, capaz de suprir a necessidade dos agricultores por estes serviços, e verificando a perspectiva de ATER e de desenvolvimento rural que têm sido implementados a partir dessa organização da ATER brasileira.

1.2 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Discutir as ações de ATER, no contexto de políticas públicas e de desenvolvimento rural, passa necessariamente pelo exame e a reflexão sobre sua base legal. No entanto, a existência de uma legislação já demonstra que existe, no país, um interesse pelo assunto e esta é a primeira consideração a ser feita sobre a pertinência de se debruçar sobre este tema.

A segunda consideração se assenta sobre o valor político-estratégico da ATER, relacionado, principalmente, ao contato direto que esta atividade mantém com a população rural. Diversos instrumentos, utilizados para implementar a política agrícola, “tiveram sua ação condicionada por uma intenção de política mais ampla e por interesse muito bem definidos” (MUSSOI, 1985, p. 38). Entre eles está o crédito rural, a pesquisa agropecuária, a política de preços mínimos e, de forma destacada, a ATER, já que devido à “sua ação e capilaridade é quem efetivamente ‘transfere’ ao campo os objetivos dos governos” (MUSSOI, 1985, p. 38).

Desta forma, este contato direto com a população do campo e a capilaridade de seus serviços foram os atributos que despertaram o interesse das elites político-econômicas sobre a ATER. Essas elites souberam utilizar estes atributos de acordo com suas necessidades, desde a introdução da ATER na América Latina, após a Segunda Guerra Mundial. Naquela ocasião, por exemplo, o interesse primordial era externo (norte americano), no intuito de difundir o liberalismo social como ideal de sociedade democrática, que seria capaz de promover um rápido crescimento econômico para as áreas rurais, subsidiando o progresso industrial e a construção de uma moderna sociedade de consumo (FONSECA, 1985).

No ano de 2010, em um documento escrito como contribuição da extensão rural estatal direcionado aos candidatos à presidência da república, a ASBRAER definiu a extensão rural como “o serviço público de maior capilaridade no meio rural, [e] uma das mais expressivas redes de construção coletiva do conhecimento, no âmbito do desenvolvimento rural sustentável” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL; ACADEMIA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL, 2010, p.3). Na ocasião, segundo a ASBRAER, existiam 27 organizações estaduais de ATER atuando no território brasileiro, em 5.298 municípios e contando, com mais de 26.000 profissionais. De acordo com essas informações, 95% do território nacional seria atendido por ATER pública. A extensão rural é, ainda hoje, quem garante a capilaridade e o alcance das políticas agrícolas, agrárias e sociais no campo brasileiro.

“Estima-se que, atualmente, as ações de ATER executadas com recursos do MDA, mais os estados, por meio das entidades estaduais de ATER, e as organizações não governamentais, atendem, de alguma forma, aproximadamente 2 milhões de famílias” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2015).

Entre os anos de 2008 e 2015 foi estabelecido no Brasil um entendimento que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é “um dos instrumentos fundamentais e estruturantes para alavancar o desenvolvimento rural sustentável” (MINISTÉRIO DO

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2015, p.4). Este entendimento tem valor dado ao processo por meio do qual foi elaborado, de cunho democrático, dialógico e participativo, envolvendo governo e sociedade civil organizada, e que ocorreu nas 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (1ª e 2ª CNATER) e nas 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª e 2ª CNDRSS). Esse processo originou um compromisso “em prol dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para a promoção do desenvolvimento rural sustentável com base na agricultura familiar e reforma agrária” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2015, p.4).

Assim, de acordo com este entendimento, estes três elementos, (1) a ‘reforma agrária’, (2) a ‘agricultura familiar’ e (3) o ‘desenvolvimento rural sustentável’, em conjunto, compõem o cerne da política pública de ATER. É essa intersecção, que pode ser representada esquematicamente conforme apresentado no FIGURA 1, que dá a estrutura, sustenta, justifica e torna viável a ATER pública.

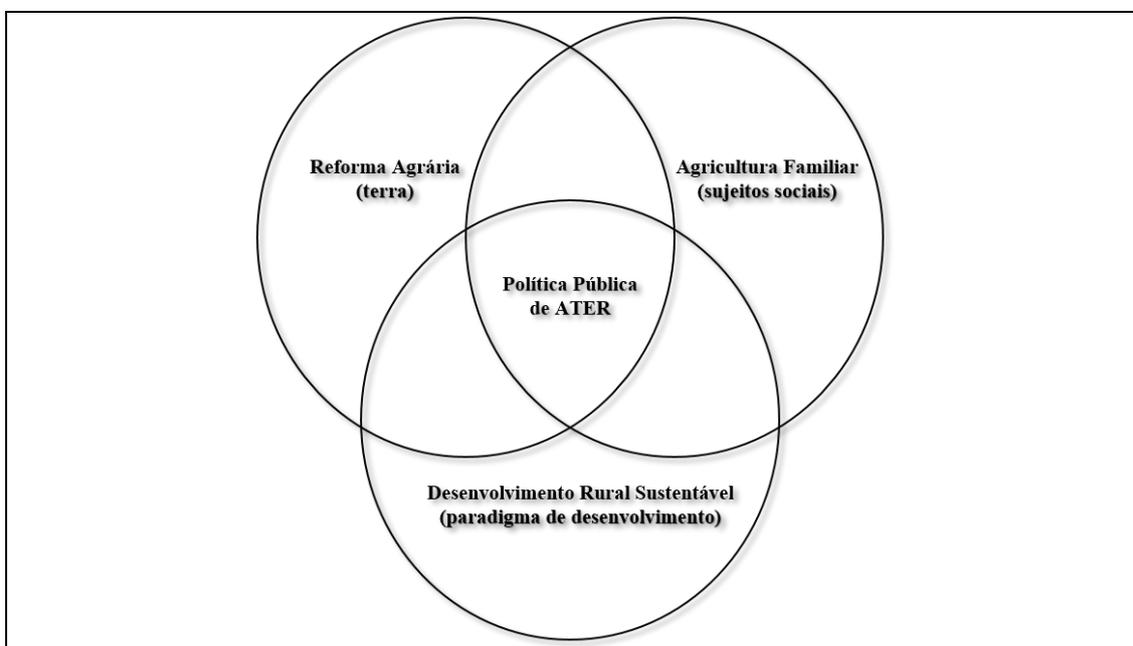


FIGURA 1. Elementos que compõe o cerne estruturante da política pública de ATER

O primeiro elemento visa assegurar o acesso à terra e a outros fatores de produção, necessários à produção agropecuária e, concomitantemente, a reduzir as desigualdades no campo, quer sejam econômicas ou sociais, como por exemplo a desigualdade de poder, essencial na definição e implementação de políticas públicas. O segundo refere-se aos sujeitos sociais a quem a política é destinada, observando seus modos de vida, ou seja, o *ethos* da agricultura familiar camponesa, tema que será tratado no Capítulo I. O terceiro aponta o paradigma de desenvolvimento a ser buscado, capaz de suscitar questionamentos político-ideológicos como por exemplo, acatar ou não a responsabilidade sobre acabar com a fome no mundo¹¹. O problema da fome no mundo está de fato relacionado à

¹¹ “A ‘Revolução Verde’ nasce em 1943, com o discurso de ‘acabar com a FOME no mundo’” (MUSSOI, 1985, p. 40). O seu modelo teórico foi elaborado nos escritórios das Fundações Ford e Rockefeller “desinteressadas instituições filantrópicas” (MUSSOI, 1985, p. 40), que financiaram a criação do Centro Internacional de Melhoramento de Trigo e

insuficiência de alimentos? Ou ainda a respeito dos objetivos últimos dessa produção. A quem ela beneficia realmente? E por fim questões sobre a base tecnológica recomendada à produção. Ela agride ao ambiente? É socialmente aceita? É economicamente viável? Entre outras possíveis questões.

Sobre a questão do acesso à terra, segundo Wanderley (2001, p.36),

Um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor. A perda de vitalidade dos espaços rurais, que gera o que se pode chamar a 'questão rural' na atualidade, emerge precisamente, quando se ampliam no meio rural os espaços socialmente vazios. Na maioria dos países considerados de capitalismo avançado, isto vem acontecendo onde a população rural, particularmente a sua parcela que é vinculada à atividade agrícola, tem a constituição ou a reprodução do seu patrimônio ameaçado e onde as condições de vida dos que vivem no campo, sejam ou não agricultores, não asseguram a 'paridade' socio-econômica em relação à população urbana, ou, pelo menos a redução da distância social entre os cidadãos rurais e urbanos.

No Brasil, os espaços vazios são, antes de mais nada, a consequência direta da predominância da grande propriedade patronal. [...]

Se a estrutura fundiária inibe o acesso à terra a uma grande maioria dos que trabalham na agricultura, também explica o fato de que o Brasil esteja longe de ter atingido qualquer meta aproximativa de paridade social. A população rural ainda é a principal vítima da pobreza, do isolamento e da submissão política.

Portanto, para se pensar em desenvolvimento rural, a partir das populações do campo, é pressuposto básico que haja garantia de acesso à terra e possibilidades de permanecer nela, vivendo e produzindo. A existência ou não de especulação imobiliária; de poder concentrado; de relações democráticas; de acesso à fontes de água e recursos da biodiversidade; de infraestrutura básica de saúde, educação, transporte, segurança além da possibilidade de geração de renda são alguns exemplos de elementos envolvidos na formação, na contenção ou na dissolução desses espaços socialmente vazios ou vazios demográficos e, por consequência, na existência de vitalidade ou decadência desses espaços rurais. Desta forma, é importante que as instituições ou organizações de ATER se posicionem frente a esta situação, ainda não resolvida no campo brasileiro.

Um campo sem população não é um campo de trabalho pertinente para a ATER pública, uma vez que para os grandes estabelecimentos do agronegócio¹² e para os agricultores empresariais, "já não faz falta, do ponto de vista da 'modernização', que o Estado intervenha com ações de fomento ou transferência de tecnologias" (CAPORAL, 2003, p.2). Isso porque as transnacionais vêm incorporando novas tecnologias aos produtos, inclusive nos segmentos de menor toxicidade ou de produtos biológicos e possuem estratégias para cativar seus clientes empregando assessores técnicos e promotores de vendas. Também a maior parte dos grandes e médios agricultores, principalmente os produtores de 'commodities', buscam novas opções tecnológicas, quando lhes convém. Além disso, existe o setor privado de serviços de Assistência Técnica e Escritórios de Planejamento Agropecuário, que trabalham preferencialmente com agricultores empresariais, apesar de também prestarem serviços para outras categorias de agricultores, inclusive familiares, para a realização de projetos de crédito

Milho (CIMMYT), em 1943, no México e o Instituto Internacional de Pesquisas sobre o Arroz (IRRI), em 1962, nas Filipinas, com a intenção de aumentar a produtividade agrícola.

¹² O agronegócio é um sistema complexo que inclui a agricultura, a indústria o mercado e o setor financeiro. Esse complexo, fortalecido por políticas públicas destinadas a ele, deu forma a "um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia" (WELCH; FERNANDES, 2008 apud GIRARDI, 2008, s/p). Isto confere um enorme poder a estas transnacionais, que é utilizado para controlar o complexo como um todo, inclusive utilizando o campesinato dentro deste sistema, de acordo com os seus interesses.

rural, por exemplo. Não é raro que os extensionistas do serviço público sejam “criticados por não estarem atualizados o suficiente com respeito às últimas novidades das indústrias de máquinas, equipamentos e agroquímicos” (CAPORAL, 2003, p.2).

Acatando o pressuposto que a ATER, enquanto política pública tem sentido em um campo povoado, pode então manter sua atualidade e importância para o desenvolvimento rural no sentido de valorizar econômica, cultural e politicamente¹³ o rural, tendo em vista o contexto provocado pela dicotomia campo-cidade¹⁴. Esta valorização carece do entendimento de que o meio rural é um lugar de viver, um espaço de socialização das famílias, ou seja, não se trata exclusivamente do *locus* da produção e do trabalho agrícola¹⁵ que promovem rendimentos monetários. Colabora com esta valorização a compreensão de que o trabalho rural não é mais exclusivamente agrícola¹⁶, e a possibilidade da pluriatividade elevar e estabilizar a renda dos residentes no meio rural (SILVA, 1997). Conforme destacado por Silva e Del Grossi ([1996?], pg 167), as “possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países”. Mas é importante observar que o fato da renda não ser proveniente exclusivamente das atividades agrícolas, não significa o abandono do *ethos* camponês, já que esta renda pode configurar “uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar” (WANDERLEY, 2001, p.37).

E é justamente o *ethos* camponês o outro aspecto da valorização do rural, a partir da relação campo-cidade, conforme proposto por Matos e Medeiros (2011).

Ao valorizar-se o espaço rural, importa referir que não se está falando, necessariamente, do rural moderno, pois neste, os espaços foram tomados pelo agronegócio e por extensões de terras ocupadas para a produção de culturas viradas a atender os centros urbanos. Estes espaços, muitos deles ligados à lógica de produção capitalista, ainda se apresentam como os mais associados ao mundo urbano. A valorização do rural é, na sua maioria, dos espaços antes considerados tradicionais, onde a relação entre as atividades humanas

¹³ Aqui não se trata de todo o rural, mas a parcela correspondente à agricultura familiar camponesa.

¹⁴ “A utilização que os autores clássicos (como por exemplo, Marx e Weber) davam ao corte urbano/rural relacionava-se ao conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) em função do progresso das forças capitalistas que minavam a velha ordem feudal. A dicotomia urbano-rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII e não propriamente um corte geográfico. É a partir daí que o ‘urbano’ passou a ser identificado com o ‘novo’, com o ‘progresso’ capitalista das fábricas; e os rurais - ou a ‘classe dos proprietários rurais’, com o ‘velho’ (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o ‘atraso’ no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais, como por exemplo na famosa disputa pela revogação das leis que limitavam a importação de cereais pela Inglaterra na época de Ricardo. Os funcionalistas americanos deste século terminaram por fazer a identificação espúria de rural com atrasado para justificar as suas propostas intervencionistas ‘de fora’, entre as quais os programas de assistência técnica e extensão rural. O diagnóstico neoclássico dizia que os agricultores eram pobres, mas eficientes: o problema não estava no uso dos ‘fatores de produção’ disponíveis, mas sim que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para superar a condição de pobreza em que viviam. Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de ‘novos fatores’ que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos, é claro” (SILVA, 1997, p.2-3)

¹⁵ Adotamos o conceito de “Agricultura no sentido genérico do termo e é referente ao conjunto das atividades agrícola, pecuária, pesca e de extração vegetal” (SILVA; DEL GROSSI, [1996?], pg 165).

¹⁶ “A partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. [...] Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século” (SILVA; DEL GROSSI, [1996?], pg 170-171).

desenvolvidas e a exploração da natureza encontra um equilíbrio. É, sobre esse rural, que a sociedade urbano-industrial vai deter-se em valorizar, com medo da perda desse patrimônio que vai sendo absorvido pelo processo de urbanização e da lógica de produção capitalista (MATOS; MEDEIROS, 2011, p. 6-7).

Portanto, a perda do rural tradicional, esse processo de erosão cultural e de paisagens socialmente construídas no cotidiano da agricultura camponesa e no seu modo de viver e se relacionar com o ambiente que a cerca, não afeta somente aos próprios agricultores, mas à sociedade urbano-industrial, principalmente os moradores das metrópoles, que tem nestes espaços um refúgio, não para a fuga da realidade, mas para recompor sua estabilidade psicoemocional necessária para dar continuidade a uma existência razoavelmente equilibrada ou socialmente aceita.

Esta é uma contradição explícita, onde ao mesmo tempo em que o urbano domina e desestrutura o rural nos planos político, econômico e social, este mesmo urbano carece do rural tradicional para sua integridade. Discordamos de Lefebvre¹⁷ (1999 apud AZEVEDO, 2012) sobre a possibilidade de uma completa urbanização da sociedade e na destruição da vida agrária e camponesa para dar lugar à uma dinâmica social urbana totalizante.

Finalmente, quanto ao terceiro aspecto central da política de ATER, o desenvolvimento rural sustentável, tocando apenas em algumas facetas dessa questão, é importante lembrar que atualmente existe uma crescente demanda por uma alimentação saudável e preocupações com uma perspectiva de desenvolvimento incluyente, socialmente justo, culturalmente apropriado, adequado nos aspectos ambientais e econômicos, o que tem sido traduzido como um paradigma agroecológico de agricultura. Nessa perspectiva, é importante ampliar e aperfeiçoar os instrumentos da PNATER e do PRONATER, qualificando sua intervenção, desde o ponto de vista da construção do conhecimento até os aspectos relativos às escolhas tecnológicas e o entendimento sobre inovação.

A via do ‘esverdeamento’ da agricultura, sob o enfoque da ‘nova revolução verde’ ou ‘revolução verde-verde’, que introduz tecnologias, processos e produtos menos agressivos ao ambiente em paralelo com transgênicos, herbicidas e outros agroquímicos visando à redução dos custos de produção, tal como ocorre no plantio direto ou no Programa Integrado de Frutas (PIF), nem sempre é tão rentável ao agricultor quanto para a cadeia do agronegócio (CAPORAL, 2003, p.1). Assim, nem tudo o que é verde é saudável, é limpo (do ponto de vista ambiental), é incluyente, é viável ou justo.

Finalizando, cabe destacar algumas questões-chave colocadas para a extensão rural e que mantêm sua atualidade e valor, apesar das recentes mudanças no cenário político e institucional brasileiro que afetam diretamente as políticas públicas para este setor. A primeira delas é a garantia ao acesso à terra e aos meios de produção necessários à produção agrícola e à manutenção dos agricultores e agricultoras no campo. A segunda, é a redução da miséria e promoção da segurança alimentar e nutricional, que não só “exigirá uma maior e mais qualificada produção de alimentos” (CAPORAL, 2003, p. 1) como um aperfeiçoamento nas formas de distribuição e acesso a esses alimentos. Além disso,

a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural; o apoio aos setores mais debilitados da população rural, de modo a garantir melhorias da qualidade de vida desta população; a realização de ações capazes de melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas em geral; e, sem dúvidas, a adoção de estratégias participativas e democráticas que incluam o imperativo de proteção ambiental, conservação dos recursos naturais e produção de alimentos saudáveis. (CAPORAL, 2003, p.1)

¹⁷ LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

O desafio posto à extensão rural, como um dos instrumentos para apoiar o desenvolvimento rural está em definir objetivos e estratégias e adotar metodologias e práticas compatíveis com este processo, voltados à sua implementação (CAPORAL, 2003).

Portanto, os conceitos de agricultura familiar camponesa e desenvolvimento são fundamentais para a política de ATER e merecem aprofundamento, e desta forma serão assuntos que voltarão a ser discutidos e aprofundados neste trabalho. O importante, neste momento inicial, é destacar a subordinação da ATER, enquanto política pública, em relação a este público e macro objetivo, o que implica entender três aspectos fundamentais que condicionam a formulação e implantação desta política: quem produz, como produz e para que está produzindo. Responder a estas três perguntas, no sentido de informar (i) a quem a ATER atende; (ii) que forma de produção fomenta e (iii) elucidar os objetivos últimos da existência ou necessidade dessa produção, nos leva ao entendimento da perspectiva de ATER e de desenvolvimento rural implantada. Este estudo intenciona colaborar com esse entendimento, a respeito de um tema que permanece atual, já que as desigualdades impostas e que se refletem no campo não foram superadas, assim como com o aperfeiçoamento das políticas de ATER e de desenvolvimento rural.

1.3 METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos do trabalho houve a necessidade de associar a pesquisa bibliográfica com a observação empírica. Os questionamentos iniciais foram desdobrados em um roteiro com perguntas norteadoras, disponibilizado no ANEXO A, levado à campo para estabelecer um diálogo com alguns agricultores (as) e pessoas indicadas no decorrer do trabalho, que pudessem ajudar a compreender esta realidade e suas restrições, dentro dos limites de um estudo de caso. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, envolvendo a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), sediada na Região Serrana do Rio de Janeiro.

Segundo Lima e Mioto (2007, p.39), o “processo de apreensão e compreensão da realidade inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidos pelo pesquisador para alcançar respostas ao objeto de estudo proposto”. Desta forma, para investigar as questões propostas partimos de uma base teórica, fornecida por pesquisa bibliográfica e de uma base empírica, obtida por meio da realização de um estudo de caso.

A elaboração e o desenvolvimento da pesquisa se deu de forma circular, com sucessivos ajustes do objeto, adaptações da própria metodologia e busca por referenciais teóricos. As questões de partida para esta pesquisa foram:

- Em que medida a ATER, encarada enquanto um sistema integrado por diversas organizações, governamentais e não-governamentais, tem respondido às necessidades dos agricultores por estes serviços?
- Como este conjunto se concatena?
- Ele é capaz de se coordenar para um objetivo comum de desenvolvimento ou não?
- Em quais aspectos seus integrantes agem de forma colaborativa, conflitante ou simplesmente não agem?
- Em quais aspectos há complementaridade ou sobreposição do sistema?
- Em quais aspectos o sistema é insuficiente para suprir as necessidades dos agricultores(as)?

A seguir detalharemos alguns componentes da metodologia assim como métodos e técnicas de pesquisa utilizados e os passos percorridos para a sua realização.

1.3.1 Pesquisa bibliográfica

Como este é um estudo exploratório, em grande parte descritivo e com um objeto pouco estudado, a pesquisa bibliográfica foi um instrumento importante para a aproximação em relação ao objeto estudado.

A pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com grande frequência (sic.) em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A sua indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 1994 apud LIMA; MIOTO, 2007, p.40).

A pesquisa bibliográfica “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p.38). Desta forma a pesquisa bibliográfica se distingue da revisão bibliográfica que busca coletar o máximo de informações sobre um tema sem, no entanto, ter a preocupação com um dado objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007).

1.3.2 Estudo de caso

Para a situação empírica, foi realizado um estudo de caso, buscando uma concretude onde se pudesse observar as interrelações das ações de ATER. Segundo Stake, “‘Estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado’. Uma questão fundamental [...] é o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso” (STAKE, 1994 apud ANDRÉ, 2005, p. 16). Observando as palavras de Stake, o caso eleito, a AAT, detinha as condições necessárias para demonstrar concretamente a ação sistêmica da ATER, ou seja, ajudar na compreensão do objeto de estudo.

O conhecimento derivado de um estudo de caso é mais concreto, contextualizado, baseado numa população de referência. A generalização obtida por meio de estudos de caso se dá a partir da interpretação do leitor. Assim, os estudos de caso têm essa preocupação em se comunicar com o leitor (ANDRÉ, 2005).

Os leitores trazem para os estudos de caso as suas experiências e compreensões, as quais levam a generalizações quando novos dados do caso são adicionados aos velhos [aqueles que o leitor tem conhecimento]. [...] ao generalizar, os leitores têm certa população em mente. Assim, diferente da pesquisa tradicional o leitor participa ao estender a generalização para [as suas] populações de referência (ANDRÉ, 2005, p. 17).

Os estudos de caso apresentam quatro características fundamentais: (i) a particularidade, já que focaliza um fenômeno, uma situação em particular; (ii) a descrição, já que seu produto é uma descrição da situação; (iii) a heurística, porque levam o leitor à compreensão dos fenômenos estudados e levam à descoberta de novos significados a partir de suas próprias experiências e (iv) a indução, já que grande parte deles se fundamenta numa lógica indutiva¹⁸ e objetivam mais a descoberta de novas relações, uma

¹⁸ A “Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.86). Ela “parte do particular e coloca a generalização como produto posterior do esforço de coleta de casos particulares. Tomando o exemplo clássico dos cisnes: somente após ter verificado os casos particulares dos cisnes estou em condições de pronunciar o enunciado geral: todos os cisnes são brancos. Assim sendo, a indução toma a sério o problema específico da generalização, nunca atingível através de formulações apriorísticas. Para se estabelecer uma regularidade científica é necessário, antes de tudo, constatar empiricamente a repetição suficiente de casos concretos confirmadores da suposta regularidade. A indução inverte o

nova compreensão, novos conceitos do que a verificação de hipóteses pré-definidas (ANDRÉ, 2005).

O estudo de caso é um estudo “da particularidade e da complexidade de um caso singular, levando a entender sua atividade dentro de importantes circunstâncias” (STAKE, 1994 apud ANDRÉ, 2005, p. 18-19).

1.3.3 Roteiro e entrevistas

A partir do problema de pesquisa, do objetivo do estudo, do referencial teórico utilizado e das questões iniciais elaboradas (questões de partida), foram identificados aspectos relevantes para compor um roteiro destinado à coleta dos dados primários, por meio de entrevistas abertas (ANEXO A). Neste trabalho foi utilizada a técnica de entrevista face a face e essas entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistados. Cada entrevistado assinou um termo de autorização do uso das informações prestadas para fins científicos e de estudo.

Um roteiro pré-elaborado se constituiu de tópicos previamente definidos, abordados durante a entrevista, que cumprem a função de motivar a fala do entrevistado e ao mesmo tempo orientar o entrevistador, evitando que assuntos relevantes deixem de ser abordados.

Nesta pesquisa, a técnica empregada foi elaborar o roteiro e organizá-lo em grupos temáticos, com o objetivo de apoiar a entrevistadora no desenrolar das entrevistas e na sistematização das respostas. As perguntas eram elaboradas na introdução de novos conjuntos temáticos ou quando fosse necessário, sendo muitas vezes reformuladas para um melhor entendimento dos entrevistados. No desenrolar das conversas, os tópicos guiaram as entrevistas. Quando os temas já haviam sido suficientemente desenvolvidos, algumas perguntas/tópicos eram suprimidas (os). Não houve nenhuma restrição ao aprofundamento dos tópicos por meio de questões adicionais que surgiam durante a conversa entre a pesquisadora e os entrevistados.

No desenrolar da pesquisa, as entrevistas foram reformuladas com o objetivo de captar informações que pudessem esclarecer aspectos para os quais ainda havia dúvidas. Assim, alguns pontos que necessitavam ser melhor compreendidos, foram explorados em novas entrevistas.

Foram realizadas ao total 6 entrevistas com agricultores(as). Cinco entrevistas ocorreram com associados da AAT durante e após as Feiras Agroecológicas de Teresópolis, às quartas-feiras e sábados, na Rua Tenente Luiz Meirelles, no centro de Teresópolis, próximo à rodoviária. E foi realizada uma entrevista com um associado na Feira Agroecológica do Comary, no sábado, em frente ao Clube Comary, em Teresópolis. Também foram entrevistados três técnicos(as), de instituições distintas, para esclarecimento de algumas dúvidas.

A amostragem determinada é do tipo não-probabilística, no formato de Bola de Neve onde escolhe-se, inicialmente, um grupo de indivíduos que, após serem entrevistados, são solicitados a identificar outros que se enquadram no interesse da pesquisa, de acordo com critérios pré-estabelecidos, para a realização de novas entrevistas (BAQUERO, 1970 apud AMÂNCIO, [20-]a). A fase de entrevistas permanece enquanto houver informações relevantes para serem exploradas. A partir do momento que as informações se tornam repetitivas as entrevistas são encerradas.

Os dois primeiros agricultores entrevistados foram identificados durante a pesquisa exploratória realizada com profissionais que trabalham na região. Estes nomes surgiram como indicações por serem pessoas capazes de transmitir uma visão ampla e

movimento evolutivo do pensamento, colocando como ponto de partida a observação verificável” (DEMO, 2012, p. 137).

aprofundada sobre as atividades da AAT e sua relação com outras instituições e projetos de extensão rural. A partir destas entrevistas os demais nomes foram surgindo, como indicações para o aprofundamento de determinados assuntos.

1.3.4 Participação em reunião

Uma situação que surgiu como oportunidade para a coleta de informações, foi a participação em uma reunião de coordenação da AAT e dos subgrupos do Sistema Participativo de Garantia (SPG), uma forma que a associação se organiza para a obtenção da certificação de produção orgânica, atestada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esta reunião foi gravada, e seus dados tratados da mesma forma que os dados obtidos por meio das entrevistas, agregando manifestações de mais 6 agricultores (as) e uma técnica presente na reunião. A participação na reunião também foi importante já que foi possível, além de coletar informações, observar a relação entre os agricultores. Devido a este acréscimo, esta pesquisa contém as manifestações de 12 agricultores(as) e quatro técnicos(as).

1.3.5 Observação direta

Na obtenção dos dados também se utilizou a observação direta de várias situações que ocorreram durante as feiras visitadas, como forma de captar a realidade estudada.

Alguns contatos ocasionais que ocorreram no local da pesquisa (feira) também foram importantes fontes de informação.

Algumas informações que faltaram foram solicitadas e obtidas por meio telefônico (*whats app*), correio eletrônico (*e-mail*) e redes sociais (*facebook*).

1.3.6 Etapas da pesquisa

A primeira etapa desta pesquisa consistiu num levantamento de dados realizado por meio de pesquisa bibliográfica e contatos diretos (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.158).

A pesquisa bibliográfica trata-se de um apanhado geral sobre os principais trabalhos realizados, capazes de fornecer dados atualizados e importantes para o tema trabalhado (MARCONI; LAKATOS, 2003). Desta forma foram buscados dados disponíveis em meio digital ou impresso, tais como livros, artigos científicos, legislação, artigos de jornais entre outros. Assim foram levantadas informações a respeito das características da região serrana e sua agricultura, dados estatísticos e socioeconômicos, legislações pertinentes, documentos públicos sobre as principais políticas e programas de ATER, documentos institucionais, artigos da imprensa, material cartográfico e também foi selecionado o referencial teórico a respeito de ATER, que subsidia esta pesquisa.

Ainda nesta etapa de levantamento de dados, de forma concomitante com a pesquisa bibliográfica, foram realizadas algumas conversas e reuniões por meio de contato direto com pessoas chave (pesquisadores, extensionistas e agricultores) que detém conhecimento sobre a realidade da agricultura familiar da região, com o objetivo de identificar alguma particularidade relevante, que eventualmente tivesse escapado à coleta nas fontes bibliográficas, e também para delimitar melhor o objeto e o local de estudo.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas abertas com pessoas chave, a princípio apontadas pelos contatos iniciais, e que pudessem colaborar com dados ou informações e elucidar algumas questões sobre o problema, a partir do caso em estudo.

A terceira etapa da pesquisa se refere à análise dos dados coletados. As informações gravadas foram transcritas e após inúmeras escutas e a fim de identificar e eliminar distorções, informações confusas e incompletas. A partir desse esforço, os dados

de interesse foram selecionados e categorizados, de acordo com suas similaridades, identificando padrões para a análise. Por meio da análise pode-se obter algumas conclusões que explicam o significado dos resultados em relação ao fenômeno estudado e em relação a outros estudos.

A quarta etapa se refere à produção textual e à comunicação dos resultados da pesquisa, que ocorre mediante a produção de artigos científicos para publicação em revistas, periódicos, congressos e seminários.

2 CAPÍTULO I:

ATER, AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 INTRODUÇÃO

Conforme foi salientado no capítulo anterior, são três os elementos que compõe o cerne da política pública de ATER, a reforma agrária, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. Já discorreremos um pouco sobre cada um desses elementos no sentido de demonstrar a importância e a atualidade da existência da ATER no campo brasileiro, o que dá sentido à Política Pública da ATER. Evitar e reverter os vazios demográficos; valorizar o rural econômica, cultural e politicamente, tendo em vista a dicotomia campo-cidade; promover a segurança alimentar e nutricional da população brasileira assim como fomentar a proteção e conservação dos recursos naturais a partir de uma perspectiva agroecológica de produção e finalmente garantir que estes processos ocorram de forma democrática e participativa são as estratégias para nortear as ações de ATER para reduzir a miséria, o êxodo rural, o envelhecimento e masculinização do campo, reduzir a desigualdades sociais, garantir a soberania alimentar do país, conservar os recursos naturais para as gerações futuras, promover a autonomia e estimular a geração de renda pelas populações do campo.

Neste capítulo vamos nos deter em aprofundar o conhecimento sobre a ATER desde uma perspectiva histórica; sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato, importantes para a compreender quem são os sujeitos do campo; os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento rural sustentável, bastante controversos, mas que fazem parte do entendimento político sobre a ATER, firmado por meio das CNATERs e das Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS). Pretendemos aprofundar este tema para ampliar a compreensão sobre os elementos que compõe o cerne da PNATER; e em seguida, refletir a respeito do entendimento sobre o que são políticas públicas, para finalmente discorrer sobre a política pública de ATER, a partir de sua legislação.

Esse conjunto de informações e referências apoiarão, mais à frente, a compreensão sobre a realidade da AAT, suas opções, suas dificuldades, sua inserção na sociedade e relação com a política pública de ATER. Portanto fazem parte da “bagagem” teórica que irá direcionar o olhar analítico.

2.2 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA ATER

Desde o século XIX há rudimentos de ações de extensão rural no Brasil. Inicialmente com a criação dos institutos imperiais de agricultura, com atribuições de pesquisa, ensino agropecuário e difusão de informações. Publicavam periódicos com resultados de pesquisas e havia um serviço de extensão rural rudimentar, prestado por agricultores profissionais. Em 1910, foi criado e regulamentado o Ensino Agrônomo, em três níveis, básico, médio e superior, com atribuições para realizar assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais, por meio de ‘cursos ambulantes de agricultura’; ‘consultas agrícolas’; ‘conferências agrícolas’ seguidas de demonstrações práticas; pela criação de ‘campos de demonstração’ para divulgação de conhecimentos práticos e ‘fazendas experimentais’. Na década de 40 foram criados mais de 200 ‘Postos Agropecuários’ vinculados ao Ministério da Agricultura, que serviam como pequenas fazendas demonstrativas de tecnologias agropecuárias. Ainda nesta década, existiram outras ações de caráter extensionista relacionadas à organização da vida rural, que obrigavam cada município a possuir uma associação rural, composta pelos proprietários rurais, que teriam como sede as chamadas ‘Casas Rurais’, com a função de um órgão técnico consultivo governamental. Essa institucionalização das associações visava frear

a sindicalização dos trabalhadores no campo. Nesse período, o Partido Comunista promoveu a criação de associações de trabalhadores rurais, conhecidas como ‘Ligas Camponesas’, que defendiam a reforma agrária e a sindicalização, e posteriormente caíram na ilegalidade. Em 1949, o Ministério da Educação e Saúde, a Igreja Católica e o Serviço Social criaram as ‘Missões Rurais de Educação’, fundamentadas no desenvolvimento de comunidades mediante processos educativos e assistenciais, e compostas por equipes multidisciplinares (agrônomos, médicos, sociólogos, assistentes sociais e psicólogos) (PEIXOTO, 2008).

Assim, no Brasil, a extensão rural surgiu como uma proposta de instrução popular que se estendia para além da escola rural, direcionada ao adulto do campo, e que consistia na divulgação de certos conhecimentos e práticas voltados ao seu aperfeiçoamento técnico, mas que não promoviam a mobilidade social, mantendo a estrutura da sociedade intacta. Desta forma, esses agricultores eram mantidos na classe trabalhadora. Esta proposta ecoava positivamente perante a elite conservadora agrária e também ao grupo industrial, interessado na contenção do êxodo rural e em evitar as suas consequências negativas para as cidades (FONSECA, 1985).

Em 1948 foi firmado um convênio entre Brasil e Estados Unidos¹⁹ institucionalizando a Extensão Rural no Brasil, no intuito de produzir divisas a partir de produtos alimentícios para exportação e suprir as necessidades básicas dos trabalhadores urbanos, com baixos custos, desonerando a indústria. Desta forma surgiu a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) (FONSECA, 1985).

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956. As Acar eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros (PEIXOTO, 2008).

Nas décadas seguintes, os governos subsequentes também souberam reconhecer a importância política da extensão rural e fazer uso dela como instrumento para seus propósitos. Assim foi, por exemplo, no governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, no momento da criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)²⁰. Até então o financiamento das atividades de extensão era externo. Com o crescimento do sistema de extensão surge a necessidade de existir um órgão coordenador central. Nesse momento o governo brasileiro assume a corresponsabilidade sobre esses trabalhos, em parceria com a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), com o papel de financiador, por meio do Banco do Brasil. O governo não permitiria a existência de programas assistenciais em seu território sem a sua participação, já que utilizava este tipo de programa como um dos elementos para a negociação com os trabalhadores, no intuito de frear seus questionamentos, num momento de expansão da industrialização (FONSECA, 1985).

De acordo com Da Ros (2012b), a ABCAR foi criada para coordenar e orientar a extensão rural no país, num período em que deteve um forte caráter assistencialista, quase missionário, e seus objetivos visavam reverter a situação do analfabetismo, da quase completa ausência de higiene e saúde, a alimentação deficiente, a precariedade no vestuário entre outras, evidenciando um forte caráter de ‘assistência social’ ao rural. Essa

¹⁹ A ACAR foi fruto de um convênio firmado entre o governo mineiro e a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), instituição privada da família Rockefeller (FONSECA, 1985, OLIVEIRA, 1999; CALLOU, 2006; DA ROS, 2012b).

²⁰ Entidade privada, sem fins lucrativos, criada para coordenar as diversas novas organizações de serviços semelhantes que vinham surgindo no território nacional, e também para dar apoio financeiro e orientação sobre os princípios e filosofia do trabalho extensionista, dando uma ideia de unidade ao sistema (FONSECA, 1985).

fase foi denominada de “*humanismo assistencialista*” (RODRIGUES apud DA ROS, 2012b, p.7, grifo do autor). A extensão rural, nesta época, tinha o papel de servir para a expansão do capital. O aumento da produção agrícola, e consequentemente de divisas, ocorreria por meio de tecnologia advinda dos países mais industrializados. Outra consequência seria a liberação de mão de obra para o processo de industrialização (TRIGO Y KAIMOWITZ, 1994²¹ apud DA ROS, 2012b).

Em 1960, o desenvolvimento rural ganhou destaque nas reuniões internacionais promovidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), com o objetivo de ‘combater’ o comunismo na América Latina por meio de “medidas positivas de reformas sociais e econômicas, e não pelo caminho do anticomunismo dogmático” (MATTHEWS, 1963 apud FONSECA, 1985, p.149-150). Esta situação foi decorrente da crise de liderança vivida pelos Estados Unidos a partir da Revolução cubana, que desencadeou o apoio americano a planos e programas de desenvolvimento econômico na América Latina (IANNI, 1950/1970 apud FONSECA, 1985). A preocupação com as desigualdades sociais e econômicas impulsionaram programas de reforma agrária e de assistência técnica.

A partir deste aval externo, associado ao quadro político interno favorável a reformas estruturais como a reforma agrária, e tendo em vista a crescente mobilização das massas rurais interessadas em alterar a estrutura agrária e consequentemente de poder, é que a inserção norte-americana, que existia em termos de filosofia e execução da extensão rural, se retirou desta função no país e o Estado brasileiro assumiu a prerrogativa da elaboração, gestão e execução destes serviços, de forma explicitamente integrada aos programas de desenvolvimento rural, como instrumento educacional e configurando-se como “um recurso político a mais” (FONSECA, 1985, p.154) para a ação de assistência ao meio rural, porém subordinada à política agrícola vigente.

Além disso, no momento da institucionalização do Sistema ABCAR²², ou Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER), durante a elaboração e posterior aplicação do seu Plano Diretor Quinquenal²³ (1961-1965), fica evidente o uso eleitoral das atividades de extensão rural quando, para o governo, “era fundamental não perder de vista os interesses imediatos da política eleitoral, base participativa de sustentação do populismo. [...] Neste momento a preocupação primeira era ampliar as bases sociais da ação extensionista na tentativa de obter ganhos políticos diretos” (FONSECA, 1985, p.156).

Com o golpe de 1964 e a instauração do regime militar no Brasil, ganharam força os grupos nacionais aliados ao capital internacional, os militares assumem a função da segurança e os tecnocratas a função de modernizar a estrutura do Estado e garantir o crescimento econômico. A extensão permaneceu alinhada aos interesses dominantes e as atividades da ABCAR foram regulamentadas e integradas à política voltada à contenção dos movimentos camponeses organizados, juntamente a outras medidas com esta mesma finalidade, tais como a criação do Estatuto da Terra²⁴ e de Institutos ligados ao

²¹ TRIGO, E. J. y KAIMOWITZ, D. (1994). Investigación agrícola y transferencia de tecnología en América Latina en los noventa. *Cadernos de Ciência y Tecnología*, vol. 11, nº 1/3, 99-126.

²² Em 1961 o Sistema ABCAR foi inserido como um instrumento dentro da política agropecuária pelo Conselho de Ministros do governo federal, passando a contar com 60% de recursos federais e 40% de recursos estaduais para sua manutenção (FONSECA, 1985).

²³ O Plano Quinquenal era um instrumento de planejamento e gestão das ações de ATER, que iria ordenar o crescimento do sistema de extensão em consonância com os recursos financeiros e humanos previstos, considerando objetivos e diretrizes pré-estabelecidos para os trabalhos, a fim de uniformizar e otimizar estas ações, para que não ocorressem esforços repetidos entre entidades oficiais de assistência e fomento (FONSECA, 1985).

²⁴ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Seus objetivos eram conter a tensão social no campo e fortalecer as empresas capitalistas rurais (FONSECA, 1985).

desenvolvimento e reforma agrária (FONSECA, 1985). A concepção educacional deixava de ter um enfoque ‘psicossocial’ que norteava o ‘modelo difusionista-inovador’ de Everret M. Rogers²⁵ e passava a um enfoque ‘econômico’ norteado pela ‘teoria do capital humano’, que concebe a educação como investimento. Os trabalhos de extensão que eram voltados aos pequenos e médios estabelecimentos rurais, passam também a atender os grandes estabelecimentos visando a aumentar a “produção agrícola e na melhoria da produtividade; [e a] dar preferência à orientação de produtores que sejam proprietários dos estabelecimentos, tendo em vista que a propriedade constitui uma importante condição prévia para o desenvolvimento subsequente (sic.)” (FONSECA, 1985, p. 173).

Assim, a proposta modernizante da agricultura é posta em curso, onde a agricultura é vista como um mercado para os produtos industrializados (máquinas, equipamentos e insumos químicos industriais), o crédito é concentrado em regiões e produtos, a agricultura é vinculada ao sistema financeiro e cumpre um papel de produtora de divisas, por meio da exportação, e produtora de matérias-primas e alimentos para o mercado interno, gerando empregos e reduzindo tensões sociais. Neste quadro, “o Estado no seu ‘afã de acelerar a modernização da agricultura brasileira’ apresentou-se como a única fonte capaz de conferir à continuação do projeto extensionista, suporte financeiro e institucional” (FONSECA, 1985, p.178-179).

Assim, já na década de 1970, durante o regime militar, a Lei nº 6.126/1974 instituiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, para coordenar o sistema de ATER pública e incluiu também as organizações não estatais (DA ROS, 2012b). “A estatização do sistema ocorreu mediante transformação das ACARs em Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), incorporando-as ao Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER)” (DA ROS, 2012b, p.8). O Sistema ABCAR ou SIBER se transformou em SIBRATER (PEIXOTO, 2008).

A EMBRATER incorporou a ABCAR e as ACARs, agora EMATERs, subordinavam-se ao controle da Embrater para receber auxílio financeiro desta. Enquanto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada no ano anterior, 1974, cuidava da inovação agropecuária, caberia a partir de então à Embrater a difusão da inovação no ambiente rural por todo o Brasil (CASTRO, 2015).

A principal função da EMBRATER “era fomentar e integrar o Sibrater, sobretudo através da capacitação de extensionistas e repasse de recursos de programas federais de apoio ao setor rural” (PEIXOTO, 2008, p.24).

O foco da atuação da ATER foi alterado para melhorias da produção, produtividade e renda e com conseqüente aumento na qualidade de vida. O crédito se transformou no principal mecanismo de expansão agrícola no Brasil. Nesta fase, conhecida como “*difusionismo-produtivista*” (DA ROS, 2012b, p.7, grifo do autor) a EMATER foi um dos principais instrumentos da política de modernização conservadora²⁶.

²⁵ ROGERS, Everret M.; SHOEMAKER, F.F. *La comunicación de innovaciones: un enfoque transcultural*. México/Buenos Aires, Centro Regional de Ayuda Técnica/AID, 1974, (tradução da obra *Diffusion of Innovations* publicada em inglês, 1962).

²⁶ Modernização Conservadora é um termo utilizado para designar o processo de modernização do campo, no Brasil dos anos 50 a 70, período desenvolvimentista onde buscou-se avançar no processo de industrialização como etapa necessária para o aprofundamento das relações sociais capitalistas e da divisão internacional do trabalho. A modernização é conservadora porque altera a estrutura tecnológica (Revolução Verde), sem alterar as relações sociais de poder e as estruturas fundiária e econômica que continuam concentradas (DELGADO, 2009).

Com as sucessivas crises do petróleo ocorridas na década de 1970 (1973 e 1979), as taxas de juros internacionais subiram, o que levou o Brasil ao endividamento externo na década de 1980 (CASTRO, 2015).

Nesta década, com a democratização do país surgiu o movimento social extensionista, e em 1986 foi criada a Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Público do Brasil (FASER). Também nesta década, a EMBRATER passa a estimular, dentro do SIBRATER, “ações voltadas prioritariamente para os pequenos produtores e assentados rurais do 1º Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA, criado pelo Decreto no 91.766, de 10/10/1985), além de novas metodologias de capacitação extensionista, baseadas em pedagogia de alternância” (PEIXOTO, 2008, p.25).

Ao mesmo tempo, com o surgimento da política neoliberal de redução do tamanho e do papel do Estado na economia,

o financiamento de praticamente todas as funções estatais se fez reduzido. A Embrater não foi poupada dos cortes orçamentários e da redução forçada de sua capacidade de atuação. A ATER brasileira passou a enfrentar uma crise sem precedentes, afetando mais intensamente os estados e municípios mais pobres do país, bem como os pequenos agricultores, que tinham menos condições de acesso a serviços de ATER que não os ofertados pelas instituições públicas em crise (CASTRO, 2015, p.51).

Apesar da Constituição Federal determinar que as políticas agrícolas contemplem os serviços de Ater, o Governo Sarney, em 1989, extinguiu a EMBRATER e outras estatais, o que ficou conhecido como ‘Operação Desmonte’. O setor extensionista, com o apoio dos produtores rurais, reagiu e promoveu uma grande marcha em Brasília, que resultou na suspensão da dissolução da EMBRATER (PEIXOTO, 2008). A despeito desses esforços, em 1990, o recém-eleito presidente Fernando Collor extinguiu a EMBRATER juntamente com outras estatais, justificando a promoção do ajuste fiscal nas contas do governo (CASTRO, 2015).

Ainda em 1990, o acervo técnico e patrimonial da EMBRATER foi transferido para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, que ficou com a atribuição de coordenar as atividades de ATER nas áreas de Reforma Agrária, por meio da Secretaria Nacional da Reforma Agrária (SNRA) e coordenar o SIBRATER por meio da EMBRAPA (PEIXOTO, 2008).

Depois de tentativas frustradas do Ministério da Agricultura e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em coordenar o SIBRATER, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), criada em 1990 pelos dirigentes das empresas estaduais de ATER para defender seus interesses perante os poderes nacional e internacional, acabou realizando esta função (DA ROS, 2012b).

Por outro lado, como a Constituição de 1988, em seu Cap. III, Art. 187, já garantia, naquela época, a Assistência Técnica e Extensão Rural como um dos principais instrumentos da política agrícola (BRASIL, 1988), assim a ideia de uma ATER pública e gratuita voltou a ganhar força. Em 1997, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural do Brasil (FASER) e a ASBRAER, realizam, 27 seminários estaduais e 01 nacional com o objetivo de reestruturar os serviços públicos de ATER (DA ROS, 2012b).

Esta crise, resultante da extinção da EMBRATER, provocou profundas mudanças na ATER brasileira, destacadamente na composição das instituições prestadoras deste tipo de serviço. Em 2003, Muchagata et al. pesquisaram um universo amostral de 5.700 entidades de ATER em todo o país, agrupando estas instituições de caráter público ou

privado, em 11 categorias. Entre elas encontram-se instituições Estaduais; Prefeituras, incluindo Secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Rural entre outras; Organizações Não Governamentais (ONGs); instituições representativas como, por exemplo, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Movimentos Sociais, Associações locais; prestadoras de serviços, tais como Escritórios de Planejamento e Cooperativas de Técnicos; Cooperativas de Produção; Instituições de Ensino e Pesquisa; Cooperativas de Crédito; Agroindústrias; o Sistema S e outras instituições públicas, como, por exemplo, os Institutos de Terras entre outras. “Um dos principais resultados da pesquisa é a constatação de uma Ater plural e diversificada no país” (MUCHAGATA et al, 2003, p.i).

Segundo Muchagata et al. (2003), essas instituições e organizações foram criadas, em sua maioria, nas décadas de 1980 e 1990, devido ao fortalecimento da sociedade civil, decorrente da redemocratização, mas também devido à “implantação de políticas específicas de apoio à agricultura familiar e aumento do número de assentamentos no país, contribuindo para a diversificação das necessidades do meio rural e levando a uma multiplicação de atores para atendê-las” (MUCHAGATA et al, 2003, p.ii). As organizações governamentais têm uma forte presença no país, cobrindo entre 50% a 99% dos municípios, de acordo com a região. “Todas têm como público prioritário os produtores familiares, sendo que pelo menos um terço das instituições atende também agricultores patronais” (MUCHAGATA et al, 2003, p.iii).

Esta é uma breve visão histórica sobre a ATER, que procurou trazer alguns elementos a partir dos quais é possível identificar a utilidade deste instrumento de política agrária e agrícola, de acordo com os interesses políticos e econômicos dominantes. O cenário mais recente da atividade de ATER encontra-se descrito na introdução deste trabalho.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: OS SUJEITOS SOCIAIS DA ATER

O primeiro aspecto que condiciona a política de ATER é a necessidade de garantir o acesso à terra e aos bens de produção aos agricultores e agricultoras familiares, expresso pela reforma agrária como estratégia capaz de estabelecer esta garantia, promovendo um reordenamento fundiário e uma mudança na estrutura social, desconcentrando a posse da terra, do capital e do poder. A terra é o bem fundamental para a realização do trabalho agrícola e para o desenvolvimento rural. A estabilidade produtiva depende do acesso à terra, à água e demais recursos produtivos. Embora não nos aprofundemos neste quesito, seria leviano não mencionar sua importância e estaríamos sendo omissos negando seu valor.

O segundo aspecto se relaciona a quem a política se destina, que é o sujeito implicado na produção agrícola em geral, quer seja de bens alimentícios como não alimentícios, de origem vegetal ou animal. Assim, é importante perceber quem é o agricultor (a) familiar brasileiro e sua importância socioeconômica, no contexto deste país.

Nas políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro, o conceito de agricultura familiar é uma construção política, resultado de um processo de discussão e negociação entre intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), apoiado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o objetivo de valorizar uma parcela da população rural, importante na produção de alimentos para o país, mas fragilizada perante

o avanço do agronegócio²⁷. Neste processo se reconheceu a racionalidade social e econômica da pequena produção agrícola, assim como sua capacidade de adaptação produtiva (GIRARDI, 2008; BERNAL; MARTINS, 2015b).

Assim, para o Estado brasileiro o conceito de agricultura familiar encontra-se definido na Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e define o agricultor familiar e empreendedor familiar rural, com a finalidade de determinar o universo da população que tem direito ao acesso à essa política pública. Para fins da legislação brasileira, agricultor (a) familiar é quem pratica atividades no meio rural e que não possui estabelecimento agrícola ou agropecuário com área maior que quatro módulos fiscais, gerido pela família e usado para a produção, a partir do emprego predominante da mão-de-obra familiar, e que, a partir de suas atividades econômicas, gera renda para a família, ainda que seja uma porcentagem mínima na composição da renda familiar. Também são beneficiários desta Lei silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores artesanais, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, resguardadas algumas condições específicas para estes grupos (BRASIL, 2006).

Apesar da legislação brasileira ter critérios que estabelecem uma determinada fração da população rural como agricultura familiar, é importante aprofundar teoricamente a reflexão sobre quem é este sujeito social a partir do conceito de campesinato, mesmo que brevemente e sem a pretensão de esgotar este assunto, que ainda é um campo em disputa intelectual, social e política. Ampliar esta percepção é importante já que a agricultura familiar é composta por um grupo bastante heterogêneo, de forma que suscita questões sobre a adequação das políticas públicas para o atendimento ao seu conjunto. Ou, em outra perspectiva, se haveria necessidade de formulação de políticas diferenciadas para o atendimento às necessidades específicas de cada subgrupo. Esta é uma reivindicação dos movimentos camponeses, que tem sido incluída nos debates políticos e acadêmicos.

Segundo Girardi (2008), fundamentado no pensamento de autores clássicos como Kautski, Lênin, Chayanov, Shanin e Abramovay, para discutir o que ele resume como as duas formas de analisar o desenvolvimento da agricultura, o centro da discussão sobre agricultura familiar e campesinato reside nas diferenças entre dois paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA), fundamentado nos quatro primeiros autores e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), fundamentado no último autor.

No PQA não há distinção entre camponês e agricultor familiar, assumindo a tese que existem diferentes ‘graus de camponesidade’, havendo camponeses ricos, médios e pobres e, admitindo a capacidade de adaptação dos camponeses em diferentes períodos históricos e frente à diversidade tecnológica. Shanin (2005 [1980] apud GIRARDI, 2008) “defende a permanência do campesinato na sociedade capitalista atual e o caracteriza como uma sociedade que existe paralelamente e de forma articulada ao modo de produção predominante, seja ele feudal, escravista, asiático ou capitalista”.

No PCA a distinção entre agricultura familiar e camponesa se dá devido ao grau tecnológico e de integração ao mercado assumido pelo agricultor/camponês. Segundo este último paradigma, o camponês se ‘metamorfoseia’ em agricultor familiar à medida que amplia seu grau tecnológico e de integração com o mercado. Assim, dentro do capitalismo, ou o camponês se torna um agricultor ‘profissional’, ocupando seu posto de

²⁷ O agronegócio é um sistema complexo do qual fazem parte a agricultura, a indústria o mercado e o setor financeiro. Isto confere um enorme poder a estas transnacionais, que é utilizado para controlar o complexo como um todo, inclusive utilizando o campesinato dentro deste sistema, de acordo com os seus interesses. (GIRARDI, 2008).

trabalhador na divisão social do trabalho, ou ele sucumbe. Neste paradigma, o camponês não é capaz de incorporar mudanças tecnológicas nem absorver as mudanças sociais ocorridas desde o final do século XIX. Estas são diferenças existentes no plano teórico, como formas distintas de analisar o desenvolvimento da agricultura (GIRARDI, 2008).

Em ambos conceitos, de agricultura familiar ou campesinato, existe a centralidade do trabalho familiar na produção. Outras características são o controle dos meios de produção; empregar somente um pequeno número de assalariados; área de produção restrita à capacidade do trabalho familiar; necessidade da garantia da terra para trabalhar e obter renda; forma de economia de subsistência; ocupação multidimensional; cognições típicas para o aprendizado ocupacional, para desenvolver tendências ideológicas, para a cooperar, confrontar, resistir e para constituir lideranças políticas; características próprias de organização social e de funcionamento similares em todo o mundo assim como padrões e tendências de organização política com semelhanças regionais e mundiais (GIRARDI, 2008).

Segundo Schneider e Niederle (2008, p.992)

O que há de comum entre ambas noções [campesinato e agricultura familiar] é que trabalho, produção e família formam um conjunto que opera de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e gerenciando processos biológicos através dos quais buscam criar condições materiais que visam garantir sua reprodução enquanto um grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e de produção, as relações com os mercados e as formas de transmissão patrimonial são fortemente influenciadas por relações de consanguinidade (sic.) e parentesco que são tributárias tanto do modo como as famílias gerenciam os seus recursos materiais como dos valores culturais e simbólicos que definem sua identidade.

Em outras definições relevantes sobre o campesinato apontam que o camponês é um trabalhador que vive do trabalho na terra e não da renda ou especulação imobiliária sobre a terra (KAUTSKY, 1986 [1899]) apud GIRARDI, 2008). E ainda, que o campesinato não é um tipo econômico, mas um modo de vida que ultrapassa a lógica meramente econômica, apresentando valores éticos, morais e hierárquicos (MARQUES, 2008 apud GIRARDI, 2008). Segundo Marques (2008 apud GIRARDI, 2008) no campesinato há uma diversidade de formas de acesso à terra possíveis, fundamentadas no trabalho e modo de vida familiar: a posse, o arrendamento, a parceria, a pequena propriedade entre outras.

O que confere uma identidade social ao grupo heterogêneo de camponeses ou agricultores familiares é o fato que

constituem um vasto contingente social que possui acesso precário, parcial ou insuficiente a meios de produção, como terra e capital produtivo, assim como informações e canais de escoamento de sua produção excedentária. A força de trabalho da família é seu principal fator produtivo abundante, mas enquanto um núcleo familiar, trabalho e produção fazem parte de um todo indivisível em que as relações de consanguinidade (sic.) e parentesco funcionam como cimento e fator de coesão do grupo social. Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o auto-provisionamento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, p.994).

A partir da compreensão que o campesinato é muito mais uma forma de viver, é possível inferir que a forma de viver do camponês é intimamente relacionada com a natureza. Existem múltiplas formas de relação possíveis entre sociedade e natureza que precisam ser reconhecidas, respeitadas e valorizadas para que sejam providas aos

agricultores familiares ou camponeses as condições materiais para a sua reprodução econômica, social, simbólica e cultural nos territórios onde vivem. O Brasil é um país de “megadiversidade sócio-cultural” (DIEGUES, 2005, p.307) representada por indígenas, caipiras, caiçaras, ribeirinhos, caboclos que convivem com a biodiversidade, nomeiam, classificam e manipulam a biodiversidade não como um ‘recurso natural’ mas como um “valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia” (DIEGUES, 2005, p.307). Assim, é que se pode falar em ‘etnobiodiversidade’, ou da riqueza da natureza da qual os seres humanos participam.

Esta reflexão colabora com o conceito de campesinato apresentado por Guzmán e Molina (2005 apud GIRARDI, 2008, grifo do autor), para quem

o campesinato é, mais do que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de ‘camponesidade’.

Em 1990, Toledo estudou estes graus de camponesidade que podem ser verificados pelos seguintes indicadores: o tipo de energia que é utilizada; o tamanho da área e da produção; o grau de autossuficiência; a natureza da força de trabalho; a diversidade do sistema; a produtividade ecológico-energética e do trabalho; a natureza do conhecimento e a cosmovisão (GUZMÁN e MOLINA, 2005 apud GIRARDI, 2008). O que leva a crer que o processo de subsistência do campesinato, por meio de sua adaptação perante a expansão do capitalismo, está centrado em uma nova tecnologia para a produção agrícola, capaz de manejar o solo e a matéria orgânica de forma inteligente, com o emprego de baixo capital, necessitando de pouca terra e pouca energia não renovável (GUZMÁN e MOLINA, 2005 apud GIRARDI, 2008). Estas questões relativas à tecnologia para a produção, fazem referência ao segundo aspecto fundamental que condiciona a formulação e implantação da política de ATER: como se produz ou que forma de produção esta política pública fomenta.

Quanto à importância socioeconômica da agricultura familiar, pode ser verificada a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006²⁸. De acordo com esta pesquisa, neste ano existiam 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009a) dos quais 4,4 milhões, ou 84,4% destes estabelecimentos, destinavam-se à agricultura familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009b). Em termos de área a agricultura familiar ocupava 80,25 milhões de hectares, ou 24,3% da área com estabelecimentos agropecuários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009b). Havia 7,80 milhões de ha ocupados por estabelecimentos com menos de 10 ha e 62,90 milhões de ha ocupados por estabelecimentos entre 10 e 100 ha (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009a). Isso significa que aproximadamente 21% das áreas ocupadas com estabelecimentos agropecuários eram de pequenos e médios estabelecimentos, situados em apenas 8% das terras brasileiras, o que demonstra a concentração de terras no país.

Além disso, em 2006 havia 16,57 milhões de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009a), dos quais 74,4% ou 12,3 milhões de pessoas eram vinculadas à agricultura familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009b). Quase todos os pequenos estabelecimentos contavam exclusivamente com mão

²⁸ Esta é a última pesquisa censitária brasileira destinada às áreas rurais. A partir de 2006 o Censo passou a ser dividido em áreas temáticas. O Censo Agropecuário é uma continuação do Censo Agrícola.

de obra familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009a).

Segundo França, Del Grossi e Marques (2009), na pesquisa do Censo Agropecuário 2006 apenas 31% dos estabelecimentos familiares declararam alguma receita. No entanto, o valor médio das receitas das unidades familiares de produção agrícola, por área total, foi 1,6 vezes superior ao valor médio das unidades não familiares. Quando o critério de análise segue a área aproveitável, esta relação diminui, sendo que as unidades familiares ainda são superiores em 1,5 vezes às unidades não familiares. Em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura familiar, este cresceu 61% entre 1995/1996 e 2006, já descontada a inflação. Estes dados revelam, portanto, a eficiência produtiva das unidades familiares de produção agrícola.

A respeito de índices de desenvolvimento, para se ter uma noção sobre a renda da agricultura familiar, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011) a renda média mensal familiar correspondente a este setor da agricultura era de R\$1.138,00 em 2003, e em 2009 subiu para R\$1.499,00 representando um aumento de 31,7%, em valores equiparados a setembro de 2009.

Em termos de produção, os principais produtos provenientes da agricultura familiar são destinados ao abastecimento interno, o que destaca sua contribuição relevante para a segurança e soberania alimentar²⁹. Entre estes produtos estão 87,0% da produção de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% da produção de milho, 38,0% da produção de café, 34,0% do arroz, 21,0% do trigo, 16% da soja, 58,0% do leite, 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves e 30,0% dos bovinos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009b). Estas informações referem-se à finalidade ou destino da produção e, portanto, dizem respeito ao terceiro aspecto que condiciona a formulação e implantação da política de ATER: para que se está produzindo, ou seja, desvendar os objetivos últimos dessa produção.

Os dados apresentados também revelam a importância econômica da agricultura familiar, fundamentam e justificam a existência de políticas públicas para o setor. Por meio desses dados, também é possível inferir a diversidade da agricultura familiar em termos econômicos, produtivos e sociais. A diversidade é uma regra e uma vantagem nesse contexto. As famílias com maior diversidade produtiva e de renda, que são pluriativas e/ou agregam valor à produção, possuem rendas maiores e um meio de vida mais sustentável do que aquelas que produzem somente *commodities* agrícolas (PERONDI, 2007).

2.4 O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO

2.4.1 Perspectivas de desenvolvimento no Brasil: desenvolvimentismo, neoliberalismo, desenvolvimento local ou desenvolvimento como liberdade?

No Século XX, dos anos 30 à década de 80, o Brasil vivenciou um conjunto de ações governamentais estratégicas, fundamentadas na industrialização planejada pelo Estado, conhecido como ‘desenvolvimentismo’ (TENORIO, 2002).

²⁹ Enquanto “Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”, o conceito de Soberania Alimentar coloca que cada país “tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos” (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004, p.4).

Na década de 30, com a decadência do café, o Estado passou a incentivar um conjunto de ações voltadas à industrialização do país. O desenvolvimentismo, como ficou conhecido este processo, vigorou até a década de 80 (TENORIO, 2002), sendo que uma das características essenciais do Estado desenvolvimentista foi “ser o agente estruturante e politizado do processo de industrialização do capitalismo brasileiro³⁰” (IANONI, 2009, p. 159), com impactos nos meios urbano e rural, na economia e nos modos de vida da sociedade, que tem repercussão até os dias atuais, quer seja na infraestrutura física e de serviços, na legislação e políticas públicas, ou no contexto social³¹. Saviani Filho (2013, p.856) sintetiza Vargas como “o construtor do moderno Estado brasileiro. Além de ser o líder da transformação de uma economia agrário-exportadora voltada para fora em outra industrializada e voltada para dentro”.

Mais adiante, já na década de 1990, algumas mudanças importantes ocorreram no Brasil, tanto nas suas dinâmicas sociais quanto no seu cenário político institucional. Estas mudanças foram, em parte, decorrentes da promulgação da nova Constituição, em 1988, “que rege o tecido jurídico e societário brasileiro na atualidade” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.S126). E outro fator determinante para os rumos da sociedade e economia brasileiras, se refere à perspectiva político-econômica e ao posicionamento do Brasil no ordenamento político mundial. Neste período

os países centrais impuseram aos países devedores as chamadas políticas neoliberais, transplantando para a periferia um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras [...], que consistiam [...] em diminuição do papel do Estado, privatizações, desregulamentações e abertura comercial (CANO, 2000, p. 299).

Foi nesta década que o desenvolvimentismo foi substituído pelo ‘Estado Mínimo’, que prega que as forças de mercado são suficientes para resolver as distorções socioeconômicas. O Estado só precisa assegurar a iniciativa privada, e, nesta perspectiva, o desempenho da sociedade é melhor quando o Estado interfere menos (TENORIO, 2002). Enquanto de 1950 a 80 foi o auge do desenvolvimentismo, de 80 a 2010 foi o auge do neoliberalismo (MIRANDA, 2014).

Porém, o liberalismo econômico não pôde resolver os problemas crônicos e estruturais brasileiros, como a pobreza por exemplo, e as áreas da educação, habitação, saúde, transporte entre outras, permaneceram deficitárias. Segundo Tenório (2002), o crescimento econômico, sem distribuição de renda, aliado a situações de injustiça social, são fatores que comprometem a democracia e a cidadania. Além disso, não responde às questões ambientais. Conforme afirmam Foladori & Tommasino (2000, p.42) “*el desarrollo por sí mismo – y contra la idea que se tenía hasta los cincuenta – no daba cuenta de un equilibrio con el medio ambiente, y tampoco lograba la equidad al interior*”

³⁰ Conforme podemos ver em Cano (2012, p. 156) o “capitalismo brasileiro nasceu com o assalariamento da economia cafeeira do Oeste Paulista, em meados da década de 1880”. Para prosseguir com o desenvolvimento desse capitalismo era necessário “integrar o mercado nacional e, para tanto, não mais poderia o Estado permitir a supremacia de interesses especificamente regionais sobre os nacionais” (CANO, 2012, p. 157). Os interesses nacionais foram expressos nos incentivos à industrialização do país, notadamente concentrada em São Paulo.

³¹ Durante sua trajetória, Getúlio Vargas criou diferentes instituições como a Petrobras; a Companhia Vale do Rio Doce; a Companhia Siderúrgica Nacional; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; o Ministério da Educação e Saúde; a Justiça do Trabalho; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); o Museu Nacional de Belas-Artes; o Museu Imperial; o Museu da Inconfidência; a Eletrobrás; o Fundo Nacional de Eletricização; a Carteira de Colonização do Banco do Brasil; o Banco do Nordeste; a Comissão Nacional de Política Agrária; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre outros. Vargas promulgou toda a legislação trabalhista brasileira em apenas quatro anos, com exceção do salário mínimo que se refere ao seu segundo governo. Na saúde focou a área sanitária básica como saneamento, controle de endemias, assistência médica materno-infantil entre outros; criou um sistema de educação público e universal; estruturou as bases da indústria automobilística nacional; reaparelhou portos, ferrovias e construiu rodovias; lançou o crédito rural e o seguro agrícola (FERREIRA, 2012).

de la sociedad humana”. Segundo Tenório (2002), as soluções neoliberais colocadas em prática não focaram o conjunto das carências estruturais da sociedade, tratando-se de políticas compensatórias e/ou assistenciais.

Esta incapacidade deste modelo econômico de resolução dos problemas estruturais, associada ao esgotamento do modelo de planificação centralizada e ao processo de redemocratização, levaram a sociedade a buscar novas perspectivas de promoção do desenvolvimento, mais horizontais. A sociedade civil passa então a ser chamada a participar da elaboração, implementação ou acompanhamento de políticas públicas em várias instâncias, como conselhos, fóruns e espaços de discussão e deliberação política (SOARES, 2006). Assim, nas três últimas décadas surgiram novos atores políticos, novas referências, regras e instrumentos de políticas públicas globais e setoriais que afetaram as condições socioeconômicas da população (GRISA; SCHNEIDER, 2014). No Brasil,

a inflexão havida nos anos 2000, na ressaca do neoliberalismo prevalecente no período anterior, se deu na direção da retomada de um papel mais ativo do Estado por meio de ações e políticas públicas dirigidas a um grande número de setores (...). Esta inflexão não se fez, e nem seria plenamente compreensível, sem a decisiva participação das organizações da sociedade civil fortalecida com os avanços havidos na democracia brasileira, por mais insuficientes que tenham sido (MALUF, 2015, p.10).

Nesta perspectiva, o poder público toma a iniciativa de chamar a população e seus representantes para traçar planos com apelo e consistência para o nível local, que é o *locus* que concentra o poder de implantar as estratégias de fato, e o desenvolvimento local passa a representar uma alternativa para enfrentar as desigualdades sociais (TENORIO, 2002).

Neste contexto, o que importa é, sobretudo, promover a iniciativa de desenvolvimento local endógeno e gerar emprego produtivo para enfrentar a pobreza e a marginalização, de forma consistente e mais sustentável, não somente empregando estratégias assistenciais. Para que isso possa acontecer, é fundamental que governos territoriais locais e regionais atuem como catalisadores e animadores desse processo, na criação de um ‘entorno inovador’, nos âmbitos institucional, econômico, social, político e cultural e que possa alavancar o potencial empresarial e produtivo dos territórios (LLORENS, 2001 apud TENORIO, 2002).

Gómez (2002) critica duramente esta concepção, onde a ideia de desenvolvimento, mesmo acrescida da qualificação local e das estratégias de controle social, não altera o *status quo*, tratando de expandir a acumulação de forma consentida, pela participação de um coletivo com interesses diversos. Para este autor, no contexto do desenvolvimento local a estrutura de dominação se mantém e a reprodução capitalista se adequa às ideias vigentes de democracia. Os adjetivos que são agregados, tais como sustentável, humano e solidário são tentativas fracassadas de “harmonizar a lógica destrutiva do capital em relação ao gênero humano” (GÓMEZ, 2002, p. 09), já que a participação da sociedade civil na construção de um desenvolvimento local em harmonia com o território, mantém a lógica da rentabilidade e da concorrência com outros territórios, e a melhoria da ‘qualidade de vida para todos’, esconde as necessidades por ‘qualidades de vida diferenciadas’, de acordo com as classes sociais.

Amartya Sen (2000), por sua vez, apresenta uma concepção ampla de desenvolvimento, que não se fundamenta apenas no crescimento econômico ou na geração de renda, mas que integra aspectos econômicos, sociais e políticos. Ele discorre sobre o conceito de desenvolvimento “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17), numa perspectiva de ampliação das liberdades substantivas individuais e coletivas, aquelas que levam ao enriquecimento da vida humana (saber ler e calcular; participar politicamente, poder se expressar, ter direito

à vida, evitar privações como a fome e a subnutrição entre outros). Para ele, a liberdade é ‘a finalidade e os meios’ para atingir o desenvolvimento. Também não há desenvolvimento sem que haja uma garantia mínima destas liberdades substantivas.

O processo que leva à obtenção da garantia mínima dessas liberdades substantivas é o da inclusão social e da redução das desigualdades sociais e econômicas. Segundo Grisa e Schneider (2015), poucos países no mundo obtiveram êxito neste aspecto. O Brasil é um deles, e figura como exemplo no cenário internacional em relação às formas como obteve resultados positivos nesse sentido. Esse assunto será retomado mais adiante.

Por outro lado, e de forma contraditória, dentro do mesmo país o processo de abertura econômica intensificou a expansão da fronteira agrícola e mineral reforçando processos de concentração de renda, “principalmente para atender aos imperativos do mercado mundial de commodities” (MIRANDA, 2014, p.8). As opções de investimentos realizados em infraestrutura, entre os anos de 2011 e 2014, revelam as prioridades e perspectivas de desenvolvimento buscadas, já que neste período foram investidos mais recursos para os modais rodoferroviários do que em saneamento e energia elétrica (BNDES, 2011 apud MIRANDA, 2014). A verticalização dos territórios é um dos resultados observados a partir das obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), “à medida que [estes] são regulados de fora pelo comando hegemônico do capital transnacional (mercado mundial de commodities) e regulados de dentro pelo capital nacional (estatal e privado)” (MIRANDA, 2014, p.2).

Segundo Miranda (2014, p.16, grifo do autor),

os imperativos do mercado mundial de *commodities*, a partir dos anos de 1990 e de 2010, produziram efeitos econômicos, em grande parte, perversos (reprimarização, desindustrialização...) que redimensionaram/interferiram na configuração espacial brasileira. A consequência fundamental foi o rompimento com uma perspectiva de integração econômico-territorial do desenvolvimento nacional amplificadora dos benefícios socioeconômicos.

Para este autor, as “estruturas postas em movimento alicerçam uma ‘modernização com pés descalços’, pois não reforma as estruturas socioeconômicas de base” (MIRANDA, 2014, p.16).

Sendo assim, é possível perceber que o desenvolvimento é um “tema de reflexão constante que requer uma perspectiva de longo prazo capaz [...] de perceber as mudanças e permanências que coexistem no meio rural brasileiro, como em outros setores da sociedade” (MALUF, 2015, p.9). Essa pode ser uma ‘chave’ para a compreensão da coexistência dessas contradições. E outra é a luta de classes.

2.4.2 O paradigma de desenvolvimento no campo brasileiro

O terceiro componente central da política de ATER é o paradigma de desenvolvimento que esta política promove, como um macro objetivo a ser alcançado. A seguir serão fornecidas algumas noções sobre este tema, a fim de proporcionar uma visão geral sobre o assunto.

Uma das questões centrais que implicam no atual modelo de desenvolvimento para o campo, diz respeito à concentração fundiária que se mantém no Brasil até a atualidade, apesar do desenvolvimento tecnológico no campo. Regredindo às décadas de 1930 a 1950, no cenário brasileiro deste período havia um forte interesse por parte das classes dominantes e do poder político em promover a industrialização do país, visando a substituição das importações. Ao mesmo tempo, o setor agrícola não conseguia suprir as necessidades do mercado interno, e o mercado externo requeria produtos primários. Realizar uma reforma agrária, para suprir as demandas internas por alimentos, aumentando a produção e também o produto interno bruto, não interessava aos grandes proprietários que perderiam poder político e econômico. Paralelamente, no cenário

externo, as indústrias petroquímicas e mecânicas americanas e europeias necessitavam de mercado para colocar seus produtos excedentes da 2ª Guerra Mundial (COSTA, 1987). A conjunção destes fatores levou à opção de direcionar a modernização a um grupo específico ligado à agricultura: aqueles que detinham as grandes propriedades.

Desde a década de 1940, o propósito de modernizar a agricultura visava, indiretamente, o fortalecimento da industrialização nacional (CALLOU, 2006). Mas também como resultado deste processo, a industrialização causou alterações na agricultura pela demanda de matéria-prima, alimentos e mão de obra para o desenvolvimento urbano (BERNAL; MARTINS, 2015a).

Desta forma, no período do pós-guerra, o Estado brasileiro orientou a “modernização econômica e tecnológica da grande produção, consolidando os negócios da empresa capitalista no campo com políticas de subsídio, como, por exemplo, a de crédito agrícola” (CARNEIRO, 1997, p.72). O crédito agrícola, na década de 50, serviu como instrumento para aumentar a produção agrícola e consequentemente as divisas, mas também para liberar mão-de-obra para a indústria e fundamentalmente para criar um mercado consumidor de tecnologias estrangeiras (CALLOU, 2006).

Assim, o grande beneficiário desse processo foi sem dúvidas a indústria, já que [...] os instrumentos de política econômica, industrial e agrícola foram dirigidos para a consolidação do segmento industrial [...] químico-mecânico produtor de tratores e implementos, adubos e agrotóxicos, cujos investimentos foram em larga escala (80 a 90%) originados na poupança interna; a garantia de colocação desta produção no mercado foi viabilizada por uma política de crédito rural com juros subsidiados. (COSTA, 1987, p.70).

A consequência desse processo foi o que se convencionou chamar de Revolução Verde, ou ‘modernização da agricultura’, outro pilar do paradigma de desenvolvimento do campo brasileiro: sua base tecnológica de produção. Este conjunto de tecnologias de produção agrícola, inovadoras na década de 60, e que associadas levariam à um aumento de produtividade das culturas, foi promovido por meio da argumentação de que esta seria a solução para o problema da fome no mundo. Porém, naquela época, não havia tecnologia suficiente nos países ‘subdesenvolvidos’ para que realizassem sua própria modernização. Assim, a revolução agrícola que já ocorrera nos Estado Unidos foi exportada para diversos países pobres, não só para o Brasil, configurando-se como “a maior transferência de tecnologia da história agrícola” (HOBELINK, 1990, p.62). Os componentes dessa modernização tecnológica são os cultivares melhorados, de alta produtividade; a irrigação; os fertilizantes químicos e agrotóxicos como pré-condições para a obtenção dos resultados almejados de produção³². Esse ‘pacote tecnológico’ resultou no controle dos insumos agrícolas por companhias transnacionais; numa maior susceptibilidade à pragas e doenças; em um alto consumo energético; em contaminações pelo uso de agrotóxicos; na diminuição da fertilidade dos solos; na ocidentalização da produção de alimentos; na deterioração da relação entre as forças sociais e políticas do campo; no aumento dos custos de produção e na diminuição da renda líquida dos agricultores; na diminuição do consumo de alimentos e em desnutrição. Desta forma, a Revolução Verde foi incapaz de resolver o problema da fome no mundo, que não está relacionada somente à produção, mas à distribuição e ao consumo dos alimentos (HOBELINK, 1990). Em resumo,

Do ponto de vista técnico, a Revolução Verde se caracterizou pela introdução, na agricultura, do seguinte pacote tecnológico: sementes ‘modernas’ ou geneticamente ‘melhoradas para monoculturas’, fertilizantes químicos solúveis, agrotóxicos e mecanização. Todo esse pacote é altamente dependente do petróleo e de insumos externos à propriedade, o que vem causando

³² Embora este autor não cite explicitamente, o uso de máquinas e implementos agrícolas, de forma geral, para além dos equipamentos usados na irrigação, também são componentes da Revolução Verde.

dependência dos agricultores a uma tecnologia que lhes é alheia (BERNAL; MARTINS, 2015a, p.54).

Segundo Costa (1987, p.70), o incentivo a este ‘modelo tecnológico agrícola capital intensivo’, no Brasil, assim como em outros países, foi um contrassenso, já que era fundamentado em fatores de produção que o país carecia, e era “poupador de terra e mão de obra” (COSTA, 1987, p.70), recursos abundantes e pouco aproveitados. Esta é uma forma de exemplificar que a tecnologia pode ser empregada para diversas finalidades, neste caso servia aos “[...] interesses de classes sociais, grupos econômicos e setores da economia, que extrapolavam o âmbito nacional” (COSTA, 1987, p.70).

Assim, a fração capitalista do campo brasileiro se especializou em comprar produtos industriais, nem sempre brasileiros; importar tecnologia e exportar *commodities* agrícolas, num processo que se estabeleceu a partir de incentivos continuados, por várias décadas. Como vemos a seguir.

O final da década de 1960 e início da década de 1970 foram caracterizados pelo início da modernização da agricultura brasileira, promovido pelo governo militar. Com a chamada agricultura moderna, deu-se a eliminação dos cafezais e incentivo à produção de culturas mecanizáveis de grãos, em áreas extensas, para atender à demanda internacional, acarretando a expulsão dos pequenos agricultores e a concentração fundiária (BERNAL; MARTINS, 2015a, p.15).

Essa estratégia culminou na década de 1970, quando o significado de ‘qualidade de vida’ passou a ser sinônimo de ‘consumo’. No período de 1970 a 1980, o modelo de Difusão de Inovações na Agricultura, que foi adotado pela ATER governamental e por pesquisadores da área, colaborou com essa estratégia que resultou em prejuízos ambientais, concentração fundiária e êxodo rural (CALLOU, 2006).

Os resultados mais conhecidos da Revolução Verde são as perdas de solo pela erosão³³, contaminação e compactação dos solos agrícolas e pastagens; o colapso dos sistemas hídricos com contaminação de rios e lençóis freáticos e perda de nascentes; aumento da susceptibilidade dos sistemas produtivos às intempéries das mudanças climáticas; diminuição e destruição da biodiversidade e agrobiodiversidade; êxodo rural e envelhecimento da população do campo; perda da soberania alimentar³⁴ e da qualidade nutricional dos alimentos; perda de conhecimentos tradicionais e dependência de agentes externos; impactos negativos à saúde das pessoas, no campo e na cidade; altos custos de produção, descapitalização e êxodo rural; concentração de terra, renda e poder (BERNAL; MARTINS, 2015a). Estes são alguns dos frutos do modelo de desenvolvimento posto em prática no campo brasileiro.

Já na década de 90, o cenário político-econômico se altera e o modelo neoliberal, acarreta a fragilização do sistema de ATER, que não interessava mais ao complexo agroindustrial como fonte de transferência de tecnologia. Durante o governo Collor a EMBRATER foi extinta e o SIBRATER desativado e a participação irrisória do Governo Federal no orçamento das empresas de ATER do setor público levou a uma crise sem precedentes na ATER oficial (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004).

³³ Erosão são processos intensos de perda de solos por meio de processos de intemperismo, chuva, vento, perda da matéria orgânica do solo e das suas camadas agricultáveis.

³⁴ Soberania alimentar: cada país “tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos” (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004, p.4).

Mas na contramão dessa história, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) possibilitava o financiamento ao desenvolvimento da pequena propriedade rural³⁵ e garantia a inserção da ATER na política agrícola³⁶, resguardando o direito à participação dos agricultores na formulação desta política. Desta forma, na contrariando o pensamento neoliberal, o foco da ATER foi reformulado, por meio da organização e mobilização dos setores ligados à agricultura familiar.

Assim, a Política Agrícola (Lei nº 8.171/91) é elaborada e estabelece que o desenvolvimento agrícola não se restringe ao desenvolvimento econômico devendo proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais. Entre seus objetivos (Art. 3º) estão a participação efetiva de todos os segmentos do setor rural na definição dos rumos da agricultura brasileira e a prestação de apoio institucional ao produtor rural, com prioridade ao atendimento do pequeno produtor e de sua família. A assistência técnica e extensão rural figura entre suas ações e instrumentos (Art. 4º). Já no Capítulo V, Da Assistência Técnica e Extensão Rural, o Art. 17 determina que o Poder Público deverá manter serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas (BRASIL, 1991). A partir de então, tornou-se necessário que a ATER atendesse às necessidades deste grupo heterogêneo por uma assistência continuada, educativa, capaz de promover atividades diversas, voltadas à gestão, produção, comercialização entre outros. Este é um fator decisivo para o reconhecimento das diversas realidades presentes no campo brasileiro e suas distintas necessidades.

Atualmente o cenário socioambiental rural brasileiro ainda apresenta uma grande diversidade de realidades e de situações que coexistem, no entanto, há uma tensão permanente entre o avanço do agronegócio e a resistência do campesinato e das populações tradicionais (BERNAL; MARTINS, 2015a).

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016), o Brasil atualmente possui em torno de 249 milhões de hectares de terras utilizadas com lavouras e pastagens, o que representa 70% do total das terras brasileiras. São aproximadamente 76 milhões de hectares com lavoura (31%) e 172 milhões de hectares com pastagens (69%). Soja e milho somaram juntos cerca de 87% da produção de grãos, na safra 2014/2015, e corresponderam a 82% das terras ocupadas com grãos, nesta mesma safra. Estes dois grãos somados, representaram aproximadamente 26% das exportações do agronegócio brasileiro no ano de 2014 e 77% dessas exportações no ano de 2015.

A maior concentração da produção de grãos ocorre nas grandes propriedades com atividades produtivas altamente mecanizadas, e onde as monoculturas demandam grande quantidade de insumos (adubos químicos e agrotóxicos). Apesar da obtenção de retornos econômicos satisfatórios, ao menos em curto prazo, essa agricultura tem promovido enormes impactos socioambientais (BERNAL; MARTINS, 2015a).

³⁵ Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento (BRASIL, 1988; grifo meu).

³⁶ Título VII, Da Ordem Econômica e Financeira; Capítulo III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária; Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: [...] IV - a assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 1988; grifo meu).

O agronegócio, também chamado de agricultura capitalista, modelo agrícola dominante, hegemônico ou neoliberal, foi conceituado pela primeira vez em 1957, por Davis e Goldberg. Nesta conceituação é apresentado como um sistema complexo que inclui a agricultura, a indústria o mercado e o setor financeiro. Esse complexo, fortalecido por políticas públicas destinadas a ele, deu forma a “um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia” (WELCH; FERNANDES, 2008 apud GIRARDI, 2008, s/p). Isto confere um enorme poder a estas transnacionais. Este poder é utilizado para controlar o complexo como um todo, inclusive utilizando o campesinato dentro deste sistema, de acordo com os seus interesses (WELCH; FERNANDES, 2008 apud GIRARDI, 2008).

Retomando o raciocínio anterior, esta tensão entre o agronegócio e o campesinato trata-se de disputas territoriais, ou seja, disputas de dominação e poder. O latifúndio e o agronegócio estão diretamente relacionados e, frequentemente, estão em posição contrária aos interesses do campesinato (BERNAL; MARTINS, 2015a). O conceito de território, neste caso, é compreendido a partir do ponto de vista que enfoca o espaço geográfico na ótica das relações de poder, além do ponto de vista prático onde o território faz parte das lutas e reivindicações dos grupos subalternizados (HAESBAERT, 2014).

Em outras palavras, a sociedade produz relações de apropriação e/ou dominação sobre o espaço, que vão desde os aspectos simbólicos aos de ordem político-econômica. O conceito de território é relacionado com o poder de apropriação, que para além dos aspectos mais funcionais por exemplo, o valor da propriedade ou o valor da troca, é usado também no sentido simbólico, do valor dos usos e do valor histórico, do que foi vivido. Evidentemente, numa sociedade capitalista os primeiros valores citados são os que predominam (HAESBAERT, 2014).

Assim, sob as influências socioculturais, políticas e econômicas os movimentos de territorialização e desterritorialização demonstram quem são os sujeitos que de fato exercem poder, controlam o espaço e seus recursos e quais são os processos sociais presentes, inclusive e apesar da resistência (HAESBAERT, 2014).

Do ponto de vista da luta pela terra, o paradigma hegemônico concebe a terra e o território como instrumentos de dominação e como um recurso a ser explorado numa lógica econômica extrativa agroexportadora, enquanto que o paradigma contra hegemônico é liderado pelos grupos oprimidos (HAESBAERT, 2014).

O território do agronegócio compreende as grandes propriedades e empresas, o monocultivo, a mecanização intensa, o baixo uso de mão de obra e a concentração do poder econômico e político. O território do campesinato compreende a luta pela terra, as pequenas propriedades, as posses, os assentamentos rurais, o cooperativismo, a produção familiar, a busca pela soberania alimentar, a diversificação da produção e alto uso de mão de obra. O território do campesinato e do agronegócio estão em constante enfrentamento numa dinâmica de desterritorialização de um e territorialização do outro, de criação, destruição e recriação (BERNAL; MARTINS, 2015a).

A flexibilidade do campesinato é o elemento central na sua sobrevivência e reprodução dentro do capitalismo. O capitalismo se utiliza das formas de produção não capitalistas, destruindo-as ou recriando-as conforme seus interesses. O arrendamento da terra e a “integração” dos camponeses em setores da agricultura capitalista, como o fumageiro, a avicultura e suinocultura industriais, o arrendamento para a agroindústria canaveieira, são exemplos dessa recriação. Ao produzir de forma subordinada às empresas, o camponês não controla os meios de produção, não administra a produção, exercendo um papel subordinado. Em outras palavras, perde sua autonomia (BERNAL; MARTINS, 2015a).

Um dos impactos socioeconômicos da Revolução Verde, segundo Girardi (2008), foi o processo de comoditização dos produtos agropecuários e a expansão do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Por outro lado, o camponês pode se recriar a partir da sua luta (FERNANDES, 2000 apud BERNAL; MARTINS, 2015a). Um exemplo, quando a produção camponesa é comercializada diretamente ao consumidor, a autonomia camponesa é ampliada (BERNAL; MARTINS, 2015a).

Território é um conceito que também pode ser usado do ponto de vista normativo, ou do que se almeja para o território, como por exemplo no caso das políticas de ordenamento territorial (HAESBAERT, 2014). Neste caso dialoga com o conceito de desenvolvimento, no sentido de uma visão de futuro a respeito dos destinos do território, do que é desejado para aquele espaço e sua população, devendo ser considerado, inclusive, quem são os sujeitos dessa ação de planejamento, ou seja, quem são os atores responsáveis pela projeção do destino do território.

Recorrendo novamente ao conceito de desenvolvimento de Amartya Sen, que diz respeito ao “processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17), e que leva ao enriquecimento da vida humana, tais como poder ler, calcular; participar politicamente, ter direito à vida e a se expressar, evitar privações como a fome etc., podemos dizer que a liberdade é a finalidade e os meios para impulsionar os processos de desenvolvimento que integram “considerações econômicas, sociais e políticas” (SEN, 2000, p. 23).

Este conceito mais amplo de desenvolvimento qualifica a perspectiva de desenvolvimento rural como “uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural [...] [visando] a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento” (NAVARRO, 2001, p. 88, grifo meu). Ou seja, as mudanças nos ambientes rurais que visam o bem-estar das populações rurais, como define Navarro (2001), a partir das ideias de Amartya Sen (2000), são mudanças que promovam a expansão das liberdades (econômica, política, sociais) da população rural. Esta é a qualidade do que se denomina bem-estar. Assim, fica claro que desenvolvimento rural não se restringe unicamente ao desenvolvimento agrícola ou estritamente ao desenvolvimento agrário³⁷, podendo conter ambos. Mas desenvolvimento evidentemente se refere ao objetivo de alterar determinados aspectos do mundo rural, a partir de métodos variáveis e que podem incluir perspectivas ligadas à sustentabilidade, participação ou preocupações com a autonomia local.

No desenvolvimento como propulsor da qualidade de vida e do bem-estar da sociedade, há a concepção de equilíbrio entre as condições sociais e ambientais, capaz de ensejar uma existência agradável e próspera. Nesse sentido, estão subentendidos aspectos como satisfação, segurança, conforto e tranquilidade (sic.)” (FIALHO; WAQUIL, 2008, p. 155). Ao se pensar o campo como um lugar de vida para a sua população, as propostas de desenvolvimento rural necessitam observar muito mais do que a produção e o lócus da produção agropecuária. Desenvolvimento rural inclui as perspectivas de vida das famílias do campo e, desta forma, pode incluir o desenvolvimento de municípios ou regiões, como vemos na explanação abaixo:

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao ‘rural estritamente falando’ – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo, – mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos (NAVARRO, 2001, p. 97).

³⁷ Enquanto o primeiro é restrito aos aspectos produtivos, o segundo focaliza os determinantes sociais, políticos, econômicos e estruturais numa perspectiva histórica (NAVARRO, 2001).

Ao se pensar um desenvolvimento do campo que tenha como objetivos a inclusão social de sua população e a melhoria das suas condições de vida, é essencial que este desenvolvimento esteja fundamentado nos princípios da descentralização política e da valorização dos saberes locais, ao mesmo tempo que tenha o desejo de fortalecê-los, já que os saberes e as vozes dessa população, se verdadeiramente ouvidos podem vir a manifestar uma visão de mundo bastante peculiar. “Devemos pensar o espaço rural não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana hoje estruturada, mas a partir de um esforço no sentido de identificar a contribuição que um ‘novo’ rural possa dar para a transformação de nossa sociedade” (MARQUES, 2002, p.110). Ou seja, o que o rural pensa e projeta para si? E a partir desta visão, o quanto ela pode contribuir para a transformação da sociedade como um todo? Afinal, cidadania inclui o fato das classes subalternizadas do campo se tornarem sujeitos políticos, além de se tornarem sujeitos econômicos. No entanto, para que isso ocorra, é necessário que haja acesso à informação, acrescida de uma leitura crítica de mundo, possível de ser desenvolvida por meio da formação dos indivíduos e de suas organizações.

Uma modalidade informativa que vale a pena destacar no contexto educacional do campo, é aquela que associa teoria e prática. A informação desta natureza tem um papel importante na formação de técnicos e agricultores. A disseminação de experiências práticas exitosas são referências para esses profissionais a respeito da viabilidade da agroecologia, por exemplo, para programas de desenvolvimento rural sustentável, ao mesmo tempo que enriquecem o debate público, em escala nacional, sobre “um projeto popular e democrático para o mundo rural brasileiro” (ALMEIDA, 2009, p.67).

Ainda sobre as perspectivas de desenvolvimento do campo, entre as que apresentam um viés agrícola e complementar a outros setores da economia local, há o desenvolvimento denominado endógeno, ou seja, aquele originado das próprias forças internas ou potencialidades e recursos locais, e que visa promover a autonomia tecnológica-produtiva; a diversificação da produção; o fortalecimento e abastecimento dos mercados locais e regionais; o estímulo ao compromisso entre produtores e consumidores e o repensar da relação sociedade-natureza (FIALHO; WAQUIL, 2008).

Outra referência de desenvolvimento rural sustentável, é o desenvolvimento territorial, nos moldes propostos pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) do governo federal, que visa a melhoria da qualidade de vida do conjunto da população do território. Este enfoque territorial é inovador devido à participação ativa das populações locais. Entretanto, ainda neste caso, “a noção de desenvolvimento está identificada a crescimento e geração de riquezas” (FIALHO; WAQUIL, 2008, p.142-143). Apesar de mudar os caminhos os objetivos permanecem os mesmos, já que os parâmetros do desenvolvimento são os mesmos de outras concepções largamente criticadas (FIALHO; WAQUIL, 2008).

Em muitos casos o conceito de desenvolvimento reflete a instituição que o propõe, mas no geral é visto como resultado da intervenção do Estado por meio de projetos e atividades. A questão econômica é central na concepção dos agricultores. A geração de emprego e renda são hegemônicas na discussão sobre desenvolvimento rural, apesar dos esforços em incluir, por exemplo, aspectos sociais ou ambientais (FIALHO; WAQUIL, 2008).

Concretizar o desenvolvimento rural na prática, trata-se de “subordinar interesses particulares aos interesses particulares dos que possuem maior porção de poder (pressupondo-se relações de poder assimétricas), transfigurando os interesses particulares, dos que detém maior parcela de poder, em coletivos” (FIALHO; WAQUIL, 2008, p.148).

Desenvolvimento rural também remete à concepção de igualdade de condições entre todos os segmentos sociais para “alcançar qualidade de vida digna (por exemplo: saneamento, saúde, educação)” e cidadania (FIALHO; WAQUIL, 2008, p. 155).

As “disputas ideológicas ou o permanente cultivo das diferenças entre as organizações emperram ou dificultam o funcionamento dessa engrenagem, comprometendo com todo um processo de desenvolvimento” (FIALHO; WAQUIL, 2008, p. 158).

Conhecer a realidade; reconhecer e valorizar o agricultor, suas vontades e motivações são pistas importantes para o desenvolvimento rural, mas que exigem um processo relacional, de participação, colaboração, entre organizações e agricultores (FIALHO; WAQUIL, 2008).

“Uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento [...] é o ambiente de cooperação [...]. A intensificação das relações sociais para a valorização de certos territórios permite (ou exige) o compartilhamento de valores e intenções” (ABRAMOVAY, 1998).

Deve haver um mínimo de consenso sobre um projeto de desenvolvimento; que considere a participação dos atores na sua elaboração e execução; que tenha princípio, meio e fim e uma “unidade gestora deste projeto, que não estará livre dos conflitos inerentes às relações sociais” (CASAROTTO FILHO; PIRES, 1998 apud ABRAMOVAY, 1998). Desta forma é necessário investir nos Conselhos de Desenvolvimento Rural. Segundo Duarte e Sayago (2006), tanto os conselheiros como os técnicos que elaboram os planos de desenvolvimento municipal apresentam baixa formação e capacitação.

Aliás a formação de forma geral, é um aspecto fundamental a ser trabalhado nos contextos de desenvolvimento, mas deve ir além da formação técnica ou profissional. Trata-se de saber utilizar este conhecimento para gerar oportunidades no território e não o transformar numa região exportadora de mão-de-obra qualificada (ABRAMOVAY, 1998).

Segundo Abramovay (1998), o desenvolvimento territorial se apoia numa rede de relações trabalhando em conjunto para valorizar uma região. Não é necessário aguardar os investimentos públicos, porém para que haja mudanças é preciso haver uma ação voluntária que coordene e crie um clima de confiança entre os atores locais. Quanto mais setores forem estimulados maiores serão as chances de sucesso do projeto de desenvolvimento. Para o autor, pensar o território somente como “a base física da produção agrícola” (ABRAMOVAY, 1998, p.16) dificilmente levará a um resultado diferente do ‘esvaziamento social, econômico, político e cultural’. Porém sua perspectiva de desenvolvimento aumenta quando é entendido “como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais” (ABRAMOVAY, 1998, p.16).

Abramovay (1998) salienta que a baixa densidade demográfica, a distância dos centros urbanos e a relação com a natureza não explicam o atraso da maior parte da população rural, por isso, a ideia de que para sair da pobreza o mais fácil é deixar o local de origem, é uma visão equivocada. “Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica” (ABRAMOVAY, 1998, p.16).

Novamente convém afirmar que o desenvolvimento rural é uma perspectiva de longo prazo, onde ocorrem permanências e mudanças, concomitantemente, exigindo uma reflexão constante sobre o tema. Assim como é possível observar esse dinamismo no Brasil, de forma marcante a partir da década de 1990, devido ao surgimento de atores sociais, identidades e políticas públicas diferenciadas, também são observáveis as

permanências, como por exemplo “a presença dominante das grandes explorações agrícolas voltadas para a exportação e o quadro de profunda desigualdade social que, no campo, possui contornos mais acentuados” (MALUF, 2015, p.9). Compreender a complexidade do meio rural com sua população, ambiente, contexto histórico, relações de poder, lutas, trabalho, cultura entre outros, são aspectos que incidem na abordagem de desenvolvimento rural e de políticas públicas.

No cerne da concepção de desenvolvimento das redes agroecológicas está o aumento da autonomia e o rompimento da dependência material que recriam a relação da agricultura com a natureza, com a sociedade e sua economia (PETERSEN, 2009).

Segundo Assis (2006), a agroecologia caracteriza-se como a fundamentação teórica para os processos de desenvolvimento rural sustentável, tratando-se de uma co-evolução de sistemas naturais e sociais. Ela se compatibiliza melhor à produção familiar do que a produção em larga escala, devido a dois fatores: o fato da diversificação da produção ser uma característica da produção familiar e dos sistemas agroecológicos; e o fato da complexidade produtiva não comprometer o controle sobre o processo de produção.

Finalmente, Assis (2006, p.82) ressalta que implementar um desenvolvimento rural sustentável significa construir “uma lógica econômica e social que possibilite o desenvolvimento de múltiplas formas de agricultura [...] fundamentais na reprodução de conhecimentos e modos de vida tradicionais”. Sendo assim, para um desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar “o acesso a terra é o pressuposto básico de qualquer política” (ASSIS, 2006, p.83).

Para encerrar este tópico é necessário acrescentar que durante todo este processo de construção histórica da agricultura brasileira, os camponeses, suas organizações e movimentos sempre estiveram presentes, resistindo pela terra, discutindo políticas públicas e diversos outros problemas que compõe a questão agrária, como a democracia, os direitos humanos, gênero, meio ambiente, agronegócio, alimentos transgênicos e agricultura ecológica. Os primeiros a enfrentar esta luta foram os indígenas e os negros nos quilombos (JESUS, 2011 apud BERNAL; MARTINS, 2015a). Mas existiram e existem diversos movimentos dessa natureza no Brasil, como Canudos (1896 e 1897), na Bahia; a Guerra do Contestado (1912 a 1916), na fronteira entre Paraná e Santa Catarina; Formoso e Trombas (1948), em Goiás; as Ligas Camponesas (décadas de 1950 e 1960), a primeira luta pela terra no Brasil com dimensão nacional. Atualmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Via Campesina são expoentes dessa luta no Brasil e no mundo (BERNAL; MARTINS, 2015a). Estes movimentos sócio territoriais, formados por camponeses com pouca terra ou sem terra, e ameaçados pelo modelo agrícola e agrário hegemônico, também são responsáveis por inserir a questão agrária como elemento essencial para se pensar as políticas públicas.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.5.1 Políticas públicas como campo de conhecimento

Nos últimos anos, o debate teórico sobre políticas públicas tem se destacado e diversas abordagens teóricas têm sido elaboradas, o que permite um aprofundamento na condução das análises sobre este assunto. Inicialmente será realizada uma aproximação com o seu campo teórico, por meio da apresentação de algumas ideias contidas em importantes correntes desta área de estudo, para somente depois realizar uma reflexão sobre as atuais políticas públicas de desenvolvimento rural brasileiras e por fim apresentar a PNATER de forma comentada.

Segundo Souza (2006, p.25), as “políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”. Para Grisa (2010, p. 97), são elementos basilares para analisar políticas públicas “o papel dos capitalistas, do Estado e de demais instituições, das ideias e dos grupos de interesse”. Com a promulgação da Constituição de 1988, foram garantidos direitos fundamentais que possibilitaram a ocorrência de novas compreensões e abordagens sobre políticas públicas.

Segundo Souza (2006), nas últimas décadas o campo de conhecimento das políticas públicas ressurgiu e voltou a ter importância da mesma forma que “as instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação” (SOUZA, 2006, p.20). O pressuposto de análise das políticas públicas é que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p.22). Estes estudos, de acordo com suas linhas teóricas, focam as instituições, as organizações locais ou o entendimento sobre “como e por que os governos optam por determinadas ações” (SOUZA, 2006, p.22). No governo, a política pública é uma ferramenta que utiliza métodos científicos para a formulação e tomada de decisão e que valoriza a tecnocracia (SOUZA, 2006).

Não há uma definição consensual sobre política pública (SOUZA, 2006; SILVA; BASSI, 2012). Reunindo uma série de definições de diferentes autores pode-se chegar a um conceito complexo, onde políticas públicas podem ser traduzidas pelas ações dos governos, que produzem resultados específicos e influenciam a vida dos cidadãos e ao mesmo tempo um campo de estudo da política que analisa o que o governo faz, diretamente ou por meio de delegação, ou o que deixa de fazer, à luz de grandes questões públicas, e implica responder quem ganha o quê, por quê e que diferença isso faz, como resultado de processos de embates de ideias e interesses, de possibilidades ou não de cooperação entre governos, outras instituições e grupos sociais, e dos limites políticos, técnicos e científicos, configurando-se numa relação entre formulação, resultados e o ambiente (SOUZA, 2006).

As políticas públicas colocam os governos em ação, analisam esta ação e, se necessário, propõe mudanças no curso das ações (SOUZA, 2006). Segundo Silva e Bassi (2012), o governo intervém por meio delas e apenas ele pode implementá-las “porque possui a capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas com caráter universal, que atenda a todo povo ou de forma generalizada tenha maior poder de alcance” (SILVA; BASSI, 2012, p.16).

Apesar dos governos materializarem as políticas públicas, elas envolvem diferentes níveis de decisão e variados atores, grupos de interesse sobre cada temática, representativos para expressar suas demandas. São diversas as fontes que pressionam os governos sobre o que devem ou não fazer (SILVA; BASSI, 2012). “Cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e rejeição e [...] disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas” (SOUZA, 2006, p.28). Desta forma, a política pública distingue as intenções do governo daquilo que coloca em ação (SILVA; BASSI, 2012).

A abordagem cognitiva de análise de política pública, enfatiza as ideias na construção das políticas públicas, já que estas expressam as crenças e as visões de mundo dos atores públicos e privados e condicionam suas formas de perceber os problemas e as formas de resolvê-los (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Segundo Souza (2006, p. 26) a “formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo”. Estas

políticas desdobram-se em “planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” (SOUZA, 2006, p. 26) e após implementadas podem ser acompanhadas e avaliadas.

Por outro lado, segundo Silva e Bassi (2012, p. 22) o “processo de formação e implementação da política pública está diretamente relacionado à sua capacidade de execução”. Para estes autores, “não adianta estabelecer apenas leis se não existem arranjos institucionais capazes de implementá-los, executá-los e acompanhá-los” (SILVA; BASSI, 2012, p. 22).

O processo de elaboração, implantação e acompanhamento de políticas públicas contém as seguintes fases: identificação do problema; inserção do tema na agenda dos agentes; formulação da proposta de política; legitimação da política; implementação da política e avaliação continuada da política (SILVA; BASSI, 2012 apud MARTINS; AMÂNCIO, 2015).

Existem diversos modelos de formulação e análise de políticas públicas. Conforme seu tipo, podem se configurar em políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. De acordo com uma visão incremental, as políticas são formuladas gradativamente a partir de uma soma de decisões marginais e as “decisões tomadas no passado constroem decisões futuras e limitam a capacidade dos governos de adotar novas políticas públicas ou reverter a rota das políticas atuais” (SOUZA, 2006, p.29).

De acordo com o ciclo, a política pública passa por estágios de “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação” (SOUZA, 2006, p.29). De acordo com o modelo ‘*garbage can*’, há muitos problemas, poucas soluções e pouca consistência nas ideias das organizações, que elegem as melhores soluções disponíveis para serem aplicadas como políticas públicas. Ou seja, “as soluções procuram pelos problemas” (SOUZA, 2006, p.31).

O modelo ‘coalizão de defesa’ entende, contrariamente, que as ideias, valores e crenças são importantes na formulação das políticas públicas e que estas deveriam ser concebidas como “um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos” (SOUZA, 2006, p.31). Estes subsistemas são as coalizões de defesa de valores, crenças e ideias. O modelo de ‘arenas sociais’ entende a política pública como uma iniciativa de “empreendedores que constituem a ‘*policy community*’” (SOUZA, 2006, p.32), uma comunidade que investe diversos tipos de recursos, esperando como retorno o favorecimento de suas demandas. Em geral são redes sociais que colocam problemas na agenda do governo.

O modelo do ‘equilíbrio interrompido’ compreende que as políticas públicas são formadas por diversos subsistemas que podem ser modificados em paralelo, e ainda assim o sistema mantém um equilíbrio. Somente em períodos de instabilidade ocorrem mudanças profundas na série, explicando por que “um sistema político pode agir tanto de forma incremental, isto é, mantendo o *status quo*, como passar por fases de mudanças mais radicais” (SOUZA, 2006, p.33).

Os modelos influenciados pelo ajuste fiscal e pelo ‘novo gerencialismo público’ visam a eficiência e a credibilidade das políticas públicas e para isto delegam-nas a “instituições com ‘independência’ política” (SOUZA, 2006, p.34), nacionais ou internacionais, que trariam credibilidade devido à sua experiência técnica, assim estas políticas não seriam afetadas por ciclos eleitorais e teriam continuidade e coerência. Regras claras e pré-anunciadas teriam prevalência sobre o poder discricionário dos decisores públicos. A política pública teria caráter universal e não poderia gerar disputas entre grupos. Esta racionalidade seria alcançada via “desregulamentação, privatização e

para reformas no sistema social, as quais [...] diminuiriam os riscos da ação coletiva” (SOUZA, 2006, p.35).

O ‘neoinstitucionalismo’ traz a compreensão que os decisores não agem somente de acordo com seu auto interesse mas seguem regras socialmente construídas. As instituições se constituem de regras formais e informais que moldam o comportamento dos indivíduos, assim “não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante [e] influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições” (SOUZA, 2006, p.39).

A partir de uma concepção de ‘autonomia relativa do Estado’, capacidades e condições são criadas para a implementação das políticas públicas. “A margem dessa ‘autonomia’ e o desenvolvimento dessas ‘capacidades’ dependem [...] de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país” (SOUZA, 2006, p.27). Apesar do papel dos governos ter diminuído após a globalização e existirem limitações e constrangimentos à capacidade das instituições públicas governarem a sociedade, a governabilidade não foi inibida, porém tornou-se mais complexa (PETERS, 1998 apud SOUZA, 2006).

O entendimento dos modelos e das teorias de políticas públicas podem melhorar a compreensão dos problemas que elas focam, suas contradições, sua trajetória e o papel dos atores envolvidos com ela (SOUZA, 2006).

Segundo Grisa (2010) na análise de políticas públicas devem ser ponderados vários condicionantes ao mesmo tempo, já que envolvem um conjunto complexo de elementos que se articulam. Para o entendimento desse sistema embora uma dimensão possa tomar maior ênfase, as demais não podem ser ignoradas. Assim, essas análises demandam contribuições de diversas abordagens.

2.5.2 Políticas públicas de desenvolvimento rural

As políticas públicas para a agricultura e o meio rural, nas décadas de 1960 e 1970, foram marcadas pela intervenção do Estado, segundo as orientações das agências multilaterais e voltadas à modernização conservadora da agricultura, ou seja, para “alterar o padrão tecnológico dos agricultores (incrementando a produção e a produtividade) e construir novas dinâmicas produtivas e econômicas relacionadas com as indústrias e com os mercados” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.14), sem, contudo, alterar o padrão estrutural, da posse da terra e da divisão de renda entre outros.

Foi por meio da Constituição de 1988 que novos espaços de participação social e o reconhecimento de direitos foram possíveis a grupos que “sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro, não raro incrementando sua fragilidade diante das opções de desenvolvimento perseguidas no País” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.S126).

“Nas décadas de 1980 e 90, com o ajuste estrutural e o neoliberalismo, a atuação do Estado e das políticas públicas são modificadas e minimizadas, ganhando maior proeminência a atuação do mercado e da sociedade civil no desenvolvimento” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.14). Com o surgimento de novas relações entre o Estado e a sociedade, novos atores políticos surgiram, entre eles “a agricultura familiar, uma categoria social e política que passou a ser reconhecida pelo Estado brasileiro em meados de 1990” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.S126).

Em 1995, com a criação do PRONAF, é desencadeada uma sequência de políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas às especificidades desta categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Em 1999, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em 2001, com a criação da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) neste órgão, foi institucionalizada a “dualidade da estrutura agrária e fundiária no País” (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.S127).

Nos anos 2000, o cenário é mais complexo e multifacetado. Convivemos ainda com dilemas e desafios que marcaram a formação econômica e social do Brasil e, particularmente, o processo de modernização da agricultura; vivemos um período de pujança da economia do agronegócio; narrativas liberalizantes interagem com uma retomada da intervenção dos Estados Nacionais; a diversidade social, cultural e econômica do meio rural brasileiro vem à tona, exigindo o reconhecimento político e institucional da agricultura familiar, [...] ‘florescem’ grupos sociais reclamando direitos e a atuação do Estado; crescem os espaços de participação social, expressando o amadurecimento democrático da sociedade brasileira, mas lançando constantemente novos desafios à gestão pública (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.14).

Neste período, com a retomada de um papel mais ativo pelo Estado, destacam-se as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional. Segundo Maluf (2015, p.10), existe “uma construção conceitual e político-institucional da categoria agricultura familiar desde meados dos anos 1990, igualmente alimentada pela participação social”.

Em 2006, a agricultura familiar foi reconhecida como categoria social, por meio da regulamentação da Lei da Agricultura Familiar. A estrutura conceituada em Lei é a que baliza as políticas para o setor (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Estas novas referências, afetaram positivamente as condições socioeconômicas da população do meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2014) e estas políticas têm se tornado exemplos internacionais.

São poucos os países no mundo que alcançaram reduzir as desigualdades sociais e econômicas e gerar processos de inclusão social e melhoria nas condições de vida. Nos anos recentes, o Brasil tem sido indicado como um dos países em que há políticas e ações a serem seguidas e mesmo recomendadas como exemplos. Há consenso entre estudiosos e especialistas que o caminho trilhado pelo Brasil é *sui generis* e os resultados que têm sido alcançados devem-se a uma combinação de fatores e processos, relacionados ao modo como a ação do Estado e das políticas públicas influenciou e foi retroalimentada pelos atores e agentes da sociedade civil (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.13).

Não raro, o Brasil é destacado por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido ‘exportados’ para outros países. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.S127).

O meio rural brasileiro possivelmente é um dos espaços em que os efeitos das políticas de inclusão e diminuição das desigualdades sociais e econômicas tenha sido mais intenso e promovido mudanças notáveis. (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Nas últimas décadas o Brasil presenciou o surgimento e aperfeiçoamento de uma série de políticas públicas voltadas para a inclusão socioeconômica que beneficiaram os agricultores (as) familiares, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); diversas linhas do PRONAF entre outros. Estes são exemplos de políticas que “diferenciam o Brasil no contexto internacional, despertando a atenção de vários países que buscam conhecer as políticas públicas brasileiras e adequá-las aos seus contextos de origem” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.15).

Quanto às políticas para o desenvolvimento rural, de base territorial, existem vários exemplos de políticas estatais brasileiras, conforme salienta Haesbaert (2014, p.56), entre as quais cita o “Programa dos Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 2008”. Outro exemplo é o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) (DUNCAN, 2010).

Segundo Dagnino (2004a, apud DUNCAN, 2010) começou a fazer sentido promover o desenvolvimento por meio de uma abordagem territorial depois que o Estado

perdeu sua capacidade em promover o crescimento econômico e as transformações sociais almejadas. Como consequência dessa modalidade de política pública, foi necessário criar mecanismos de governança capazes de reduzir a conflitividade entre projetos de sociedade que divergiam entre si. No entanto, para que isto ocorresse, era imprescindível que houvesse a participação da sociedade nesses espaços públicos de representação, “para que dele surgisse um novo conceito de resolução de conflitos e de cooperação entre segmentos diferentes da sociedade, cuja característica marcante, além da desigualdade, é a diversidade” (DUNCAN, 2010, p.198).

Essa nova estratégia deveria ser capaz de aglutinar forças e recursos das políticas públicas, das organizações sociais, governos locais, outras instâncias de governo, setores empresariais e principalmente a base social que é o sujeito do desenvolvimento do território. Dela também deveriam surgir formas práticas de implantar outros métodos de planejar, decidir, gerir e avaliar projetos que atendessem à diversidade de possibilidades das diversas regiões, promovendo ações que estivessem dentro das possibilidades das forças políticas que as apoiassem (DUNCAN, 2010, p.199).

Entre as organizações públicas, as representações dos agricultores e dos movimentos sociais há diferentes concepções de desenvolvimento e falta articulação entre as organizações que atuam com desenvolvimento rural. Porém há uma “preocupação do Governo Federal em criar uma cultura participativa; [...] [e de valorizar] outros aspectos além do econômico com a introdução da noção de território” (FIALHO; WAQUIL, 2008, p.129-130)

Uma dificuldade é que “as políticas de desenvolvimento rural refletem, em certa medida, mais os interesses dos grupos dominantes, agora locais, do que [d]aqueles que são, inicialmente, os principais beneficiados pelos programas de desenvolvimento rural” (FIALHO; WAQUIL, 2008, p.133). O que compromete “uma porção representativa da sociedade rural brasileira [...] [que] ainda possa manter viva uma racionalidade camponesa, na qual a lógica de suas estratégias de sobrevivência esteja mais relacionada com a reprodução social do que com a reprodução econômica” (FIALHO; WAQUIL, 2008, p.141-142).

Outra política importante para o desenvolvimento rural é a política de ATER. Um marco dessa política, num período relativamente recente, no ano de 2003, foi a transferência de sua competência, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo Decreto nº 4.739. Em 2004, o Decreto nº 5.033 loca o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) na SAF, e a partir daí os serviços públicos de ATER passaram a receber dotações crescentes no orçamento Federal (PEIXOTO, 2014a).

Em maio de 2004, o MDA lançou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e em 2005 o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) que se consubstanciaram na Lei nº 12.188 e no Decreto nº 7.215, respectivamente, apenas em 2010 (PEIXOTO, 2014a).

Apesar destes esforços, em 2006 a ATER continuava limitada, sendo praticada em 22% dos estabelecimentos brasileiros, dos quais 43% eram atendidos pela ATER governamental, voltada aos menores, com área média de 64 ha (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009b).

Em 2008 ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS). A 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (1ª CNATER) ocorreu somente em 2012.

A 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (1ª CNATER) foi realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, de 23 a 26 de abril de 2012 com o tema "Ater para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil

Rural” e reuniu representantes do governo e da agricultura familiar de todo país, com a participação de diferentes movimentos sociais representando trabalhadores rurais, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, mulheres e jovens do campo, entre outros (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2012; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, [2012]).

Os cinco eixos temáticos da 1ª CNATER foram: Ater e o Desenvolvimento Rural Sustentável; Ater para a Diversidade da Agricultura Familiar e a Redução das Desigualdades; Ater e Políticas Públicas; Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta de Serviços de Ater e Metodologias e Abordagens de Extensão Rural (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2012; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, [2012]).

Foram 699 delegados (eleitos nos estados), com direito a voz e voto, sendo 619 eleitos nas Conferências Estaduais e 80 delegados natos, representantes do governo federal, conselheiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF) e do Comitê de ATER, além de 100 convidados, sendo representantes dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, delegacias do MDA, superintendências estaduais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conselho nacionais, sociedade civil organizada, poder público e observadores (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2012).

As etapas preparatórias mobilizaram cerca de 40 mil participantes, entre representantes do governo e da sociedade civil, em 26 conferências estaduais e uma no Distrito Federal, sete conferências temáticas, 160 conferências territoriais e duas conferências municipais, que contribuíram para os documentos-base estaduais. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2012).

Ao ser entrevistado pelo INCRA, Argileu Martins, que nesta data dirigia o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA), afirmou que este foi um momento estratégico para qualificar o serviço de ATER e que as Conferências possibilitam um amplo debate com o público beneficiário, seus representantes e movimentos e destes com as entidades que prestam os serviços de Ater, principalmente o MDA, para que haja a qualificação das suas relações, do ‘sistema’ e da operacionalização da PNATER (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2012).

Em 2013 ocorre a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS). A 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª CNATER) ocorreu em 2016, em pleno processo de ‘impeachment’ da presidenta Dilma Rousseff, que impôs uma mudança drástica nos rumos políticos do país.

A 2ª CNATER reuniu mais de 40 mil participantes em suas diversas etapas. Suas propostas foram distribuídas nos eixos: (i) Sistema Nacional de ATER; (ii) ATER e políticas públicas para a agricultura familiar e (iii) Formação e construção de conhecimentos na ATER. Simultaneamente haviam três eixos transversais, que dialogam com os eixos principais da Conferência: (i) ATER e Mulheres Rurais; (ii) ATER e Juventude Rural e (iii) ATER e Povos e Comunidades Tradicionais (2ª CNATER, 2016a).

A 2ª CNATER reuniu mais de 40 mil participantes durante o processo de sua realização, nas 9 conferências temáticas, 286 conferências territoriais, 240 conferências municipais, 27 estaduais, e na etapa nacional, que reuniu 1.000 pessoas. Foram aprovadas 30 deliberações. Deste total, 10 são relativas ao Eixo Temático nº 1, Sistema Nacional de ATER. No QUADRO 3 podemos ver uma sistematização das 13 propostas mais votadas, entre os três eixos temáticos existentes: Sistema Nacional de ATER; ATER e Políticas

Públicas para a Agricultura Familiar e o eixo Formação e Construção de Conhecimentos na ATER (2ª CNATER, 2016b).

QUADRO 3. Sistematização das treze principais deliberações da 2ª CNATER, tendo em vista o número de votos, o eixo e o conteúdo central da proposta*.

Prioridade	Nº de votos	Nº da Proposta	Eixo	Conteúdo Central da Proposta
1	503	5	1 - Sistema Nacional de ATER	Garantir a implementação integral do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural
2	442	1	1 - Sistema Nacional de ATER	Criar e implantar um Sistema Nacional de ATER
3	415	22	3 - Formação e Constr. Conhec.	Ampliar as ações de formação continuada de agentes de ATER, para trabalhar com agricultores/as familiares
4	398	3	1 - Sistema Nacional de ATER	Qualificar, fortalecer e reestruturar as instâncias de controle social: fóruns, redes, colegiados e conselhos
5	385	24	3 - Formação e Constr. Conhec.	Desenvolver o trabalho de Extensão Agroecológica, privilegiando o olhar do agricultor e agricultora, [e] a troca de experiências entre os saberes
6	384	13	2 - Ater e Políticas Públicas	Efetivar o PLANAPO como Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
7	380	14	2 - Ater e Políticas Públicas	Garantir serviços de ATER para organização de grupos produtivos de base agroecológica, com fortalecimento do associativismo e cooperativismo (principalmente de jovens)**
8	377	27	3 - Formação e Constr. Conhec.	Apoio de assistência infantil nas atividades de ATER com cirandas e metodologias adequadas aos filhos das mulheres rurais, urbanas e periurbanas
9	373	26	3 - Formação e Constr. Conhec.	Direcionar políticas e programas para a educação do campo e no campo, priorizando a criação, fortalecimento e manutenção das experiências da Pedagogia da Alternância
10	372	11	2 - Ater e Políticas Públicas	Ampliar e assegurar uma política de ATER continuada e integrada às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e solidário
10	372	18	3 - Formação e Constr. Conhec.	Adaptar os currículos [das escolas do campo] em todos os níveis educacionais, considerando os princípios e fundamentos da educação do campo e da agroecologia***
11	370	28	3 - Formação e Constr. Conhec.	Criar um programa de formação continuada para equipes multidisciplinares de técnicos (as) de ATER e mulheres agricultoras em feminismo
12	367	19	3 - Formação e Constr. Conhec.	Criar e fortalecer centros de formação extensionistas que atendam nível médio, graduação, pós-graduação e qualificação técnica
13	366	2	1 - Sistema Nacional de ATER	Criar um fundo federal para financiamento do sistema nacional de ATER
13	366	8	1 - Sistema Nacional de ATER	Desburocratizar, garantir, manter e ampliar as Chamadas Públicas especiais para mulheres rurais

Fonte: Elaboração própria.

* Dados extraídos das propostas finais da 2ª CNATER (2016b).

** O enunciado desta proposta foi adaptado para dar sentido ao texto.

***Enunciado dentro dos colchetes são acréscimos para melhorar a redação e o entendimento.

Conforme pode ser observado no QUADRO 3, entre as quatro propostas mais votadas, três pertencem ao Eixo Sistema Nacional de ATER. A criação e implantação de um Sistema Nacional de ATER, proposta que recebeu 442 votos, só perdeu para a implementação integral do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com 503 votos. Isto demonstra a importância da existência de um Sistema Nacional de ATER, atribuída pelos delegados e delegadas da 2ª CNATER.

O que se apreende desta proposta como um Sistema Nacional de ATER, é que ele contemple uma ouvidoria, que tenha dotação orçamentária própria; que seja de responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo; contenha um programa de comunicação e marketing das ações de ATER; tenha sua gestão compartilhada e descentralizada, com participação e controle social com paridade de gênero e com 20% da participação garantida aos jovens; que promova o fortalecimento de redes e consórcios de ATER; dê continuidade aos processos já iniciados; promova formação continuada; penalize as prestadoras de serviços de ATER que não estejam atuando em consonância com a PNATER; que não considere as especificidades de gênero e juventude como atividades sobrepostas ou em duplicidade, quando da realização de outras Chamadas de ATER; que o credenciamento das entidades de ATER tenha um mecanismo de controle social a partir das recomendações dos agricultores (as) e de suas representações ou formas de organização; e que esse sistema garanta uma ATER que atue com metodologias que considerem o histórico das famílias e das unidades produtivas; que garanta a paridade de gênero, a participação dos jovens e a diversidade sociocultural dos povos tradicionais; que respeite as especificidades regionais (fazer ATER na Amazônia sem dúvidas é diferente de fazer no Rio de Janeiro); que seja continuada, multi e interdisciplinar; atue dentro de um recorte territorial, ao longo do sistema agroalimentar, fortalecendo projetos produtivos e viabilizando a transição produtiva agroecológica, dando ênfase ao atendimento à família dos agricultores (as) e suas organizações, nos âmbitos socioeconômico e ambiental (2ª CNATER, 2016b).

É interessante notar que a proposta que cria um fundo federal para financiar este sistema de ATER, aparece somente como a 13ª proposta mais votada. Outra proposta que chama a atenção é a quarta mais votada, que aponta a importância de qualificar, fortalecer e reestruturar as instâncias de controle social: fóruns, redes, colegiados e conselhos. Também se destaca a proposta que aponta a necessidade de ampliar e assegurar uma política de ATER continuada e integrada às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e solidário e finalmente chama a atenção a questão da desburocratização do sistema, formulada no sentido de ampliar as Chamadas Públicas para mulheres, mas que pode ser estendido para o sistema como um todo, atribuindo-lhe o valor de um princípio geral, no sentido de tornar o sistema menos burocrático nos seus fluxos e ações (2ª CNATER, 2016b).

É necessário destacar que nos últimos treze anos o Brasil presenciou o surgimento ou aperfeiçoamento de uma série de políticas públicas voltadas para a inclusão socioeconômica que beneficiaram os agricultores(as) familiares, tais como o Bolsa Família; a Política de Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura

Familiar (PEAAF) e a PNATER, entre outras. E a ATER tem sido responsável e fundamental para levar todas estas políticas aos povos do campo.

A consecução do processo de ‘impeachment’ da presidenta Dilma resultou na criação da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, assinada por Michel Temer. Esta Lei extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e transformou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Os cargos de Ministro de Estado e Secretário-Executivo do Desenvolvimento Agrário foram extintos e foi criado o cargo de Natureza Especial de Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. As competências, os órgãos e as entidades supervisionadas, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário foram transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, assim como seu patrimônio, quadro de servidores efetivos, direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos ou contratos, inclusive as receitas e despesas (BRASIL, 2016a).

Segundo Nathalie Beghin (2016, s/p), conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), ao passar as funções do extinto MDA para o recém-criado Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), essa medida trata “o/a agricultor/a familiar, camponês e indígena não como elemento central de um desenvolvimento socioambientalmente sustentável, mas como público-alvo de uma política social que mais bem busca reproduzir a pobreza do que enfrentá-la”.

No dia 31 de maio, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário cancelou o repasse de R\$ 170 milhões que deveriam ser operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para aquisição de alimentos da agricultura familiar, paralisando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). [...] Mesmo com a liberação de parte dos recursos nos últimos dias, essa lacuna gerou sérios constrangimentos na execução de um programa que exige um nível considerável de planejamento dos atores envolvidos e o cumprimento de prazos estabelecidos (FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA, 2016b).

O PAA é um dos principais mecanismos de distribuição de alimentos para a população mais pobre do Brasil, contribuindo para excluir o país do Mapa da Fome das Nações Unidas, conforme a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Para a agricultura familiar garante a comercialização da produção agrícola e os preços diante das constantes flutuações do mercado (FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA, 2016b).

Outro fato ocorreu em relação à Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), criada pelo Decreto 8.252/2014 como entidade de direito privado. O Decreto estabelece que o presidente da agência seja nomeado pelo presidente da República, porém seu mandato é de 4 anos, a não ser que haja comprovação de má gestão. Paulo Guilherme Cabral foi nomeado presidente da ANATER por Dilma Rouseff, em dezembro de 2015. A ANATER só começaria a operar em abril de 2016, após o lançamento do Plano Safra 2016-2017. Cabral presidiu a Agência no período de maio a junho de 2016, mês de sua exoneração por Michel Temer, sem que houvesse tempo para a avaliação do Contrato de Gestão (BORGES, 2016a). A 2ª CNATER manifestou preocupação com a descontinuidade das políticas de ATER, representada pela exoneração do presidente da ANATER e também politicamente contrária à extinção do MDA, caracterizando este ato como um retrocesso às políticas de ATER, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Brasil (2ª CNATER, 2016a).

O atual governo brasileiro, desde a sua chegada ao poder, tem promovido significativas mudanças com relação ao desenvolvimento agrário e agrícola do país, tais

como a extinção de órgãos, a paralização de programas, o cancelamento de editais, a demissão em massa de funcionários sem a substituição de seus postos de trabalho e sem tempo para ocorrer o repasse de suas funções, bloqueio ao acesso de computadores com informações profissionais entre outras. Desta forma estão sendo postas “em risco um conjunto de políticas públicas que vinham promovendo superação da pobreza rural, a segurança alimentar do país, a redução dos conflitos agrários, a sustentabilidade na produção agrícola e a geração de emprego e renda no campo” (FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA, 2016a, s/p).

2.5.3 A PNATER comentada

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, no Art. 187º determina que a política agrícola deve ser planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais e levando em conta a assistência técnica e extensão rural entre outros aspectos (BRASIL, 1988). Desde a lei máxima do Brasil a participação na elaboração e acompanhamento nas políticas para o meio rural, entre elas a PNATER, encontra-se como direito fundamental e dever do Estado em promovê-la.

A Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola, aponta entre seus pressupostos que a produção agrícola ocorre em estabelecimentos rurais heterogêneos considerando os aspectos ambientais, legais, econômicos, tecnológicos, sociais e culturais (BRASIL, 1991). Afirma em seu Art. 2º que a agricultura, como atividade econômica, deve ser rentável e que “o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais” (BRASIL, 1991, p.1). Portanto, no Brasil a política agrícola deve observar o meio rural numa abordagem holística e não apenas produtivista.

Estabelece como objetivos da política agrícola a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural; a participação de todos os segmentos do setor rural na definição dos rumos da agricultura; a prestação de apoio institucional ao produtor rural, prioritariamente ao pequeno produtor e sua família; e a melhoria de renda e de qualidade de vida no meio rural (BRASIL, 1991). Desta forma, a legislação já estabelece a descentralização como critério para o compartilhamento das responsabilidades e forma de atuação entre os entes federados, assim como a participação, a prioridade aos pequenos produtores e suas famílias e estabelece que a renda é importante, mas também a qualidade de vida que é um aspecto mais amplo do entendimento da vida no campo. Para isto, cabe destacar ainda no texto desta Lei, a ATER, a formação profissional e a educação rural como ações e instrumentos de política agrícola (BRASIL, 1991).

O Poder Público manterá serviço oficial de ATER que deverá ser educativa, gratuita aos pequenos produtores e suas organizações, visando disseminar informações, identificar e difundir tecnologias, estimular a participação e a organização no meio rural (BRASIL, 1991). A ATER buscará viabilizar, com o produtor rural, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas tecnológicos e ambientais de forma integrada à pesquisa agrícola (BRASIL, 1991). Assim a ATER oficial poderá ser pública ou privada, mas gratuita, educativa e deverá procurar soluções adequadas em corresponsabilidade com os agricultores e os órgãos de pesquisa.

Relembrando conforme já apresentado na introdução, a PNATER define em seu Capítulo I, Art. 2º a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços

agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010b, p. 1).

Conforme seu Art. 5º, são beneficiários da PNATER os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais e também os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, os aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites da Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2010b).

Em seu Art. 3º são apresentados seis princípios orientadores que procuram, mesmo que de uma forma insuficiente, qualificar a ATER a ser realizada sob a égide desta Lei. Conforme a PNATER, os serviços de ATER devem ser gratuitos, de qualidade e acessíveis a quem deles tem direito (BRASIL, 2010b). O desenvolvimento rural sustentável desejado é aquele compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, sendo que o enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis é o que se vale dos princípios da agricultura de base ecológica (BRASIL, 2010b). Sua abordagem metodológica se dá por meio do emprego de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública (BRASIL, 2010b). Ainda, esta ATER deve proporcionar em suas ações a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e direcioná-las para que contribuam com a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010b).

Tendo como base estes princípios ou fundamentos para suas ações, a PNATER tem 12 objetivos firmados em Lei, apresentados no seu Art. 4º, bastante genéricos e que vão de macro-objetivos ou objetivos de desenvolvimento que compreendem uma elevada complexidade tais como “promover o desenvolvimento rural sustentável [e] promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários” (BRASIL, 2010b, p. 2) a objetivos voltados à orientar a elaboração e implantação de projetos e ações de ATER propriamente ditas, tais como

construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; [...] assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; [...] desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade; [...] aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010b, p. 2).

Os demais objetivos, que também carecem de detalhamento, quer seja por parâmetros quantitativos como qualitativos ou metodológicos e operacionais e que seriam pertinentes num texto para sua regulamentação, são:

apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; [...] aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção; [...] apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; [...] promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; [...] promover a integração da ATER com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e [...] contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro” (BRASIL, 2010b, p. 2-3).

Peixoto (2014a) observa que de acordo com a Lei Geral de ATER (a PNATER de 2010), o PRONATER deveria ser elaborado com base na CNATER, que foi realizada em 2012 e ainda salienta que em sua pesquisa “Não foram encontrados na Internet, no

entanto, documentos que indicassem o Pronater ter sido atualizado conforme as deliberações da Cnater” (PEIXOTO, 2014a, p.4).

Contudo, para avançar no refinamento desta proposição e tendo em vista a ausência de um melhor detalhamento por meio do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 que regulamenta esta Lei e dispõe sobre o PRONATER (BRASIL, 2010a), cabe dizer que seus objetivos seguem como pistas à implantação de uma ATER que supostamente atenda à PNATER. Portanto, mesmo que prematuramente, já seria possível dizer que seria interessante qualificar melhor a ATER desejada.

Esta mesma Lei ainda institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) com objetivo de organizar e executar os serviços de ATER ao público previsto em seu art. 5º, de acordo com suas disponibilidades orçamentária e financeira e em parceria com instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas (BRASIL, 2010b).

Um grande mérito deste Programa se dá devido a sua forma participativa de elaboração e gestão, incluindo as opiniões da sociedade³⁸ por meio da observação das deliberações da Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizada sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e em relação à possibilidade de transparência na prestação de contas (BRASIL, 2010b).

Em relação à gestão do Programa, o CONDRAF opina sobre a definição das prioridades, da proposta orçamentária anual e recomenda critérios e parâmetros para a regionalização das ações do PRONATER (BRASIL, 2010b). Além disso, os Estados, representados por seus Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar ou órgãos similares podem implantar o Programa em parceria com o Governo Federal por meio da assinatura de Termos de Adesão, participando da programação de suas ações, em seu acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos, além da execução de serviços de ATER por suas empresas públicas ou órgãos, devidamente credenciados e selecionados em chamada pública (BRASIL, 2010b).

Relativo à transparência, em seu Art. 21, consta que os contratos e as ações do PRONATER serão objeto de controle e acompanhamento por meio de sistema eletrônico e seus dados e informações deverão ser plenamente acessíveis a qualquer cidadão por meio da internet (BRASIL, 2010b).

Finalmente, esta legislação acrescenta alguns critérios para procurar garantir a qualidade da ATER oferecida pelas entidades executoras. Entre eles que a entidade execute este tipo de serviço, atue no Estado em que se credenciou e conte com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidade exigidas para a atividade (BRASIL, 2010b).

O Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010 regulamenta a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a fim de dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) a respeito dos procedimentos para sua implantação de forma articulada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável ou similares (BRASIL, 2010a).

O Decreto estabelece estes conselhos como responsáveis pelo credenciamento das Entidades Executoras do Programa e complementa os requisitos exigidos às entidades

³⁸ Nas normas de realização e de participação na Conferência, será assegurada a participação paritária de representantes da sociedade civil.

para estas possam se credenciar. Para além do já estabelecido no Art. 15 da Lei nº 12.188, de 2010, as entidades precisam demonstrar sua infraestrutura e capacidade operacional; conhecimento técnico e científico na área de atuação; e experiência na execução de serviços na área de atuação, por mais de dois anos. As Entidades Executoras deverão solicitar, a cada dois anos, a renovação do credenciamento junto aos Conselhos, que avaliarão os resultados dos projetos (BRASIL, 2010a).

A contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) será antecedida de chamada pública, destinada a classificar propostas técnicas apresentadas pelas Entidades Executoras. Esta chamada pública para seleção das Entidades Executoras deverá observar o disposto no Art. 19º da Lei nº 12.188/2010, e considerar os seguintes requisitos: a capacidade e experiência da entidade para lidar com o público beneficiário da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER); a qualidade técnica da proposta, que deverá compreender metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos; e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a execução dos serviços de ATER (BRASIL, 2010a).

Para o monitoramento e fiscalização dos contratos são exigidos os seguintes procedimentos: que o agricultor familiar ou representante legal do empreendimento familiar rural ateste o recebimento dos serviços de assistência por meio de formulário próprio que deverá ser encaminhado eletronicamente pela Entidade Executora para fins de elaboração do Relatório de Execução dos Serviços Contratados. Os serviços devem ser acompanhados por servidores do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do INCRA ou terceiros contratados de forma periódica e à distância, por meio de sistema eletrônico; e *in loco* utilizando-se de critérios de amostragem. Os pagamentos são condicionados ao atesto do servidor público, por meio eletrônico (BRASIL, 2010a).

A prestação dos serviços de ATER será executada por meio dos seguintes instrumentos: contratos por dispensa de licitação; termos de cooperação; e aditivos de convênios e contratos de repasse (BRASIL, 2010a).

O relatório anual consolidado de execução do PRONATER deverá ser encaminhado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF) em até cento e oitenta dias após o término do exercício financeiro (BRASIL, 2010a).

O CONDRAF coordenará a realização da Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, que será realizada de quatro em quatro anos. O Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural do CONDRAF definirá a forma de seleção dos representantes que comporão a Conferência Nacional, assegurada a participação paritária de representantes da sociedade civil e do governo. A organização da Conferência Nacional ficará a cargo de grupo executivo a ser criado no âmbito do CONDRAF, garantida a participação de representantes das áreas fins do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do INCRA (BRASIL, 2010a).

No QUADRO 4 podemos observar a Linha do Tempo da ATER brasileira, levando em consideração algumas políticas públicas para a agricultura familiar que tem impacto sobre a ATER. Esta forma de organização didática do assunto pode colaborar com sua visualização e melhor entendimento.

QUADRO 4. Linha do tempo da ATER, considerando algumas políticas importantes para a agricultura familiar no Brasil (continua).

PERÍODO	EVENTO
Final déc.40	Inicia ATER no Brasil. Em 1948 é criada a ACAR.
1956	Criação da ABCAR. Juscelino Kubitscheck cria um Sistema Nacional.
Meados déc.70	SIBRATER (EMBRATER + EMATER), no governo Geisel a maior parte do orçamento é de origem federal.
1988	Constituição Federal, Cap. III, art. 187 trata da política agrícola que deve ser participativa, levando em conta a ATER entre outros aspectos.
1990	EMBRATER é extinta e o SIBRATER é desativado. É criada a ASBRAER.
1991	Lei nº 8.171/1991. Dispõe sobre a Política Agrícola: ATER, formação profissional e educação rural são instrumentos dessa política. O Poder Público manterá serviço de ATER educativa e gratuita para pequenos produtores.
1996	Decreto nº 1.946/1996. Cria o PRONAF, revogado pelo Decreto nº 3.200/1999 (BRASIL, 1996).
1999	Decreto no 3.200/1999. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR) e o PRONAF. Revogado pelo Decreto nº 3.508/2000 (BRASIL, 1999).
2000	Decreto no 3.508/2000. Dispõe sobre os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, em todos os níveis de governo (CNDRS, CEDRS, CMDRS) e dispõe sobre o PRONAF. Revogado pelo Decreto nº 3.992/2001 (BRASIL, 2000).
2001	Decreto nº 3.992/2001. Dispõe sobre o Conselho e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS e PNDRS). Revogado pelo Decreto nº 4.854/2003. OBS. Não cita o PRONAF (BRASIL, 2001).
2003	Decreto nº 4.854/2003. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Revogado pelo Decreto nº 8.735/2016 (BRASIL, 2003).
2003	Decreto nº 4.739/2003. Transfere a competência sobre ATER do MAPA para o MDA.
2004	Decreto nº 5.033/2004. Loca o DATER na SAF. Aumentam os recursos para ATER.
Mai. 2004	Lançamento da PNATER pelo MDA
2005	Lançamento da PRONATER pelo MDA
2005	MDA institui o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER)
2006	Lei nº 11.326/2006. Estabelece as diretrizes para a Política Nacional de Agricultura Familiar
2008	I CNDRSS
Jan. 2010	Lei nº 12.188/2010. Institui a PNATER e o PRONATER
Jun. 2010	Decreto nº 7.215/2010. Dispõe sobre o PRONATER.
Jun. 2010	Portaria Ministerial nº 35 - dispõe sobre o Sistema Informatizado de ATER (SIATER) e não fala sobre o INDICATER
2012	I CNATER. Realizada em abril com 699 delegados eleitos.
2013	II CNDRSS
2013	Lei nº 12.897/2013. Autoriza a criação da ANATER.
2014	Decreto nº 8.252/2014. Institui a ANATER.
Dez. 2015	Nomeado o presidente da ANATER.
Abr. 2016	ANATER começa a operar.
Mai. 2016	Decreto nº 8.735/2016. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do CONDRAF.

Fonte: Elaboração própria.

QUADRO 4. Continuação.

PERÍODO	EVENTO
Mai. 2016	Medida Provisória nº 726/2016. Extingue o MDA e cria o MDSA. Há redução de recursos para o PAA.
2016	Presidente da ANATER é exonerado
2016	II CNATER. Realizada com 1.000 participantes. Carta Política contesta exoneração do presidente da ANATER e extinção do MDA
Set. 2016	Lei nº 13.341/2016. Substitui a Medida Provisória nº 726, consolidando a extinção ministerial.

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ideias apresentadas, é possível identificar que a ATER como instrumento de política agrária e agrícola, se molda, ou tem seus limites de atuação condicionados pelos interesses políticos e econômicos vigentes. A partir de 2003, ou seja, nos últimos 14 anos, pudemos observar uma mudança no foco de interesse dado às políticas de desenvolvimento rural e de ATER. Um marco foi a instituição do CONDRAF como órgão colegiado decisor sobre as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Outro marco é a elaboração da PNATER e do PRONATER, conferindo à ATER uma qualidade relacionada à participação dos agricultores (as) no processo de construção do conhecimento sobre novas bases tecnológicas, fundamentada em princípios ecológicos, e na gestão da própria política pública de ATER, por meio de instâncias colegiadas. São diversas marcas de avanço, a formação de equipes multidisciplinares, o respeito aos conhecimentos tradicionais, a busca na equidade nas relações de gênero e de geração, o foco na segurança e soberania alimentar, a busca pela democracia, cidadania e inclusão dos povos do campo.

Também neste capítulo, pudemos compreender o agricultor (a) familiar indistintamente ao camponês, assumindo que existam os diferentes graus de camponesidade apresentados e a flexibilidade e possibilidade de adaptação da agricultura familiar camponesa frente à diversidade tecnológica possível em diferentes períodos históricos e também relacionada às diferentes formas e modos de viver e de se relacionar com a natureza. Falaremos, portanto, daqui para frente, em uma agricultura familiar camponesa e admitiremos a possibilidade da necessidade de existência de políticas distintas para diferentes subgrupos que compõe o conjunto maior estabelecido pela legislação, assim como a possibilidade de existirem subgrupos mais ou menos favorecidos pelos objetivos e parâmetros (ou critérios) da política analisada. Assim, é importante explicitar a quem a política de ATER tem atendido.

Para compreendermos as políticas públicas brasileiras nos anos recentes, três fatores são essenciais: o marco legal constitucional, a perspectiva político-econômica brasileira e o tensionamento social ou a disputa de interesses (de classe) provocada pela interseção dos dois primeiros fatores. O arranjo proporcionado pela abertura democrática, o neoliberalismo econômico, a diminuição do papel do Estado, o fracasso em resolver problemas econômicos (distribuição de renda), sociais, ambientais e a luta de classes, esse conjunto, de forma combinada, é o que levou o país a políticas opostas, fato nitidamente observável nas políticas voltadas ao desenvolvimento rural.

O Brasil expressa muito bem suas contradições (ou lutas político-sociais) internas por meio de suas políticas públicas. A existência de políticas públicas contrárias apenas expressa a realidade econômica, social e política brasileira, já que a sua concepção se alicerça nas ideologias e visões de mundo daqueles que orientam sua elaboração. No caso das políticas para o meio rural, a dualidade manifesta na presença de dois ministérios, demonstra o peso econômico e político das distintas agriculturas brasileiras: o

agronegócio e a agricultura familiar. Os formatos de elaboração, condução, avaliação e as estratégias empregadas pelos grupos de interesse para inserir pautas no governo serão distintos já que precisam se adequar às características, interesses e necessidades de cada grupo. Portanto, os modelos teóricos de análise de políticas públicas podem perfeitamente coexistir, já que a realidade é multifacetada.

Nos anos recentes o Brasil pôde ver, ao mesmo tempo, a constituição de uma série de políticas públicas voltadas ao benefício da agricultura familiar e por outro lado uma série de políticas voltadas ao benefício do agronegócio, e esse sistema, mesmo que dual, tem se mantido estável. Conforme visto, somente em tempos de instabilidade é possível ocorrer mudanças profundas ou nas séries. A mídia tem papel preponderante nestes períodos de mudanças radicais. No Brasil, o momento atual pode ser um exemplo desses períodos de mudanças. A organização dos atores sociais pode ser um aspecto determinante para influenciar o direcionamento que estas mudanças venham tomar.

Finalmente, é importante dizer que a PNATER, no seu histórico contém aspectos significativos para além da sua redação. O primeiro refere-se à sua urgência e originalidade e o segundo diz respeito ao seu lastro social e importância política, já que traduz um desejo da reconstrução da assistência técnica e extensão rural no país, sob os referenciais do desenvolvimento endógeno, da sustentabilidade ambiental, econômica e cultural, da participação, autonomia e respeito aos agricultores(as) e suas formas de organização política e produtiva. A PNATER é fruto de uma construção social, de uma luta política, histórica. E precisa ser respeitada, valorizada e aperfeiçoada para atingir seus objetivos e fazer jus aos esforços daqueles(as) que ajudaram a construí-la.

3 CAPÍTULO II:
O CONTEXTO REGIONAL E LOCAL DE REFERÊNCIA

3.1 INTRODUÇÃO

Recordando o que vimos anteriormente, na Introdução apresentamos os principais elementos constituintes do sistema de ATER brasileiro e justificamos a importância do estudo da ATER devido ao seu potencial em apoiar processos voltados a barrar e reverter os vazios demográficos, romper com a dicotomia campo-cidade, promover a segurança alimentar e nutricional e a proteção e conservação dos recursos naturais, a partir de uma perspectiva agroecológica.

No Capítulo I apresentamos o contexto histórico da ATER relacionado às formas como ela tem sido utilizada no decorrer da história como instrumento de políticas públicas diversas, com diferentes intencionalidades políticas, diferentes fundamentações tecnológicas e diferentes abordagens metodológicas. Também aprofundamos conceitos teóricos importantes para compreender os três elementos centrais da PNATER: Reforma Agrária (terra), Agricultura Familiar (sujeitos sociais) e Desenvolvimento Rural Sustentável (paradigma de desenvolvimento).

Para isso, aprofundamos a conceituação de agricultura familiar e campesinato; de desenvolvimento e desenvolvimento rural; para em seguida discutir políticas públicas, inicialmente numa abordagem teórica, posteriormente sua relação com as políticas de desenvolvimento rural e finalmente a PNATER.

Com isto, fizemos um apanhado geral teórico para compreender o que se passa na atualidade, no campo brasileiro, *locus* de trabalho da atividade de extensão rural e onde rebate um conjunto de políticas públicas agrárias, agrícolas, sociais e ambientais que o serviço de ATER tem sido responsável, em grande parte, por promover o seu acesso às populações do campo, em especial àqueles com menor poder econômico, mesmo que de forma insuficiente para reverter todos os problemas do campo.

Este é um capítulo predominantemente descritivo onde trazemos os elementos objetivos que condicionam a realidade da região e do caso em estudo. Desta forma, nele procuramos apresentar estes elementos da forma menos cansativa que nos ocorreu, principalmente pensando naqueles que, estando cotidianamente imersos nessa realidade, ela seja tão comum ao seu olhar.

Mas este capítulo é necessário por dois motivos principais. Primeiro pela aproximação ao caso estudado. Não seria possível realizar esta aproximação sem conhecer e explicitar essa realidade objetiva que o condiciona, para posteriormente, por meio do caso, chegar ao objeto de estudo propriamente dito, a atuação do sistema de ATER num contexto local.

Segundo, em respeito ao leitor, já que segundo André (2005), o estudo de caso é contextualizado e o leitor participa da generalização ao relacionar o caso em questão com a realidade que ele conhece. Portanto, o estudo de caso tem a preocupação em descrever, trazer informações para que o leitor se aproxime daquele contexto, daquela realidade específica. Esta é uma forma de relatar, demonstrar uma dada realidade no seu contexto físico, ambiental, histórico, social, político e econômico para que aqueles que estão fora desse universo também possam compreendê-lo, em alguma medida, e comparar com sua própria vivência.

Dessa forma, este estudo interessa àqueles que, estando imersos nesta realidade possam observá-la por outro ângulo, e também àqueles, que distantes dela, possam extrair comparações úteis à compreensão de suas próprias realidades, gerando um novo conhecimento.

Neste esforço de contextualização, apresentamos também o conjunto de instituições e organizações que atuam e influenciam de alguma forma a ATER na região,

quando possível exemplificando sua atuação em relação ao caso estudado. Dessa forma, se tornou pertinente incluir os conceitos de ‘organização’, ‘burocracia’, ‘rede’ e ‘parcerias’ com o objetivo de apoiar a reflexão sobre o conjunto dessas organizações.

Como forma de organização e exposição das ideias aqui contidas, partiremos da apresentação do contexto regional e local (municipal), nos seus aspectos físicos, ambientais e socioeconômicos. Posteriormente apresentaremos sinteticamente as principais instituições e organizações voltadas ao ensino, pesquisa e extensão rural e que exercem influência nesse contexto regional e local, seguida por uma descrição da Associação Agroecológica de Teresópolis contextualizada localmente. Por último, realizamos algumas considerações finais encerrando este capítulo.

3.2 A REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o estado do Rio de Janeiro detém uma área de 43.777,954 km², dividida em 92 municípios e habitada por uma população de 15.989.929 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [201-]c). É o segundo estado mais denso do Brasil. Sua densidade demográfica foi registrada em 365,22 hab/km², naquele ano, sendo menos denso apenas que o Distrito Federal, com 444,66 hab/km². São Paulo, o terceiro estado mais denso, apresenta 166,23 hab/km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [201-]a).

Desta população, 96,7% são residentes em áreas urbanas e 3,3% é a população residente rural (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [201-]b). Ainda em 2010, foi registrado como o estado com a maior taxa de urbanização do Brasil, com um índice de 97,3%, para aquele ano. Esteve à frente de São Paulo, que apresentou um índice de 96,6% e do Distrito Federal, com 95,6%.

Com o propósito de orientar suas ações, a fim de desenvolver os municípios e melhorar as condições de vida dos habitantes, o Governo do Estado do Rio de Janeiro segue uma proposta de divisão regional³⁹ que agrupa seus municípios em oito Regiões (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]b; DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012).

Segundo a Fundação Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro (Fundação Cide)⁴⁰, as oito regiões são: Metropolitana, Norte, Baía da Ilha Grande, Baixada Litorânea, Noroeste, Centro-Sul, Serrana e Médio-Paraíba (BRASIL, 2007), conforme pode ser visto na FIGURA 2⁴¹.

³⁹ Segundo a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) ([201-]c), a divisão regional é um instrumento de análise e ação, voltada ao planejamento e gestão do território. Desta forma pode e deve ser alterada de acordo com os objetivos que visa e com as informações de que dispõe. As propostas de divisão mais conhecidas e utilizadas são a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Governo do Estado. Em 1990 o IBGE alterou a metodologia que definia a divisão regional que então passou à denominação de Meso e Microrregiões Geográficas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([20-]) “definiu as mesoregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial”. Este conceito é aplicado na elaboração de políticas públicas, para subsidiar o planejamento e decisões de locação de atividades econômicas, sociais e tributárias, além de apoiar estudos e identificar espacialmente as estruturas contidas nas regiões metropolitanas, urbanas e rurais.

⁴⁰ A Fundação CIDE é um órgão extinto, que pertencia à Secretaria de Estado de Planejamento, e que foi substituído pela Fundação CEPERJ.

⁴¹ A divisão mesoregional adotada pelo IBGE não possui uma ‘Região Serrana’ e seus municípios estão divididos “entre as regiões Centro Fluminense (Nova Friburgo) e Metropolitana do Rio de Janeiro (Teresópolis e Petrópolis)” (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012, p.45).



FIGURA 2. Estado do Rio de Janeiro: regiões de governo e municípios, 2014.

Fonte: CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO, 2014.

A Região Metropolitana é a mais populosa e povoada, concentrando 74% dos habitantes do estado, em apenas 5% da sua área (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]b).

Quanto à localização, a Região Serrana do Rio de Janeiro “situa-se na porção central do estado do Rio de Janeiro entre os paralelos 21° 40’ S e 22° 35’ S e os meridianos 41° 40’ W e 43° 25’ W” (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012, p.44).

Esta região compreende 14 municípios⁴²: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [2011]; DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012). Podemos ver esta divisão na FIGURA 3.

⁴² Essa divisão pode conter mais ou menos municípios de acordo com a política pública a que se refere. Por exemplo, na divisão regional adotada pela área de saúde a Região Serrana possui 16 municípios, incluindo Cachoeiras de Macacu e Guapimirim (BRASIL, 2007; GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2015).

ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a).

Petrópolis é o polo regional e Nova Friburgo também exerce influência sobre quase todos os municípios da região. A influência se dá pelo setor industrial, pelo comércio e prestação de serviços, suprindo as necessidades dos municípios próximos. No setor industrial tem destaque a metalurgia e o setor têxtil, ligado ao vestuário (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a).

Em Nova Friburgo destacam-se as pequenas e médias empresas de vestuário e têxteis. Este é o município mais importante de um Arranjo Produtivo Local (APL) de moda íntima, composto juntamente com Bom Jardim, Cordeiro, Duas Barras e Cantagalo. Estes municípios, em conjunto, formam o principal núcleo no ramo vestuário do estado (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a; VILLELA, 2013) que também é responsável por 25% da produção nacional.

Este APL emprega uma quantidade expressiva de mão-de-obra direta, num regime de terceirização denominado “facção”, onde as costureiras trabalham em casa, quer seja no meio urbano como rural (VILLELA, 2013). Em 2003 contava com 700 pequenas confecções, gerava 20 mil empregos diretos, 8.282 postos de trabalho, no conjunto de atividades ligadas ao setor, e movimentava em torno de R\$700 milhões ao ano (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a).

Em Petrópolis fica localizado o segundo núcleo, em importância, deste mesmo ramo, porém produzindo artigos de malha em micro e pequenas empresas (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a; VILLELA, 2013). Em 2010, o polo de moda de Petrópolis gerou 30 mil empregos diretos e indiretos e, um faturamento mensal de R\$100 milhões (VILLELA, 2013).

O turismo também é uma atividade com nítida influência sobre Nova Friburgo e Teresópolis, que são regiões próximas ao Rio de Janeiro, com clima ameno e temperaturas médias anuais entre 17 e 18 graus, belas paisagens, com uma boa infraestrutura hoteleira e de restaurantes especializados em comida suíça e alemã, incluindo um circuito denominado ‘Vale dos Gourmets’ (INEA, 2013), fatores de atração dos turistas.

A fundação de Petrópolis é ligada ao Imperador D. Pedro I, que de passagem para Minas Gerais, pernoitou numa fazenda e se encantou com a beleza local e com o clima ameno. Adquiriu propriedades para construir um Palácio de Verão, mas teve que abdicar ao trono e retornar a Portugal. D. Pedro II ao herdar essas terras, construiu o palácio de verão, após ter sido feita a Estrada Normal da Serra da Estrela, que dava acesso à Petrópolis com carruagens. A cidade nasceu em 1845 e foi elevada a município em 1857. Em meados de 1800 chegaram os imigrantes alemães e posteriormente de outras nacionalidades (IBGE, [20-]b).

Nova Friburgo teve a sua origem em 1818, quando D. João VI autorizou a vinda de 100 famílias suíças, oriundas do cantão de Friburgo para a formação de uma colônia, denominada Nova Friburgo. Em 1824 imigrantes alemães chegaram em Nova Friburgo e após 1831 chegaram imigrantes italianos, portugueses e sírios (IBGE, [20-]a).

Nova Friburgo é um dos mais tradicionais destinos turísticos e de veraneio do Estado do Rio de Janeiro. [...] Desde a segunda metade do século XX o turismo vem se desenvolvendo e hoje conta com a segunda rede hoteleira da região

turística da Serra Verde Imperial e a primeira dos cinco municípios que integram a área do PETP⁴³ (INEA, 2013, p.26).

Teresópolis homenageia a Imperatriz Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II. É provável que a família imperial tenha passado períodos de férias neste lugar. Está localizado no topo da Serra dos Órgãos, e sua paisagem é formada por montanhas e picos como o Dedo de Deus ou a Pedra do Sino, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), no interior da Mata Atlântica (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, [20-]b).

Estas características, juntamente com a preocupação com o uso sustentável do meio ambiente, são as motivações para desenvolver o ecoturismo (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a).

O circuito turístico chamado ‘Circuito Terê-Fri’ é um percurso de 68 km entre Teresópolis e Nova Friburgo. É composto por diversos atrativos locais tais como a paisagem, o clima de montanha, mirantes, cachoeiras, o Parque Estadual dos Três Picos (PETP), a possibilidade de realizar escaladas e trilhas, restaurantes, hotéis e pousadas, comércio local entre outros (CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI, 2015). Parte deste circuito coincide com parte da zona de amortecimento do PETP, delimitando-a pela rodovia estadual RJ – 130, no município de Teresópolis.

A região é fortemente influenciada pela presença de Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, constituintes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁴⁴. O Parque Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação Integral⁴⁵ e as unidades dessa categoria, criadas pelo Estado ou Município, são denominadas Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000).

Na região encontram-se o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), o Parque Estadual dos Três Picos (PETP) e o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) é uma unidade de conservação Federal de Proteção Integral, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Foi criado em 1939, com o objetivo de preservar uma amostra representativa do ecossistema da Serra do Mar, na Região Serrana do Rio de Janeiro. Sua área é de 20.024 ha, abrangendo os municípios de Guapimirim, Magé, Petrópolis e Teresópolis. É o terceiro parque mais antigo do Brasil. É um dos melhores locais no Brasil para a prática do montanhismo. Em 2008 o Parque foi ampliado em 88% de sua área inicial. Em 2008 o ICMBio publicou o atual Plano de Manejo⁴⁶ do PARNASO, substituindo o antigo plano de 1979. O Plano de Manejo atual contou com

⁴³ Parque Estadual dos Três Picos.

⁴⁴ A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, estabelece os critérios e as normas “para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (BRASIL, 2000). No SNUC, conservação da natureza é “o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral” (BRASIL, 2000). Nesta mesma Lei, preservação diz respeito ao “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (BRASIL, 2000).

⁴⁵ As Unidades de Conservação se dividem em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Enquanto as Unidades de Proteção Integral têm o objetivo de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”, o objetivo das “Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000).

⁴⁶ O Plano de Manejo é “o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS, [20-]a).

diversas etapas de elaboração incluindo um aprofundado diagnóstico da região, fundamentado em pesquisas, informações das prefeituras, técnicos da região, reuniões com as comunidades do entorno e também um amplo diagnóstico ambiental do Parque. Seu monitoramento é feito em reuniões periódicas e é publicado um relatório anual sobre o estágio de implementação das atividades do plano (PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS, [20-]a; [20-]b).

O Parque Estadual dos Três Picos (PETP), administrado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), é “a maior unidade de conservação de proteção integral administrada pelo Estado” (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, [20-]a, 0[s.p.]).

Criado pelo Decreto Estadual nº 31.343, de 5 de junho de 2002, com área total aproximada de 46.350 hectares em terras dos municípios de Teresópolis, Guapimirim, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim, e ampliado pelo Decreto Estadual nº 41.990, de 12 de agosto de 2009, com um acréscimo de 12.440,90 hectares, nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo e Silva Jardim. [...] A área do PETP é hoje de 65.113,04 hectares (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, [20-]a, [s.p.]).

O afloramento rochoso de aproximadamente 2.316 m de altitude, localizado entre Nova Friburgo e Teresópolis, dá o nome ao Parque. Esse é o ponto de maior altitude da Serra do Mar. Esta região é prioritária para a conservação, já que nos limites do Parque encontra-se o maior índice de biodiversidade do estado (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, [20-]b).

O Parque faz parte das seguintes bacias hidrográficas: Bacia do Rio Macaé; Bacias dos rios Guapimirim - Guapiaçú - Macacu (Bacia da Baía da Guanabara); Bacia do Rio São João, Bacia do Rio Macacu e Bacias de rios afluentes do Rio Paraíba do Sul (INEA, 2013).

O Parque Estadual dos Três Picos está integralmente inserido dentro da área destinada à Reserva da Biosfera no Estado do Rio de Janeiro, criada em 1991, mesmo ano da criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), e ampliada em 1992, incorporando 42% do território fluminense, onde encontra-se o Parque (INEA, 2013).

O Plano de Manejo Diretor do Parque Estadual dos Três Picos foi aprovado pela Portaria IEF/RJ/PR nº 193, de 26 de dezembro de 2006 (INEA, 2013).

A questão fundiária no PETP, como em outros parques brasileiros, é um problema grave, que os governos, de forma geral, tentam contornar, com a concordância do proprietário rural em assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Isto realizado através de negociação com o órgão gestor da unidade de conservação, proprietário rural e, algumas vezes, tendo como mediador o Ministério Público (NETTO, 2013, p.118)

Os agricultores entrevistados na zona de amortecimento do parque, em geral conhecem o Parque, mas não tem muita proximidade com o mesmo. Afirmam que é importante ampliar o diálogo, que não basta os agricultores participarem das reuniões do Conselho por meio de seus representantes, mas os representantes do Parque precisariam ir às reuniões dos agricultores (NETTO, 2013).

Na primeira versão do Plano, seu zoneamento era voltado à conservação do Parque, definindo as áreas de visitação e áreas prioritárias de conservação, deixando de fora aspectos sociais e potenciais de uso público, comprometendo a sustentabilidade da área. O atual zoneamento se deve à adaptação e aperfeiçoamento dos mapas de conservação e visitação e dos conflitos existentes na sobreposição destas áreas, realizada com “a participação de representantes do conselho consultivo, representantes das comunidades do entorno e equipe técnica do INEA” (INEA, 2013, p.44).

Entre algumas das restrições detectadas encontra-se a ausência de informação sobre as normas de uso da zona de amortecimento, a carência de projetos de educação ambiental e “projetos alternativos economicamente sustentáveis na zona de

amortecimento do parque” (INEA, 2013, p.46), para os quais, como exemplo, citam os sistemas agroflorestais⁴⁷ e a permacultura⁴⁸. Também são citados o uso indiscriminado de agrotóxicos na zona de amortecimento, a atividade pecuária e o uso de fogo nas pastagens, a especulação imobiliária, a captação de água pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e a falta de integração das diretrizes do Parque com os Planos Diretores dos municípios (INEA, 2013).

O potencial para o ecoturismo e implantação de agroflorestas, o diálogo com as comunidades do entorno, a existência de estradas, o potencial para pesquisa e formação de novas unidades de conservação na região, a existência instrumentos legais como o Plano de Combate a Incêndios além da integração interinstitucional são algumas das potencialidades apontadas (INEA, 2013).

A zona de entorno ou área do entorno do PETP

foi definida de acordo com o que determina a Resolução CONAMA 13/90, a partir de um limite de 10 km ao redor da unidade, abrangendo 5 municípios (Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Guapimirim, Silva Jardim e Teresópolis), as principais rodovias e estradas estratégicas (INEA, 2013, p.52).

A zona de amortecimento do PETP tem o objetivo de “orientar a ocupação e uso das áreas, tendo sempre como referência maior a sustentabilidade ambiental, econômica e social do parque e seu entorno” (INEA, 2013, p.52). Seu planejamento foi precedido de um diagnóstico ambiental, que descreve “os principais aspectos da paisagem e do uso da terra dos municípios situados na zona de influência direta do parque” (INEA, 2013, p.52).

Entre as áreas externas ao PETP consideradas estratégicas, encontra-se Canoas, localidade com acesso “a partir da rodovia RJ-130, à direita, na altura do quilômetro 6,5 no sentido Friburgo. Trata-se de uma das áreas menos urbanizadas e de perfil mais rural do Município de Teresópolis” (INEA, 2013, p.73). Nesta região há atividades turísticas e a agricultura, destacadamente a horticultura, é outra atividade econômica importante (INEA, 2013).

O Parque Natural Municipal de Teresópolis foi criado em 2009 pela Prefeitura Municipal de Teresópolis, numa área de 4.397 ha. É a maior unidade de conservação de proteção integral criada por um município, no estado do Rio de Janeiro. Faz divisa com os municípios de São José do Vale do Rio Preto e Petrópolis. Ainda não possui Plano de Manejo, portanto não definiu seu zoneamento. Um dos núcleos do Parque, uma forma de divisão administrativa interna denominado Ponte Nova, é o mais preservado e não é aberto à visitação. No seu entorno predominam as atividades agrícolas, especialmente a agricultura orgânica (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, [20-]a).

Com relação ao contexto da agricultura, nesta região de montanhas, foco da produção de hortigranjeiros se dá nos vales intermontanos, como ocorre nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo (BRASIL, 2007; FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a).

A Região Serrana Fluminense caracteriza-se por relevos montanhosos, solos pouco espessos e intemperizados (Cambissolos e Latossolos Vermelho-Amarelos) e clima úmido e ameno. Esse clima é propício à olericultura. [...]

⁴⁷ Sistemas Agroflorestais ou Agroflorestas são “uma forma de uso da terra, na qual espécies lenhosas perenes (arbustos ou árvores) são cultivadas deliberadamente com espécies herbáceas (pasto, culturas anuais) e/ou com animais, numa combinação espacial ou sequencial (sic.), obtendo-se benefícios das interações ecológicas e econômicas resultantes” (SILVA, 2002, p.25-26).

⁴⁸ “Desenvolvida, no começo dos anos 1970, pelos australianos Bill Mollison e David Holgren, a permacultura é um sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis, baseado na observação e reprodução dos sistemas naturais somados aos conhecimentos científicos e tecnológicos atuais” (MOLLISON e SLAY, 1994 apud OLIVEIRA; SABINO, 2013).

As atividades agrícolas ocupam as restritas planícies fluviais e as baixas vertentes menos declivosas do domínio montanhoso (NETTO, 2013, p. 94).

Entre as limitações e as vantagens apresentadas para a produção agropecuária, a Região Serrana desponta como principal polo agrícola do estado na produção de olerícolas, na produção de flores e avicultura (NETTO, 2013; AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015). “A região é responsável por mais de 90% das folhosas comercializadas na unidade da Ceasa-RJ, no Grande Rio” (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

A agricultura na Região Serrana Fluminense caracteriza-se por altas produtividades baseadas na utilização de tecnologias industrializadas, notadamente fertilizantes sintéticos concentrados e agrotóxicos. Estudos realizados na região mostram que o uso generalizado dos agrotóxicos, tem levado à contaminação do lençol freático e comprometido a saúde dos agricultores. Esse modelo de agricultura tem levado a uma vulnerabilidade social e a um acentuado processo de degradação ambiental que termina por comprometer a capacidade produtiva das unidades familiares. Altas taxas de erosão são verificadas como decorrência do uso generalizado de práticas pouco conservacionistas, levando ao aumento nos riscos econômicos para os agricultores, já elevados, face os altos custos dos insumos utilizados, associados à incerteza de preço para os produtos agrícolas que remunerem adequadamente os produtores (ASSIS; AQUINO, 2014, p.135).

Além de ser a principal região fornecedora de hortaliças para a região metropolitana, a Região Serrana também é produtora de café, fruticultura como poncã e outros citros, pecuária leiteira, mel e criações de pequenos animais como perus, coelhos e trutas, caracterizando produções bastante diversificadas (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2011; NETTO, 2013).

Nesta região também está localizado um dos principais polos de agricultura familiar e orgânica do estado (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2011; GANDRA, 2011).

O primeiro núcleo de produção orgânica do estado do Rio de Janeiro foi formado em 1978, na comunidade dos Albertos, em Petrópolis. Juntamente com outras experiências que ocorreram na região, formaram a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), em 1984 (ASSIS; AQUINO, 2014).

Segundo Fonseca et.al. (2015, p.8), a “agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro, em julho de 2014, estava presente em 32 municípios e, do total de 369 produtores do Rio de Janeiro cadastrados como orgânicos, 33 (9%) estavam no município de Teresópolis”.

Estas atividades agrícolas são propícias ao ambiente de montanha, devido ao seu clima ameno, sendo desenvolvidas, principalmente, em pequenos estabelecimentos com características de produção familiar (NETTO, 2013).

Em termos econômicos, a partir dos dados apresentado na TABELA 2, é possível observar que entre os anos de 2000 a 2012 o PIB agropecuário no município de Nova Friburgo, teve um acréscimo de 283,60%. No município de Petrópolis o incremento foi de 127,24% nessa atividade econômica. Já no município de Sumidouro, o acréscimo foi de 228,58%. E no município de Teresópolis houve um aumento de 249,32% neste ramo.

TABELA 2. Produto interno bruto dos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis, da região serrana do Rio de Janeiro, por setor econômico*

Município	Produto Interno Bruto dos Municípios (em mil reais)**							
	PIB		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2000	2012	2000	2012	2000	2012	2000	2012
Nova Friburgo	1.220.231	3.164.288	18.619	71.423	211.185	378.151	891.899	2.465.127
Petrópolis	2.204.652	9.133.358	7.140	16.225	337.839	3.174.982	1.648.968	4.966.826
Sumidouro	79.567	281.431	29.379	96.533	6.809	16.286	41.170	142.090
Teresópolis	903.016	3.490.737	53.181	185.773	101.677	595.785	691.479	2.391.794
Total Região Serrana	5.667.308	19.971.623	192.443	571.285	945.282	4.927.842	4.064.157	12.553.576

* Fonte: Elaboração própria

** Fonte: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014).

Com relação à participação do setor agropecuário no PIB municipal, entre os anos de 2000 e 2012, apesar de terem ocorrido aumentos substanciais dentro do setor, comparativamente aos demais setores econômicos a agropecuária decresceu em Petrópolis, Teresópolis e Sumidouro, e teve um pequeno acréscimo em Nova Friburgo. Em Petrópolis a indústria despontou neste período, com um acréscimo de 19,45% e a agropecuária recuou 0,15%. Também em Teresópolis a indústria mostrou um aumento de 5,08% e a agropecuária um recuo de 0,57%. Em Nova Friburgo o setor que mais cresceu, comparativamente, foi o de serviços, com aumento de 4,82%. Neste município o setor agropecuário mostrou um leve aumento de 0,73% em relação aos demais, entre os anos apresentados. Em Sumidouro a agropecuária teve um recuo de 2,62%.

Cabe observar que o produto interno bruto (PIB) total dos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis tiveram aumentos significativos entre os anos de 2000 e 2012, conforme apresentado anteriormente na TABELA 2.

Estes dados revelam um forte crescimento econômico nestes municípios, neste período, presente em três setores da economia, agropecuária, indústria e serviços. Porém demonstram também um eixo mais forte do desenvolvimento nos setores da indústria e dos serviços, que refletem opções políticas, econômicas e perspectivas de vida para a população local.

Em Nova Friburgo, ainda que pese a pouca participação do setor primário no total da economia do município, a agricultura se constitui como uma atividade estável e com algumas características empresariais (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a). Este raciocínio pode ser estendido para os demais municípios desta unidade mais dinâmica da região serrana.

No entanto, o fator monetário não é o único elemento econômico que interessa ao desenvolvimento regional. Outro fator a se considerar na região é a presença da agricultura familiar que dispõe de mão-de-obra, recursos produtivos, conhecimentos e todo um sistema cultural que promove sua inter-relação com a terra e o ambiente. Os “municípios de Nova Friburgo e Teresópolis apresentam o maior número de estabelecimentos rurais de economia familiar, 1.607 e 2.726, respectivamente” (INCRA, 2007 apud NETTO, 2013, p.94).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006, no município de Nova Friburgo estão inseridos 1.658 estabelecimentos agropecuários, totalizado uma área de 21.554 hectares (ha) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016a).

No município de Teresópolis estão inseridos 2.833 estabelecimentos agropecuários, totalizado uma área de 18.334 hectares (ha) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016c).

Na região Serrana há dois Projetos de Assentamento (PA) federais, assistidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o PA Alpina, em Teresópolis e o PA Santo Inácio, em Trajano de Moraes (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2015).

O Projeto de Assentamento Alpina (PA Alpina) é um assentamento Federal (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2016), criado em 1987 (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2011) e localizado em Santa Rita, 2º Distrito de Teresópolis (NET DIÁRIO, 2014). É “considerado emancipado, uma vez que a maioria das parcelas está titulada e com títulos quitados” (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2011). A área do assentamento corresponde a 1.103 hectares (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2011; GANDRA, 2011). Atualmente possui 106 beneficiários, conforme dados emitidos pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2016).

Em Nova Friburgo há uma área de assentamento oriunda do Programa Banco da Terra, atualmente denominado Crédito Fundiário. Esta área foi dividida em duas associações, Serra Nova e Serra Velha, localizadas no distrito de Conquista (EMATER, 2015; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016).

Não há registro e cadastramento de aldeias indígenas ou comunidades quilombolas na Região Serrana do Rio de Janeiro, de acordo com o recenseamento promovido em 2010 pelo CEPERJ⁴⁹ (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, 2010; ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

Cabe salientar que a Região Serrana não está incluída no Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) assim como no Programa Territórios da Cidadania, do Governo Federal⁵⁰ (SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 2016). No entanto, a Região Serrana foi considerada como um território para efeito da etapa territorial da II Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (II CNATER), em 2016.

Dentro da configuração do relevo fluminense, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo ficam localizadas na unidade denominada terras altas, que “compreendem o planalto, onde se encontram as maiores altitudes. Aí se localizam a Serra do Mar, o Planalto de Itatiaia e parte do Vale do Paraíba do Sul. [...] [Nestes municípios] a Serra do Mar é chamada de Serra dos Órgãos” (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]b).

Entre os Municípios de Teresópolis e Nova Friburgo fica a Pedra dos Três Picos, com 2.310m. É o segundo ponto culminante das terras altas e importante atração turística

⁴⁹ Recenseamento promovido pelo Projeto de Cadastramento de Famílias Quilombolas e Indígenas com a finalidade de “complementar os serviços especializados necessários para o cumprimento pelo Estado do Rio de Janeiro do Termo de Adesão firmado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, referente ao Programa Bolsa Família promovendo a inclusão de famílias quilombolas e indígenas no formulário CADÚNICO” (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, 2010; ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2010).

⁵⁰ De acordo com dados do Sistema de Informações Territoriais (SIT), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), no Rio de Janeiro há apenas três Territórios Rurais cadastrados: Baía da Ilha Grande, Noroeste e Norte. Entre estes, apenas dois são cadastrados como Territórios da Cidadania: Baía da Ilha Grande e Noroeste (SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 2016).

(FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]b).

Possui “relevos montanhosos, solos pouco espessos e intemperizados (Cambissolos e Latossolos Vermelho-Amarelos) e clima úmido e ameno” (NETTO, 2013, p.94). Suas altitudes que podem chegar, em seus pontos mais altos, a 2.366m (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

“O clima tropical de altitude ocorre nas terras altas (Serra do Mar, parte do Vale do Paraíba do Sul e Planalto de Itatiaia) e se caracteriza por temperaturas mais amenas, devido à altitude do relevo” (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]b).

O clima da Região Serrana do Rio de Janeiro é classificado como Tropical de Altitude. Nos municípios que bordejam a serra, como por exemplo, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, a pluviosidade média anual ultrapassa os 2.500 mm. (...) Durante o verão, a média pluviométrica da região é entre 200 e 250 mm. Em Nova Friburgo, por exemplo, a média no mês de Janeiro é de 227 mm (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012, p.44, grifo meu).

Na região do planalto, principalmente nas áreas de relevo mais acidentado, encontra-se a floresta da Mata Atlântica, composta por “três tipos de floresta: a Ombrófila Densa, a Ombrófila Mista e a Estacional Semidecidual. Em várias partes do Estado, a floresta está renascendo espontaneamente, nos lugares onde a agricultura e a criação de gado deixaram de ser praticadas” (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]b).

Nessa região, especialmente, os remanescentes das florestas da Mata Atlântica desempenham papel muito importante na captação e distribuição de água de chuva nas bacias hidrográficas. As atividades agrícolas ocupam as restritas planícies fluviais e as baixas vertentes menos declivosas do domínio montanhoso (NETTO, 2013, p.94).

É importante destacar que, assim como em todas as outras Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro, na Região Serrana existem “sérios problemas ambientais associados à inexistência de saneamento básico, à coleta e disposição de resíduos sólidos e à ocupação indevida das margens dos rios e das encostas” (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a).

“O Megadesastre da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro ocorreu entre os dias 11 e 12 de Janeiro de 2011, atingindo sete cidades da região serrana do estado, afetando principalmente as cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis” (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012, p.44). A Ilustração 4 mostra as áreas mais afetadas pelo Megadesastre de 2011.

Este foi um evento de extrema importância para a Região Serrana, de forma que é fundamental conhecê-lo, minimamente, em suas causas e consequências, quer seja para o território como para a população, sem o que é impossível se discutir desenvolvimento nesta localidade. O Megadesastre foi “considerado um dos maiores eventos de movimentos de massa generalizados do Brasil. Este evento, oficialmente, causou 947 mortes, com 300 desaparecimentos, mais de 50.000 desabrigados e afetando quase 1.000.000 de pessoas” (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012, p.44).

No Brasil os desastres naturais “tendem a estar relacionados a fenômenos climáticos, potencializados pela ação do homem. Avalia-se que, no Brasil, os desastres naturais mais comuns são as enchentes, a seca, a erosão e os escorregamentos ou deslizamentos de terra” (MAFFRA; MAZZOLA, 2007, p.10).

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, realizada em 2002 e publicada em 2005 pelo IBGE, “enfoca a ótica do gestor municipal, [e] mostra que no Brasil os maiores desastres relacionam-se a inundações, escorregamentos e erosão e que esses processos estão fortemente associados à degradação de áreas frágeis, potencializada pelo desmatamento e ocupação irregular” (MAFFRA; MAZZOLA, 2007, p.10).

Se as respostas do meio às ações antropogênicas desencadeadoras de desastres se dão de inúmeras formas, toda ação humana deve ser precedida de estudos cautelosos de impacto e de planejamentos adequados a cada realidade e contexto. Nesse sentido, é necessária também a previsão de medidas minimizadoras dos efeitos negativos. Apesar das várias formas e meios existentes hoje para se evitar desastres humanos, a humanidade, de forma geral, não tem sido capaz de dedicar cuidados devidos com o intuito de alcançar este objetivo. Segundo a Doutrina Brasileira de Defesa Civil, a [Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos -] CODAR, o conjunto de Desastres Humanos Relacionados com Ecossistemas Urbanos e Rurais (CODAR HS.E/CODAR 22.1) é resultante da ausência de preocupação com a proteção do meio ambiente ao se promover o incremento da produção agrícola; o desenvolvimento das indústrias de mineração; o desmatamento descontrolado; o incremento do transporte motorizado; e o crescimento desordenado das cidades e das áreas rurais sem maiores preocupações com o zoneamento e o uso racional do espaço geográfico (Brasil, 2004) (THOMAZIELLO, 2007, p.33).

Segundo Maffra e Mazzola (2007, p.11), no Brasil, “a degradação ambiental aumenta a possibilidade de ocorrência de perigos naturais e, frequentemente, ocorre a possibilidade do perigo se transformar em uma situação previsível, geradora de desastres, causando danos às pessoas”.

O Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro (DRM-RJ) dividiu os setores de risco em “zonas de exclusão – onde não seriam permitidas construções – e zonas de risco iminente – onde somente seriam permitidas reconstruções ou ocupação continuada, caso as intervenções de estabilização reduzissem ou eliminassem o risco de novos acidentes” (DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS, 2011, p.1).

Em Teresópolis foram apontadas mais de 100 (cem) áreas de ‘exclusão’ ou de ‘risco iminente’ e informado pelo DRM que “as consequências do Megadesastre podem se repetir até com chuvas menos extremas que a de Janeiro de 2011” (DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS, 2011, p.1), principalmente nas áreas de mais alto risco. Em Nova Friburgo foram identificados “254 (duzentos e cinquenta e quatro) setores de encosta com risco iminente a diferentes tipos de escorregamentos, desde corridas de lama ou de massa de detritos, passando por deslizamentos de solo e até mesmo quedas de blocos rochosos” (DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS, 2011, p.1).

Evidentemente, as populações que habitam estas áreas encontram-se vulneráveis⁵¹. Uma comunidade, paisagem ou componente desta paisagem é vulnerável quando “se enquadra em uma condição suscetível ao impacto de um evento” (SANTOS, 2007, p.179). Então, vulnerabilidade pode ser definida como o “grau de suscetibilidade em que um componente do meio, de um conjunto de componentes ou de uma paisagem apresentam em resposta a uma ação, atividade ou fenômeno” (SANTOS, 2007, p.179).

O homem desenvolveu grande capacidade de apropriação e transformação do meio em que vive, utilizando o quanto o meio possa lhe oferecer, mas não desenvolveu, concomitantemente, a consciência e o conhecimento necessários a respeito das limitações desse espaço, usando-o, e muitas vezes, de forma descontrolada e desmedida. As formas como se dá a ocupação do espaço urbano ou rural no Brasil têm provocado sucessivos e inúmeros problemas

⁵¹ Vulnerabilidade pode ser definida como o “grau de suscetibilidade em que um componente do meio, de um conjunto de componentes ou de uma paisagem apresentam em resposta a uma ação, atividade ou fenômeno” (SANTOS, 2007, p.179).

ambientais, como a degradação da cobertura vegetal, perda da biodiversidade, obstrução e alteração da rede de drenagem, transmissão de doenças por veiculação hídrica, acúmulo de lixo, contaminação de solo e água, poluição do ar, água e solo, perda de terras produtivas, desencadeamento de processos erosivos, entre tantos outros. As consequências são desastrosas, como enchentes, deslizamentos, assoreamentos de rios, voçorocas, desertificações e arenizações (THOMAZIELLO, 2007, p.24).

Queimadas, erosão, deslizamentos de encostas, são fenômenos que existem há milhões de anos. Ocorrem naturalmente, mas sua frequência e intensidade tem ampliado, colocando em risco a vida humana. O ser humano gera “impactos ambientais, ou seja, consequências indesejadas ou que comprometem o equilíbrio e o estado existente de um ambiente, em virtude do tipo, da intensidade e da velocidade de promover mudanças por meio de suas atividades” (SANTOS; CALDEYRO, 2007, p.17).

Neste século, o ser humano por meio de suas ações e atividades, por um lado induz efeitos que aumentam a vulnerabilidade dos sistemas e por outro atua sobre ela, em diferentes proporções (SANTOS; CALDEYRO, 2007). Num contexto de ameaças climáticas (chuvas, secas, aumento de temperatura e suas consequências), a vulnerabilidade de um sistema se compõe da combinação existente entre as suas condições estruturais e a capacidade de adaptação da população e instituições, “ou seja, sua condição de utilizar os recursos disponíveis (informação, tecnologia, etc.) para reagir ao evento climático” (DAVOUDI; CRAWFORD & MEHMOOD, 2009 apud LEMOS, 2014, p.4).

Segundo dados da [Secretaria de Estado de Obras] SEOBRAS, o estado investiu em recuperação da região após o desastre R\$ 188.451.196,08 em 79 obras em seis municípios. O município que recebeu o maior número de intervenções foi Petrópolis (29) enquanto Nova Friburgo foi o município que mais recebeu recursos (R\$ 91 milhões). Em termos de bacias, a bacia do Rio Preto foi a que recebeu o maior número de intervenções (31) e a que mais recebeu recursos foi a bacia do Rio Grande (R\$ 101 milhões). Na relação habitante/recurso investido, a bacia do Rio Grande a que apresentou a maior relação (R\$ 504,81 por habitante) e da mesma forma foi a que apresentou a maior relação investimento por km² (R\$101,5/km²) (DOURADO; ARRAES; SILVA, 2012, p.43).

Em Teresópolis as regiões da Posse e Campo Grande, no Vale do Rio Príncipe, que foram muito afetadas por corridas de massa e as regiões de maior vulnerabilidade como Granja Florestal, Jardim Salaco, Caleme e Fischer foram os setores de risco que receberam maior atenção (DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS, 2011).

O desmatamento e o mau uso dos solos tendem a causar inundações. A legislação ambiental prevê áreas de preservação permanente (APP) nos espaços mais susceptíveis. Porém a dificuldade de acesso à terra e à moradia, a especulação imobiliária e a baixa atuação do poder público levam à ocupação dessas áreas pela população de baixa renda, tornando-a mais vulnerável aos desastres naturais (MAFFRA; MAZZOLA, 2007).

Desta forma, é fundamental que a estratégia para redução de desastres, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, enfoque proposições no sentido de fortalecer políticas de ordenamento territorial com ênfase na gestão ambiental, concomitantes a políticas de acesso à habitação, às políticas de combate ao desmatamento e de combate à degradação de áreas ambientalmente vulneráveis, ações estas que atuariam diretamente na prevenção a desastres. Em suma, o uso impróprio dos recursos naturais, a ocupação de áreas com maior suscetibilidade natural e o desmatamento são, no Brasil, os principais fatores que potencializam a ocorrência de desastres naturais. Porém, havendo vontade política, haverá um gerenciamento apropriado, ou seja, que respeita a legislação, os planejamentos e planos ambientais existentes. Nessa direção, poderá ser criada uma ferramenta de gestão valiosa, que contribui para a redução dos impactos sobre o bem-estar da população (MAFFRA; MAZZOLA, 2007, p.11).

Finalmente, é preciso lembrar que o município é o ente federado responsável pelo planejamento do uso e ocupação das terras em áreas urbanas e rurais. “O Plano Diretor é o principal instrumento que um município dispõe para organizar o seu território, as suas atividades e usos da terra, é também o meio para se atingir a desejada qualidade de vida para as populações” (THOMAZIELLO, 2007, p.35).

A Região Serrana do Rio de Janeiro é considerada uma região de ambiente de montanha, ou seja, um ambiente frágil, vulnerável e ao mesmo tempo importantíssimo do ponto de vista da conservação e preservação ambiental, da segurança alimentar e da manutenção da cultura. Netto (2013, p.9) propõe a seguinte definição⁵²: “ambientes de montanha’ são áreas, onde estão localizadas montanhas [...] onde comunidades humanas estão presentes, considerando-se seus valores, expressões e atividades de forma geral em determinado contexto de tempo e o ambiente natural do entorno”. A autora salienta o caráter antropocêntrico desta definição, onde “o ser humano é considerado agente essencial no contexto” (NETTO, 2013, p.9).

Estes ambientes, devido suas particularidades (clima, solo, altitude, incidência solar entre outros), apresentam grande biodiversidade. “As montanhas são ilhas ecológicas de endemismo por seu isolamento e verticalidade” (NETTO, 2013, p.10). Esses recursos contribuem para a segurança alimentar de seus habitantes.

Além disso, as regiões montanhosas fornecem energia, minérios, madeira, fibras, plantas medicinais, pescados, água, lazer, esporte e turismo (NETTO, 2013, p.10).

Os ecossistemas de montanha são ambientes frágeis devido ao relevo, solos rasos e variabilidade geológica. Desmatamento, queimadas, mineração, poluição, expansão urbana e agrícola sem planejamento e tecnologias apropriadas, são algumas das ameaças a estes ambientes. Dificuldades de acesso e comunicação levam suas populações à uma maior vulnerabilidade social e política, estando mais facilmente expostas à pobreza e à fome (NETTO, 2013).

Os ambientes de montanha têm sido considerados extremamente vulneráveis às mudanças climáticas. Embora o impacto exato dessas alterações não esteja mensurado, os indícios apontam alterações na temperatura e precipitação destas regiões. Pesquisadores preveem a redução de produções agrícolas, principalmente aquelas destinadas à subsistência, com impacto na segurança alimentar e na saúde das populações que residem nestas áreas e dependem destes cultivos (NETTO, 2013).

Estas áreas são “declivosas e frágeis do ponto de vista do manejo do solo e de sua capacidade de suporte para as atividades produtivas” (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015). São “ambientes com características produtivas específicas, vulneráveis à erosão e deslizamentos de terras. É preciso conciliar produção econômica com conservação ambiental de áreas de topo de morros e matas ciliares” (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015), mantendo a qualidade dos fluxos de água. Ainda é preciso superar o isolamento, uma dificuldade para o transporte e a comercialização dos produtos.

O desafio é produzir com sustentabilidade. Há experiências bem-sucedidas em fruticultura, realizada isoladamente ou de forma consorciada com duas ou mais espécies

⁵² São diversas as definições de montanha, de acordo com os objetivos pretendidos e inúmeras as formas de classificação, que podem ser de acordo com a geologia, altitude, forma entre outros. “As montanhas também podem ser relacionadas simultaneamente com altitude, latitude e tipo de ambiente natural encontrado” (NETTO, 2013, p.7). Em muitas áreas de montanha já não é possível perceber a relação entre a altitude, latitude e o ambiente natural devido às interferências humanas e às mudanças climáticas. De acordo com a classificação de Kapos et al (2000, apud NETTO, 2013), empregada pelas Nações Unidas, “os ambientes de montanha são definidos pelos critérios de altitude, relevo relativo e declividade, sendo que acima de 2.500 metros é considerada apenas altitude” (NETTO, 2013, p.8). Também são diversas as definições de ambiente. Entre as definições possíveis encontra-se a de Leff (2001, p.1 apud NETTO, 2013, p.9), que define ambiente como uma “visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural”.

econômicas e florestais, como por exemplo nos sistemas agroflorestais (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

Em 2011, foram destruídas muitas propriedades agrícolas. “O solo fértil desapareceu debaixo de tanta lama e em alguns casos, a camada mais superficial foi removida deixando muito produtores sem opção para o plantio de suas lavouras” (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

O Projeto de Assentamento Alpina (PA Alpina), em Teresópolis, é um exemplo da gravidade deste fenômeno na vida dos agricultores familiares da região afetada. Ele foi devastado pela enxurrada causada pelas fortes chuvas que caíram sobre a região Serrana do Rio comprometendo a maior parte da produção agrícola e alguns lotes perderam a viabilidade como área de exploração. Ocorreram mortes e muitas famílias não desejavam voltar para o local. Apesar disso os agricultores continuaram trabalhando no campo (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2011; GANDRA, 2011).

Em 2014 foi noticiado pela imprensa que as famílias, assentadas há 35 anos, tiveram suas casas interditadas, e seriam obrigadas a morar em um condomínio de apartamentos, caracterizando um “novo êxodo rural” (NET DIÁRIO, 2014). A situação das famílias era complexa, com quadros de depressão, necessidade de morar em casas de aluguel e trabalhar nas áreas de produção, casas saqueadas, dificuldades com transporte e estradas entre outros.

Da mesma forma, a comunidade de Serra Velha no município de Nova Friburgo, um assentamento onde vivem em torno de 20 famílias, foi seriamente afetada pelo Megadesastre de 2011 (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015). Com a enchente e deslizamentos de barrancos, o horizonte A foi carregado e no lugar restou apenas um banco de areia (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

O manejo inadequado durante anos provocou o desgaste do solo e a erosão, isso fez com que a área fosse bastante afetada na tragédia das chuvas de 2011, que provocou grande impacto econômico na região, com perdas de lavouras, interrupção de estradas e perdas de muitas vidas, as marcas ainda podem ser vistas nas encostas (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

Para se recuperar das perdas e evitar novas erosões e deslizamentos os agricultores têm utilizado práticas mais adequadas de manejo de solo, como o uso de adubação verde com aveia preta, que tem apresentado bons resultados (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015). Os agricultores adequaram, de formas variadas, o sistema de manejo de aveia ao seu sistema de produção de olerícolas, revolvendo ou não o solo (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

Em aproximadamente quatro anos o solo já se recuperou e está chegando próximo ao solo fértil do qual os agricultores dispunham anteriormente (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

Este é o resultado da utilização de práticas conservacionistas que ordenam o escoamento das águas da chuva e reduzem a movimentação no preparo do solo para o plantio, tais como o plantio direto, o cultivo mínimo, os cultivos em nível, a adubação verde com coquetéis de leguminosas, a cobertura de solo, o uso de cordões de contorno e os cultivos perenes em detrimento dos cultivos anuais. (AGRICULTURA DE MONTANHA..., 2015).

Esta ação é realizada em parceria entre a Embrapa, por meio do Núcleo de Pesquisa e Treinamento de Agricultores (NPTA) sediado em Nova Friburgo/RJ, a EMATER, Cooperativas de prestação de serviço e agricultores da região.

Em relação às políticas ambientais e sociais, a existência de conselhos de políticas e direitos, em certa medida reflete a importância destas políticas para a população e “o

acúmulo das discussões sobre as mesmas, numa perspectiva de avanço democrático" (BRASIL, 2007, p.45).

No QUADRO 5 podemos identificar a existência de Conselhos do Meio Ambiente nestes municípios, no ano de 2007 (BRASIL, 2007), mostrando alguma forma de preocupação com esta temática, anteriormente ao Megadesastre de 2011.

QUADRO 5. Conselhos de política e de direitos em quatro municípios da região serrana do Rio de Janeiro

Município	Educação	Assistência social	Crianças e adolescentes	Emprego e trabalho	Meio ambiente	Política urbana ou desenvolvimento urbano	Promoção do desenvolvimento econômico	Orçamento
Nova Friburgo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Petrópolis	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Sumidouro	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Teresópolis	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2007, p.45

No QUADRO 5 é possível observar “uma forte presença dos conselhos de assistência social, da criança e do adolescente, e de educação na Região Serrana, sendo estas as principais políticas sociais implementadas pelo setor público, contando todos os municípios com os respectivos conselhos” (BRASIL, 2007, p.44). Na pesquisa apresentada não aparecem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), nem de Defesa dos Direitos das Mulheres.

Grande parte da descrição que se realizou sobre esta região

caracteriza um cenário anterior aos deslizamentos e eventos associados ocorridos em janeiro de 2011. Sabe-se que a economia da Região foi profundamente afetada, implicando em alteração da produção, assim como da oferta e demanda da mão-de-obra. Problemas ambientais e sociais se acentuaram. Com a realização de estudos e pesquisas nas áreas ambiental, social e econômica, poder-se-á contar, mais para a frente, com informações mais precisas sobre esta nova realidade (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [201-]a).

3.3 A REDE DE INFLUÊNCIAS EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO RURAL

Neste tópico do trabalho, apresentaremos as principais organizações, instituições e outras formas de organização, nem sempre institucionalizadas, mas que atuam e influenciam de alguma forma a ATER nos contextos regional e local. São organizações que, apesar de suas particularidades e diferenças, em linhas gerais têm o seu trabalho voltado ao ensino, pesquisa e extensão no meio rural, para e com as populações do campo, e que exercem influência nesses contextos e realidades, no que se refere a ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, à agroecologia e à agricultura familiar.

Apresentaremos sinteticamente essas instituições e organizações, quando possível exemplificando sua atuação em relação ao caso estudado. Em seguida, é realizada uma descrição da Associação Agroecológica de Teresópolis, contextualizada localmente, e por último, algumas considerações finais encerrando o capítulo.

No entanto, iniciaremos este tópico com a exposição e reflexão sobre alguns conceitos importantes para o entendimento do papel e da importância do conjunto dessas organizações atuarem, em certa medida, de forma colaborativa e em alguns casos organizada, e também alguns conceitos que levam ao entendimento de suas limitações. Esta incursão teórica é necessária para, mais à frente, proporcionar suporte à análise do caso estudado. Trataremos então dos conceitos de ‘organização’, ‘burocracia’, ‘rede’ e ‘parcerias’ que desta forma, também fazem parte deste capítulo.

Segundo Chiavenato (2003, p. 154) um dos fenômenos que marca o século atual “é o surgimento de uma sociedade de organizações”, assim denominada porque importantes tarefas sociais são cumpridas por meio do governo, das universidades, de empresas, sindicatos entre outros. Essa diversidade permite um pluralismo de objetivos e uma desconcentração de poder. E embora as organizações sejam independentes, elas não sobrevivem por si só e têm que conviver e trabalhar em conjunto, num fenômeno de ‘interdependência organizacional’. As organizações contratam umas às outras para exercer funções, inclusive para a realização de suas próprias tarefas. São redes de interdependências, envolvendo aqueles que fornecem produtos ou serviços e aqueles que necessitam destes produtos ou serviços para si ou para completar suas funções.

A organização pode então ser compreendida como uma ‘entidade social’, ou seja, um “empreendimento humano moldado intencionalmente para atingir determinados objetivos” (CHIAVENATO, 2003, p.173). Estas organizações podem visar lucro ou não, assim podem ser, por exemplo, empresas, igrejas, bancos, hospitais entre outras. E podem ser formais, com divisão organizada do trabalho e formalizadas oficialmente ou informais, espontâneas, organizadas a partir dos relacionamentos de grupos informais, sem organogramas e documentações.

Mas o significado da palavra organização comporta também o sentido de uma ‘função administrativa’, ou seja, “o ato de organizar, estruturar e integrar os recursos e os órgãos incumbidos de sua administração e estabelecer suas atribuições e a relação entre eles” (CHIAVENATO, 2003, p.173). Assim, a “burocracia é uma forma de organização humana que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos” (CHIAVENATO, 2003, p.258).

A burocracia é um produto do Estado moderno, que opera a partir da autoridade (ou dominação) legal e racional.

A idéia (sic.) básica fundamenta-se no fato de que as leis podem ser promulgadas e regulamentadas através de procedimentos formais e corretos. O conjunto governante é eleito e exerce o comando de autoridade sobre seus comandos, seguindo certas normas e leis. A obediência não é devida a alguma pessoa em si, mas a um conjunto de regras e regulamentos legais previamente estabelecidos. A legitimidade do poder racional e legal se baseia em normas legais racionalmente definidas.

Na dominação legal, a crença na justiça da lei é o sustentáculo da legitimação. O povo obedece às leis porque acredita que elas são decretadas por um procedimento escolhido pelos governados e pelos governantes.

O aparato administrativo na dominação legal é a burocracia. Tem seu fundamento nas leis e na ordem legal. A posição dos funcionários (burocratas) e suas relações com o governante, os governados e os colegas burocratas são definidas por regras impessoais e escritas, que delineiam de forma racional a hierarquia do aparato administrativo, direitos e deveres inerentes a cada posição, métodos de recrutamento e seleção etc. A burocracia é a organização típica da sociedade moderna democrática e das grandes empresas e existe na moderna estrutura do Estado, nas organizações não-estatais e nas grandes empresas. (CHIAVENATO, 2003, p.261-262).

Para Max Weber “a burocracia é a organização eficiente por excelência. Para conseguir eficiência, a burocracia explica nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas” (CHIAVENATO, 2003, p.262). Assim, segundo Chiavenato (2003), a burocracia detém certas características: um caráter legal expresso por meio de normas e regulamentos; uma comunicação formal para proporcionar a comprovação dos fatos; uma estrutura racionalmente organizada, com uma divisão sistemática do trabalho visando limites claros de competências e responsabilidades; a impessoalidade nas relações, para garantir a continuidade das funções ao longo do tempo; a autoridade hierárquica em função de cargos e não de pessoas; procedimentos e rotinas que disciplinam o trabalho e asseguram um certo desempenho regulado por normas técnicas e regras que facilitam a padronização do trabalho e sua avaliação; competência técnica e mérito como critérios adotados para a seleção, admissão, promoção e transferência dos funcionários, válidos para toda a organização e não para indivíduos de forma isolada ou arbitrária; atividade administrativa especializada; funcionários especialistas em suas áreas, com uma carreira dentro da organização, fiel aos objetivos e interesses da organização, e que não são donos da organização; e previsibilidade na ação e comportamento de seus membros, visando sua eficiência.

“Para Weber, a burocracia é uma organização cujas conseqüências (sic.) desejadas se resumem na previsibilidade do seu funcionamento no sentido de obter a maior eficiência da organização” (CHIAVENATO, 2003, p.268). Todavia, também são identificadas conseqüências não desejadas ou imprevistas que levam à ineficiência e imperfeição das organizações burocráticas, já que a racionalidade e o formalismo das organizações não são perfeitos. Quando o elemento humano passa a fazer parte da burocracia, faz com que toda a previsibilidade do comportamento escape ao modelo estabelecido por Weber (CHIAVENATO, 2003).

As causas das disfunções da burocracia residem no fato de que a burocracia não leva em conta a chamada organização informal que existe em todo tipo de organização humana, nem se preocupa com a variabilidade humana (diferenças individuais entre as pessoas) que introduz variações no desempenho das atividades organizacionais. Em face da exigência de controle que norteia toda atividade organizacional é que surgem as conseqüências (sic.) imprevistas da burocracia (CHIAVENATO, 2003, p.271).

Segundo Chiavenato (2003), são disfunções da burocracia: a ‘internalização das regras e apego aos regulamentos’, quando estes deixam de ser meios e passam a ser os próprios objetivos; o ‘excesso de formalismo e papelório’; quando a necessidade de formalização e documentação se torna excessiva; a ‘resistência às mudanças’, quando o burocrata vê nas mudanças um componente indesejável, que lhe move para fora de sua zona de conforto; a ‘despersonalização do relacionamento’, quando a impessoalidade que enfatiza os cargos e não as pessoas faz com que estas passem a ser identificadas e conhecidas pelos cargos que ocupam; a ‘categorização como base do processo decisório’, quando a hierarquia no processo decisório leva ao fato de que quem decide nem sempre tem conhecimento sobre o assunto; a ‘superconformidade às rotinas e aos procedimentos’, quando o funcionário passa a cumprir estritamente as normas sem refletir sobre a sua razão e objetivos na organização; a ‘exibição de sinais de autoridade’, como símbolos ou sinais que representam status, como salas, mesas, uniformes entre outros; a ‘dificuldade no atendimento a clientes e conflitos com o público’, quando a padronização no atendimento leva ao descaso e falta de atenção com situações particulares o que pode frustrar quem necessita de atendimento personalizado, levando a reclamações que podem ser recebidas como ameaças pelos funcionários, gerando uma tendência à defesa em relação às pressões recebidas de fora.

O excesso de rigidez no sistema organizacional reduz sua eficácia e afeta negativamente os resultados em função da clientela. “Weber não previu a possibilidade de flexibilidade da burocracia para atender a duas circunstâncias: [...] a adaptação da burocracia às exigências externas dos clientes; [...] a adaptação da burocracia às exigências internas dos participantes” (CHIAVENATO, 2003, p.272).

Assim, é necessário observar alguns princípios para o estudo da burocracia nas organizações formais, entre os quais destacamos (1) a adaptabilidade da organização burocrática frente às pressões ambientais, que provoca uma contínua reflexão sobre seus objetivos; (2) a existência de uma estrutura informal dentro da organização formal, que provoca atitudes nas pessoas e grupos a fim de controlar as condições de sua existência e (3) o fato de que essa estrutura informal e paralela é tão indispensável quanto o sistema formal de delegação e controle, para o funcionamento das organizações (Selznick⁵³, 1947 apud CHIAVENATO, 2003, p.273).

Voltando ao primeiro significado de organização, como entidades sociais independentes, com objetivos próprios, e considerando a sua necessidade de ‘interdependência organizacional’, é que trazemos à luz outros dois conceitos, o de parcerias e de redes.

A parceria implica a existência de interesses comuns e complementares. Seu desenvolvimento é fundamental para a implementação de estratégias por ambos os parceiros. É quase impossível implementar qualquer estratégia que não inclua os parceiros-chaves.

A parceria inicia-se pelo desenvolvimento de um consenso entre as partes sobre a importância de implementação de determinadas ações estratégicas organizacionais. (TAVARES, 2010, p. 197, grifo do autor).

As parcerias podem ocorrer para a realização de atividades contínuas ou isoladas, pontuais. Neste último caso encontram-se a força-tarefa, os comitês, as equipes. Os parceiros sentem que a parceria faz a diferença quando é agregado valor à sua instituição. É fundamental que a alta administração e as lideranças tenham habilidades para conduzir estes processos. Os papéis, as responsabilidades e os ganhos precisam ser muito bem definidos. A principal vantagem que as parcerias proporcionam é a soma das habilidades e das capacidades de cada parceiro envolvido. Entre as desvantagens, está o acúmulo de responsabilidades, que nem sempre é diretamente relacionado e proporcional com os benefícios obtidos por cada parte envolvida (TAVARES, 2010).

Enquanto nas parcerias os limites da relação, das atividades e das institucionalidades são bem definidas, nas redes esses limites são mais fluídos, as relações mais horizontais, a informação circula livremente, todos têm igual acesso, não existe um centro hierárquico ou de poder maior que os demais. Todos participam em igual valor de importância e responsabilidade sobre a rede. Segundo Tavares (2010),

Redes constituem-se em organismos descentralizados que se inter-relacionam, mas sem fronteiras rígidas ou centro. Caracterizam-se por um conjunto de indivíduos ou organizações que trabalham em conjunto, compartilhando informações e ações. Correspondem, até certo grau, ao abandono da forma monolítica, vertical e homogênea de instituição.

As redes facilitam e interligam o acesso ao conhecimento, viabilizando e tornando mais acessíveis as transações. A cada dia, estão tornando-se cada vez mais descentralizadas, heterogêneas e horizontalizadas. Estão ligadas não geograficamente ou por hierarquia, mas pelos fluxos de informação e de complementação de habilidades que fluem pela teia constituída por suas diversas partes. A criação de redes permite que a organização reconfigure-se (sic.) para atender ao mercado, segundo as especificações que considera mais adequadas.

⁵³ Selznick, Philip. *T.V.A. and the grass roots*. Berkeley, The University of California Press, 1947.

Na concepção de redes, nenhum de seus integrantes possui, *a priori*, a sensação de estar no controle. Há um senso de interdependência e um senso de relatividade. Não existe elo com uma responsabilidade maior do que outro. Cada um deve sentir-se como se estivesse no centro da rede.

Outra consequência da rede é a possibilidade da duplicação de seus participantes. Estes têm potencial para obter um fluxo extra de informações e de receitas que decorre dessa duplicação. Essas receitas e informações são agregadas pelas contribuições dos membros localizados nos pontos descendentes da rede. (TAVARES, 2010, p. 199, grifo do autor).

Esses quatro conceitos colaboram para o entendimento sobre as organizações que serão descritas, suas formas de se relacionar e sobre algumas características específicas, que geram limitações, e que estão no cerne da constituição das próprias organizações, como é o caso da burocracia nas instituições governamentais.

3.3.1 Principais instituições de ensino, pesquisa e extensão com impacto na área estudada

Não é objetivo deste trabalho esgotar todas as instituições de ensino, pesquisa e extensão, quer seja as de natureza pública como privada, que exercem algum tipo de influência sobre as atividades que ocorreram na área estudada, entre 2010 e 2016. No entanto é importante ao menos citar as principais, encontradas no material de nossa pesquisa, quer seja em fontes bibliográficas, conversas preliminares com profissionais que atuam na área, e nas entrevistas realizadas. No entanto, não são somente estas as instituições existentes e que desenvolvem trabalhos no município e região. Porém limitamos a listagem àquelas de maior interesse, que têm interface com este trabalho.

A seguir serão feitas descrições sumárias sobre a natureza, objetivos/missão e dimensão dessas instituições, a fim de caracterizá-las minimamente e determinar o foco de suas atuações.

Em relação às instituições governamentais, no caso da Embrapa, consta da listagem a instituição propriamente dita e também sua unidade de pesquisa, a EMBRAPA Agrobiologia e o Núcleo de Pesquisa e Treinamento de Agricultores (NPTA - EMBRAPA).

No caso da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro (SEAPEC), também aparece listado um programa vinculado à mesma, o Rio Rural, assim como dois órgãos da administração descentralizada, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RIO) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO), juntamente com uma unidade sua, o Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica (CEPAO).

Aparecem também alguns espaços de interlocução e projetos conjuntos que são resultantes da interação interinstitucional, entre as instituições anteriormente comentadas e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. São estes, o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ (NIA-Rural) e o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA) ou Fazendinha Agroecológica Km 47.

Em relação às instituições da sociedade civil organizada, aparecem a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e a Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (COOPERATIVA CEDRO).

Em escala local, se destacam a Secretaria de Agricultura de Teresópolis e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Teresópolis.

Estas são as principais instituições e formas de organização identificadas, que tem interface com a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), que será descrita posteriormente. Seguem as descrições:

- **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)**

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foi criada em 26 de abril de 1973 para “desenvolver (...) um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]f).

Na década de 1970, devido ao processo de modernização da agricultura, voltada para o mercado externo, e com o crescimento da população urbana, o poder público e um conjunto de técnicos do governo e da extensão rural concebiam que “sem investimentos em ciências agrárias, o País não conseguiria reduzir o diferencial entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos e fibras” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]c) e nesta concepção faltavam conhecimentos técnicos, gerados no país, para “repassar aos agricultores” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]c). A Lei nº 5.851, de 07 de dezembro de 1972, foi sancionada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, autorizando a instituição da EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura, atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]c).

Atualmente é composta por uma Diretoria Executiva (Presidência e diretorias executivas de Administração e Finanças, Pesquisa e Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia), situada na Sede em Brasília, 17 Unidades Administrativas (Unidades Centrais), 46 Unidades Descentralizadas (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]e) e 16 escritórios distribuídos nas diferentes regiões administrativas do país. Também conta com 4 Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex), nos EUA, Europa, China e Coreia do Sul e 3 Escritórios Internacionais na América Latina e África (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]f). Conta com 9.790 empregados, sendo 2.444 pesquisadores, 2.503 analistas, 1.780 técnicos e 3.063 assistentes e um orçamento anual de R\$2,6 bilhões (em 2014) (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]f).

A missão da instituição é “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]d). Almeja ser “referência mundial na geração e oferta de informações, conhecimentos e tecnologias, contribuindo para a inovação e a sustentabilidade da agricultura e a segurança alimentar” (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]d). Seu trabalho fundamenta-se nos princípios do comprometimento, cooperação, equidade, ética; excelência; responsabilidade socioambiental; flexibilidade e transparência (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]d).

- **EMBRAPA Agrobiologia**

A Embrapa Agrobiologia, localizada no município de Seropédica/RJ, é uma unidade de pesquisa de temas básicos da EMBRAPA, referência em estudos e treinamento voltados à área de Biologia do Solo, em especial a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) e também pioneira em pesquisas sobre agricultura orgânica e recuperação de áreas degradadas (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]b). Suas principais linhas de pesquisa são agroecologia e produção orgânica; microbiologia e insumos biológicos; recuperação de áreas degradadas; genética molecular e bioquímica bem como indicadores de sustentabilidade. Possui um quadro técnico de 150 colaboradores, sendo 67 assistentes, 40 analistas e 43 pesquisadores (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]a).

A Embrapa Agrobiologia teve sua origem com um grupo de pesquisadores do antigo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura, liderados pela Dra. Johanna Döbereiner que atuava na área de Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), no início nos anos 1950. Em 1989 este centro foi transformado em Centro Nacional de Pesquisa de Biologia do Solo que passou a ser chamado de Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia (Embrapa Agrobiologia), em 1993 (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]b, [20-]g).

Os resultados destas pesquisas são a base da implantação da tecnologia da cultura da soja no Brasil, por exemplo, os inoculantes contendo *rizóbio* que permitiram a eliminação dos adubos nitrogenados nesta cultura, melhorando sua competitividade no mercado externo e reduzindo os impactos ambientais. A descrição de espécies de bactérias fixadoras de nitrogênio e o estudo desta fixação em diferentes culturas econômicas, como a cana, por exemplo, renderam reconhecimento internacional a este centro de pesquisa. Os estudos sobre processos biológicos do solo são a base para os estudos em agricultura orgânica (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, [20-]g).

Além das pesquisas diretamente relacionadas à geração de tecnologias, a EMBRAPA Agrobiologia também tem colaborado com pesquisas no sentido da construção do conhecimento agroecológico e do fortalecimento do capital social e das organizações dos agricultores familiares. Um exemplo destes estudos é a análise realizada com base no Programa Banco Comunitário de Sementes e Adubos Verdes (BCSAV), que resulta em uma avaliação da implantação de uma política pública, contribuindo para seu aprimoramento (GAROFOLLO ET AL., 2015; MEDEIROS; GAROFOLLO; AMÂNCIO, 2015).

O Programa BCSAV foi criado em 2007 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para fomentar o uso de adubos verdes e diminuir a dependência de insumos externos pelos agricultores. Porém não se tratava apenas de distribuir sementes, mas também de atuar na sua multiplicação, armazenamento e gestão dos bancos. No Rio de Janeiro o programa foi executado pela Superintendência Federal de Agricultura no Estado (SFA/RJ) e outras instituições parceiras. A Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) participou deste programa desde o seu início. Em 2008 ocorreu a primeira distribuição de sementes, viabilizada pela participação de oito agricultores da associação. Na Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) os bancos de sementes foram organizados por volta de 2013. Há um banco comunitário constituído e 31 bancos familiares, localizados nas unidades produtivas dos associados (MEDEIROS; GAROFOLLO; AMÂNCIO, 2015, p.2).

O programa teve dois momentos distintos. Entre 2007 e 2011 seu objetivo era o fomento ao uso de adubos verdes para a redução da dependência de insumos externos, mas de 2012 a 2015 este objetivo foi ampliado e incluiu-se no programa sementes e materiais vegetativos voltados à segurança alimentar (GAROFOLLO ET AL., 2015).

Segundo Medeiros, Garofolo e Amâncio (2015) os agricultores são interessados em conservar e multiplicar suas sementes, e o programa, por meio de capacitações e material didático, contribuiu para aumentar esse interesse. As autoras constatarem que houve aumento do plantio de adubos verdes e que a distribuição das sementes facilitou que isto ocorresse. Embora a assistência técnica tenha contribuído com a implantação do programa, estes serviços não estiveram disponíveis na sua execução. O envolvimento e comprometimento dos técnicos com o programa é visto como um ponto positivo para sua execução. Um aspecto positivo foi a participação organizada dos agricultores por meio da AAT, que colocando o assunto em pauta nas suas discussões, fez com que o tema fosse aos poucos incorporado e ampliado (MEDEIROS; GAROFOLLO; AMÂNCIO, 2015).

Os agricultores são unânimes em reconhecer a importância dos bancos de sementes para a geração de autonomia produtiva e segurança alimentar. As trocas também são mecanismos eficientes para se obter outras variedades de interesse. Entre os fatores limitantes está o fato das sementes não serem adequadas à estação, a carência de assistência técnica, a indisponibilidade de espaço para o plantio de adubos verdes e a indisponibilidade de tempo e mão-de-obra, tanto na produção como na manutenção dos bancos de sementes. Foi ressaltada a dificuldade de manter um banco de sementes comunitário, apesar dos benefícios, há um grande trabalho implicado na produção e na gestão de um banco dessa natureza (MEDEIROS; GAROFOLO; AMÂNCIO, 2015).

Em relação ao acompanhamento do programa propriamente dito, foi verificada a falta de indicadores de acompanhamento, o que dificulta a avaliação pelo gestor nacional. O acompanhamento e gerenciamento das informações pela Superintendência Estadual do MAPA, também foi uma dificuldade identificada. No entanto, o programa foi capaz de incentivar e fortalecer as experiências agroecológicas e contribuiu positivamente para a independência dos agricultores em relação às sementes (MEDEIROS; GAROFOLO; AMÂNCIO, 2015). O Programa BCSAV “trouxo mudanças positivas, aumentando a consciência e o comprometimento dos agricultores com sua própria associação” (GAROFOLO ET AL., 2015, p.5).

- **Núcleo de Pesquisa e Treinamento de Agricultores (NPTA - EMBRAPA)**

O Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA), localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro, surgiu para aproximar os pesquisadores de três Unidades de Pesquisa, EMBRAPA Solos, Agrobiologia e Agroindústria de Alimentos, da realidade agrícola da região. A partir de negociações com a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo o NPTA pode ser inaugurado em 2007, com sede na Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Friburgo e com uma área rural cedida pela Associação dos Pequenos Produtores e Moradores de Santa Cruz e Centenário, no Terceiro Distrito deste município (ASSIS; AQUINO, 2014).

A proposta de trabalho do Núcleo consiste em realizar pesquisas participativas em conjunto com as Associações de Agricultores e demais Instituições Públicas, visando promover a transição agroecológica da agricultura familiar da região. O trabalho se inicia com a identificação de demandas por ações de pesquisas, seguido por um processo dialógico realizado com os agricultores, a respeito da necessidade de alterar as tecnologias utilizadas nos sistemas produtivos, em função da obtenção de produções agroecológicas (ASSIS; AQUINO, 2014).

Levando em consideração a tradição dos agricultores, é necessário criar condições para que haja adaptação às novas práticas, sua consolidação e por último a multiplicação das tecnologias. As etapas das pesquisas são acompanhadas e avaliadas em conjunto com os agricultores e parceiros, em oficinas e nas atividades de campo, possibilitando avançar na reflexão acerca dos métodos empregados e inserir temas na agenda de pesquisas da instituição (ASSIS; AQUINO, 2014).

Na região, o uso intensivo de agrotóxicos e o emprego de práticas ‘pouco conservacionistas’ tem causado contaminações ambientais e comprometido a saúde dos agricultores, ocasionando vulnerabilidade social e degradação ambiental, com contaminação da água e perdas de solos por erosão, que comprometem a capacidade de produção das unidades familiares. As práticas agroecológicas são um importante referencial teórico e instrumental para o desenvolvimento agrícola sustentável a partir da agricultura familiar (ASSIS; AQUINO, 2014).

A região associa um longo histórico relacionado às práticas de agricultura agroecológica e de cooperação entre iniciativas institucionais em agroecologia,

destacando-se a Rede Agroecologia Rio, formada em 1988 com foco em pesquisa participativa e agricultura familiar, composta pelas seguintes instituições: ABIO; Agrinatura Alimentos Naturais Ltda. (AGRINATURA); Assessoria e Serviços em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-Rio); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-Rio); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia (Embrapa Agrobiologia) (ASSIS; AQUINO, 2014).

Nessa trajetória os conhecimentos sobre processos de transição agroecológicos foram aprofundados e o desafio colocado ao NPTA é integrar os saberes dos agricultores com o dos pesquisadores. Os agricultores demandam pesquisas que apoiem a viabilidade econômica e social da sua agricultura, a partir do uso racional de insumos voltados à transição agroecológica e para o manejo e o incremento de matéria orgânica no solo ou plantio direto. Um exemplo é a pesquisa relacionada ao aporte de matéria orgânica nos sistemas de produção de couve-flor para controlar a hérnia das crucíferas, por meio de rotação de culturas, plantios para cobertura de solo ou plantio direto. Este problema fitossanitário tem representado uma importante motivação para introduzir as práticas agroecológicas nos sistemas de produção, a partir do diálogo com os agricultores (ASSIS; AQUINO, 2014).

Também a existência dos resíduos da atividade têxtil na região, especialmente da fiação de algodão, trouxe uma oportunidade para o incremento de matéria orgânica nos solos, experimentado junto à cultura do caqui, promovendo a redução de pragas e doenças. Outros exemplos de pesquisa são a avaliação de cultivo de ervilha sob plantio direto; o uso do resíduo da fiação de algodão em cultivo de bananeira entre outros. Os agricultores recebem bem os resultados e adaptam às suas possibilidades, mas a disseminação para outros agricultores é limitada (ASSIS; AQUINO, 2014).

Uma limitação é que as ações participativas se restringem aos agricultores que desenvolvem as ações de campo. As ações realizadas com agricultores organizados em grupo têm sido mais eficientes, no sentido da disseminação da informação. Outro aspecto observado é que as práticas novas devem ser disseminadas e assimiladas gradualmente. O primeiro passo para a transição é a racionalização do uso de insumos e posterior substituição dos insumos convencionais. O abandono de práticas antigas ocorre da mesma forma, gradualmente. Somente depois da consolidação desses processos é que se torna possível pensar sobre políticas agrícolas voltadas à sustentabilidade desses sistemas. Esta é a condição para formular, a partir das adaptações levadas pelos agricultores, políticas agrícolas dedicadas a melhorar a sustentabilidade dos sistemas de produção regionais (ASSIS; AQUINO, 2014).

Finalmente, observa-se que a proposta de aproximação da estrutura de pesquisa da Embrapa das áreas de produção, a exemplo do NPTA, tem um caráter inovador, especialmente, no sentido de identificar demandas efetivas da agricultura familiar, e incorporá-las a agenda de pesquisa da empresa. Assim, apesar da identificação de alguns desafios passíveis de serem superados no que se refere a logística administrativa e de infraestrutura, verifica-se que o NPTA representa promissora experiência no sentido de potencializar a articulação da pesquisa agrícola da produção agrícola familiar (ASSIS; AQUINO, 2014, p.142).

- **Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro (SEAPEC)**

A Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SEAPEC) é a instância do governo estadual que tem como atribuição

Implementar políticas públicas voltadas à agricultura familiar e a todo o agronegócio, cumprindo uma agenda social com ênfase na geração de

oportunidades de trabalho e renda para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do interior do Estado do Rio de Janeiro (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]a).

Ela se estrutura por meio de uma secretaria executiva, composta pelo Secretário de Estado, ligado ao governador, e duas subsecretarias, sendo uma delas de agricultura familiar. Contém quatro (04) superintendências, sendo de Desenvolvimento Sustentável, de Defesa Agropecuária, de Planejamento e Controle e de Relações Institucionais. Uma (01) diretoria de administração e finanças e um Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]b).

Possui ou oferece seis (06) programas estruturantes: o Sanidade Rio, destinado à manutenção da sanidade animal e vegetal; o Rio Genética, destinado ao melhoramento genético da pecuária; o Estradas da Produção, destinado a recuperar e manter estradas vicinais; o Crédito Fundiário, que oferece crédito para a aquisição de terras para pessoas que tenham experiência em trabalho agrícola (trabalhadores, parceiros, meeiros, arrendatários); o Eletrificação Total, para oferecimento de energia elétrica no meio rural e o Programa Rio Rural, que busca “alternativas sustentáveis de desenvolvimento, tendo como referência de planejamento e de intervenção as microbacias hidrográficas” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]c).

E dez (10) programas setoriais: Cultivar Orgânico, que visa a transição da agricultura convencional para orgânica; Multiplicar, que visa o aumento da oferta de pescado de qualidade; Prosperar, destinado ao aumento de emprego e renda rural; Florescer, para a cadeia produtiva de floricultura e plantas ornamentais; Frutificar, para a fruticultura irrigada; Rio Horti que visa aumentar o fornecimento de olerícolas produzidas no estado; Rio Café, que visa aumentar a qualidade do café; Rio Agroenergia, para modernizar o setor sucroalcooleiro; Rio Carne, para estruturar a cadeia produtiva da carne e Rio Leite, para estimular a produção de leite de qualidade (ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]d).

- **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (RIO RURAL)**

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (RIO RURAL) é um dos programas da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC), que o executa mediante sua estrutura descentralizada, envolvendo por exemplo, a EMATER e a PESAGRO e diversos parceiros, ONGs, organizações rurais entre outras (SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]).

Visa melhorar a qualidade de vida da população do campo, por meio do aumento de renda dos produtores rurais, em associação com a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais (SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]).

O Programa incentiva o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis no âmbito de microbacias hidrográficas⁵⁴. O trabalho contextualizado e focado nestas unidades espaciais é reconhecidamente vantajoso para solucionar problemas ambientais tais como a erosão, o assoreamento, a diminuição da infiltração da água nos solos entre

⁵⁴ As microbacias, do ponto de vista físico, são espaços geográficos definidos a partir das redes de drenagem de córregos e águas subterrâneas, que desaguam em um rio principal. Fazem parte dessa rede as nascentes, os córregos, os rios e os aquíferos (SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]).

outros. É um trabalho notadamente de caráter ambiental, devido ao incentivo às práticas de manejo e conservação de solo e água. Assim, a microbacia como unidade de análise dos impactos ambientais e também dos resultados das ações empreendidas é vantajosa em termos comparativos com unidades maiores, já que o planejamento e a intervenção são facilitados e os resultados são melhor visualizados (SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]).

A metodologia de trabalho com Microbacias Hidrográficas inclui também aspectos sociais, por meio da ação das comunidades que residem nas microbacias. Os agricultores são incentivados a empregar práticas sustentáveis com apoio técnico e financeiro aos projetos. É incentivada a participação dos agricultores desde o planejamento das ações, e também a auto-gestão incentivando o protagonismo dos atores locais. A base do trabalho se fundamenta na organização comunitária e na participação desses atores. Seus princípios são a descentralização, a transparência das decisões, o fortalecimento organizacional e a sustentabilidade (SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]).

Na metodologia utilizada, os agricultores familiares e demais produtores da microbacia se reúnem em grupos de interesse, e elegem representantes que integrarão o Comitê Gestores de Microbacias (COGEM). Este Comitê realiza um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), contendo as principais demandas e potencialidade da microbacia. Com base neste diagnóstico, é elaborado o Plano Executivo da Microbacia (PEM), com as ações que serão realizadas (SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, [20-]; FONSECA ET AL., 2015).

Os incentivos são financiados ao produtor de forma não reembolsável, mediante a elaboração de Plano Individual da Propriedade (PID), que estabelece, de forma participativa com o agricultor, as práticas a serem introduzidas na propriedade a fim de estimular a produção de alimentos saudáveis, aliada à conservação dos recursos naturais. Esse processo visa, ainda, apoiar a adequação ambiental das unidades produtivas, a superação de gargalos das cadeias produtivas e o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo no meio rural (FONSECA ET AL., 2015, p.2, grifo meu).

No QUADRO 6 apresentamos os critérios de enquadramento dos beneficiários do Rio Rural, aqueles que podem acessar os recursos oferecidos pelo programa e seus projetos.

QUADRO 6. Critérios de enquadramento do programa Rio Rural

CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS	CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO
Agricultor familiar*	Unidade produtiva familiar segundo enquadramento no PRONAF
Demais produtores residentes na microbacia	Unidade produtiva não enquadrada nos critérios do PRONAF
Grupos de beneficiários formais e informais	Grupos informais: compostos por um mínimo de três famílias independentes; Grupos formais: devidamente registrados nos órgãos competentes, que os membros de seu quadro social se enquadrem nas categorias de beneficiários.
Prefeituras Municipais	Pertencente à área de atuação do Projeto; Sem dívidas com INSS, FGTS, Fazenda Pública e Tribunal de Contas
Consórcios Municipais	Legalmente constituídos

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2011).

* Inclusive jovens, mulheres e pescadores artesanais conforme critérios de enquadramento do PRONAF.

O Programa Rio Rural foi organizado e executado a partir de três grandes projetos de financiamento à produção e recuperação ambiental: o Rio Rural GEF, o Rio Rural Bird e o Rio Rural Emergencial – Serrana (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS, 2014a).

O Projeto de Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense (Rio Rural GEF) foi um projeto piloto, iniciado em 2005 e financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O projeto fomentou o desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas, envolvendo os agricultores na gestão sustentável dos recursos naturais, a partir da reflexão sobre as vocações e interesses das comunidades e desenvolvendo atividades voltadas ao aumento renda e qualidade de vida nas comunidades, com a integração de práticas de proteção ambiental aos sistemas produtivos, como o cuidado com a água, com o solo e com a biodiversidade, voltadas a uma agricultura de baixo carbono e fomentando a organização social nas comunidades trabalhadas (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS, 2014b).

Neste projeto foram investidos US\$ 14.000.000 em 48 microbacias hidrográficas, em 24 municípios, num total de 100 mil hectares de abrangência. Foram formados 231 grupos de identidade, com 4.000 famílias beneficiadas, sendo 1.186 mil famílias beneficiadas com incentivos diretos e 5.730 pessoas beneficiadas por treinamentos e capacitações e ações de conscientização (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS, 2014b).

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (Rio Rural BIRD) é a ampliação e aprimoramento do Projeto Rio Rural GEF, concluído em 2011 e teve, em 2009, US\$39,5 milhões contratados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Nessa ocasião o governo estadual se comprometeu com uma contrapartida no mesmo valor (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS, 2014a).

O Rio Rural BIRD contempla municípios das seguintes regiões do Estado: Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Serrana, Sul Fluminense e Centro Fluminense. Na Região Serrana participaram do Rio Rural BIRD os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS, 2014a). No QUADRO 7 são apresentadas as Principais Metas do Programa Rio Rural BIRD.

QUADRO 7. Principais metas do programa Rio Rural BIRD.

- Benefícios à 47.000 agricultores familiares;
- Incentivos diretos a 16.000 produtores rurais, para adoção de práticas sustentáveis;
- Ações conservacionistas em 44.889 km de rios e redução de carga orgânica em 34.187 km de rios, com investimentos em infraestrutura de saneamento rural;
- Conservação de 6.000 km de estradas vicinais;
- Proteção de 2016 nascentes até 2016, com potencial para proteção de 14.600 nascentes considerando-se a atuação em parceria;
- Educação, treinamento e conscientização de 87.200 beneficiários, técnicos, professores e gestores municipais;
- Consolidação de sistemas de produção sustentáveis em 2,5 milhões de hectares de terras agrícolas, equivalendo a 95% do total das terras agrícolas e ao dobro da área sob unidades de conservação no estado.

Fonte: Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (2014a).

Devido ao Megadesastre na Região Serrana, em 2011, um montante expressivo desses recursos foi alocado em função do atendimento prioritário e emergencial à esta região, voltado para a recuperação agrícola das comunidades. Isso impactou diretamente as metas originais do projeto que precisou ser reestruturado. Na oportunidade da reestruturação o projeto também foi ampliado para outros municípios, tendo em vista realizar um trabalho mais consistente na região Serrana e investir em microbacias estratégicas, tendo em vista a proximidade de grandes mercados consumidores e mercados emergentes, relacionados aos investimentos em eventos esportivos internacionais (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Assim, foram contratados mais US\$ 100 milhões, e investidos mais US\$ 40 milhões de contrapartida do estado. O projeto pretende investir, até 2018, US\$219 milhões em 366 microbacias hidrográficas de 72 municípios, para adequar os sistemas produtivos familiares em função de aumentar sua capacidade competitiva e promover a conservação ambiental (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS, 2014a).

O Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (RIO RURAL FA) possibilitou retomar as ações programadas pelo Rio Rural BIRD e expandir o Projeto para centrar esforços na Região Serrana, devido à sua fragilidade ambiental e à vulnerabilidade das populações rurais perante os eventos ambientais extremos (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011). Desta forma, foram retomados os trabalhos em 200 microbacias e a área de atuação ampliou para mais 13 municípios e 166 microbacias, conforme pode ser observado na TABELA 3.

TABELA 3. Resumo das metas dos diversos projetos do programa Rio Rural, por período, município e microbacia

Projetos	GEF	BIRD Original*	BIRD Reestruturado	FA	Total
Período	2005-2011	2009-2015	2009-2015	2011-2018	12 anos
Município	24	59	59	13	96
Microbacia	48	270	200	166	414

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2011).

* Os valores referentes a número de municípios e microbacias do projeto BIRD Original não entram na somatória final, já que estas metas foram renegociadas no projeto BIRD Reestruturado.

Após a ocorrência do Megadesastre de 2011, a SEAPEC realizou um diagnóstico do impacto das chuvas nas áreas agrícolas da Região Serrana e os técnicos do Rio Rural, junto com os Comitês Gestores Emergenciais (COGEM Emergenciais), elaboraram e executaram os projetos para restabelecer as condições de produção nas áreas atingidas. Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim, Sumidouro e Areal foram os municípios mais prejudicados. Sapucaia, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena também foram atingidos, mas de forma menos intensa. Cabe lembrar que estes municípios são caracterizados pela predominância da agricultura familiar (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS, 2014a).

As ações realizadas para a recuperação da região também contaram com a parceria e recursos provenientes de outros programas do governo do estado e do governo federal. No QUADRO 8 são mostrados os resultados das ações emergenciais e de reconstrução

implementadas nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom Jardim, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Areal.

QUADRO 8. Resultado das ações emergenciais e de reconstrução implementadas nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Bom Jardim, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Areal pelo Rio Rural Emergencial e outros programas parceiros.

<ul style="list-style-type: none">• Rio Rural Emergencial R\$ 9.000.700,00 investidos; 1.124 produtores atendidos em 124 comunidades rurais• Estradas da Produção 915,7 km de estradas recuperadas; 9.926 produtores atendidos; 1.676,5 hectares produtivos recuperados; 8.854 produtores atendidos com preparo de solos• Frutificar R\$ 272.000,00 investidos; 6 produtores atendidos• Crédito Pronaf Emergencial R\$ 4.246.000,00 financiados; 2.123 contratos realizados
--

Fonte: Secretaria de Agricultura e Pecuária ([201-]).

Cabe salientar que o Programa Rio Rural também apoia as cadeias produtivas e executou os Planos de Incentivo às Cadeias Produtivas Orgânicas, apoiando na produção e comercialização deste segmento. Em 2015 o programa apoiou os grupos do Sistema Participativo de Garantia (SPG), da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), entre eles a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT); Grupo de Produtores do Brejal; Associação de Produtores Orgânicos de Petrópolis (APOP) e a Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Rio Preto (HORTA ORGÂNICA), todos na Região Serrana (FONSECA ET AL., 2015).

Fonseca et al. (2015, p.8) concluem que o “Programa Rio Rural contribuiu ao investir em infraestrutura, nos processos e nas relações entre as organizações que visam ao desenvolvimento rural sustentável” no estado do Rio de Janeiro.

A Inter TV Rural noticiou no dia 05 de fevereiro de 2017 que o Programa Rio Rural está temporariamente suspenso em consequência do endividamento do estado do Rio de Janeiro. A SEAPC se posicionou em nota, dizendo que está negociando a regularização do programa junto ao Governo Federal (PROGRAMA..., 2017).

- **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RIO)**

A EMATER-Rio é uma empresa pública, vinculada à Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro e é a responsável pela assistência técnica e extensão rural no Estado do Rio de Janeiro (EMATER, [20-]a).

Tem como atribuições:

Colaborar com os órgãos competentes nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, na formalização e execução de programas e projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro;

Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimento de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agropecuária e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado do Rio de Janeiro;

Pugnar pela preservação do meio ambiente, visando um equilíbrio ecológico entre homens, plantas e animais;

Prestar, aos produtores rurais, serviços necessários à produção agropecuária.

Elaborar e propor planos, programas e projetos relativos às obras públicas e de saneamento e acompanhar as ações referentes a sua execução (EMATER, [20-]a).

A EMATER-Rio se divide em cinco Regionais, contendo cada uma um escritório regional e vários escritórios locais. A Regional Noroeste possui 12 escritórios locais, a

Região Centro possui 20 escritórios locais, a Região Sul possui 18 escritórios locais, a Região Serrana possui 12 escritórios locais e a Região Norte possui 10 escritórios locais (EMATER, [20-]b).

“A EMATER RIO foi criada em 1974, como sucessora da ACAR RJ, e hoje integra o SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Sua *gerência estadual de Agroecologia* foi criada em 2002, e desde 2003 tem pautado sua atuação dentro dos princípios e das diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e mais recentemente, nas diretrizes da PNAPO e do PLANAPO” (UFRRJ et al, 2013, p.11, grifo do autor).

No Rio de Janeiro a EMATER é um dos braços executores dos programas de fomento da SEAPEC, entre eles o Programa Rio Rural. Neste programa,

A EmaterRio atua como facilitadora do fortalecimento da autogestão comunitária, motivando o engajamento e a participação dos beneficiários na construção de um plano de ação para o desenvolvimento sustentável da microbacia e da integração das ações planejadas com as políticas públicas de apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos saudáveis. A Emater-Rio é responsável, ainda, pela assistência técnica, capacitações de beneficiários e pela elaboração de projetos de incentivo financeiro à adoção de práticas produtivas sustentáveis e de conservação dos recursos naturais, que possibilitarão a efetiva transição agroecológica dos produtores, mulheres e jovens rurais (FONSECA ET AL., 2015, p.2).

EM parceria com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e outras organizações públicas e privadas que trabalham com agroecologia, a EMATER vem desenvolvendo trabalhos com mulheres em diferentes regiões do estado, ligados à agroecologia e à agricultura urbana e periurbana (FONSECA ET AL., 2015).

Soares, Freitas e Coutinho (2005) levantaram que cerca de 60% dos estabelecimentos rurais de Teresópolis não recebiam assistência técnica em 2005, e 28,96% eram assistidos pela EMATER. Apenas 3,96% dos estabelecimentos agropecuários deste município receberam assistência técnica de um ‘agrônomo responsável’, naquele ano. Essas informações revelam, por um lado, a carência pelos serviços de ATER, e por outro, o papel fundamental que a EMATER ainda cumpre no meio rural.

Após a tragédia de 2011, Duarte et al. ([2011?]) relataram que os moradores do bairro de Lúcius, em Bonsucesso, distrito de Teresópolis, se organizaram para a sua recuperação financeira, com o apoio do estado e da EMATER, formando um comitê para o atendimento de suas necessidades. “Essa possibilidade de reconstrução é o que resta aos moradores de Lúcius” (DUARTE ET AL., [2011?], p.11), concluem os autores, demonstrando a importância desse trabalho.

- **Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO)**

A PESAGRO-RIO é uma empresa pública criada em 1976, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Também integra o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) e o Conselho Nacional do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária (CONSEPA) (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]a).

A estrutura administrativa da PESAGRO-RIO é liderada por seu Conselho de Administração, a Diretoria e a Presidência, conforme esta ordem hierárquica. Ademais ela conta com uma Diretoria Técnica, que coordena a pesquisa e difusão tecnológica, e uma diretoria de administração, além dos centros de pesquisa que a empresa possui (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]b).

A empresa pesquisa "alternativas tecnológicas poupadoras de insumos modernos e capazes de promover o aumento da produção e da produtividade, resguardando a necessidade de uma tecnologia adequada ao pequeno produtor para que ele possa sobreviver e crescer através da efetiva participação na economia estadual" (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]a).

Para isto a PESAGRO-RIO atua em parceria com outras instituições de Pesquisa e Desenvolvimento e de Ciência e Tecnologia e possui cinco estações experimentais e três campos experimentais de pesquisa distribuídos no Estado do Rio de Janeiro, tendo sua sede no município de Niterói, aonde ainda se encontram dois laboratórios da empresa (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]a).

A missão da instituição é “viabilizar soluções tecnológicas e subsidiar políticas públicas para o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro, em benefício da sociedade” (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]c). Almeja “tornar-se uma Instituição pública de excelência técnico-científica, reconhecida pela sociedade por atender às demandas de pesquisa e desenvolvimento do meio rural do Estado do Rio de Janeiro” (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]c). Seus objetivos são “gerar, adaptar e transferir conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento rural do Estado do Rio de Janeiro; fornecer informações para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural; contribuir para a segurança alimentar por meio da melhoria da qualidade dos produtos e serviços e promover o equilíbrio socioeconômico e ambiental dos ecossistemas do Estado” (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]c).

A PESAGRO-RIO, é responsável por implementar um elemento componente do Programa Rio Rural que são as Unidades de Pesquisa Participativa (UPPs) e os experimentos de longa duração. Essas UPPs são implantadas em áreas de produtores parceiros, para que ocorram os ajustes necessários nas tecnologias sustentáveis em desenvolvimento. Essa adaptação se dá em relação às condições sociais, econômicas e ambientais das microbacia e dos produtores. Também podem ocorrer demandas de pesquisas provenientes dos Comitês das Microbacias ou da Rede de Pesquisa, em relação à agroecologia ou agricultura orgânica (FONSECA ET AL., 2015, p.3).

A PESAGRO-RIO produz Manuais Técnicos e assessora os técnicos da EMATER-RIO sobre práticas de manejo sustentável, a fim de qualificar seus projetos. Outra atividade da PESAGRO-RIO, por meio do Núcleo de Pesquisa Participativa, é estruturar e implementar a Rede de Pesquisa, Inovação, Tecnologias e Serviços Sustentáveis em Microbacias Hidrográficas (REDE Rio Rural). Esta rede reúne instituições públicas de pesquisa e extensão rural, universidades, associações de produtores rurais e cooperativas para integrar as ações de pesquisa, ensino e extensão; levantar e solucionar demandas que surgem dos grupos interessados; estimular trabalhos em conjunto; e para evitar sobreposição das ações e desperdício de recursos públicos. O foco do benefício são os produtores rurais e suas famílias. Os temas pertinentes à Rede são organizados em eixos de discussão, que vão desde o manejo da paisagem, a produção de insumos, sementes, a transição agroecológica, a agregação de valor aos alimentos, a comercialização, até o novo modelo de ATER entre outros. Além da PESAGRO-RIO, fazem parte da Rede a EMATER-RIO, a Embrapa (Solos, Agrobiologia e Alimentos), as Universidades Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Norte Fluminense, o Ministério de Agricultura, o Instituto Estadual do Ambiente, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa; a Associação de Produtores e

Cooperativas. “Essa proposta de rede está baseada na forma como os pesquisadores, extensionistas, professores e produtores do estado trabalham desde a década de 90, com a Fazendinha Agroecológica do Km 47 e a Rede Agroecologia Rio” (FONSECA ET AL., 2015, p.3).

Além dessas ações, várias outras ocorrem, segundo Fonseca et al. (2015), tais como:

- Apoio à Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), com barraca e um novo ponto de distribuição de alimentos orgânicos;
- Tabulação e análise dos dados dos grupos dos SPG ABIO de Nova Friburgo e Teresópolis e das Feiras Orgânicas de Friburgo, e do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, coordenado pela ABIO e da Feira Agroecológica de Teresópolis;
- Trabalhos com sementes orgânicas e tradicionais, crioulas, cultivadas pelos agricultores;
- Trabalhos com sistemas agroflorestais para realizar a adequação ambiental
- Realização do georreferenciamento⁵⁵ e 3 mapeamentos dos produtores orgânicos cadastrados nos grupos Teresópolis e Friburgo do SPG ABIO.
- Promoção de dois encontros do SPG ABIO, da Região Serrana e entorno (Guapimirim, Magé e Cachoeiras de Macacu), envolvendo cerca de 80 pessoas em cada etapa.
- Verificação de não conformidades nos pontos de venda, e na rotulagem dos produtos orgânicos industrializados pelos produtores do SPG ABIO.
- Integração com a extensão rural.
- Socialização do conhecimento agroecológico para técnicos e produtores por meio da realização de dois encontros do SPG ABIO em 2012; de cursos de formação em agroecologia em 2013 e 2014; do Seminário de Formação dos Facilitadores SPG ABIO e do Encontro de Sementes Orgânicas no segundo semestre de 2014, entre outras ações.

- **Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica (CEPAO)**

O Centro Estadual de Pesquisa em Agricultura Orgânica (CEPAO) é um dos 08 centros de pesquisa da PESAGRO e está localizado no município de Seropédica/RJ. Tem como objetivo o realizar pesquisas sobre técnicas de produção de alimentos de qualidade e sem degradação ambiental, direcionadas à agricultura familiar. As linhas de pesquisa com que trabalha são a olericultura, pecuária leiteira, defensivos alternativos e multiplicação de sementes. Atua em parceria com dois importantes centros de pesquisa e ensino do seu entorno: a Embrapa Agrobiologia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, [20-]b).

O CEPAO é o centro responsável por incentivar o registro, a produção e a distribuição de insumos permitidos para uso na agricultura orgânica, coordenando essa produção com as unidades de pesquisa participativa nos municípios de São João da Barra, Seropédica e Teresópolis (FONSECA ET AL., 2015, p.3).

- **Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) teve sua origem no Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, assinado pelo presidente Nilo Peçanha e pelo Ministro da Agricultura Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Inicialmente foi chamada

⁵⁵ O georreferenciamento será utilizado na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório devido ao novo código florestal (FONSECA ET AL., 2015).

de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) tendo sido locada em Niterói e Praia Vermelha (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, [20-]b).

Em 1934, a ESAMV teve seu regulamento aprovado e tornou-se estabelecimento-padrão para o ensino de agronomia no Brasil. Em 1936, tanto a Escola de Agronomia quanto a Escola de Medicina Veterinária tiveram seus próprios regimentos aprovados tornando-se mais independentes. Em 1938 essa situação se reverte com o Decreto-Lei 982, por meio do qual a Escola Nacional de Agronomia passa a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) e a Escola de Veterinária passa a ser subordinada ao Ministro do Estado (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, [20-]b).

Em 1943, com uma nova organização do CNEPA a Universidade passa a se chamar Universidade Rural. Um ano após a atualização do CNEPA, a Universidade consegue implantar novos cursos e em 1948 muda para a Antiga Rodovia Rio-São Paulo, onde se mantém até hoje (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, [20-]b).

Em 1961, com o Decreto 1.984, passa a chamar Universidade Federal Rural do Brasil e agrega a Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes, atual Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR) passa a integrar a Universidade. O nome atual, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro só entra em vigor em 1965, com a Lei 4.759 (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, [20-]b).

Atualmente, no seu Regimento Interno, constam os seguintes objetivos:

Art. 2º A UFRRJ tem por finalidade:

- a. ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior, em todos os campos do conhecimento, visando ao preparo e aperfeiçoamento de pesquisadores, professores e técnicos;
- b. estimular, promover e executar investigações científicas, com o objetivo de ampliar o acervo de conhecimentos, enriquecimento da cultura e sua aplicação ao serviço do Homem e ao desenvolvimento nacional, principalmente que se refere ao melhor aproveitamento de nossos recursos naturais e humanos;
- c. contribuir para a divulgação de conhecimentos especializados visando à melhor compreensão da realidade brasileira, em seus múltiplos aspectos;
- d. proporcionar aos Poderes Públicos, dentro dos limites dos seus recursos, a assessoria que lhe for solicitada para o desenvolvimento do país;
- e. desenvolver integralmente a personalidade dos seus alunos, atendendo ao ideal do bem comum, da unidade nacional e da compreensão e cooperação universais (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, [20-]a).

- **Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ (NIA-Rural)**

O Núcleo envolve professores dos Departamentos de Ciências Sociais, Produção Animal, Silvicultura e GETERRA da UFRRJ; pesquisadores da Embrapa Agrobiologia; extensionistas da EMATER/RJ e estudantes de ciências agrárias e sociais da UFRRJ (NIA, [201-]a, [201-]b).

Constitui-se em “um espaço de reflexão e proposição de novas alternativas de produção orientadas pelos princípios da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável” (NIA, [201-]b, p.1).

Suas atividades são financiadas por um projeto apoiado pelo CNPq/MDA (Edital 58/2010), intitulado “*Implantação de núcleo interdisciplinar de pesquisa e extensão científica e tecnológica em agroecologia na UFRRJ voltado ao fortalecimento da agricultura familiar e os assentamentos rurais em dois municípios da Mesorregião Sul Fluminense – RJ*” (NIA, [201-]b, p.1, grifo do autor).

O NIA desenvolve atividades educacionais, produção de material didático e ações como a Caravana Agroecológica e Cultural do Projeto Comboio Sudeste, já na sua terceira edição (NIA, 2015a).

O Projeto Comboio é

realizado pela Universidade de Viçosa (UFV) em parceria com os Núcleos de Agroecologia de algumas universidades da Região Sudeste, (...) [e] tem como objetivo fortalecer as inúmeras e ricas iniciativas agroecológicas existentes no sudeste. Através da construção de uma rede de núcleos que permita dar visibilidade as ações desenvolvidas em cada estado, o projeto busca potencializar o ensino, a extensão e as pesquisas desenvolvidas sobre agroecologia na região (AARJ, 2015).

Em outras palavras, o projeto regional se propõe a “fortalecer a articulação para transição agroecológica na região Sudeste do país, através da organização de uma Rede de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (R-NEA). Os núcleos se propõem a qualificar e ampliar as iniciativas agroecológica já existentes na Região Sudeste” (NIA, 2015a, p.1).

Caravana RJ se desafia a traçar olhares sobre todo o estado e a investigar os desafios e potencialidades da agroecologia vivenciados em diferentes contextos de vida e de produção no último período. Apesar dos avanços na conquista de algumas políticas e programas, o estado do Rio de Janeiro permanece com baixos investimentos no campo da agricultura familiar, com invisibilização e ameaça às suas práticas agrícolas tradicionais. Camponeses e camponesas do estado assistem a diversos e intensos impactos e violações de seus direitos (NIA, 2015a, p.1).

Exemplo de atividades da Caravana, que em 2015 contou com 200 participantes, são: estudo do meio com base em experiências de resistência da agricultura familiar; partilha de saberes e olhares sobre as experiências observadas; um Seminário Estadual; Ato Público; atividades culturais e almoço agroecológico da agricultura familiar na praça do município que concentra a chegada das caravanas dos quatro estados da Região Sudeste (NIA, 2015a, 2015b). A Caravana RJ se propôs a realizar 4 diferentes rotas de viagem de estudos, que almejavam cortar “o estado debatendo, observando e interagindo com diferentes conflitos, resistência e iniciativas tecida nos territórios” (NIA, 2015b, p.1).

A Caravana é uma atividade educacional, mobilizadora e organizadora. A Caravana RJ é uma organização do NIA em parceria com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) e parceiros da agroecologia no estado e na região. Foi “construída a partir dos esforços e das parcerias das Articulações de Agroecologia Regionais do Estado (Norte, Costa Verde, SerraMar e SerraMar)” (NIA, 2015b, p.1). A participação na Caravana garante um público diversificado incluindo agricultores/as e outros atores que apoiaram sua construção, com diferentes representações regionais e comissões locais. As demais atividades são abertas ao público em geral (NIA, 2015b).

- **Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA) ou Fazendinha Agroecológica Km 47**

Um dos principais exemplos da atuação em conjunto é o convênio entre EMBRAPA Agrobiologia, CEPAO/PESAGRO e UFRRJ para o projeto do Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA), conhecido como ‘Fazendinha Agroecológica Km 47’, localizada na Rodovia BR 165 e que também conta com a parceria da Embrapa Solos. Este convênio é gerido por meio de um Conselho Gestor que integra as três instituições por meio de representações indicadas.

Implantada em 1993, a Fazendinha Agroecológica ocupa uma área de aproximadamente 70 hectares próximo à sede da Embrapa Agrobiologia e realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da integração das atividades de produção animal e vegetal, priorizando a reciclagem de nutrientes, uso de esterco,

compostos orgânicos, adubação verde, sistemas agrícolas diversificados, rotações e consórcios culturais, controle biológico de pragas, valorização de espécies arbustivas e arbóreas para diversificação da paisagem, inclusive sistemas agroflorestais. A pecuária leiteira com animais mestiços, é manejada com homeopatia e princípios de bem-estar animal (EMBRAPA, [20-]).

A importância da pesquisa de métodos alternativos de produção agropecuária levou à implantação, em 1993, do Sistema Integrado de Produção Agroecológica (SIPA- Fazendinha Agroecológica km 47), mediante convênio firmado entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, através dos Centros Nacionais de Pesquisa de Agrobiologia e de Solos, e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro, através da Estação Experimental de Seropédica. (...) O SIPA tornou-se um espaço para o exercício de pesquisa sistêmica, de caráter multi e interdisciplinar, procurando entender as relações entre os diferentes componentes de um sistema de produção, no qual busca-se o aproveitamento racional das potencialidades locais, dentro de uma estratégia que contribua para a sustentabilidade e a estabilidade da atividade produtiva no meio rural (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA, 2011).

Em entrevista realizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ (NIA-Rural) com os idealizadores e fundadores da Fazendinha Agroecológica do Km 47, Dr. Djair Lopes de Almeida, pesquisador aposentado da Embrapa Agrobiologia e Prof. Raul de Lucena Duarte Ribeiro, professor Emérito da UFRRJ, estes apontaram algumas realizações e dificuldades enfrentadas pela Fazendinha Agroecológica do Km 47 e da área de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia e agricultura orgânica (20 ANOS..., 2014). Segundo o Prof. Raul de Lucena, entre as motivações iniciais deste projeto estavam o desafio de realizar pesquisa de forma sistêmica e em parceria com as instituições locais (20 ANOS..., 2014). Para o Dr. Djair Lopes de Almeida, o projeto avançou muito na motivação e envolvimento de outros pesquisadores, alunos, porém não tanto quanto imaginavam (20 ANOS..., 2014). Para Lucena, as dificuldades na aceitação da agricultura orgânica como uma área de ensino, pesquisa e extensão que merece atenção por parte das instituições, pode ser observada pela existência no próprio Km 47 de um Curso Técnico em Agroecologia, no CTUR, um Mestrado em Agricultura Orgânica e a resistência, até os dias atuais, da inclusão de uma disciplina acadêmica de Agroecologia na grade curricular do Curso de Agronomia da UFRRJ (20 ANOS..., 2014). Lopes afirma que esta área de estudo não se trata de um modismo, mas veio para ficar, é um processo irreversível, e as instituições tem feito muito pouco para desenvolvê-la (20 ANOS..., 2014). Ainda comenta a importância dos agricultores no processo de pesquisa participativa, construtivista, e que por muitos anos os avanços tanto na produção como na pesquisa sobre agricultura orgânica, biológica, alternativa ocorreram devido à ação dos agricultores (20 ANOS..., 2014).

- **Centro de Formação em Agroecologia e Agricultura Orgânica (CFAAO)**

O CFAAO é localizado nas dependências da Fazendinha Agroecológica e existe desde 2009, com o objetivo de consolidar experiências educativas desenvolvidas com base no SIPA, dando suporte a atividades de formação para instituições de extensão rural, organizações da agricultura familiar, instituições públicas, estudantes de graduação e pós-graduação e técnicos de todo o País (EMBRAPA AGROBIOLOGIA, 2011).

Quatorze anos depois do início do projeto da Fazendinha do Km47, este local passou a abrigar “um centro de formação em agroecologia e agricultura orgânica, com curso de mestrado coordenado pela Universidade Rural” (ORGANICSNET, 2012).

O CFAAO foi “financiado com recursos de emenda parlamentar no valor de 500 mil reais” (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA,

2011). Situa-se num prédio de 552 metro quadrados, que serve de sede acadêmica e administrativa do curso de Pós-graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO).

- **Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)**

A Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) foi fundada, em 1984, por um pequeno grupo de agricultores do município de Nova Friburgo, região Serrana do Rio de Janeiro (ABIO, [20-]d), em conjunto com agricultores de outras experiências localizadas nesta mesma região (ASSIS; AQUINO, 2014), com o objetivo de expandir o movimento orgânico no país. Estes agricultores foram os responsáveis por implantar uma das primeiras feiras de produtos orgânicos do país, estando entre os precursores deste tipo de agricultura e movimento no Brasil (ABIO, [20-]d).

A ABIO tem como missão contribuir com o fortalecimento da agricultura orgânica de base agroecológica, por meio da prestação de serviços aos agricultores associados (ABIO, [20-]d). E são seus objetivos:

- Estimular a produção orgânica de base agroecológica e a implantação de sistemas agroflorestais;
- Apoiar e estimular o desenvolvimento sustentável, em particular para o fortalecimento da agricultura familiar, da pequena produção e do extrativismo sustentável orgânico, com base nos princípios da agroecologia;
- Contribuir para a satisfação das necessidades alimentares e para a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população;
- Contribuir para a proteção dos ecossistemas, para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e do solo, e para a minimização das alterações climáticas globais, pelo estímulo à implantação de sistemas [orgânicos e agroecológicos] (ABIO, [20-]d, s/p.).

A ABIO tem uma estrutura administrativa composta por uma presidência, uma vice-presidência, uma diretoria administrativa e financeira, uma diretoria técnica, uma diretoria comercial, uma diretoria de comunicação e um Conselho de Administração, eleitos por meio de uma Assembleia Geral. Fazem parte deste Conselho um representante de cada grupo de SPG da ABIO; três representantes dos produtores, sendo um representante dos processadores de alimento; um representante dos comerciantes e um associado especial. O Conselho acompanha e delibera sobre os encaminhamentos, políticas e diretrizes apontados nas Assembleias (ABIO, [20-]a).

A ABIO atua nas áreas de certificação de produtos orgânicos, no apoio à comercialização e na organização política dos associados e do setor de produção orgânica e da agroecologia (ABIO, [20-]b).

Em relação à organização política, a ABIO participa do movimento agroecológico como forma de dar prosseguimento à luta que motivou sua criação, incorporando o debate em prol da pequena produção e da agricultura familiar, estando presente em diversos fóruns, participando de espaços de reflexão e luta e ajudando a construir este movimento (ABIO, [20-]b).

Em relação ao apoio à comercialização, sua prioridade é aproximar produtores e consumidores, seguindo os princípios da economia solidária e do comércio justo. A ABIO incentiva as feiras e os mercados institucionais, já que entende que o acesso à alimentos saudáveis e de qualidade é um direito da população (ABIO, [20-]b).

A certificação que a ABIO promove aos seus associados se dá por meio do Sistema Participativo de Garantia da ABIO (SPG-ABIO), que torna possível o uso do Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, expedido pelo MAPA, de acordo com a legislação para o setor (ABIO, [20-]b).

A ABIO cumpre o papel de Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que é a pessoa jurídica que assume a responsabilidade legal pelas atividades desenvolvidas no SPG, emitindo a documentação necessária, apontando as não-conformidades relativas à produção, organizando e mantendo os registros e documentações referentes à avaliação de conformidade da produção, em relação às normas legais (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012b). A OPAC é fiscalizada pela Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de garantir que os procedimentos realizados estejam de acordo com a legislação (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012a).

A legislação brasileira permite que os produtos orgânicos tenham sua qualidade atestada por meio de três mecanismos que avaliam se os produtos foram produzidos de acordo com as normas de produção orgânica (ABIO, [20-]c). São eles:

- O Controle Social para Venda Direta;
- A Certificação por Auditoria e
- O Sistema Participativo de Garantia (ABIO, [20-]c).

Estes três mecanismos, em conjunto, formam o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), e são realizados por Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. Os Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica, para atuarem legalmente e terem o poder de exercer o controle sobre as unidades de produção, no sentido de verificar e atestar a qualidade orgânica de seus produtos, devem ser credenciados junto ao MAPA. Assim eles passam a fazer parte do SisOrg (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012a).

Apesar das diferenças existentes entre os procedimentos utilizados para a acreditação das unidades de produção orgânicas, empregados por cada um desses mecanismos de avaliação, os três mecanismos são baseados na confiança, “uma vez que nenhum deles é capaz de manter um controle permanente sobre cada produtor” (ABIO, 2016, p.6). É importante destacar que “seja qual for o mecanismo de controle, a responsabilidade final pela qualidade orgânica dos produtos é do produtor” (ABIO, 2016, p.6).

No QUADRO 9 são apresentadas as principais diferenças existentes entre os três mecanismos de avaliação de conformidade de produtos orgânicos: Controle Social para Venda Direta, Certificação por Auditoria e Sistema Participativo de Garantia.

QUADRO 9. Principais diferenças entre os mecanismos de avaliação de conformidade de produtos orgânicos: controle social para venda direta, certificação por auditoria e sistema participativo de garantia.

Mecanismo de Avaliação de Conformidade	Controle Social para Venda Direta	Certificação por Auditoria	Sistema Participativo de Garantia (SPG)
Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica	Organismo de Controle Social (OCS) formado por grupo, associação, cooperativa ou consórcio de agricultores familiares, com ou sem personalidade jurídica	Certificadoras (empresas públicas ou privadas)	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC)
Órgão de Credenciamento e Fiscalização	Superintendência Federal da Agricultura do estado ou outros órgãos estaduais cadastrados	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Venda	Direta ao consumidor final, sem intermediários	Mercado interno e externo*	Mercado interno
Mecanismo de Controle	Controle Social e Responsabilidade Solidária**	Terceira Parte Independente ***	Controle Social e Responsabilidade Solidária**
Selo	Não há. Podem incluir a expressão: “Produto orgânico para venda direta por agricultores familiares organizados não sujeito à certificação de acordo com a Lei nº 10.831/2003.	Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica com identificação do Sistema de Avaliação por Auditoria	Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica com identificação do Sistema de Avaliação Participativo
Poder de Decisão sobre a Conformidade	Compartilhado entre as partes envolvidas	Concentrado na Certificadora	Compartilhado entre as partes envolvidas
Orientação para Solução das Não-Conformidades	Possível de ser realizada pelo OCS	Proibida a realização pelas certificadoras	Possível de ser realizada pelo OPAC
Exigência de Rastreabilidade****	Sim	Sim	Sim
Custo Financeiro	Menor	Maior	Menor
Custo Não-Financeiro (participação)	Maior	Menor	Maior

Fonte: Elaboração própria.

Dados: ABIO ([20-]c), ABIO (2016); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012a); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012b).

* Produtos exclusivos para exportação não podem receber o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

** Controle Social é o processo de geração de credibilidade sobre a produção orgânica, realizado por meio de um trabalho coletivo que envolve produtores, consumidores, fornecedores e técnicos, e reconhecido socialmente pela sua seriedade e comprometimento. Responsabilidade Solidária é a corresponsabilização de todos os membros de um grupo que realiza controle social da produção orgânica, caso um de seus membros descumpra as regras estabelecidas.

*** Organismo de Terceira Parte Independente é uma instituição responsável pela avaliação de conformidade que não tenha nenhum interesse envolvido nem na produção, nem na comercialização dos produtos e processos produtivos avaliados.

**** Correta identificação do produtor e estabelecimento agropecuário do produto, mesmo em lotes de produtos a granel, que garantam o devido reconhecimento da origem do produto.

É importante destacar que o SPG envolve todos os componentes da cadeia de produção e comercialização dos produtos orgânicos: fornecedores, produtores ou extrativistas, comerciantes ou consumidores intermediários, consumidores finais e

técnicos. Todos esses membros compartilham a responsabilidade pela avaliação da conformidade das unidades de produção orgânica frente à legislação do setor (ABIO, [20-]c).

O Sistema Participativo de Garantia da ABIO (SPG-ABIO) é formado pelos Grupos do SPG-ABIO e pela própria ABIO, que exerce a função de Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC), credenciada pelo MAPA (ABIO, [20-]c).

Os Grupos do SPG-ABIO se reúnem a cada dois meses, no mínimo. Nesses encontros, facilitados por técnicos da ABIO, são avaliadas três categorias de documentos: (1) os Planos de Manejo Orgânico das unidades produtivas; (2) os relatórios das Comissões de Verificação da ABIO, que visitam as unidades de produção e (3) os relatórios das Visitas de Pares, ou seja, dos próprios agricultores entre si (ABIO, [20-]c).

Os técnicos facilitadores da ABIO são profissionais capacitados para operar o Sistema ABIO. É a ABIO que tem a responsabilidade legal pelo SPG, atesta a certificação e emite a documentação pertinente, os certificados (ABIO, [20-]c).

O SPG-ABIO também propicia a formação e a capacitação em agroecologia para os fornecedores de produtos orgânicos: agricultores familiares, produtores rurais, extrativistas e processadores de alimentos (ABIO, [20-]c).

Cordeiro (2014) ao estudar a produção e o uso de sementes orgânicas no estado do Rio de Janeiro identificou que os associados da ABIO recebem assistência técnica a partir da própria associação e também pelos órgãos de extensão, tais como a EMATER e ONGs, e pelas instituições de pesquisa e ensino, tais como a EMBRAPA e a UFRRJ, respectivamente. Outra situação encontrada é o próprio produtor ou um familiar, deter conhecimentos agrônômicos para realizar uma auto orientação técnica. Neste caso o produtor supre a sua própria necessidade de assistência técnica ou conhece os caminhos e os meios para supri-la.

Entre os produtores da ABIO entrevistados em 2013, 70% deles declararam possuir algum tipo de assistência técnica, enquanto 30% declararam não possuir nenhum tipo de assistência técnica. Entre aqueles que recebem assistência técnica, 50% deles classificaram a periodicidade dessa assistência como esporádica, devido às dificuldades de acesso aos locais de produção. São áreas que ainda não se recuperaram dos desastres naturais que ocorreram na região. Os produtores também se justificaram por não participar mais ativamente, quer seja em reuniões ou atividades de capacitação, por não possuírem transporte próprio ou funcionários, o que limita sua capacidade de se ausentar da unidade de produtiva. Desta forma, restringem sua participação às atividades do Núcleo (CORDEIRO, 2014).

Segundo Cordeiro (2014, p.40), “este produtor normalmente não possui conhecimentos sobre as técnicas de manejo, controle de pragas e doenças ou sobre as condições ideais para beneficiamento e armazenamento de produtos e/ou sementes”, o que reflete na qualidade da produção e nos rendimentos. Segundo a autora, o “acompanhamento das atividades de modo permanente é o ideal para garantir a qualidade e a produtividade” (CORDEIRO, 2014, pg 40).

A carência de assistência técnica verificada, contraria a lógica proposta por Campanhola e Valarini (2001 apud CORDEIRO, 2014, pg 40), que afirmam que para “desenvolver a agricultura orgânica é fundamental que o produtor tenha acesso a assistência técnica especializada, principalmente na fase inicial do projeto, quando é necessário o produtor se familiarizar com as práticas orgânicas para implementar o plano de manejo”.

Ainda segundo estes autores, a “falta de assistência técnica da rede pública é uma realidade do produtor. Em muitos casos, os extensionistas não apresentam preparo para

prestar assistência técnica em agricultura orgânica, levando os produtores a contratar consultores ou técnicos, aumentando o custo da produção” (CAMPANHOLA; VALARINI, 2001 apud CORDEIRO, 2014, pg 40).

Cordeiro (2014) recomenda que, em regiões com indisponibilidade de assistência técnica os produtores ou associações realizem a contratação de profissionais autônomos, para a realização dos planos de manejo, apesar de reconhecer que os custos dessa operação não correspondem à realidade dos pequenos agricultores familiares.

Em relação à assistência técnica recebida pelo Núcleo de Teresópolis, Cordeiro (2014) identificou que, no ano de 2013 este grupo recebia assistência técnica da EMATER, do Núcleo do SPG, e da EMBRAPA, numa periodicidade que variava entre visitas quinzenais e esporádicas.

Em relação à assistência técnica recebida do Núcleo do SPG, o Núcleo de Teresópolis informou que “a assistência técnica é realizada pelo próprio núcleo da ABIO, através do técnico disponibilizado pela ABIO, o ‘facilitador’ ou através de conhecimento técnico dos associados” (CORDEIRO, 2014, pg 38). Cabe aqui informar que, atualmente, o facilitador do Núcleo de Teresópolis tem formação nas áreas de economia e administração (Dados de Entrevista). Ainda que pese sua competência e experiência com agricultura, é preciso considerar que sua especialidade é voltada aos aspectos administrativos e organizacionais, que também colaboram com o enriquecimento do grupo, no que diz respeito aos aspectos técnicos, no âmbito administrativo. Sem desmerecer o trabalho do facilitador como tal, mas é necessário apontar essa distinção para que o leitor não incorra no erro de compreender a assistência técnica realizada pelo núcleo, por meio do técnico disponibilizado pela ABIO, necessariamente como uma assistência técnica agrônômica, ou das ciências agrárias de forma geral.

- **Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)**

Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) se define como “um movimento de organizações da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências procura se articular no estado com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas” (ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, [20-], p.1).

As entidades que participam da articulação são: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Rede Fitovida de plantas medicinais, Cooperativa de Trabalho, Consultoria, Projetos e Serviços em Sustentabilidade (Cooperativa CEDRO), Rede Ecológica de Consumo, Grupo de Agricultura Ecológica/UFRRJ (GAE), Grupo de Estudos e Trabalho em Ensino e Reforma Agrária/UFRRJ (GETERRA), Mutirão de Agricultura Ecológica/UFF (MÃE), Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, Verdejar, Cooperativa UNIVERDE, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Magé (COOPAGÉ), Associação de Agricultores Biológicos (ABIO), Escola da Mata Atlântica, Associação Mico Leão Dourado, Rede Carioca de Agricultura Urbana, Gerência de Agroecologia e Escritórios Locais da Emater de Nova Iguaçu, Araruama e Saquarema, Campus da Mata Atlântica da FIOCRUZ. Outras entidades públicas apoiam a AARJ, como: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Agrobiologia), Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA/Superintendência do Rio de Janeiro), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA-DFDA/RJ) (UFRRJ et al, 2013, p.6-7).

O Rio de Janeiro tem a sua história de construção de uma agricultura alternativa que remete aos anos 70 a partir de movimentos de contestação e “experiências como a ABIO, COONATURA e o GAE, primeiros grupos de contestação a agricultura

convencional com base na utilização de insumos externos, principalmente os agrotóxicos” (ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, [20-], p.1), que somados às primeiras ocupações de terra transformadas em assentamentos geraram as primeiras experiências agroecológicas. Também contribuíram a ASPTA e a “Fazendinha” na EMBRAPA Agrobiologia.

Nas décadas de 80 e 90 ocorreram no Rio de Janeiro vários eventos de articulação nacional que contribuíram para a expansão deste movimento. Entre eles o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA), nos anos 80; o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), em 1984 e o Seminário Nacional de Agricultura Alternativa (SNAA), em 1994), todos com o propósito de promover “a convivência com o meio ambiente a partir de uma agricultura com base ecológica, não desvinculada de preceitos como a organização política dos(as) agricultores(as) e seu desenvolvimento social” (ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, [20-], p.1).

Nos anos 2000 são realizados os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA), sendo o I ENA em 2002, o II ENA em 2006 e o III ENA em 2014. Como forma de preparação e participação nestes eventos, previamente é feito um esforço de sistematização de experiências agroecológicas mobilizando técnicos e agricultores/as. No Rio de Janeiro, atualmente há 100 experiências identificadas. Neste estado também são realizados encontros regionais, trocas de experiências, trocas de sementes e outras atividades que mostram a organização, o compromisso, a luta e a resistência dos agricultores/as agroecológicos e suas organizações (ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO, [20-]).

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro - AARJ é o desdobramento do ‘Grupo de Articulação pró-Encontro Nacional de Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro’ criado em julho de 2005. Este grupo inicialmente articulou os diversos movimentos e organizações da sociedade civil do ‘campo’ agroecológico no Estado do Rio de Janeiro para participação nos debates e atividades da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e consequente participação no segundo Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA) realizado em junho de 2006, em Recife, Pernambuco (UFRRJ et al, 2013, p.5). Recentemente, a AARJ participou de eventos que contribuíram com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio da participação da Conferência Estadual e da I CNATER, e ainda subsidiando legislações do Estado do Rio de Janeiro para a prática de agroflorestas e também para o sistema [sic] de manejo agrícola fundamentado na prática do pousio. Assim, a Articulação tem se constituído como uma rede estadual de promoção da Agroecologia e do desenvolvimento territorial, na medida em que promove debates e reflexão que possibilitam a adequação e implementação de políticas públicas para a agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ et al, 2013, p.6).

- **Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (COOPERATIVA CEDRO)**

Em 23 de maio de 1999, um grupo de 26 profissionais autônomos formados em ciências agrárias e ciências sociais, fundam a Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (COOPERATIVA CEDRO). Desde sua fundação, o referencial de trabalho seguido pela Cedro fundamenta-se na agroecologia, na economia solidária, no cooperativismo e no fomento à autonomia das comunidades assistidas por seus profissionais (COOPERATIVA CEDRO, [2008?]; COOPERATIVA CEDRO, 2014c). A CEDRO é uma filiada da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) (COOPERATIVA CEDRO, 2014e).

A cooperativa almeja ser reconhecida como uma “instituição de referência nacional em projetos e prestação de serviços relacionados à sustentabilidade econômica,

ambiental e social”, tanto rural como urbana. Para tanto, realiza parcerias com organizações públicas e privadas que se aproximem dos seus valores, para o atendimento à agricultores familiares e comunidades tradicionais (COOPERATIVA CEDRO, 2008b). Além das parcerias, a CEDRO interage através de redes. É membro do Grupo Executivo da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) (COOPERATIVA CEDRO, 2014e), discutindo e implementando projetos coletivos como as Caravanas Agroecológicas e realizando a articulação parlamentar pro Agroecologia (COOPERATIVA CEDRO, 2014f).

Sua missão é trabalhar para “promover, de forma participativa, a relação harmônica ser humano-trabalho-natureza, atuando a partir de uma visão cooperativista solidária em parceria com atores que se aproximem dos nossos valores, a fim de promover assessoria técnica, ambiental e social, com ênfase em agroecologia, para a garantia da sustentabilidade em todos os seus aspectos” (COOPERATIVA CEDRO, 2008a, p.1).

Na FIGURA 4 pode ser visualizada a estrutura organizacional da Cooperativa CEDRO.



FIGURA 4. Estrutura organizacional da Cooperativa CEDRO

Fonte: (COOPERATIVA CEDRO, 2014a).

A CEDRO se constitui de uma equipe multidisciplinar de profissionais, das áreas de ciências agrárias, sociais e humanas, que lida de forma diferenciada com os desafios da extensão rural (COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LTDA, [2009?]). Em 2014 a CEDRO contava com 76 profissionais cooperados, com formações de nível tecnológico médio à pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), inseridos em atividades relacionadas aos projetos e/ou à gestão da Cooperativa (COOPERATIVA CEDRO, 2014a). São áreas temáticas de trabalho da CEDRO: os Sistemas Agroflorestais, o Agroextrativismo, a Arborização, os Sistemas Silvopastoris e a Construção do Conhecimento Agroecológico (COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LTDA, [2009?]).

Seu trabalho envolve assessoria técnica, social e ambiental, orientado para a agroecologia e transição agroecológica. Na modalidade assessoria técnica presta serviços como, por exemplo, a elaboração de projetos de financiamento pelo PRONAF e realiza

seus trabalhos em relação direta com os agricultores, em suas unidades de produção, ou com suas organizações (Associações ou Cooperativas). (COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LTDA, [2009?]; COOPERATIVA CEDRO, 2014a; COOPERATIVA CEDRO, 2014e).

Desde 2007 a CEDRO é credenciada no DATER/SAF/MDA para prestar serviços de ATER no âmbito das chamadas públicas federais. Em 2009, no processo de recadastramento exigido pelo DATER, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), do estado do Rio de Janeiro, atestou sua experiência conferindo-lhe o *status* de Organização Credenciada junto ao MDA (COOPERATIVA CEDRO, 2014e).

Sua experiência de trabalho se iniciou com a prestação de serviços para o INCRA, por meio do Projeto LUMIAR de Assistência Técnica à Reforma Agrária, vigente de 1997 a 2000. Com o encerramento do Projeto Lumiar, o INCRA lançou o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), também dedicado aos assentados. Por meio deste Programa a CEDRO atuou em 8 municípios fluminenses, em 8 assentamentos, com um público de 850 famílias (COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LTDA, [2009?]).

Com a promulgação da PNATER (Lei nº 12.188/2010), regulamentada pelo Decreto nº 7.215/2010, surge um novo modelo de contratação de entidades executoras de serviços de ATER pelo MDA, que passam a ser realizadas por meio de Chamadas Públicas (COOPERATIVA CEDRO, 2014b).

Em 2010 executou os serviços da Chamada Pública Nutre Brasil/Nutre Rio, realizada para o oferecimento de serviços de assessoria para Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAPs) jurídicas (para Associações e Cooperativas). A meta era o atendimento a 60 empreendimentos no RJ, mas só existiam 11 empreendimentos no estado. Na Região Serrana participaram Serra Nova e Serra Velha em Nova Friburgo, Associação dos Produtores Rurais de Petrópolis (APERJ), Associação de Apicultores e Meliponicultores de Sumidouro (AAPMELS) e uma Cooperativa em Paraíba do Sul, no Vale do Paraíba (Dados de Entrevista).

Em janeiro de 2010 a CEDRO inicia um Projeto de ATES financiado pelo INCRA, que se estende até dezembro de 2014. Neste projeto prestou assistência a 18 Projetos de Assentamentos, atendendo a 1.302 famílias, por meio de uma equipe formada com 15 técnicos. Os assentamentos atendidos encontram-se localizados em 12 municípios das regiões Norte, Noroeste, Baixadas Litorâneas e Serrana do Rio de Janeiro. São eles: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Itaperuna, Macaé, Rio das Ostras, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São Pedro da Aldeia, Silva Jardim e Trajano de Moraes (COOPERATIVA CEDRO, 2014d).

Em junho de 2013, inicia um projeto financiado pelo MDA, intitulado ‘ATER Sustentabilidade Noroeste’, para realização de assessoria técnica, social e ambiental a 600 famílias de agricultores familiares, no manejo de suas propriedades. A equipe multidisciplinar contava com a participação de 9 técnicos e com parcerias locais, envolvendo organizações dos agricultores e instituições públicas. Neste projeto foram atendidos os municípios de Itaperuna, Natividade, Porciúncula, São José de Ubá e Varre-Sai (COOPERATIVA CEDRO, 2014d).

Em fevereiro de 2014 inicia o Projeto ‘ATER Sustentabilidade Serrana’, financiado pelo MDA, para o atendimento a 900 famílias de agricultores familiares, por meio da assessoria técnica, social e ambiental. A equipe multidisciplinar foi composta por 12 técnicos e contou com parcerias das organizações dos agricultores e órgãos públicos,

como a Embrapa Agrobiologia. Foram atendidos os municípios de Nova Friburgo, Paty do Alferes, Petrópolis e Teresópolis (COOPERATIVA CEDRO, 2014d). Em Teresópolis a CEDRO trabalhou com as comunidades de Água Quente; Vale Alpino; Sebastiana; Imbiú; Bonsucesso; Vieira e Motas (Dados de Entrevista).

Esses dois contratos de 'ATER para Agricultura Sustentável', ainda perduravam em 2015. Em um momento de avaliação conjunta entre MDA e CEDRO sobre estes contratos, a CEDRO expôs sua percepção sobre este trabalho. Relatou avanços com relação à “metodologia dos agricultores experimentadores, unidades experimentais, dias de campo em parceria com Embrapa Agrobiologia, fortalecimento organizacional, acesso a mercados, dentre outros” (COOPERATIVA CEDRO, 2014b, s/p). As dificuldades encontradas extrapolavam as possibilidades de solução por parte da Cooperativa, sendo relacionadas a DAP's vencidas; morosidade na avaliação dos relatórios de serviço e liberação de pagamentos por parte do MDA; dificuldades devido aos prazos estipulados nos cronogramas de serviço que comprometem os ajustes nas atividades contratadas; as diferenças regionais e o desafio sobre a não precarização da atividade extensionista. O MDA, por sua vez, justificou que existem avanços nos condicionantes dos projetos, tais como a inserção de atividades não obrigatórias, o prazo estendido para de três anos de contrato, as atividades fixas no primeiro ano e selecionáveis para os demais, definidos a partir de planos coletivos. Posicionou que uma política pública precisa ser ampla, e deve haver equilíbrio entre os tipos de atividade, já que quanto mais atividades individuais, mais oneroso fica o contrato. As horas técnicas correspondem à aproximadamente 80% dos valores dos contratos. E salientou que a “atividade de ATER passa a ser o braço do Estado junto a Agricultura Familiar, [e] desde 2003 essa política pública vem sendo valorizada” (COOPERATIVA CEDRO, 2014b, s/p) com progressivos aumentos de investimentos públicos.

- **Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural de Teresópolis e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Teresópolis**

Um bom exemplo da atuação da Secretaria de Agricultura de Teresópolis originada do trabalho do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Teresópolis (CMDRST) e da EMATER local, é a criação e regulamentação das Feiras da Agricultura Familiar e da Feira de Produtos Orgânicos em Teresópolis, que serão montadas em 12 espaços públicos e funcionarão de segunda à sábado na cidade. A participação nas feiras depende de uma autorização emitida pela Secretaria de Agricultura, solicitada por meio das Associações de Produtores Rurais, que encaminham a documentação dos candidatos (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2016).

“A política pública de incentivo à produção rural teve início em abril, com o projeto piloto do 1º circuito de feiras 'Vem pra Roça', em parceria com o Escritório Local da Emater” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2016, p.1). A EMATER possui um convênio com a Prefeitura e é parceria nesta iniciativa. “O órgão realizou uma pesquisa, através do Programa Rio Rural, que identificou a dificuldade de comercialização que os produtores enfrentavam” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2016, p.1).

Durante a reunião do CMDRST, em 30 de novembro de 2016, o prefeito municipal assinou o Decreto Municipal 4.817/2016, oficializando a criação e regulamentando as feiras, com o objetivo de ampliar o acesso da população à produtos agrícolas e também aumentar o número de espaços de comercialização para os agricultores. O decreto estipula as formas de comercialização dos produtos, contendo

normas de higiene e dados cadastrais. Com esta medida, o que se espera é organizar o funcionamento das feiras livres e impulsionar a economia rural (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2016).

Os agricultores familiares convencionais e orgânicos apoiaram a iniciativa de criação de espaços de comercialização direta. Para os representantes da AAT e da Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Formiga, Lúcius e Comunidades Vizinhas (APROLUC), a iniciativa representa uma vitória para os agricultores e um avanço que trará segurança para o produtor comercializar e benefícios para o consumidor, que terá acesso a alimentos frescos, orgânicos e da agricultura familiar (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 2016).

3.4 A ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS

Localizado na Região Serrana do Rio de Janeiro, o município de Teresópolis situa-se sob as coordenadas geográficas 22°24'44" de Latitude Sul e 42°57'56" de Longitude Oeste, a 871m de altitude (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [20-]). O município possui uma área de 770,7 km² (FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [2010]).

A história de Teresópolis se inicia com a criação do distrito de Santo Antônio do Paquequer, em 1855, no município de Magé. Em 1891 foi elevado à categoria de vila de Santo Antônio do Paquequer, e desmembrado de Magé. Em 1892 passa a denominar-se Teresópolis. Finalmente em 31 de janeiro de 1893, eleva-se à condição de cidade e sede municipal. Atualmente a divisão territorial do município é constituída de 3 distritos: Teresópolis, Vale do Bonsucesso e Vale do Paquequer (IBGE, [20-]c; FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO, [2011]).

Em 2010 sua população era de 163.746 habitantes, estimada em 173.060 para o ano de 2015, perfazendo uma densidade demográfica de 212,49 habitantes/km² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016b). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,627 em 2002, passando para 0,730 em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016d).

A agricultura é uma das suas principais atividades econômicas. Predominam os cultivos de olerícolas, realizados predominantemente por agricultores familiares, quer sejam proprietários, meeiros ou arrendatários. Os produtos agrícolas mais importantes são a alface, a chicória, a couve, o jiló, a couve-flor, o agrião, o brócolos, o coentro e o pimentão, comercializados localmente e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (SOARES; FREITAS; COUTINHO, 2005).

Em relação ao perfil do Trabalho Rural no Município de Teresópolis, 47,72% dos agricultores trabalham no sistema de parceria, 39,22% são proprietários dos imóveis rurais onde trabalham, 9,8% são arrendatários, 1,96% enquadram-se na categoria 'outros' tipos de relação de trabalho rural e 1,30% são ocupantes de áreas rurais (SOARES; FREITAS; COUTINHO, 2005).

Em relação à escolaridade das pessoas ocupadas na agricultura do município, 64,06% possui o 1º grau incompleto, sendo que 11,77% declararam somente assinar o nome. Em relação ao sexo, 68,21% dos trabalhadores na agricultura são homens com mais de 14 anos (SOARES; FREITAS; COUTINHO, 2005).

Em relação à manipulação de agrotóxicos, 84,7% daqueles que manipulam este tipo de produto químico são homens maiores que 18 anos de idade, 11,44% são mulheres e 3,8% menores de idade de ambos os sexos. Ainda sobre o uso de agrotóxicos, 90,13% dos estabelecimentos rurais admitiram respeitar o prazo de carência⁵⁶, e em 6,58% das unidades produtoras foi observado o desrespeito a essa prática. Cerca de 88,89% dos estabelecimentos agropecuários não utilizam o receituário agrônomo, e grande parte dos entrevistados o desconhece. Os agrotóxicos são comprados nos estabelecimentos comerciais por 82,89% dos entrevistados e a dosagem para a sua aplicação é feita, para 47,36%, de acordo com o rótulo do produto; 22,36% seguem a indicação do vendedor e no caso de 7,23% é próprio agricultor que faz a dosagem do produto para aplicação, seguindo critérios aleatórios (SOARES; FREITAS; COUTINHO, 2005).

Apenas 3,96% dos estabelecimentos possuem um agrônomo responsável pela assistência técnica. A EMATER alcança 28,96% dos estabelecimentos rurais com ATER. E a maioria dos estabelecimentos rurais, cerca de 60%, não recebem assistência técnica de qualquer natureza (SOARES; FREITAS; COUTINHO, 2005).

É neste ambiente que surge a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT). No ano de 2007, um grupo de agricultores orgânicos e apicultores do município, organizados desde 2005 em função da realização de uma feira agroecológica e do movimento de agricultura biológica, fundam a AAT (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, [s/d]).

Os principais objetivos da associação são incentivar e promover a agroecologia, a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população, e a economia solidária (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, 2016).

Atualmente conta com cerca de 50 associados e tem parceria com outras associações de agricultores, de artesãos e diversas instituições governamentais e da sociedade civil (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, [s/d]). A AAT é um membro associado da ABIO.

Trata-se de uma associação civil, com direitos econômicos e sem fins lucrativos, de direito privado, com estatuto legalizado em cartório, e com suas ações orientadas para “para o desenvolvimento sustentável fundamentado na produção orgânica, conforme legislação brasileira, baseada nos princípios da agroecologia, na agricultura familiar, na pequena e média produção agrícola, florestal e nas empresas de pequeno e médio porte, conforme definida na legislação em vigor” (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, 2016, p.1).

A AAT atuará nos seguintes temas: agroecologia, economia solidária, desenvolvimento local sustentável, meio ambiente, organização e participação social, construção e popularização do conhecimento agroecológico, valorização das manifestações culturais populares de gênero, etnia, juventude, educação, comunicação e habitação popular (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, 2016, p.1).

A AAT é gerida por meio de uma coordenação eleita, composta por uma coordenação geral; uma coordenação de administração e finanças; uma coordenação de formação cultural; uma coordenação técnica de produção; uma coordenação técnica de comercialização e uma tesouraria. Também fazem parte da estrutura uma Assembleia Geral e um Conselho Fiscal (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, [s/d]; ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, 2016).

⁵⁶ Período necessário que deve ser respeitado entre a data de aplicação do agrotóxico e a data de colheita do produto, de acordo com critérios técnicos estabelecidos sobre a toxicidade do elemento químico utilizado, para que o produto agrícola seja liberado para o consumo humano.

A associação tem atualmente, aproximadamente 60 associados, tem uma parte que são agricultores e outra parte são processadores. Nem todos vendem na feira. Na feira só tem 30 barracas. A meta é ter 100 barracas, daqui há 5 anos (AGRICULTOR 5, 2017).

A associação promove diversas atividades voltadas à formação e capacitação dos associados visando desde a melhoria dos seus produtos até o fortalecimento e união entre os mesmos. Entre estas atividades encontram-se os mutirões, as visitas do Sistema Participativo de Garantia da Conformidade Orgânica (SPG), oficinas, rodas de diálogo, as trocas da rede de sementes, atividades culturais, a realização da feira entre outras (ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS, [s/d]).

A Feira Agroecológica de Teresópolis foi criada em 2004. Não havia em Teresópolis um espaço para a comercialização de produtos orgânicos e os produtores apresentavam dificuldades na venda de seus produtos. Surgiu então a ideia de organizar agricultores familiares e produtores rurais do município, que já produziam de forma orgânica, para comercializar seus produtos de forma direta na cidade, em um espaço particular, cedido por um produtor rural. Foram convidados os agricultores que eram certificados pela ABIO, porém, outros não certificados também foram convidados a participar, tendo em vista que o requisito para a participação era a produção orgânica.

A feira é realizada duas vezes por semana, e circulam por ela uma média de 400 consumidores por dia. A venda direta elimina os atravessadores e intermediários, e aumentam o rendimento do produtor. Na comercialização direta o contato entre produtores e consumidores estabelece laços de confiança. Os preços são ajustados durante o decorrer da feira. A feira, além de se constituir neste espaço de comercialização e trocas, visa a valorização do conhecimento dos agricultores e do reconhecimento da produção orgânica (SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE TERESÓPOLIS, 2009). “O agricultor pode esclarecer as possíveis dúvidas relacionadas à origem e/ou sistema de produção para o consumidor porque está envolvido em todo o processo produtivo” (CORDEIRO, 2014, pg 44).

Tanto a feira como demais eventos organizados pela AAT são referências no sentido da aproximação que promovem entre os agricultores, técnicos e consumidores. O público encontra diversos produtos:

[...] legumes, frutas, verduras, compotas, ovos, mel, grãos, geleias, café, doces, sucos, mudas, sementes, plantas medicinais entre outros produtos naturais. [...] O grupo comercializa produtos de agricultores certificados de diversas localidades de Teresópolis e dos municípios vizinhos como Guapimirim (CORDEIRO, 2014, pg 44).

Além da feira, outra importante ação da AAT foi a organização de um Banco de Sementes Comunitário. Uma das dificuldades na produção orgânica é relacionada à disponibilidade e qualidade das sementes e materiais vegetativos utilizados. Os Bancos de Sementes são empreendimentos coletivos utilizados como estratégias por agricultores organizados, de forma a possibilitar o acesso a sementes e outros materiais propagativos com qualidade, em quantidades suficiente e no momento adequado ao plantio. Os bancos comunitários de sementes também são estratégias voltadas à segurança alimentar e econômica dos agricultores, já que mantêm um estoque de sementes para a distribuição em caso de perdas severas de produção ou situações climáticas adversas intensas, como secas prolongas por exemplo, que acabem com os estoques de sementes dos agricultores, inviabilizando novos plantios. Nessas ocasiões os agricultores recorrem ao banco de sementes e retomam sua produção. Os Bancos de Sementes *in situ* também contribuem com a adaptação de variedades às condições locais, ampliam a diversidade local e colaboram com a preservação e manutenção do patrimônio genético.

O Banco de Sementes também “é identificado pelos associados como uma atividade sustentável que os auxilia na redução dos custos de produção, uma vez que a

aquisição de sementes comerciais interfere no valor agregado do produto final” (CORDEIRO, 2014, pg 44).

Muitos agricultores familiares buscam a independência em relação às grandes empresas produtoras e distribuidoras de sementes. O plantio das sementes crioulas, variedades locais, remete ao agricultor um retorno às origens. As comunidades tradicionais são mantenedoras da diversidade biológica natural porque realizam práticas agrícolas de baixo impacto, e são guardiãs da biodiversidade e do conhecimento gerado através do seu uso. O conceito de independência não significa retrocesso segundo os produtores, visa garantir a manutenção, resgate, preservação da biodiversidade e promover a sustentabilidade das unidades de produção (CARVALHO, 2003; LONDRES, 2006 apud CORDEIRO, 2014, pg 49).

Para abastecer a feira da AAT, atendendo à demanda dos consumidores, era necessário melhorar o acesso dos agricultores a sementes orgânicas e outros materiais propagativos vegetativos das espécies, variedades e cultivares de interesse aos consumidores e aos agricultores. Dessa forma foi organizado um Banco de Sementes Comunitário com a seguinte estrutura e forma de funcionamento: (1) uma pessoa responsável pela produção, armazenamento, manutenção, teste de germinação, avaliação do comportamento das sementes no solo e distribuição das sementes para os demais associados; (2) uma política envolvendo a reposição da mesma quantidade de sementes levadas, ou superior; vários agricultores multiplicando as mesmas variedades, para em caso de eventuais perdas o material genético não estar concentrado em apenas um produtor; organização de feiras de trocas de sementes, para aquisição de material novo, desconhecido e manutenção de espécies nativas e variedades crioulas (CORDEIRO, 2014).

“Ações como o resgate da cidadania, inclusão social, crescimento como grupo, redução da individualidade, garantia de subsistência, diversificação dos cultivos e segurança alimentar são elementos fundamentais na produção comunitária de sementes da AAT” (CORDEIRO, 2014, pg 47).

Os produtores se sentiram beneficiados com o Banco de Sementes. Alguns agricultores que produziam 1 ou 2 espécies passaram a produzir mais de 30 espécies, diversificando a produção e aumentando o número de produtos para o mercado. As sementes utilizadas pelos agricultores da AAT são adquiridas nas casas agropecuárias, ou compradas pela internet. Ou então adquiridas por meio das trocas de sementes com outros bancos comunitários. A produção de mudas também é realizada com o uso de sementes convencionais, que nem sempre apresentam uma descrição suficiente sobre as formas e épocas de plantio. Tão pouco os agricultores conseguem identificar a origem das sementes que utilizam, ou reconhecem a variedade ou cultivar que estão utilizando para relacioná-la com as condições edafoclimáticas da região. Entre os produtores entrevistados no Núcleo de Teresópolis, 36% não sabia identificar as variedades utilizadas (CORDEIRO, 2014).

A organização do Banco de Sementes e das Feiras de Troca pela AAT, é um dos motivos apontados para explicar o fato do Núcleo de Teresópolis ser um dos que mais utiliza sementes crioulas dentre os núcleos da ABIO. Para este grupo, as maiores demandas quanto à produção de sementes se refere à frequência dos testes de germinação, que precisariam ser mais regulares; a dificuldade de dispor de mão-de-obra ou horas de trabalho para manter as sementes e as condições de armazenamento, beneficiamento, embalagens e a organização interna do Banco que precisam ser melhoradas (CORDEIRO, 2014).

Atualmente, entre as necessidades mais urgentes da ATT está a reorganização do Banco de Sementes, com o aperfeiçoamento do sistema de coleta de sementes, do beneficiamento, da armazenagem, da catalogação das espécies, variedades e cultivares.

Para além da questão do banco, também estão entre as principais necessidades ou dificuldades atuais, manifestadas pela Associação, a realização de capacitações variadas em termos de técnicas e manejo da produção; planejamento da produção; administração e controle financeiro; há grandes problemas com a falta de mão-de-obra para o trabalho; é necessário que haja melhorias na mecanização de que dispõem os associados, em termos de quantidade e qualidade, com equipamentos mais apropriados para o trabalho em pequenos espaços, com mão-de-obra familiar, acessível à economia da pequena produção; são necessárias reformas e melhorias nas condições gerais da feira, tais como um container para guardar o material da feira, reformas no piso, telhado e janelas e também a produção de material de divulgação (Dados de Entrevista).

Por último, no QUADRO 10 se encontra a história da AAT contada por de seus associados do grupo fundador. Optamos por esta forma de apresentação da Associação devido à riqueza e espontaneidade no relato obtido.

QUADRO 10. História da AAT contada por um associado fundador (continua).

Eu sou certificado orgânico desde 1987. Antes disso eu tinha feito feira aqui na cidade, longos anos, feiras convencionais onde eu vendia o produto orgânico. Várias fases, a partir de 83, depois em outro momento em 93, 94, 95. Depois que o local da feira acabou, a feira convencional onde eu já fazia venda de produto orgânico, eu tive uma experiência também com uma distribuidora de produtos orgânicos, a AGRINATURA, que alavancou a produção de produtos orgânicos do município. [Lá] houve certos contatos importantes com pessoas que hoje fazem parte dessa feira [...] que eram fornecedores da AGRINATURA. E eu era gerente de produção da AGRINATURA, a pessoa que fazia o contato com os fornecedores pra combinar a produção. Então a gente tinha essa experiência anterior. Em 2005, um amigo nosso, resolveu fazer num terreno particular, uma feira. E reuniu então, ele era uma pessoa ligada à política, [...] com uma dose de gosto pela coisa em si. Ele não era produtor mas era ligado à isso, e ele nos chamou, nos convidou. Naquela época eu não estava nem comercializando, porque a gente tinha passado por um período tão frustrante em termos de comercialização, que foi o final dos anos 90, início dos anos 2000, um período muito difícil, e a AGRINATURA quebrou e eu estava vivendo um momento de radicalidade em autossuficiência. Vivía dentro do sítio, comercializava pouquinho, fazia uma agricultura de subsistência. E ele nos convidou, e viemos. Dentro da primeira feira é interessante lembrar que a gente trouxe uns instrumentos musicais, era uma feirinha pequena, num terreno particular ali na Carmela Dutra. Daqui deste grupo, somente [3 associados] faziam parte desse grupo inicial. A feirinha era bonitinha, [...] a feira era a semente dessa feira que tá aqui. A música, o ambiente social, era o germen disso aqui. Pra amigos, pra pessoas queridas, muito familiar, então fomos desenvolvendo. [...] em 2007 se tornou Associação Agroecológica de Teresópolis, por necessidade, por todo esse lado humano mas tem o lado institucional também, que a gente guarda. A feira sempre teve, o grupo sempre teve uma confiança no processo democrático de decisões, de decisões coletivas, sempre transparentes, a gente sempre trouxe isso como coisa importante, o processo de desenvolver, então isso foi um sucesso! Um sucesso com uma feira bonita como essa de hoje aí! Que traz essa coisa de que as pessoas são muito respeitadas umas com as outras, solidárias, porque elas têm todas o mesmo valor, a não ser o seu valor especial, porque cada um é muito especial, porque cada um tem seu lado característico, cada um é muito querido por suas especificidades, mas somos todos muito iguais dentro da associação. É transparente isso aqui. Em meados de 2008, a família vendeu o terreno, o dono da bola levou a bola embora e acabou o jogo. Naquela época era o fim de um mandato de uma prefeitura, e o prefeito nos concedeu esse lugar aqui que era um fim de mundo. Um beco, um lugar, esse lugar aqui não é da prefeitura. A prefeitura cedeu um lugar que não é dela, ela é posseira. Que é a Secretaria de Obras ali. Ela não paga nada por isso aqui, ela não paga aluguéis. Isso aqui é totalmente irregular. Então em finais de 2008 a prefeitura nos ajudou em construir o galpãozinho, ela botou algum um material, nós botamos um material, compramos um material, os participantes da época, e começamos aqui. Daí já [chegaram outras pessoas], as bancadas eram muito ruins, rotas [...]. No começo dos anos 2000, fomos chamar [um integrante] que tinha uma ‘pegada’ mais organizacional, uma pessoa que tivesse uma cultura de organização. Foi uma decisão estratégica [convidá-lo] para entrar pra associação. Em 2011 houve a tragédia da grande chuva aqui, onde essa produção se ‘desmilinguiu’! Então [houve a ideia] de convidar o pessoal de Guapi [mirim], pra trazer uma carga de fora, porque a gente não tinha carga. A feira não parou! Com 15 a 20 dias de interrupção, porque os caminhos estavam fechados, a gente estava aqui. Aí veio essa contribuição

Fonte: Elaboração própria.

Dados: Entrevista com Agricultor 4 (2017).

QUADRO 10. Continuação.

maravilhosa do município de Guapi, que deu essa questão climática, de outro clima, outros produtos, garantiu a banana da feira e o lado humano que eles trazem também, são pessoas muito boas pra essa coisa coletiva, são pessoas muito igualitárias, simples. Já nos meados do ano de 2011 nós decidimos tornar a Associação um SPG. Entrar pro sistema da ABIO que tava iniciando. Nós recebemos o convite e por decisão coletiva resolvemos aderir ao Sistema Participativo de Garantia, para ter um selo do Orgânico Brasil. Já era uma associação de normas internas de agricultura orgânica, informalmente nós seguíamos as regras da agricultura orgânica, mas com a mudança, que a ABIO não era mais auditora, nessa mudança nós ingressamos. Esse foi um marco também, que exigiu um outro nível de organização nosso. E sempre pingando novos [associados]. Muito lentamente, porque isso aqui não é um troço rentável. Vender no Rio de Janeiro o pessoal ganhou dinheiro, mas aqui o grande lucro é a qualidade de vida, do trabalho que você tem, pra você se equilibrar nisso e viver bem, uma coisa boa! Próximo ao seu local de trabalho, a valorização humana pelo que você faz pela clientela, seu reconhecimento da onde você for aí no município, você é reconhecido. Então tudo isso faz parte, eu considero que isso tudo é econômico, não é financeiro! Mas isso é um valor. Uma coisa bacana foi quando [nossos representantes] foram no encontro de agroecologia, lá em Juazeiro, e de lá eles trouxeram a inspiração da Rede Ecovida, que é um grupamento muito avançado, muito grande, e regionalmente muito espalhado, que é o nosso problema, que a produção nossa é muito espalhada. O município é grande, você não tem um associativismo de vizinho. O mais próximo de mim está há dez quilômetros. Isso é bem marcante no tipo de organização que nós temos. Nós não temos vizinhança pra poder ajudar num mutirãozinho de plantio, não funciona muito. Foi importante que a Rede Ecovida criou sub-grupos, então nós também constituímos sub-grupos. Isso deve ter sido em 2014, 2015. Então hoje nós temos sub-grupos regionais que se visitam. Outro fato importante na história foi em 2011, nós ganhamos um edital de sustentabilidade do Banco HSBC, no valor de R\$200.000,00 e nós fizemos muitas práticas, boa parte da estrutura de bancadas, o palco, esse parquinho de criança, vieram da grana desse edital. Nós escrevemos esse projeto [...] e prometemos muitas coisas e fizemos muitas práticas. Mutirões, reflorestamento, distribuição de mudas, banco de sementes, o material da feira, oficinas, controle de queimadas, brigada contra incêndios florestais, o equipamento tá aí, fizemos vários combates. Nós nos assalariamos pra administrar o projeto, [...] mas sempre tudo muito exposto, muito aberto. No cômputo geral houve uma concordância que o projeto foi super valioso pra associação. [...] Foi relevante porque vários materiais estão aí presentes. Balanças, as bancadas internas [...] Deu uma estruturada, a feira ficou mais apresentável, pra gente poder receber mais público aqui. Material de divulgação, camisas [...]. E anualmente a gente tem a troca da coordenação, mas tradicionalmente a gente tem feito uma reeleição do coordenador e depois no segundo ano a gente tá forçando a troca, pra manter uma renovação. Não criar o vício do comando. [...] Troca de sementes, troca de materiais, grandes agricultores, uma mistura conscientemente costurada de agricultores tradicionais que migraram pro orgânico, com agricultores neorurais, [...] então a gente tem essa costura que é cuidada, de ter isso, que enriquece muito. Então a gente tem um tecido bem firme, que dentro dessa diversidade de formação, aqui as pessoas são associados. Não tem essa distinção de origem.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações contidas neste capítulo levam a algumas observações, reflexões e considerações que serão aqui apresentadas. A primeira observação é que o conceito de divisões regionais corresponde a uma divisão político-administrativa e, portanto, varia de acordo com o interesse das políticas públicas. Essas divisões podem conter mais ou menos municípios de acordo com a política pública a que se referem. Inclusive o IBGE apresenta diferentes formas de organização, em diferentes escalas. Por exemplo, na sua proposta de divisão em Regiões Rurais para o Brasil, a Região Serrana se insere na Região Rural da Metrópole Nacional do Rio de Janeiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Outra forma de divisão para a gestão de políticas públicas é a que considera a existência de territórios, que nem sempre coincidem e até mesmo extrapolam esses limites político-administrativos. Essa abordagem surgiu visando reduzir os conflitos travados entre projetos divergentes entre si, num ambiente de escassez de recursos. Para isso era necessária a participação dos diferentes segmentos da sociedade, para articular e gerir um

conjunto de recursos em função de um objetivo acordado, que considerassem outros aspectos além dos econômicos, no desenvolvimento destes territórios (DUNCAN, 2010).

A partir dessa nova lógica de gestão de recursos públicos, cabe lembrar que para efeito das políticas públicas vigentes, a Região Serrana não se inclui no Programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e no Programa Territórios da Cidadania (SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS, 2016). No entanto, para efeito da etapa territorial da II CNATER, em 2016, ela foi considerada como um território.

A carência de políticas públicas na perspectiva territorial na região, não impede a existência de diversos territórios e territorialidades, que inclusive se sobrepõe em alguns casos, tendo em vista o território como uma categoria de análise que enfoca o espaço geográfico na ótica das relações de poder (HAESBAERT, 2014). Percebemos a presença de territórios vinculados à reforma agrária e à regularização fundiária, os territórios das microbacias hidrográficas, os territórios das zonas de amortecimento dos parques, os territórios dos circuitos turísticos, os territórios das zonas de exclusão do megadesastre, os territórios vinculados à pesquisa científica, o território da rede agroecológica, o território fabril entre outros possíveis.

O que existe de unificador, nessa multiterritorialidade, é a presença marcante do ‘ambiente de montanha’, com suas áreas preservadas, sua biodiversidade, sua importância ambiental, seu clima, sua beleza, sua fragilidade e limitações que impõe à agricultura e aos outros setores da economia regional. E também é do ambiente de montanha que derivam os potenciais econômicos territoriais, evidentemente em associação aos aspectos culturais com origem no processo histórico de colonização.

Outra unidade que existe nesta diversidade de territórios possíveis, é relacionada à ‘forte presença da agricultura familiar’. Isso se deve em grande parte ao relevo e à organização fundiária em minifúndios, e novamente devido aos fatores culturais já comentados, que por um lado favorecem a organização do trabalho num sistema familiar, e por outro, dificultam o emprego de tecnologias de produção extensivas para o cultivo em grandes áreas, a exemplo dos latifúndios produtores de soja, cana, milho, sorgo, feijão e outros exemplos de produção realizada com uso intensivo de máquinas e agroquímicos. No entanto, não é impossível pensar na viabilidade de setores como os de celulose e madeira, a exemplo do que tem ocorrido no Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, com a introdução de grandes produções voltadas para estes ramos.

A presença da agricultura familiar leva ainda a pensar sobre três outros fatores que demonstram que existe uma unidade na diversidade da Região Serrana. O primeiro é a perspectiva do ‘trabalho não agrícola no meio rural’, compreendendo que o rural excede o que é o agrícola. Nesta região existe um elevado potencial turístico nas áreas rurais e do trabalho não agrícola associado a ele. Da mesma forma, o trabalho gerado pelo setor fabril tem sido uma fonte de renda não agrícola em áreas rurais. Essas fontes de renda são dinamizadoras do espaço rural, na medida que podem colaborar com o aumento da renda das famílias e a oportunidade de fixação de jovens e mulheres no campo, sem que tragam, necessariamente, um impacto negativo à paisagem ou descaracterizem a ruralidade local. Assim, fazem parte de um círculo virtuoso local.

O segundo é a ‘proximidade de um enorme centro consumidor’, que demanda alimentos, lazer e serviços ambientais, em particular a água, que é a região metropolitana do Rio de Janeiro. Esta é uma característica que homogeneiza a Região Serrana como polo produtor de bens de consumo e de serviços, que apresentam um fluxo direcionado ao abastecimento da metrópole e às necessidades da população urbana. Assim, alguns condicionantes do desenvolvimento local, tais como a necessidade da manutenção de

extensas áreas preservadas e inclusive da agricultura familiar, extrapolam a necessidade atribuída à escala regional.

E por último a presença de ‘sistemas de produção intensivos no uso de mão-de-obra’, tais como a olericultura, a criação de peixes e pequenos animais, a apicultura, a pecuária leiteira, a fruticultura, a produção de mudas e plantas ornamentais e os sistemas agroflorestais. Este é outro fator que homogeneiza a região em termos dos aspectos produtivos que demandam ações específicas de ATER.

Cabe observar que o produto interno bruto (PIB) total dos municípios de Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro e Teresópolis tiveram aumentos significativos entre os anos de 2000 e 2012, conforme apresentado anteriormente, que revelam um forte crescimento econômico nestes municípios, nos três setores da economia, agropecuária, indústria e serviços. Porém destacam-se como eixos mais fortes do desenvolvimento os setores da indústria e dos serviços, o que reflete as opções políticas, econômicas e as perspectivas de vida para a população local.

Também, de acordo com o que vimos anteriormente, o Rio de Janeiro é um estado com a população bastante concentrada nas áreas metropolitana e urbanas. Isto gera um peso político significativo para estas áreas, que pressionam por investimentos estruturais (geração de emprego e renda, moradia, transporte, saúde, educação, segurança pública, infraestrutura urbana), pela utilização dos recursos ambientais (água e esgotamento sanitário para citar alguns) e alimentares, entre outros. Podemos dizer que o estado se volta para a metrópole, gerando uma forte tensão entre o centro e a periferia, que disputam projetos e recursos.

Contraditoriamente, nesse contexto de desenvolvimento urbano e regional, as políticas públicas no estado do Rio de Janeiro interessam não apenas no sentido dos benefícios ou direitos que possam trazer aos contextos locais, mas fundamentalmente em atendimento às demandas da metrópole urbana. Desta forma, as áreas de proteção ambiental ‘servem’ ao abastecimento de água, as regiões turísticas ‘servem’ de refúgio e lazer, as áreas periféricas ‘servem’ como espaço de moradia e de reprodução da classe trabalhadora e as regiões de agricultura e pecuária ‘servem’ ao abastecimento urbano. A Região Serrana interessa à metrópole em todos estes aspectos.

Ainda, considerando a proposta de Regiões Rurais do IBGE, onde o espaço geográfico da Região Serrana encontra-se inserido na Região Rural da Metrópole Nacional do Rio de Janeiro, é possível pensar em um território rural da agricultura familiar que ganha importância e força ao extrapolar os limites regionais. Em outras palavras, sua importância como território de agricultura familiar é maior para a metrópole do que como setor econômico para a região. É possível pensar em outras atividades econômicas que permitam o aumento do PIB e do IDH dos municípios da região, no entanto, as atividades industriais, ligadas ao turismo, serviços ambientais (excetuando a produção de água) e a produção de madeira e celulose não alimentam a população, que interesse sobremaneira à metrópole.

Assim, a região ganha importância como produtora de alimentos, provenientes da agricultura familiar. E conseqüentemente, a ATER na região também se torna mais importante do que analisada somente pela perspectiva do desenvolvimento dos municípios. E é nesse sentido que a territorialidade da agricultura familiar pode se expressar para além dos limites político-administrativos dos municípios, da região ou da escala das microbacias hidrográficas. Isto interessa politicamente à agricultura familiar e demanda trabalho à extensão rural, demonstrando estratégias para a ampliação de sua atuação com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar com a implantação de estratégias territoriais mais amplas.

Então temos um território que tem como características ou componentes: (1) o ambiente de montanha; (2) a agricultura familiar e (3) a produção de alimentos, inclusive água, para a metrópole do Rio de Janeiro, podendo então se falar de um ‘Território da Agricultura Familiar de Montanha’ do Rio de Janeiro.

Seria justificável que este território reivindicasse maiores esforços e recursos dos governos federal e estadual, tendo em vista sua importância para a metrópole do Rio de Janeiro. Esses esforços e recursos seriam coerentes para a aplicação na região se direcionados ou condicionados às produções de base sustentável, agroecológica e à agricultura familiar.

Em relação ao conjunto das instituições e organizações que têm atuação regional e local, o fenômeno da interdependência organizacional (CHIAVENATO, 2003) é nitidamente observado nas relações entre estas organizações, por exemplo por meio de convênios, como o da Secretaria de Agricultura de Teresópolis com a EMATER; ou da parceria entre a EMBRAPA NPTA com a EMATER e Cooperativas de Prestação de Serviços; ou ainda nas contratações do MDA em relação à Cooperativa CEDRO; ou na constituição da rede da AARJ. Estes são exemplos da materialização da interinstitucionalidade presente na região, entre as organizações que se envolvem com o tema ATER.

Também percebemos que as formas de organização burocrática têm o seu sentido de existir, e também suas limitações ou distorções. O importante é estar atento para reduzir ou limitar as distorções existentes, como o excesso de documentação ou caminhos e tempo muito longos para serem percorridos na esfera administrativa, quer seja na aprovação, gestão ou liberação de recursos para projetos voltados à agricultura familiar.

Percebe-se um esforço muito grande do conjunto das instituições e organizações envolvidas para promover os meios e as formas para alavancar o desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia, com ações que vão da capacitação à pesquisa; da elaboração à execução de projetos; da articulação política à elaboração de políticas públicas; da ação organizada em espaços públicos de participação ao atendimento técnico direcionado a grupos ou individualizado, com temas que perpassam as tecnologias de produção e beneficiamento, a comercialização, o crédito e outros recursos produtivos, a agroecologia, a segurança alimentar, a recuperação e a regularização ambiental, a manutenção da biodiversidade, a organização dos agricultores, o fomento à participação, a valorização da cultura camponesa, o estímulo à solidariedade e o respeito entre agricultores, técnicos e consumidores.

Assim, estão apresentados os elementos que compõem o sistema de ATER no caso estudado, apontando também seus objetivos e dando uma noção da qualidade, ao menos de parte dos seus serviços, realizados para e com o grupo estudado.

Falta agora verificar se este conjunto é suficiente para atender ou suprir as necessidades dos agricultores pelos serviços de ATER. Isto será tratado no próximo capítulo.

4 CAPÍTULO III:
RESULTADOS SOBRE O SISTEMA DE ATER

4.1 INTRODUÇÃO

Enquanto na Introdução do trabalho e no Capítulo I buscamos identificar e compreender a macroestrutura do sistema de ATER brasileiro e seus principais elementos constitutivos, no Capítulo II trouxemos os elementos objetivos que condicionam a realidade da região e do caso em estudo, apresentando o contexto regional e local (municipal), nos seus aspectos físicos, ambientais e socioeconômicos. Neste esforço de contextualização, apresentamos também o conjunto das principais instituições e organizações que atuam e influenciam de alguma forma a ATER na região, dando exemplos da sua atuação em relação ao caso estudado. Refletimos sobre os conceitos de ‘organização’, ‘burocracia’, ‘rede’ e ‘parcerias’ aprimorando a compreensão sobre as relações interinstitucionais que ocorrem entre estas organizações e também sobre algumas limitações ou distorções inerentes à forma de se organizar. Apresentamos também a Associação Agroecológica de Teresópolis, contando um pouco de sua história, seus objetivos, algumas das suas principais ações e projetos e algumas de suas necessidades mais urgentes, na atualidade.

Este capítulo resgata as três etapas anteriores buscando responder ao terceiro e quarto objetivos específicos propostos por este trabalho de pesquisa:

- Desenvolver um modelo representativo do sistema de ATER do qual a AAT participa, contendo a sua estrutura; os fluxos das relações entre as instituições componentes e, dentro do possível, a intensidade das relações e o grau de importância atribuído a diferentes ações, projetos e serviços pertinentes à ATER;
- Analisar, de forma sistêmica, a estrutura da ATER identificada, a fim de verificar se o conjunto de suas ações atua de forma coordenada para atingir um mesmo objetivo; se as ações são complementares e se têm sido suficientes para suprir a necessidade dos agricultores da AAT por estes serviços, verificando a perspectiva de ATER e de desenvolvimento rural que têm sido implementados a partir dessa estrutura especificada.

Desta forma, o capítulo encontra-se organizado em quatro tópicos. No primeiro será feita uma reflexão sobre o significado de sistema, como um sistema se compõe e se comporta, trazendo um modelo teórico de sistemas para servir de base para o estudo.

Em segundo lugar, fundamentado nesse modelo teórico serão desenvolvidos três modelos representativos de sistemas de ATER, um nacional, um estadual e outro local, considerando as relações interinstitucionais que ocorrem com a AAT, contendo (1) uma estrutura; (2) os fluxos das relações entre as instituições componentes e, dentro do possível, (3) a intensidade das relações e o grau de importância atribuído a diferentes ações, projetos e serviços pertinentes à ATER.

Em terceiro lugar, será verificado se o sistema supre as necessidades dos agricultores por esses serviços e identificado onde se encontram falhas ou insuficiências.

Por fim, será verificada a perspectiva de ATER e de desenvolvimento rural que têm sido implementados a partir dessa noção sistêmica, ao que se segue algumas considerações finais, direcionando o trabalho às conclusões.

4.2 O SIGNIFICADO DE SISTEMA

Segundo Chiavenato (2003), em 1926, Jan Christian Snuts na sua obra *Holismo e Evolução* sustentou que os componentes individuais de um sistema, reunidos para construir uma unidade funcional maior, desenvolvem qualidades que não se encontram

nas suas partes isoladamente. O Holismo é a tese que propõe que o todo é maior do que a soma de suas partes. Na década de 1950, Ludwig von Bertalanffy desenvolveu Teoria Geral dos Sistemas (TGS)⁵⁷, uma teoria interdisciplinar que reconhece a interdependência e necessidade de integração entre as disciplinas. Destas teorias decorre a ideia de que o sistema apresenta características próprias, que não existem nas partes isoladas: “o todo é diferente de cada uma de suas partes” (CHIAVENATO, 2003, p.411).

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) é fundamentada em três premissas básicas: (1) os “*sistemas existem dentro de sistemas*” (CHIAVENATO, 2003, p.474, grifo do autor), assim os sistemas são constituídos de subsistemas ao mesmo tempo em que fazem parte de sistemas maiores, num encadeamento aparentemente infinito; (2) os “*sistemas são abertos*” (CHIAVENATO, 2003, p.474, grifo do autor) e intercambiam energia e informação com o ambiente ao seu redor; e (3) as “*funções de um sistema dependem de sua estrutura*” (CHIAVENATO, 2003, p.474, grifo do autor), já que cada um tem um objetivo específico dentro do ambiente, o que caracteriza sua função na relação com os demais sistemas.

Sistema é um conjunto de elementos dinamicamente relacionados entre si, formando uma atividade para atingir um objetivo, operando sobre entradas (informação, energia ou matéria) e fornecendo saídas (informação, energia ou matéria) processadas. Os elementos, as relações entre eles e os objetivos (ou propósitos) constituem os aspectos fundamentais da definição de um sistema. Os elementos constituem as partes ou órgãos que compõe o sistema e estão dinamicamente relacionados entre si, mantendo uma constante interação. A rede que caracteriza as relações entre os elementos (rede de comunicações entre os elementos) define o estado do sistema, isto é, se ele está operando todas as relações (estado dinâmico ou estável) ou não. As linhas que formam a rede de relações constituem as comunicações existentes no sistema. A posição das linhas reflete a quantidade de informações do sistema, e os eventos que fluem para a rede que constitui o sistema são as decisões. Essa rede é fundamentalmente um processo decisório: as decisões são descritíveis (e mesmo previsíveis) em termos de informação no sistema e de estruturação das comunicações. Assim, no sistema, há um conjunto de elementos (que são as partes ou órgãos do sistema) dinamicamente relacionados em uma rede de comunicações (em decorrência da interação dos elementos), formando uma atividade (que é a operação ou processamento do sistema) para atingir um objetivo ou propósito (finalidade do sistema), operando sobre dados/energia/matéria (que são insumos ou entradas que são recursos para o sistema operar) para fornecer informação/energia/matéria (que são as saídas do sistema). (CHIAVENATO, 2003, p.417).

Então sistema pode ser definido como um conjunto de elementos inter-relacionados que constituem uma totalidade complexa e organizada, com características e objetivos distintos do que o conjunto de suas partes poderiam apresentar e alcançar isoladamente. “É o que chamamos de emergente sistêmico: uma propriedade ou característica que existe no sistema com o um todo e não existe em seus elementos em particular” (CHIAVENATO, 2003, p.475).

Segundo Chiavenato (2003), os sistemas podem ser ‘físicos’ ou ‘concretos’, compostos por exemplo de coisas reais como objetos, ou podem ser ‘abstratos’ ou ‘conceituais’, composto por ideias, planos etc. Podem ainda ser ‘fechados’, quando não

⁵⁷ Segundo Chiavenato (2003), são três os princípios que regem a Teoria Geral dos Sistemas (TGS): o expansionismo, o pensamento sintético e a teleologia. O expansionismo sustenta que todo fenômeno faz parte de um fenômeno maior. Considera a existências das partes, mas foca no todo. Essa visão focada no todo é chamada de ‘abordagem sistêmica’. O pensamento sintético visa explicar o papel que os fenômenos desempenham no todo, já que são vistos como parte de um sistema maior. O que interessa à abordagem sistêmica é juntar, ao invés de separar. Por sua vez, a teleologia que explica o comportamento pelo resultado que produz ou pelo que é seu objetivo produzir. A análise é feita por meio da inter-relação de diversas variáveis que formam um campo dinâmico de forças que produzem uma situação nova, sistêmica.

apresentam intercâmbio com o meio ambiente, ou ‘abertos’, quando apresentam entradas e saídas que fazem o intercâmbio com o ambiente.

Os sistemas apresentam características próprias. São características básicas dos sistemas (1) os ‘propósitos’ ou ‘objetivos’, já que todo sistema tem finalidades a alcançar; e (2) o ‘globalismo’ ou ‘totalidade’, já que os sistemas sempre reagem de forma global aos estímulos produzidos em qualquer uma de suas partes. Assim, qualquer estímulo em qualquer uma de suas partes, afeta o sistema inteiro, que precisará se ajustar. (CHIAVENATO, 2003).

O termo sistema é empregado no sentido de sistema total. Os componentes necessários à operação de um sistema são chamados de subsistemas, que, por sua vez, são formados pela reunião de novos subsistemas, mais detalhados. Assim, a hierarquia dos sistemas e o número de subsistemas dependem da complexidade do sistema. Os sistemas podem operar simultaneamente, em série ou em paralelo. Não há sistemas fora de um meio específico (ambiente): os sistemas existem em um meio e são por ele condicionados. Meio (ambiente) é tudo o que existe fora e ao redor de um sistema e que tem alguma influência sobre a operação do sistema. Os limites (fronteiras) definem o que é o sistema e o que é o ambiente. O conceito de sistema aberto pode ser aplicado a diversos níveis de abordagem: ao nível do indivíduo, ao nível do grupo, ao nível da organização e ao nível da sociedade, indo desde um microsistema até um supra-sistema (sic.). Vai da célula ao universo. (CHIAVENATO, 2003, p.476).

Segundo Chiavenato (2003), os principais conceitos relacionados com sistemas são: (1) ‘Entrada’ (*input*), tudo o que o sistema recebe ou importa do meio exterior para poder operar, quer seja informações, energia ou materiais; (2) ‘Saída’ (*output*), é o resultado final gerado pelo sistema, quer seja produtos, subprodutos ou resíduos; (3) ‘Caixa Negra’ (*black box*), é que o processo que se dá no interior, entre as entradas e as saídas, é desconhecido, só se conhece seus resultados; (4) ‘Retroação’ (*feedback*), é uma comunicação de retorno, visando frear ou estimular as entradas, para adequar o sistema em função de seus objetivos ou padrão estabelecido para seu funcionamento; (5) ‘Homeostasia’, é um equilíbrio dinâmico do sistema e (6) ‘Informação’, é a comunicação sobre um conjunto de dados significativos num certo contexto, e que proporciona orientação às ações porque reduz as incertezas.

Outros dois conceitos são aplicados aos sistemas, no entanto são conceitos tidos como controversos. O conceito de ‘Entropia’⁵⁸, aplicado à comunicação, significa que as partes do sistema que perdem sua comunicação fazem que o sistema se degenera. Para sobreviver o sistema precisa se abrir para receber informações e se reabastecer de energia. Conforme o sistema recebe informação, aumenta a ‘entropia negativa’ ou ‘negentropia’, que ordena o sistema. O segundo conceito controverso é a ‘Sinergia’, ou o trabalho realizado em conjunto que produz um efeito maior do que a soma de seus efeitos observados de forma isolada. “A sinergia é um exemplo de emergente sistêmico: uma característica do sistema que não é encontrada em nenhuma de suas partes tomadas isoladamente” (CHIAVENATO, 2003, p.425).

Outra ideia importante associada aos sistemas, diz respeito a suas restrições ou gargalos. Duas teorias associadas, a Teoria das Filas “que cuida dos pontos de estrangulamento e dos tempos de espera, ou seja, das demoras verificadas em algum ponto de serviço”. (CHIAVENATO, 2003, p.448) e a Teoria das Restrições que salienta que as maiores filas são encontradas na frente dos gargalos, que obstruem e atrasam o processo produtivo, levam ao reconhecimento que os gargalos restringem os sistemas. São as restrições que definem o ritmo e os encaminhamentos do sistema e não os seus pontos de eficiência. “O importante é identificar as restrições, atuar sobre elas no sentido de reduzir

⁵⁸ A segunda lei da termodinâmica que se refere “à perda de energia em sistemas isolados, levando-os à degradação, à desintegração e ao desaparecimento” (CHIAVENATO, 2003, p.424)

os gargalos, subordinar a eficiência do processo aos pontos de gargalo ou engarrafamento” (CHIAVENATO, 2003, p.449).

A Teoria da Restrição ou TOC (*Theory of Constraints*), desenvolvida por Eliyahu Goldratt, reconhece que todo sistema tem uma limitação, de forma análoga à uma corrente que é limitada por seu elo mais fraco. Assim como a corrente resistirá a tensão que o elo mais fraco é capaz de suportar, a capacidade de um sistema é determinada por seu elo mais fraco, ou gargalo. “A ação de intervenção consiste em localizar o elo mais fraco e, em seguida, reforçá-lo. Se os outros elos forem reforçados simultaneamente, haverá um desperdício, uma vez que é o elo mais fraco que determina o limite da capacidade do sistema” (TAVARES, 2010, p. 236).

Entre os conceitos destacados anteriormente, alguns podem ser usados como parâmetros para caracterizar os sistemas. São eles as ‘Entradas’, as ‘Saídas’ e a ‘Retroação’ (*feedback*). Outros parâmetros igualmente importantes para caracterizar os sistemas são: o ‘Processamento’ ou processador ou transformador (*throughput*) que é o mecanismo por meio do qual ocorre a conversão das entradas em saídas e o ‘Ambiente’, que é o meio que envolve externamente o sistema (CHIAVENATO, 2003).

As organizações se enquadram na definição de um sistema aberto:

o sistema aberto ‘pode ser compreendido como um conjunto de partes em constante interação e interdependência, constituindo um todo sinérgico (o todo é maior do que a soma das partes), orientado para determinados propósitos (comportamento teleológico orientado para fins) e em permanente relação de interdependência com o ambiente (entendida como a dupla capacidade de influenciar o meio externo e ser por ele influenciado)’ (CHIAVENATO, 2003, p.479, grifo do autor).

Assim, um sistema aberto é caracterizado por realizar trocas com o ambiente e ao mesmo tempo manter um estado de conservação constante, num mecanismo de auto regulação, apesar das entradas de matéria e a energia, que passam a integrá-lo, estarem em constantemente renovação (CHIAVENATO, 2003). Na FIGURA 5 está exemplificado um modelo geral de um sistema aberto.

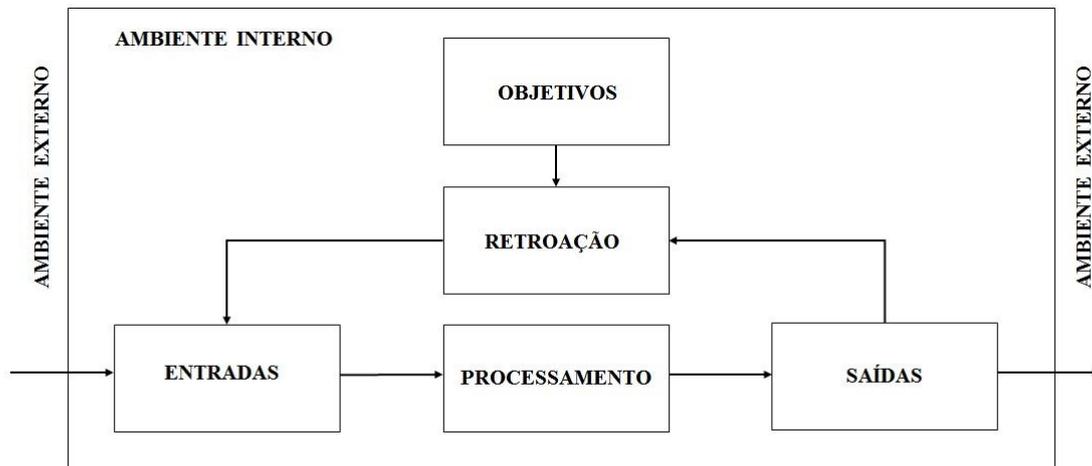


FIGURA 5. Modelo geral de sistema aberto.

Fonte: Elaboração própria, adaptado de Chiavenato (2003); Análisis y Diseño de Sistemas de Información (2012).

A organização é um sistema criado pelo homem e mantém uma dinâmica interação com seu meio ambiente, sejam clientes, fornecedores, concorrentes, entidades sindicais, órgãos governamentais e outros agentes externos. Influi sobre o meio ambiente e recebe influência dele. Além disso, é um sistema integrado por diversas partes ou unidades relacionadas entre si, que trabalham em harmonia umas com as outras, com a finalidade de alcançar uma série de

objetivos, tanto da organização como de seus participantes (CHIAVENATO, 2003, p.479, grifo do autor).

Segundo Chiavenato (2003), as organizações possuem as seguintes características de sistemas abertos: (1) ‘Comportamento probabilístico e não-determinístico’, que depende de variáveis ambientais, portanto não controláveis, assim, seu comportamento não é totalmente previsível; (2) ‘Organizações são partes de uma sociedade maior e constituídas por partes menores’, ou seja, são sistemas dentro de sistemas; (3) ‘Interdependência das partes’, a mudança em uma de suas partes afeta as demais; (4) ‘Homeostase ou estado firme’, é um estado de equilíbrio dinâmico que leva o sistema a atingir os objetivos mesmo com as alterações no ambiente, que necessita de comprometimentos com os fins almejados e adaptabilidade, ao mesmo tempo.; (5) ‘Fronteiras ou limites’, delimita o que pertence e o que não pertence ao sistema ou subsistema; (6) ‘Morfogênese’, é a capacidade que as organizações tem, enquanto sistema, para se auto ajustar em função de corrigir erros; (7) ‘Resiliência’, é a capacidade de superar distúrbios externos, superando essas perturbações (CHIAVENATO, 2003).

4.3 MODELOS REPRESENTATIVOS DE SISTEMAS DE ATER

A partir da fundamentação teórica apresentada, serão desenvolvidos dois modelos representativos de sistemas de ATER, um nacional e outro local, que levará em consideração as relações interinstitucionais que ocorrem com a AAT.

“Os modelos – sejam físicos ou matemáticos – são fundamentais para a compreensão do funcionamento dos sistemas. Modelo é a representação simplificada de alguma parte da realidade” (CHIAVENATO, 2003, p.418). O que significa que um modelo não é a realidade em si, mas uma forma de organização didática para melhor compreendê-la. É uma aproximação, portanto passível de constantes aperfeiçoamentos. É nesse sentido que apresentamos os modelos a seguir.

Na construção desses modelos serão levados em consideração os seguintes aspectos:

- uma ‘estrutura’, considerando os elementos constituintes (partes ou órgãos do sistema); as entradas (dados/energia/matéria); a atividade (operação ou processamento do sistema); as saídas (dados/energia/matéria) e os objetivos (finalidade do sistema);
- os ‘fluxos direcionais das relações’ entre os elementos componentes, a rede de comunicações existente (relacionamento entre os elementos do sistema) expressa graficamente por linhas;
- a ‘intensidade das relações’ e o grau de importância atribuído a diferentes ações, projetos e serviços pertinentes à ATER, definindo o estado do sistema, se está ou não operando todas as relações (dinâmico ou estável).

4.3.1 Modelo Representativo do Sistema de ATER Nacional

Podemos entender o Sistema Nacional de ATER como um ‘sistema aberto’, composto da seguinte forma:

- **Ambiente Externo:** Agronegócio; Política Macroeconômica; Política Agrícola; Relações Internacionais; Concentração Fundiária; Especulação Imobiliária; Dicotomia Campo-Cidade; Pressão das Metrôpoles; Crise Ambiental; Agrotóxicos; Concentração de Renda; Masculinização e envelhecimento da população do campo; Precariedade das infraestruturas básicas de educação, saúde, transporte e redes de acesso; Violência no Campo; Movimentos Sociais; Agroecologia; Cultura; Conhecimentos Populares; Solidariedade; outros.

- **Objetivos (da PNATER):** promover o desenvolvimento rural sustentável; promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários (agricultura familiar); construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade; aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção; apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; promover a integração da ATER com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (BRASIL, 2010b).
- **Entradas de Recursos (no SIATER):** Ação Programática de Metodologia e Comunicação do PRONATER: origem orçamento da união - PPA; gestão da Coordenação de Gestão do SIBRATER/DATER/MDA; Ação Estratégica para desenvolvimento tecnológico aplicado à Agr. Familiar e Agroecologia: origem Parceria MDA/CNPq, por meio do Programa de ATER - PPA (orçamento da união); Ação Estratégica para formação de extensionistas no âmbito da extensão universitária: origem Parceria MDA/MEC por meio do PROEXT/MEC, outros possíveis.
- **Entradas de Demandas (no SIATER):** Conferências de ATER (nacional, estaduais, municipais e temáticas); Sociedade Civil Organizada; Redes de ATER.
- **Elementos (do SIATER) na esfera federal:** CONDRAF; COMITÊ NACIONAL DE ATER; MDA; DATER; ANATER (EMBRAPA ETC); SIATER; Fundo Público Nacional (não implementado).
- **Elementos (do SIATER) nas esferas estadual e municipal:** CEDRS; Câmaras de ATER; CMDRS; Secretarias de Agricultura; EMATERS; Fundos Públicos (Estaduais, Municipais).
- **Elemento (do SIATER) - Organizações Participantes:** Redes de ATER (Temáticas, Pesquisa); Organizações de Agricultores (Movimentos, Sindicatos, Cooperativas, Associações); Organizações de Apoio à Agricultura Familiar e Prestação de Serviços de ATER (ONGs, Cooperativas de Serviço, Escritórios Técnicos, Associações, Organizações Profissionais); FASER; ASBRAER.
- **Saídas (do SIATER):** Projetos técnicos implementados; Serviços de ATER realizados; Inovações técnicas e metodológicas desenvolvidas; Agentes Formados; Informações Compartilhadas.
- **Retroalimentação (do SIATER):** INDICATER; Conferências de ATER (nacional, estaduais, municipais e temáticas); CONDRAF; Comitê Nacional de ATER.
- **Indicadores (do SIATER):** organização social e comunitária; renda; acesso a recursos naturais; qualidade de vida; segurança alimentar; questão ambiental; gênero, geração e etnias; concepção pedagógica; instituição e quadro profissional;

recursos tecnológicos e de gestão; relações de ATER com outras políticas públicas.

- **Canais de Informação:** Serviços de ATER; Redes de ATER; Portal Comunidades da Agricultura Familiar, Conselhos e espaços de participação; Organizações populares; Portal da Transparência.
- **Ampliação e Aperfeiçoamento (do SIATER):** Realização de Convênios com Estados; Parcerias com Órgãos Públicos; Aperfeiçoamento da legislação; Captação de recursos; Gestão política.

Na FIGURA 6 está demonstrado um modelo representativo do Sistema de ATER Nacional.

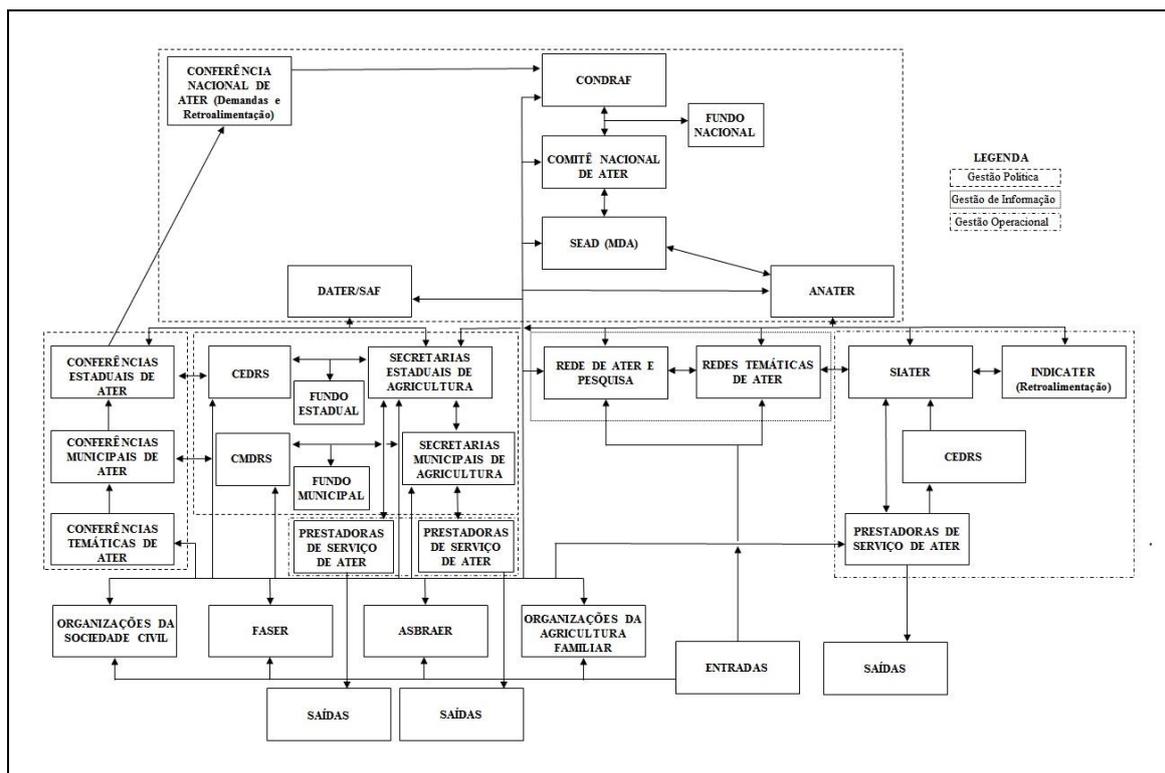


FIGURA 6. Modelo representativo do sistema de ATER nacional

Fonte: Elaboração própria.

Obs. 1. Os Fundos podem existir, mas nem sempre existem.

Obs. 2. As Prestadoras de Serviços de ATER podem ser públicas ou privadas.

Obs. 3. As Organizações da Agricultura Familiar englobam Movimentos, Cooperativas, Associações, Sindicatos e outros.

Obs. 4. As Organizações da Sociedade Civil englobam ONGs, Cooperativas, Organizações Profissionais e outras.

Obs. 5. A ANATER é envolvida na Gestão Política e na Gestão Operacional.

4.3.2 Modelos Representativos dos Sistemas de ATER Estadual e Local

A seguir serão detalhados dois sistemas de ATER, o sistema Estadual do Rio de Janeiro e a estrutura e organização de um sistema de ATER local, na Região Serrana do Rio de Janeiro, envolvendo a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT).

Podemos entender estes Sistemas de ATER, também como um ‘sistema aberto’, compostos da seguinte forma:

- **Ambiente Externo:** Idêntico ao nacional, acrescido das particularidades estaduais, municipais, regionais e locais. As principais particularidades são referentes às políticas públicas estaduais e municipais, e os condicionantes socioeconômicos, ambientais e culturais que caracterizam a região e foram descritos no Capítulo II.

- **Objetivos (do PEATER-RJ):** Implementar ações de ATER no Estado do Rio de Janeiro, em consonância com a PNATER; buscar o desenvolvimento rural sustentável, fundamentado na agroecologia e no controle social; ampliar e qualificar os serviços de ATER voltados à Agricultura Familiar; Promover a inclusão social e ampliação da cidadania por meio de ações integradas nas dimensões de gênero, geração, raça e etnia; apoiar e qualificar ações de ATER de diferentes agentes; apoiar ações que gerem trabalho e renda; estimular a aproximação entre produtores e consumidores; privilegiar circuitos curtos de comercialização; estimular a participação dos beneficiários do PEATER-RJ nas suas ações; promover a articulação dos serviços de ATER pública, estatal e não estatal; apoiar novas redes e arranjos institucionais (SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR et al., 2006).
- **Entradas de Recursos:** Fundo Estadual de ATER; Fundos Municipais de ATER ou de DRS; Programas Estaduais (em especial Rio Rural); Fundo Nacional de ATER; PRONATER (Chamadas Públicas); captação de recursos via Ministérios; Agências de Cooperação Internacionais; orçamento do Governo do Estado e dos Municípios; Plano Safra, orçamento de organizações públicas (empresas, universidades), recursos dos agricultores (associações).
- **Entradas de Demandas:** Conferências de ATER (estadual, municipal); Sociedade Civil Organizada; Rede Estadual de ATER; Fórum Estadual de ATER.
- **Elementos nas esferas estadual e municipal:** CEDRUS; Câmara Técnica de ATER; Comitê Gestor de ATER; CMDRS; Secretarias de Agricultura (Estadual, Municipal); EMATER; Programas de Fomento, Fundos Públicos (Estadual, Municipal); Universidades; Empresas de Pesquisa; Programas.
- **Elemento - Organizações Participantes:** Fórum Estadual de ATER; Redes de ATER (Temáticas, Pesquisa); Organizações de Agricultores (Associação); Organizações de Apoio à Agricultura Familiar e Prestação de Serviços de ATER (ONGs, Cooperativas de Serviço, Escritórios Técnicos, Associações, Sindicato, Sistema S, Clubes).
- **Saídas:** Projetos técnicos implementados; Serviços de ATER realizados; Inovações técnica e metodológicas desenvolvidas; Agentes Formados; Informações Compartilhadas.
- **Retroalimentação:** Conferências de ATER (estaduais, municipais); CEDRUS; Fórum Estadual de ATER; Comitê Gestor de ATER; CMDRS.
- **Indicadores (do PEATER-RJ):** são apontados os parâmetros de abrangência; mudanças tecnológicas; padrões tecnológicos; integração às cadeias produtivas; integração aos mercados; desenvolvimento sustentável; participação das organizações nos projetos e nos conselhos.
- **Canais de Informação:** Serviços de ATER; Redes de ATER e Pesquisa; Conselhos e espaços de participação; Organizações populares.
- **Ampliação e Aperfeiçoamento:** Realização de Convênios com Municípios; Parcerias com Órgãos Públicos; Aperfeiçoamento da legislação; Captação de recursos; Gestão política, criação de Fundo, melhorar canais de informação à população (Estaduais e Municipais), criar indicadores para avaliação do sistema.

Na FIGURA 7 está demonstrado o modelo representativo do Sistema de ATER Estadual do Rio de Janeiro.

QUADRO 11. Saídas do sistema de ATER local, em função da AAT (continua).

CATEGORIAS DE AÇÕES	SAÍDAS (AÇÕES)	ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Oficinas; Trocas de Experiências; Caravanas; Palestras; Visitas Técnicas; Dias de Campo; Seminários; Congressos; Produção de Material Didático e outros. <u>Temas Transversais / Temas Geradores:</u> Gênero; Juventude Rural; Educação Ambiental; Organização e Associativismo; Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Cultura e Saberes Locais	AAT; EMBRAPA Agrobiologia, Alimentos, Solos e NPTA; CFAAO e Fazendinha do Km 47; UFRRJ; NIA Rural; PESAGRO / CEPAO; ABIO/SPG; Conferências de ATER e Encontros de Agroecologia.
COMERCIALIZAÇÃO	Acesso a mercados institucionais; certificação orgânica, inspeção e relatórios de vistoria; apoio à comercialização local e direta; agroindustrialização e processamento da produção; planejamento e organização da produção e outros.	AAT; EMATER; CMDRST; Clubes; Sistema S; ABIO/SPG.
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	Aproximação com ITERJ; estabilidade produtiva e documentação para acesso à políticas públicas.	CEDRO; CMDRST
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Diálogo com Parques para gestão das áreas de entorno; Regularização Ambiental; Gestão de Recursos Hídricos; Conservação de Solo; Recuperação e Manejo de Microbacias Hidrográficas; Saneamento; Recuperação de Áreas Degradadas; Reflorestamento de Matas Ciliares e APPs, Conservação e Recuperação de Nascentes; Formação de Reserva Legal e outros.	AAT; Conselho do PARNASO; EMBRAPA Agrobiologia, Solos e NPTA; Rio Rural; EMATER; ABIO/SPG; CEDRO.
PESQUISA	Geração e Difusão de Tecnologias Apropriadas; Unidades de Pesquisa Participativa.	AAT; EMBRAPA Agrobiologia, Alimentos, Solos e NPTA; UFRRJ; PESAGRO / CEPAO.
TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO	Manejo e Controle Fitossanitários; Nutrição e Saúde Animal; Instalações Animais e Manejo Zootécnico; Autonomia Produtiva; Manejo e Conservação de Solos; Manejo de Irrigação, do Uso da Água e Efluentes Líquidos; Produção de Insumos Orgânicos; Produção de Defensivos Naturais, Caldas e Extratos de Plantas; Produção de Mudas Orgânicas; Banco de Sementes e Materiais Vegetativos; Produção de Sementes; Produção em Estufas; Construções Rurais; Adequação e Viabilidade das Áreas de Produção; Manejo da Produção; Boas Práticas no Processamento e Agroindustrialização de Alimentos; Sistematização das Áreas de Produção e Planejamento Produtivo.	AAT; EMBRAPA Agrobiologia, Alimentos, Solos e NPTA; Chamadas Públicas de ATER; UFRRJ; PESAGRO/CEPAO; ABIO/SPG.

Fonte: Elaboração própria.

QUADRO 11. Continuação.

CATEGORIAS DE AÇÕES	SAÍDAS (AÇÕES)	ORGANIZAÇÕES PROMOTORAS
FOMENTO PRODUTIVO	Crédito para Custeio e Investimento na Produção; Programas de Fomento; Recursos à Fundo Perdido, Projetos para Captação de Recursos, Infraestrutura Produtiva.	AAT; Rio Rural; SEAPEC / Programas Estruturantes e Setoriais; EMATER; CMDRST.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR	Assistência Técnica Individual e em Grupo; Elaboração de Projetos Técnicos.	EMATER; Prestadores de Serviços de ATER Particular; ABIO/SPG; AAT.
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	Fortalecimento do Associativismo; Direitos Sociais e Trabalhistas; Cidadania; Acesso à Políticas Públicas; Participação em Espaços de Decisão; Participação em Conferências e outros eventos com caráter organizativo de classe.	AAT; NIA Rural; CMDRST; Conselho da Mulher; Sindicatos; AARJ; ABIO; Conferências de ATER e Encontros de Agroecologia.
CULTURA; TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA E GERAÇÃO DE RENDA	Artesanato; música; produtos processados; atravessadores ou intermediários e outros.	EMBRAPA Alimentos; AAT.

4.4 POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES DO SISTEMA

A terceira etapa da pesquisa se refere à análise dos dados coletados por meio de entrevistas. As informações gravadas foram transcritas e após inúmeras escutas e a fim de identificar e eliminar distorções, informações confusas e incompletas. A partir desse esforço, os dados de interesse foram selecionados e categorizados, de acordo com suas similaridades, identificando padrões para a análise.

4.4.1 Análise das entrevistas

A seguir apresentamos as categorias e subcategorias que apoiam a análise das entrevistas realizadas com os agricultores da AAT. A partir da manifestação dos agricultores é possível agregar uma dimensão qualitativa às ‘ações’ ou ‘saídas’ verificadas no sistema, apresentadas anteriormente no QUADRO 11 Saídas do sistema de ATER Local, em função da AAT.

Inicialmente foi feito um esforço teórico em ordenar os diferentes componentes da extensão rural, temas amplos e relevantes que recorrentemente fazem parte das ações extensionistas. A estes temas chamamos de categorias. Estas categorias foram ainda subdivididas em temas mais específicos que ajudam a compô-las, que são subcategorias.

No QUADRO 12, apresentamos as categorias e subcategorias de análise a partir das quais é possível compreender a relação existente entre a extensão rural e as diversas atividades empreendidas pela Associação Agroecológica de Teresópolis.

QUADRO 12. Categorias e subcategorias para a análise da relação entre a extensão rural e as atividades da AAT.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
ADMINISTRAÇÃO	Planejamento
	Organização de Informações e Dados
	Custos de Produção
COMERCIALIZAÇÃO	Certificação Orgânica na Comercialização
	Comercialização Local e Direta
	Acesso a Mercados Institucionais
	Processamento da Produção e Trabalho Não Agrícola
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	Visão Estratégica
	Associativismo
	Participação em Espaços de Decisão
	Participação em Redes e Eventos com Caráter Organizativo
	Parcerias
	Comunicação
	Cultura
	Gênero
	Juventude Rural
	Seguridade Social e Direitos Trabalhistas
Segurança Alimentar	
TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO	Material Propagativo
	Fertilizantes
	Mudas Orgânicas
	Produção de Caldas
	Pesquisa
FOMENTO À PRODUÇÃO	Fomento
	Crédito
	Infraestrutura
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	Atividades de Formação e Capacitação
	Outras Atividades Formativas
	O SPG como Atividade de Formação
	Resultados da Formação
	Formação para a Expansão da Agroecologia
SERVIÇOS DE ATER	A ATER Desejada
	A ATER Disponível
	A Responsabilidade sobre a ATER
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Adequação Ambiental
	A Relação com o PARNASO
A QUESTÃO FUNDIÁRIA	Regularização Fundiária
	Reforma Agrária
	A Relação com a Sustentabilidade
	Aproximação com o ITERJ

Fonte: Elaboração própria.

A partir das entrevistas realizadas pudemos observar as situações apresentadas a seguir.

4.4.1.1 Organização social e política

A organização social e política são fatores com destacada relevância na visão institucional da AAT, e que merecem ações propositivas para a continuidade e ampliação

das iniciativas dessa natureza, quer seja por parte dos próprios associados ou de parcerias estratégicas que desenvolvam ou deem continuidade ao que já vem sendo implementado.

A participação em espaços de decisão e elaboração de políticas públicas, a participação em eventos que possibilitam a construção, o fortalecimento e a ampliação do movimento agroecológico e da agricultura familiar, a consolidação do associativismo e das relações humanas de solidariedade, de valorização do rural e da população do campo, quer sejam homens, mulheres, jovens, idosos ou crianças são exemplos dessas iniciativas.

As dificuldades encontradas pelos camponeses para conseguirem se organizar, em termos de reivindicações e luta, é histórica. Obstáculos como o isolamento e entraves na comunicação dificultam esta organização. Sem que haja organização política as massas camponesas são obrigadas a submeter suas questões específicas para representações urbanas. Desta forma, ainda permanece válida a concepção de que sem que haja organização, os camponeses são apenas um conjunto sem expressão, com o mesmo significado que tem uma porção de batatas dentro de um saco, o de ser apenas um conjunto de batatas. Os camponeses sem organização política não são classe, são apenas um conjunto de camponeses reunidos, sem fins nem propósitos.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles (sic.) um intercâmbio mútuo. Êsse (sic.) isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente [...] e pela pobreza dos camponeses. [...] A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que separam umas das outras, e opõe o seu modo de vida, os seus interesses (sic.) e sua cultura aos das outras classes da sociedade, êstes (sic.) milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses (sic.) não cria entre êles (sic.) comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente (sic.), incapazes de fazer valer seu interesse (sic.) de classe em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre (sic.) êles (sic.), como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade. (MARX, 1986, p.115-116).

Aí reside a importância da organização social e política dos agricultores familiares camponeses, fazer valer seus interesses na sociedade, como sujeitos nesse processo de decisão sobre as suas vidas. A seguir apresentaremos alguns aspectos que ajudam a compor essa organização social e política da AAT.

- **Visão Estratégica**

Como a AAT se percebe perante a sociedade é um fator relevante para seu posicionamento frente aos contextos e relações dos quais faz parte. O primeiro fator é a percepção sobre si mesma como um exemplo para o desenvolvimento local e regional, que se insere em um contexto de um frágil ambiente de montanha, cercado por parques e com uma forte presença da agricultura familiar. A AAT representa um modelo de agricultura sustentável e viável para o pequeno produtor e para o consumidor que deseja saúde e pretende colaborar com a sustentabilidade ambiental e social.

Como somos uma associação de produtores orgânicos a importância de mostrar que é possível a gente fazer uma agricultura diferenciada, uma agricultura limpa, uma agricultura melhor. E mostrar que a produção a gente

consegue colher com boa qualidade, de ter um produto que não fica a dever nada para o convencional, e de mostrar pra outras pessoas que vão seguindo esse exemplo, que vê a gente produzindo, vê que é possível (AGRICULTOR 1, 2017).

Esta importância é devido à qualidade da sua inserção na realidade local e ao fenômeno de multiplicação dessa iniciativa, e não à sua expressão quantitativa em relação ao total dos agricultores familiares do município e da região.

Se for pensar no município, em Teresópolis todo, [de acordo com] dados da EMATER, acho que são 4 mil famílias de agricultores. E nós somos 70 associados, então é muito pequeno ainda, em termos numéricos. Por outro lado, esses termos numéricos já cresceram muito, uma coisa de dois anos pra cá triplicou de tamanho. [...] E a quantidade de gente que chega, todo mês tem novas pessoas chegando, pedindo, querendo entender, querendo conhecer a associação, e entrando no sistema, no SPG e entrando na feira. A feira crescendo muito, o consumidores locais aqui, a gente tá vendendo pra Teresópolis, as pessoas conhecendo cada vez mais a feira e a feira crescendo de tamanho, de produtores, de consumidores, a gente agora acabou de pedir mais cinco barracas, porque tem pouca barraca, os produtores na fila já pra barraca. A gente sabe que talvez seja pequeno, mas o quanto que a questão qualitativa e nesses lugares que a gente ocupa também, os conselhos que a gente falou e de outros lugares, outros espaços, enfim, cada sítio na roça é um lugar de diálogo com o entorno (AGRICULTOR 2, 2017).

Nesse processo de influência e multiplicação dessa experiência positiva, nos contextos local e regional, o reconhecimento da AAT como organização de Utilidade Pública torna-se uma ferramenta valiosa para a inserção e o peso político da associação, no sentido de espriar suas ideias e formas de compreender o universo rural.

O caráter da utilidade pública, ele é um reconhecimento do município. Foi através da Câmara dos Vereadores que a gente conseguiu essa utilidade pública, que reconhece esse caráter da associação de comercialização direta dos produtores, o reforço à economia municipal, à cultura, à educação alimentar e nutricional, então isso [...] foi um reconhecimento do município que a gente tem essa utilidade pública. Esse documento, esse reconhecimento acaba que [...] a gente tem um papel forte dentro dos conselhos, de representantes [...], isso num momento que a gente coloca uma palavra com uma força maior, uma palavra que se difunde mais, tem mais peso, não é um bando de maluco que tá fazendo uma feirinha ali, é gente que tá interessada em dialogar. Então eu acho que nesse diálogo a gente ganha mais força, deixa de ser os pequenininhos [...] e tamo falando de igual pra igual (AGRICULTOR 2, 2017).

Esse espriamento das ideias e ideais representados pela AAT, estão longe de ter finalidades competitivas, meramente visando a ampliação de mercados e lucros. Antes que isto, a associação se preocupa com a solidariedade e com a inclusão de outros agricultores e com o respeito ao consumidor, sendo também um exemplo de ética nas relações que estabelece, contribuindo positivamente com a sociedade, no atual estágio de deterioração das relações humanas que se encontra, e que presenciemos rotineiramente por meio dos canais de comunicação que chegam nos lares e ajudam a criar uma cultura de medo, de incapacidade, de naturalização da violência, de degradação ambiental e social. Assim, a associação representa para o associado ‘um poder’ para construir uma sociedade diferenciada, que propõe uma relação ética e solidária entre os agricultores e entre estes e os consumidores.

O poder da gente de ter, de ser certificado pela ABIO [...], recentemente a gente conseguiu junto com a prefeitura e a agricultura familiar novos pontos de feira na cidade, a gente tem conseguido expandir esse trabalho, [...] hoje temos o título de uma associação de utilidade pública, e isso é coisa de nos ajudar, ajudar os outros agricultores, aqueles que querem, que estão chegando, que estão querendo fazer conversão ou que estão querendo produzir. Então o papel da associação hoje é bastante importante pra gente, no sentido de nos reunir,

de querer fazer um trabalho cada vez melhor, com fiscalização, com apoio nessa prática da gente se fiscalizar, pros nossos consumidores, os nossos clientes, terem garantia de ter um alimento de qualidade (AGRICULTOR 1, 2017).

Essa solidariedade não é meramente um discurso e está entranhada nas relações internas da AAT, faz parte da sua cultura organizacional.

a gente fazer esse trabalho e saber o que que tá acontecendo, com a pessoa em si. Então essa é a preocupação de um com o outro, de como é que você tá, [...] na questão da pessoa mesmo, de amizade, de se preocupar um com o outro. É bacana na associação! A gente, se tem alguém com dificuldade, se tem alguém que tá precisando de alguma coisa, como que ele tá psicologicamente, aquela coisa de ser amigo mesmo, de contar um com o outro. As partes de quando faz os mutirões, de ajuda um ao outro, nessa questão aí, é muito bacana! Não só na parte social, ah tem uma festinha na casa de um de outro, que você tá sempre participando... [O fenômeno dessa amizade] É interessante! (Agricultor1).

Tem uma coisa muito amiga, muita amizade entre essas pessoas, principalmente entre as pessoas que estão aqui na feira, é uma coisa que tem essa liga dos afetos e isso fortalece cada projeto que a gente tenta implementar isso dá força pra coisa acontecer (Agricultor 2).

Talvez você perceba isso na nossa feira, que o ambiente de nossa feira é bem diferente de outras feiras. É muito mais amigável, familiar, a gente sente, o pessoal conversa, discute, e não é tão competitivo como numa feira somente com dinheiro, somos uma família, somos amigos, acho muito legal! (AGRICULTOR 5, 2017).

Essa solidariedade e amizade é a base da união da associação, necessária para o enfrentamento das dificuldades e preconceitos com que se deparam para a realização de seus objetivos e que se configuram como o alicerce da resistência desses agricultores no campo, para que possam continuar a viver e produzir, para se alimentar e alimentar a parcela urbana da sociedade.

Eu vejo dessa forma, da gente tá cada vez mais junto, cada vez mais forte. Da gente poder estar sempre fortalecido, porque a gente, nós somos uns produtores que a gente é muito massacrado pelo sistema! Esse sistema de convencional, de que você tem que produzir, de que você tem que ter, e até mesmo que a gente tem que fazer igual aos outros, igual a todo mundo, que trabalham de forma diferente. Porque a gente é visto desse jeito. Como é que os agroecológicos são visto até hoje, com um certo preconceito de que são um bando de maluco, ou então que não querem saber de nada, que vivem na sombra, que vivem desse jeito cultivando coisa no meio do mato, e não é bem assim. A gente procura tá sempre junto, se fortalecendo, pra tá forte e mostrar pros outros que não é isso que a gente vive, que não é dessa forma também que a gente é. A gente procura fazer também o de melhor com a natureza, mas não é só isso. Então eu acho que o importante da gente estar sempre junto, estar sempre formando, é estar tendo mesmo informação e estar buscando, e estar sempre junto um com o outro pra ficar forte, se fortalecer, porque se não, se ficar sozinho... (AGRICULTOR 1, 2017).

Portanto, a prioridade número um da AAT é continuar fortalecendo e ampliando a sua organização, buscando o envolvimento comprometido dos associados.

Continuar se fortalecendo, internamente, fortalecendo nossa organização, a participação, o estímulo à participação. [...] Lá fora, nessa política, nesse sistema de eleição, de representação política que é mais passivo, as pessoas vão lá, votam e depois vai embora, acabou! Cinco anos depois, tem outro compromisso com a coisa. Essa não é a nossa lógica, isso a gente não quer. Então é o compromisso diário, com o seu lugar! Acho que isso, é uma coisa que sempre dá pra dar mais um pouco. A gente já tem isso forte, a participação, mas pode melhorar. A gente quer que melhore! (AGRICULTOR 2, 2017).

É importante destacar que todos os trabalhos dentro da associação são realizados de forma voluntária. Não há pagamento por estes serviços. Na “associação, todos que fazem alguma coisa aqui dentro da AAT são voluntários, um trabalho voluntário,

totalmente” (AGRICULTOR 2, 2017). “São voluntários, os coordenadores, todo mundo é voluntário. Eu não recebo nem um tostão pelo trabalho. Que é difícil porque nem todo mundo tem a possibilidade” (AGRICULTOR 5, 2017).

E juntamente com esse fortalecimento interno, visam consolidar e ampliar os espaços de comercialização de seus produtos, procurando oferecer mais diversidade, qualidade e preço aos consumidores, para ampliar o acesso aos produtos orgânicos e consolidar a relação entre produtores e consumidores. Portanto a AAT também tem foco no crescimento e no espaço. De manter o espaço que seja da gente, que a gente possa comercializar, continuar a vender nossos produtos e de estar trazendo mais agricultores. Porque quanto mais pessoas produzindo no sistema orgânico, é a importância de estar trazendo mais produtos. A gente tem um projeto de ‘Orgânicos para Todos’, pra ter um preço melhor, pra estar vendendo e trazendo produtos de melhor qualidade (AGRICULTOR 1, 2017).

- **Associativismo**

Com relação ao fortalecimento do associativismo, vale destacar a vigília, o zelo dos associados em guardar os princípios da associação. Estes princípios são a joia, a preciosidade expressa no estatuto e que os associados fazem questão de manter e reafirmar durante o processo de transição de diretoria.

Eu acho que no ato de se votar uma chapa, [...] sempre achei importante ser colocado certas questões fundamentais pro próximo período, [...] que a chapa estaria comprometida. Coisas simples, por exemplo, manutenção dos espaços de feira, defesa dos pontos coletivos de feira, manutenção do sistema de SPG funcionando, reforçar o sistema de SPG, são coisas básicas, dessas que a gente já faz, ao estar aqui em uma reunião, mas que ao final é o que é o andamento da associação em si, mas que a gente precisa mostrar que vai ter que fazer força pra garantir [...]. Quando se votar a chapa tem que ter um acordo assim, sobre as questões fundamentais da associação, que é isso que nós temos mantendo, [...] algumas coisas centrais, entendeu? (AGRICULTOR 4, 2017)

Que bom que nosso grupo tem uma história atrás e tem um estatuto. E está na construção do regimento interno que esse grupo de coordenadores que vai entrar, [...] eles vêm pra defender essa nossa plataforma e no momento da assembleia sempre é feita uma reiteração de que eles se comprometem com isso (AGRICULTORA 1, 2017).

Mas que estes princípios estejam introjetados em todos os membros da associação, e não somente nos componentes de uma diretoria.

É a partir dos grupos de trabalho que cada grupo vai dizer nós podemos sonhar mas a gente tem que defender isso daqui. Isso precisa estar bem entendido em cada grupo. Só que em vez de ser da cabeça de um coordenador, de uma coordenação, [...] é todo mundo defender isso tudo. Isso precisa estar bem entendido na cabeça de todos. Por isso que ao invés de ser a coordenação, ser um grupo de trabalho pronto para defender todos esses valores aí, que a gente já conquistou e que a gente vai sonhar. É só alargar mais o número de gente, pra tá trabalhando junto (AGRICULTOR 2, 2017).

Outros fatores que contam na transição de diretoria são a experiência dos componentes da chapa, a vontade de trabalhar e também a renovação, proporcionando que mais associados tenham essa experiência de estar à frente desse trabalho e revigore a associação. Assim, buscam uma coordenação

[...] com vontade, com conhecimento, com braço para fazer [...] Não há obrigação de limite de mandato. Quem se aprovou, pode continuar, não precisa sair não. O mandato é de um ano, mas pode virar 3, 4, 5 anos, não tem obrigação de sair. A experiência de trabalho conta também, a renovação conta também. A gente precisa de pessoal que sabe trabalhar (AGRICULTOR 5, 2017).

O associativismo além de estar presente na própria associação, está presente também na relação da AAT com a ABIO. “A gente tem a [...] ABIO, que é a certificadora.

A participação com a ABIO, nós somos a ABIO! [...] A Associação Agroecológica é associada à Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)” (AGRICULTOR 1, 2017). Assim,

[...] um associado da AAT é um associado da ABIO automaticamente porque é a associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, a associação que é o guarda-chuva do SPG no estado do Rio. Que faz a relação direta com o Ministério da Agricultura, o MAPA. Então nós temos representantes dentro da ABIO, da coordenação técnica e da coordenação administrativa da ABIO (AGRICULTOR 2, 2017).

A ABIO está na própria origem da AAT, e esta integração, juntamente com o que ela proporciona, a realização do SPG, são fatores que ajudaram na organização da Associação AAT e no seu crescimento, conforme podemos ver no relato sobre a criação do SPG e sua expansão.

As associações existiam antes de existir o SPG. Desde a década de 80 havia várias associações batalhando por uma agricultura diferente. A ABIO [...] se torna associação em 85. [...] Aí quando [...] começou a crescer o movimento, que começa a ter feiras, a Lei começa a ser necessária porque o consumidor passa a querer um produto mais limpo [...]. A Lei de Orgânicos ela é efetivada em 2003. [...] E na época [...] todo mundo só tinha a referência da certificação por auditoria [...]. Mas o que que aconteceu, é que no sul, a Rede Ecovida já fazia uma certificação participativa, e começou a batalhar pra botar na Lei essa via também, que não tinha no mundo. Só aqui que existia isso [...]. Então em 2009 sai a IN de Mecanismos de Avaliação da Conformidade. Na assembleia da ABIO em 2010 a gente decidiu começar a implantar o SPG. Já tava começando um movimento de criar os grupos, porque existiam grupos por município, mas eles não se juntavam muito. Era cada um por si, porque a certificação anterior era individual. Aí o SPG forçou que existisse um grupo, que o grupo trabalhasse junto, que tinha que ter reunião pra avaliar conjuntamente as coisas. [...] Algumas associações queriam a via participativa, a gente sabia que era a única solução pra criar um associativismo dentro do estado. Que a gente não tinha esse associativismo. E a auditoria, como ela é individual, ela não cria liga. Cada um com um organismo, cada um responsável por si, você tem que visitar, e ninguém se conhece. Às vezes a pessoa mora no mesmo município e não se conhece. [...] Em 2010 a ABIO se credenciou como OPAC. [Antes,] em 2008, a gente começou montar os núcleos, criar todo um sistema que exige o grupo ter um acordo de funcionamento, obrigatoriedade de participar da reunião, que é onde acontece a avaliação da conformidade, comissões de ética, que a gente chama de comissões de verificação, que são as comissões que vão fazer as visitas. O que aconteceu: antes existia um nucleozinho duro da ABIO formado por técnicos que faziam as visitas e a coordenação, e de repente passou cada grupo ter autonomia, suas comissões de visita, o papel de um facilitador que a ABIO manteve [...] pra apoiar tecnicamente o grupo, e o grupo que começou a tomar decisões, as visitas, reuniões, quer dizer, só aí já começou uma mudança completa no sistema. [...] De 2010 para 2017, sete anos, nós éramos 120 agricultores, e éramos 11 grupos quando começamos o sistema participativo. A gente hoje está com 39 grupos e são 500 agricultores. Essa associação tinha 15 agricultores quando começou o SPG. Hoje são mais de sessenta. Porque descentralizou e criou um mecanismo associativo, inicialmente obrigatório, mas depois eles viram o quanto era importante essa frequência de reunião, essa avaliação conjunta, essa responsabilidade solidária (TÉCNICA 1, 2017).

Assim, o SPG, o associativismo e a participação tem se mostrado como importantes elementos para o crescimento e fortalecimento do movimento orgânico.

Agora somos 70 associados, e é uma mistura de gente impressionante, uma mistura de diferentes pessoas, de lugares diferentes, de formações diferentes, mas que tão aqui, e a gente, dentro duma coisa de ter as reuniões mensais, da gente juntar, de tá todo mundo pra conversar, uma coisa bem democrática, assim, as coisas que são pensadas pra associação todo mundo participa muito,

então tem crescido, se junta nesse sentido, tem abertura (AGRICULTOR 2, 2017).

Outro aspecto relacionado ao fortalecimento da associação é que o processo do SPG apoiou a própria organização interna da AAT.

[...] a gente abriu a nossa feira aqui, em outro local, em 2004. Em 2007 fundamos uma associação. Com CNPJ e tudo, regular. Em 2010 [...] vieram da ABIO, [...] com a proposta de fazer um SPG. A gente não tava muito entusiasmado com essa ideia. [...] A ABIO era uma certificadora. Alguns já tinham certificado [...]. E depois a ABIO mudou para ser uma OPAC, uma Organização Participativa de Avaliação de Conformidade. Porque a legislação mudou. A Lei orgânica é de 2013. A organização da associação, com o SPG a gente conseguiu trabalhar mais sistemático. Antes tava tudo mais ou menos, não tinha estrutura na associação, com o SPG a gente é obrigado a seguir linhas. Ajudou muito. Então todo feirante é automaticamente associado. Pagam mensalidade, seguem o estatuto da associação, seguem o acordo SPG [...] (AGRICULTOR 5, 2017).

Atualmente a AAT se organiza internamente por meio de uma democracia participativa e procurando estabelecer algum grau de independência financeira para a organização assim como para a ABIO, da qual fazem parte.

[...] a gente não tem presidente, [...] temos 6 coordenadores. Então esses coordenadores têm a cada dois meses, no mínimo uma reunião. A gente tem mais porque a gente se encontra aqui, muitas vezes [...] depois da feira pra discutir assuntos. Bimensais as reuniões, junto com os representantes dos subgrupos. E a reunião geral é a cada dois meses, alternando. [...] Se tem um assunto a discutir, quem quiser pode chamar. Todo mundo é do mesmo nível, ninguém tem direito mais que o outro. Os Coordenadores são coordenadores, não são mandadores. Isso às vezes é até difícil de separar. Mas a gente tenta ficar o mais democrático possível, e eu acho que a gente consegue bastante bem. Mas qualquer um pode pedir uma reunião. Olha, eu tenho um assunto e eu preciso discutir com vocês. Financeira, a gente tem uma caixa, em comum, todo mundo paga a mensalidade. Mensalidade hoje é vinte e cinco reais (R\$25,00) para a associação e trinta reais (R\$30,00) para a ABIO, porque tem que manter esse escritório lá embaixo, e vinte e cinco (R\$25,00), porque a gente tem um projeto agora, de melhorias aqui na feira, tem um orçamento de 4 mil, então tem que ter um caixa, pra pagar isso (AGRICULTOR 5, 2017).

Em relação ao SPG se organizam em subgrupos de até 12 membros. Atualmente são seis subgrupos. Mas essa não é uma proposta totalmente consolidada, ainda é uma proposta em construção, onde determinados aspectos estão continuamente sendo adaptados e aperfeiçoados.

Aqui você pode ver os seis subgrupos com os membros. Quando o grupo cresce mais do que 12 tenho que pensar o que vou fazer. Já aconteceu. Esse grupo aqui está com 12. Então se vem mais alguém dessa região aqui, ou eu vou colocar ele no subgrupo vizinho ou a gente divide esse grupo, faz menor, e faz um novo subgrupo. Que já fizemos também. Mas não pode ser mais que 12. Menos que doze não importa, eu tenho menos visita durante o ano. Nesses grupos que não tem visita todos os meses, [...] a nossa proposta é [...] que eles decidem que grupo eles vão participar. Então em vez de ficar fixado só no grupo dele [...] ele vai fazer uma visita [em outro grupo]. Isso não funcionou até hoje [...], mas isso é um projeto, vai chegar. Porque a gente já discute há muito tempo, o olhar externo. O olhar externo é um que não participa desse grupo mesmo, vai entrar para olhar. [...] Assim não dá, assim não é seguro não, tem que mudar. Ou assim tá excelente. Ele vai contar na reunião, eu visitei o grupo X, bom, lá tá funcionando hein! Ou tem que melhorar. (AGRICULTOR 5, 2017)

Em resumo, a AAT possui uma organização por meio das Coordenações, dos Grupos de Trabalho (GTs) e dos Subgrupos do SPG.

GTs são de organização da associação: administração, produção, comercialização, cultura, organização da feira e comunicação. São 6 GTs.

Subgrupos também são 6. São do SPG. Tem o de processados, que é um grupo só; aí tem Santa Rita; aí tem que vai da Biquinha até Ponte Nova; tem um que vai de Ponte Nova até Sapucaia; tem a parte de Canoas até Vargem Grande; de Vargem Grande até Venda Nova-Vieiras. Falei 6 (AGRICULTOR 2, 2017).

- **Participação em Espaços de Decisão**

O caráter participativo e democrático presente nas relações internas da AAT, levam a associação a valorizar e estar presente em espaços de elaboração e gestão participativa de políticas públicas. Na visão expressa por um dos agricultores da AAT, “autonomia não quer dizer [...] se encerrar em si mesmo, mas também tá aberto a dialogar com o município” (AGRICULTOR 2, 2017).

Nesse sentido, a AAT tem tido participação em três espaços de decisão sobre políticas públicas no município de Teresópolis. O Conselho da Mulher, o CMDRST e o Conselho do Parque Nacional (PARNASO) (AGRICULTOR 2, 2017).

A gente tem um trabalho forte de estar nos conselhos municipais, estar no conselho de agricultura, CMDRST, de estar no conselho de saúde, no conselho da mulher, então também é uma coisa que a gente acha importante de estar no nosso lugar ocupando espaços de debate político, da cidade como um todo, o município como um todo (AGRICULTOR 2, 2017).

A “ação de ser de utilidade pública foi pelo CMDR[ST], as feiras novas que estão surgindo na cidade, também foi através disso aí” (AGRICULTOR 1, 2017).

Um dos resultados mais concretos obtidos pela participação nos conselhos, é a criação de novas feiras no município,

que tá muito forte nesse momento, até a associação participou do projeto de lei pra regulamentar as feiras em Teresópolis, isso começou do meio do ano passado, que começamos a escrever, junto com o Conselho de Agricultura, que são associações, várias, múltiplas, mas a maior parte de produtores convencionais, mas que achavam interessante ter feira, feiras pra produtores e para os produtos deles, isso a associação apoiou o tempo inteiro (AGRICULTOR 2, 2017).

Mas a participação nos conselhos se dá de acordo com as possibilidades pessoais de cada associado, dentro do ritmo de cada um, já que são várias as dificuldades em manter essa participação constante.

Eu considero uma experiência muito boa, tanto pra mim como pra associação, mas é um trabalho um tanto desgastante porque não é um trabalho remunerado, então a pessoa tem que ter a disponibilidade de ir e voltar nas reuniões e escrever o relatório para seus companheiros, então é difícil que os agricultores fiquem engajados. Eu participei durante dois anos porque moro aqui na cidade. Agora no momento só temos a participação no Conselho de Agricultura. Também não temos visto muito sucesso nessa participação [no Conselho da Mulher] porque para isso você precisa ter um entrosamento com o poder público e um poder público atuante [...] mas a gente tem que continuar agindo. Principalmente porque nós aprendemos aqui na associação mecanismos bem participativos, bem horizontais, então é uma coisa que a gente já sabe que não vai ser por um processo vertical que [...] vai trazer as coisas resolvidas pra nós. Somos nós que temos que fazer. Isso pra mim é gostoso de fazer. Muitas vezes para os agricultores é quase impossível, porque eles têm que sair da roça, vir aqui, perder um dia, que não é perder, mas é uma questão de prioridades (AGRICULTORA 1, 2017).

- **Participação em Redes e Eventos com Caráter Organizativo**

Outra forma de participação valorizada pela AAT é o seu envolvimento com redes e eventos que colaboram com a organização e o fortalecimento do movimento agroecológico e da agricultura familiar.

somos um movimento social e dentro desses diálogos, dessas formas a gente se articula, então por exemplo a gente participou e participa dos encontros da

AARJ que é a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, tem as caravanas agroecológicas, que é pra ver as demandas da agroecologia no estado, na região serrana, depois no estado e depois pra questão Brasil. Quando tem lá os ENAs, os Encontros Nacionais de Agroecologia, a gente participou do último que foi lá em Juazeiro, e é isso, um contato com diversos movimentos sociais, MPA, MST, vendo as diferentes realidades, sendo tocado pelas diferentes realidades (AGRICULTOR 2, 2017).

A própria organização interna da AAT é um resultado positivo derivado da participação em um desses eventos externos, como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) de Juazeiro/BA. Nesta ocasião, o contato com a experiência da Rede Ecovida e sua forma de organização foi fundamental nos resultados que a AAT vem obtendo.

eu tive a oportunidade de ir representando a associação nesse ENA, a gente teve contato com a Ecovida, [...] e eles começaram a falar da forma como eles fazem lá no sul [...] são grupos de até doze produtores, vizinhos ali, estão o mais próximo possível na região. Doze porque são os meses do ano, pra ter um revezamento de visita, [...] pra ter um revezamento de uma vez por mês o máximo é doze. Porque você precisa ter uma visita todo ano. Cada um tem uma visita, todo ano. Aí [...], vamos propor isso aqui na associação. [...] Caiu como uma luva aqui pra gente. Porque a gente percebeu que ia tirar da cidade as reuniões de SPG. Essas visitas já se transformaram nas reuniões de SPG, que nesses subgrupos, [...] nesses pequenos grupos de até doze, uma vez por mês eles fazem a visita no seu vizinho. Então é até mais aconchegante, a casa da pessoa e do seu grupo, e vai, faz a visita, depois faz a reunião pra conversar sobre a legislação, enfim assuntos que estiverem pendentes, coisas pra fazer, e os doze tem que tá lá, obrigatoriamente (AGRICULTOR 2, 2017).

Outra rede que o grupo participa é a rede de sementes.

A gente participa da Rede de Sementes, que é uma rede estadual de sementes orgânicas, que são instituições e outras cooperativas e associações de agricultores. PESAGRO, EMBRAPA, a Universidade Rural e a associação, tá dentro dessa rede, [...] sem entrar muito em detalhes, porque é uma rede complexa, a gente tá lá, participando ativamente (AGRICULTOR 2, 2017).

Ainda existe uma rede de pesquisa, que membros da AAT participam, como representantes de outras organizações, mas que acabam trazendo benefício para a associação e seus associados por meio de projetos implementados.

Ele [o projeto técnico] partiu dentro da rede de pesquisa da ATER pro Rio de Janeiro, que eu tava participando. Eu comecei a participar lá em 2011, tava representando a cooperativa [...] na qual eu sou o vice-presidente [...]. Então do Agrobio foi a partir desse contato que eu comecei a ter com o pessoal da rede, [...] surgiu o projeto de fazer, através até mesmo do Rio Rural, que foi quem pagou. É essa [a] rede de pesquisa da Nova ATER do estado, já está desde 2011 que faz parte a PESAGRO, EMBRAPA, [...] alguns agricultores foram convidados também a participar e eu fui um deles. Na época eu fui representando a cooperativa (AGRICULTOR 1, 2017).

Portanto identificamos a presença de redes de conhecimento e pesquisa, redes técnicas e redes políticas, das quais a AAT faz parte, direta ou indiretamente.

- **Parcerias**

As principais instituições e organizações parceiras da AAT na elaboração e implantação de projetos, têm sido a EMBRAPA, a PESAGRO e a UFRRJ, considerando os seus desdobramentos institucionais como o NPTA e o CPAO e interinstitucionais, como a Fazendinha do Km 47. E no âmbito local a EMATER e a Secretaria de Agricultura de Teresópolis, representada pelo CMDRST, conforme pode ser visto nas falas de três agricultores, apresentadas a seguir.

A gente tem a EMATER, a EMBRAPA, a PESAGRO. A gente tem essas parcerias, faz esses trabalhos. A EMBRAPA nos ajuda bastante, a PESAGRO também, sempre que a gente precisa. [...] Tem esses três aí e também a Secretaria de Agricultura através do CMDR[ST], que é de assistência também,

que nos ajudam. São esses órgãos aí. Temos também o projeto do banco de sementes, que é junto com a Rede do Rio Rural. O Rio Rural que tá bancando, mas o projeto é do professor [...] da Rural [UFRRJ]. São os órgãos da Rede, PESAGRO, EMBRAPA, que a gente tá trabalhando com esses aí. [...] EMBRAPA e PESAGRO aí a gente tem um melhor relacionamento [...], mesmo estando mais distante, eles têm nos apoiado de perto aqui. Distante fisicamente, porque estão em Seropédica, em Friburgo. Aqui em Teresópolis a gente não tem sede de PESAGRO nem de EMBRAPA aqui. A EMATER tem um escritório local. Mas a EMBRAPA e a PESAGRO eles nos ajudam bastante aí. [...] Daí tem o pessoal lá da Fazendinha, na área de orgânico, tem todo esse pessoal aí que nos ajuda bastante, na associação. (AGRICULTOR 1, 2017). [...] projetos com instituições, com a EMBRAPA, a PESAGRO, a gente tem projetos que a gente teve parcerias com eles, parcerias que tão acontecendo, [como a] Rede de Sementes. [...] Em relação à associação, o que rebate mais é o que vem lá de fora, em termos de projetos. Uma coisa mais direta com a EMBRAPA Agrobiologia, a gente fez aí um projeto de dois anos, eu fui bolsista do projeto. Era um projeto de Segurança Alimentar e Nutricional em Ambiente de Montanha [SAN Agroecologia]. Tem o projeto da Rede de Sementes. A PESAGRO costuma ajudar bastante a gente (AGRICULTOR 2, 2017).

EMBRAPA Agrobiologia, importantíssimo. Pano de fundo. É um balizamento técnico. [...] Nós temos essa origem na Rural [UFRRJ], nossos agrônomos aí, né. Nós temos amigos ali dentro, que nos alimentam, nos favorecem. Eles tratam a associação aqui com carinho. A instituição nos trata com carinho. Com parceria, com cumplicidade, pra que a gente avance (AGRICULTOR 4, 2017).

Estas instituições atuam em conjunto, organizadas por meio de Redes, como a Rede de Sementes ou a Rede de Pesquisa, ou isoladamente por meio de projetos individuais. Portanto essas instituições se conversam e chamam os agricultores para conversar e também para colaborar na construção dessas ações, sua elaboração e execução. “E essas pessoas se articulam, a RURAL, a EMBRAPA, a PESAGRO, elas muitas vezes se reúnem e chamam a gente pra tá junto. Muitas vezes chama um de nós pra participar diretamente no projeto, até na construção dele” (AGRICULTOR 2, 2017).

Essa participação varia de intensidade e forma, a depender de particularidades de cada projeto e também da possibilidade e disposição dos agricultores. Alguns agricultores percebem a sua participação, o seu papel nesses trabalhos, relacionado à sua implantação e gerenciamento em campo, conforme manifestado na seguinte opinião: “De como isso vai ser gerido, ou quem é que vai receber esse recurso, aonde que vai ser implantado, acho que é por aí” (AGRICULTOR 1, 2017). Em outras situações, o envolvimento é bastante diferenciado deste primeiro, e os agricultores se colocam de outra forma: “a gente entra como parceiros no projeto. O papel da gente é de colocar as demandas” (AGRICULTOR 2, 2017), e também são exigidas outras formas de contribuição.

Nesse projeto [SAN Agroecologia] eu tive uma bolsa pra fazer uma ponte entre a EMBRAPA e a associação. Eu ia lá no Rio, [em] reunião com eles, com outras instâncias, com pesquisadores lá da EMBRAPA, PESAGRO, e eles vinham aqui. E sempre fazendo essa ponte entre o que tava acontecendo aqui no projeto, o que tava se implementando. As unidades de observação, de experimentação, tirando fotos, essas coisas e enviando pra eles e depois um relatório (AGRICULTOR 2, 2017).

Independentemente das formas e da intensidade da participação, ela tem ocorrido.

Esse projeto [SAN Agroecologia] em especial partiu da Embrapa Agrobiologia. Agora como tem uma abertura no projeto, onde coisas podem mudar, podem se encaixar mais demandas, inclusive no escopo do projeto estava lá que a ideia era dialogar mais com a associação pra poder partir as demandas da associação, também. Isso aconteceu, então tiveram reuniões aqui. Teve reuniões lá, antes do projeto começar, justamente pra gente já definir

mais o que seria esse projeto, as atuações e a as atividades (AGRICULTOR 2, 2017).

Quanto aos recursos, geralmente são geridos pelas instituições proponentes dos projetos, que ficam à frente desses processos, com as responsabilidades de organização das informações e prestação de contas. “Quem gere os recursos são geralmente as instituições proponentes” (AGRICULTOR 2, 2017).

Quanto à avaliação desses processos, não foi identificado se existem momentos de avaliação coletiva sobre os resultados alcançados e aprendizados obtidos ao final, mas internamente na associação, ao menos informalmente, existem conversas que proporcionam um balanço do saldo positivo e negativo dessas iniciativas parceiras.

A nossa reunião que é um espaço que entra tudo, todas as demandas, entra muita coisa, acaba que se fala em alguns momentos sobre um projeto, como que tá acontecendo [...]. Sempre que tinha uma oficina, que aconteceu alguma coisa, se colocava na reunião e era passado pras pessoas que não estavam. Então essa coisa aqui nessa roda de diálogo, o que [se] coloca nessa roda, cada um vai trazer uma avaliação desse processo. Vai olhar pra aquilo e vai ter um entendimento daquilo. Uma avaliação, mesmo que não seja uma avaliação formal, fazer um textinho pra avaliar, mas tá acontecendo avaliação. Se a gente tá se sentindo desconfortável com uma situação a gente não quer mais ela. Então se alguém oferecer uma parceria que a gente tá desconfortável, a gente vira as costas e vai embora. Essa é a avaliação (AGRICULTOR 2, 2017).

Já no âmbito local, os projetos desenvolvidos têm sido de outra natureza, onde os agricultores participam como membros do CMDRST, que tem sido o espaço formal para o diálogo e a construção de iniciativas interinstitucionais no município de Teresópolis, envolvendo o poder público municipal, a EMATER e as diversas associações de agricultores do município. Questionados sobre qual seria o espaço onde as instituições conversam: “Seria no Conselho” (AGRICULTOR 1, 2017), “esse sim, porque às vezes a gente se reúne aqui no salão da prefeitura, ou lá na secretaria mesmo. São as associações, tem a EMATER, a Secretaria, e as associações de moradores, de produtores, e cooperativa, que tem aqui” (AGRICULTOR 2, 2017).

No entanto, este espaço não é suficiente para congregiar todas as instituições e organizações que trabalham com ATER. Por exemplo, os órgãos de pesquisa e alguns órgãos estaduais não são membros do Conselho, que tem um âmbito municipal, então existe esta limitação devido à sua própria natureza. A participação destes demais órgãos é sempre consultiva, no sentido de serem solicitadas informações por parte do CMDRST ou de eles próprios consultarem o Conselho.

Não, estes não compõem. Às vezes são convidados a participarem, mas eles não integram. Nesse caso que tava aí, o programa do Rio Rural, eles eram convidados pra participar de alguma reunião, que envolvia algum projetos que tava sendo feito com o Rio Rural, através do Rio Rural (AGRICULTOR 1, 2017).

A outra situação observada, no caso da “CEDRO [...] faziam relatórios para o Conselho, pra falar do andamento do [seu] projeto e pra pedir ideias, dialogando com o Conselho pra isso [...]” (AGRICULTOR 2, 2017).

O importante em relação às parcerias é que a associação tem uma posição bem definida:

A gente não quer uma coisa que venha de cima pra baixo impondo um fazer. Esses projetos, a própria EMBRAPA Agrobiologia, a PESAGRO, muitas pessoas ali dentro têm conseguido entender essa necessidade de diálogo mais franco com os agricultores, um papel mais humano, trazer mais humildade pro trabalho que fazem, coisa que é difícil ver nessas instituições. Isso tem sido muito bom, a gente sente confiança no trabalho com essas parcerias por conta disso. A gente vê esse esforço de estar dialogando [...] (AGRICULTOR 2, 2017).

E também não se colocam como mero receptáculo passivo de informações e de necessidades que não compartilhem.

Ao mesmo tempo quando a gente não vê isso acontecendo, então a gente faz do nosso jeito aqui, não bota energia numa coisa dessas. Ao mesmo tempo, quando vê que tá sendo pouco dialogado, a gente tenta botar mais a nossa demanda, porque é custoso pra gente. A gente tem a lavoura, tem a organização da associação, a gente também não pode ficar indo no incerto, numa reunião lá não sei aonde pra falar de coisa que não tá tão colada com a gente. Na verdade, é tanto um esforço da parte de lá, de aproximar esse diálogo o máximo possível, quanto da gente de também ter firmeza e falar a gente quer desse jeito também. Mas eu vejo que isso acontece. Pode melhorar, sempre pode, mas acho que isso acontece (AGRICULTOR 2, 2017).

Desta forma a AAT têm conseguido se posicionar e obter bons frutos dessas relações. “As pessoas olham a seriedade do trabalho, enxergam essa seriedade. [...] Eu acho que a gente vai conquistando algumas coisas, com essa relação com outros” (AGRICULTOR 2, 2017);

É uma coisa ótima que a gente tenha esse apoio. [...] Também como [origem de] instituição de um Estado brasileiro positivo, que quer ver sua sociedade desenvolver. Que acredita que a gente seja um caminho pra sociedade se desenvolver, então flui pra nós esse apoio técnico, das visitas, a casa lá tá sempre aberta, pra gente ir lá visitar, o contato é contínuo, [um dos agricultores] foi bolsista de um projeto. [...] Pode mais. Pode crescer ainda mais. [...] Mas, só elogios. A gente só tem a agradecer os apoios que a gente tem recebido, de coração. A gente espera estar à altura dos apoios que a gente recebe. A expectativa no trabalho da Associação é grande. O apoio é esforçado. As instituições se esforçam pra nos apoiar. E a gente às vezes também tropeça, erra. Dificuldades humanas... (AGRICULTOR 4, 2017).

Cabe salientar que a ABIO não foi identificada como uma instituição parceira. A relação com a ABIO é orgânica. “A participação com a ABIO... Nós somos a ABIO! Nós somos sócios, então somos uma associação. Temos bom relacionamento” (AGRICULTOR 1, 2017). A AAT se sente parte da ABIO e não parceira da ABIO.

- **Comunicação**

A AAT possui diferentes canais de comunicação para alcançar o maior número de seus associados da melhor forma possível, mais rapidamente, e que as informações cheguem a tempo, sem muitas distorções, da forma mais direta possível.

Para isso, conta com um Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação, que é responsável pela comunicação oficial, fazendo circular a informação e garantindo que ele chegue aos associados de forma geral.

A primeira função que esse GT de comunicação fez foi essa, [...] a gente precisava organizar isso, e saber qual era o canal de comunicação acessível, aí a gente fez todo um trabalho pra poder construir uma base de dados nova, que tá no ar [...] (AGRICULTORA 2, 2017).

As novas tecnologias de informação aparecem ocupando um espaço importante para a organização de grupos.

Essa ferramenta do WhatsApp tem ocupado um espaço bem interessante na nossa comunicação. Me parece que deveríamos otimizar ela. [...] Nós temos uma lista de WhatsApp, que tem umas 30 pessoas. Que só publicando na lista do WhatsApp todo mundo fica sabendo [...] (AGRICULTORA 1, 2017).

Tornaram a comunicação mais ágil e democrática. Porém ainda não são todos que tem acesso a todas os instrumentos para comunicação e às facilidades que promovem, como pode ser observado no diálogo a seguir.

Mas a quem a pessoa interessada se dirige? Ela manda um e-mail? (AGRICULTORA 2, 2017)

Tem essa questão que nem todo mundo está no WhatsApp, mas talvez a gente tenha um canal, a gente manda por e-mail, [...] é uma coisa que a gente vai ter que realizar nesse mês, sem ter uma reunião (AGRICULTOR 2, 2017).

A gente pode ser mais prático e usar o canal que já está aberto, que está funcionando que é o WhatsApp, mas sim, organizar isso num documento Word, num único documento e isso o GT pode fazer. E aí a gente replica e dispara por e-mail também. Com WhatsApp vai ser uma coisa mais dinâmica [...] (AGRICULTORA 2, 2017).

Esse documento é legal pra ser mandado pra todo mundo ter um panorama do que foi feito e não precisa ser tão formal também. Uma semana antes está bom (AGRICULTOR 2, 2017).

Apesar dessas novas tecnologias, a comunicação no campo ainda é difícil e uma preocupação. Agricultores não tem internet, acessam somente na cidade, uma ou duas vezes por semana. “Eu só abro duas vezes por semana. Eu não tenho e-mail em casa. Eu abro quarta-feira de tarde e sábado de tarde” (AGRICULTOR 5, 2017). Ou não tem celular, o celular não pega, alguns tem telefone fixo. A seguir encontra-se um trecho de uma comunicação por e-mail que demonstra essa realidade.

Assunto: Re: Solicitação do Estatuto da AAT

Aqui querida envio o estatuto, abs [...]. Quando precisa mais uma coisa só escrever, mas sempre demora um pouco porque abro IN só uma vez por semana (AGRICULTOR 5, 2017).

Essas novas ferramentas de comunicação também têm apoiado o trabalho de comercialização da AAT, em especial quando há promoções: “Então fica combinado que o GT de comercialização aciona o GT de comunicação 15 dias antes para organizar a divulgação da promoção, quando for o caso” (AAT, 2017). E também para a divulgação da associação e seu trabalho. A Associação reconhece a importância dessa divulgação, como podemos ver na manifestação a seguir.

A página de Facebook, vem a cada semana se consolidando como um meio de divulgação bem dinâmico e importante. O próximo passo é elaborar um planejamento de conteúdos para ter novidades sempre. Todo nosso reconhecimento e agradecimento pra [...] principal responsável pela manutenção da página (AAT, 2017).

Porém estes não são os únicos meios. Estes têm a sua importância, mas não tiram a importância da comunicação verbal e métodos tradicionais, principalmente pensando naqueles que não tem acesso à informática e às telecomunicações. As reuniões são espaços importantíssimos de informação.

Mas a gente traz, é isso. Tá lá, vem alguma coisa que implica diretamente como associação, aí vem pra nossa reunião geral, que é de dois em dois meses, que todos os associados devem estar nessa reunião, então isso é trazido e trocado (AGRICULTOR 1, 2017).

As feiras são espaços importantíssimos de comunicação e troca entre os associados, desde a própria organização do grupo, trocas de receitas, uso de insumos agrícolas, ponto de encontro e local de amizades. E entre os associados e os agricultores convencionais que também são feirantes, como nas feiras da agricultura familiar e produtos orgânicos que tem ocorrido em Teresópolis, das quais a AAT faz parte. Esse diálogo é importante para a divulgação da agricultura orgânica, agroecológica e para o crescimento da associação.

A gente acredita nisso, que esse diálogo de feira ele é franco. Tanto com o consumidor quanto com o vizinho da barraca ali do lado, ele é franco, é muito direto, é olho no olho. A gente que acredita muito no nosso trabalho, de roça e de feira, [...] a gente quer que isso aconteça. Quer que tenha contato entre as diferentes realidades do agricultor orgânico com o convencional, quer que tenha conversa. E nisso já tem produtores que já estão chegando, se aproximaram da associação. Então começaram a fazer feira lá, convencional e agora tão chegando aqui na associação (AGRICULTOR 2, 2017).

As feiras também são um canal direto de comunicação com o consumidor, para informá-lo sobre os produtos e sobre os benefícios ambientais, sociais e para a saúde que estes produtos trazem agregados dentro de si. Esta comunicação é muito importante inclusive para o consumidor saber diferenciar o produto e o produtor orgânico do convencional. Trata-se de um direito do consumidor. Várias estratégias podem ser usadas nessa comunicação. Particularmente nas feiras mistas, com produtores convencionais e orgânicos essa é uma questão delicada. O Regimento das feiras precisa estar claro, e é desejável que haja fiscalização ou um canal de denúncia sobre desvios do regimento. O agricultor familiar pode ser declarado orgânico sem que seja certificado, mas somente quando estão organizados e façam parte de um grupo vinculado a um OCS (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012a). Desta forma, não são todos os agricultores familiares que podem se auto declarar orgânicos, e realizar isto sem o devido direito, é burlar a legislação vigente e o direito do consumidor. Essa situação pode ser verificada no diálogo a seguir.

Na feirinha do Alto o povo tá dizendo isso aqui é orgânico, só não é certificado. É agricultura familiar? Não é orgânico, eu não boto agrotóxico não, a senhora pode levar. Só não é certificado. Assim que falamos. (AGRICULTORA 5, 2017) Estão botando na internet, várias feiras orgânicas abrindo, muita gente comercializando orgânico. E ela falou: Não! Tem que ter o certificado em mãos, apresentado na banca! Essas que são da agricultura familiar, tem que ser a saia verde, uniformezinho diferente dos outros. Até no jornal saiu a matéria errada! Vários produtos orgânicos sendo ampliado na cidade. Aí na capa do jornal tem a foto de uma banca com saia amarela. A saia amarela é convencional. A saia verde é que é orgânico (AGRICULTORA 4, 2017). O consumidor não vai se guiar por essas cores (AGRICULTOR 5, 2017). Tá no decreto as cores (AGRICULTOR 1, 2017).

O produtor orgânico tem que mostrar com placa escrito, com o certificado, que somos orgânicos. [...] Quem vende numa feira mista, bota essa placa. Isso é claro, todo mundo pode ver. Porque os outros não tem essa placa (AGRICULTOR 5, 2017).

A gente tem o papel de comunicar melhor (AGRICULTOR 2, 2017).

O ideal, [...] alguns daqui tão indo vender lá no Alto, [...] é avisar ele pra ter uma placa dessas aí, pra colocar na banca dele junto com o certificado dele. Aí o freguês fica garantido, esse daqui é! O outro ali... (AGRICULTOR 6, 2017).

A placa citada e o certificado para identificação de produtor orgânico, podem ser observados na FIGURA 9, afixados atrás da banca do produtor.



FIGURA 9. Placa e certificado para identificação de produtor orgânico.

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

Existe essa preocupação de comunicação com o consumidor, que faz parte de uma ética, de um respeito à pessoa que irá se alimentar com aquele produto. Essa comunicação se dá na feira e por outros meios, tais como as visitas de SPG e a página na internet.

[...] os consumidores que vem à feira, veem a seriedade do trabalho, sabem que tão levando uma coisa..., um produto..., apesar de que até é obrigação nossa botar o certificado pregado aqui, a gente tem o certificado pelo sistema de garantia, mas acaba que a gente nem bota, alguns botam, que a garantia é muito forte. A gente abre pros consumidores visitarem nossos lugares, a gente tem a página lá na internet que mostra as visitas que tão acontecendo, essas visitas de verificação, que é interessante que o consumidores vão também (AGRICULTOR 2, 2017).

O tradicional mural ainda é válido e utilizado de fato como meio de comunicação, principalmente para aqueles associados que participam semanalmente da Feira Agroecológica da AAT. “Tem que ver ali no quadro se [...] colocou alguma [nova atividade]” (AGRICULTOR 1, 2017). O quadro ou mural da AAT na Feira Agroecológica de Teresópolis pode ser visto na FIGURA 10, a seguir.



FIGURA 10. Mural da AAT na feira agroecológica de Teresópolis.

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

A preocupação com a comunicação com os consumidores passa também pela questão da divulgação. Neste aspecto o SEBRAE apoiou a AAT.

[...] a gente conseguiu uma faixa, eles fizeram aquela faixa ali da frente, tem até um logozinho do SEBRAE. Teve um momento que eles procuraram a gente, queriam ajudar da forma que pudessem, e a gente começou uma conversa. No momento a nossa principal demanda era a divulgação e tinham consultores de divulgação, aí a gente teve uma consultoria pra fazer um projetinho, que tinha muitas coisas mas acabou que a gente só fez aquela faixa, que a gente conseguiu colocar esse mês. Essa conversa com eles vem de 2014-2015 (AGRICULTOR 2, 2017).

E também obtiveram apoio por meio de um projeto elaborado pela AAT e financiado pelo Banco HSBC, onde adquiriram materiais para a divulgação da feira, entre eles, panfletos, adesivos, camisetas e bolsas.

Na FIGURA 11 a seguir, pode ser visualizada uma amostra do material de divulgação das Feiras Agroecológicas, alguns panfletos produzidos pela AAT.



FIGURA 11. Material de divulgação das feiras agroecológicas da AAT: panfletos

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

E na FIGURA 12, a seguir é possível visualizar o painel de propaganda (*outdoor*) que informa a localização e entrada da feira e um integrante da feira uniformizado com camiseta, utilizados para melhorar a aparência do lugar, criando um ambiente mais agradável e organizado para o consumidor.



FIGURA 12. Painel de propaganda (*outdoor*) e camiseta da feira agroecológica de Teresópolis

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

- **Cultura**

O GT de Cultura “está meio apagado” (AGRICULTOR 2, 2017), mas a feira permanece com sua programação musical ocorrendo. A música acolhe os frequentadores da feira, quer seja agricultores ou consumidores, criando um clima descontraído e agradável, que torna a feira, mais do que um local de consumo, um local de lazer, um ponto de encontro de amigos e faz parte da história da associação.

Dentro da primeira feira é interessante lembrar que a gente trouxe uns instrumentos musicais, era uma feirinha pequena [...]. A feirinha era bonitinha, [...] a feira era a semente dessa feira que tá aqui. A música, o ambiente social, era o gérmen disso aqui. Pra amigos, pra pessoas queridas, muito familiar, então fomos desenvolvendo (AGRICULTOR 4, 2017).

Porém o papel das atividades culturais não se restringe à animação do ambiente e atrativo para os frequentadores. Existe uma intenção mais profunda, ligada à diversidade que a agroecologia traz, não somente ambiental, mas sobretudo cultural, como observamos na seguinte consideração: “o cultural na feira, [...] é uma outra vertente da associação e da agroecologia. Agroecologia não é só produzir sem veneno. E isso é uma partezinha pequena da agroecologia. Agroecologia é diversidade, cultural, é abraçar a diversidade” (AGRICULTOR 2, 2017).

Assim a intenção do desenvolvimento de atividades culturais na feira passa pelo reconhecimento dessa diversidade e valorização da cultura do campo, em suas diversas expressões.

a cultura da roça, a cultura musical, como coisa que tá na raiz da própria cultura da lavoura [...]. A música tá muito forte [nessa cultura]. Acaba que muitas vezes é apagado. Então recuperar essas raízes... Tem o palco aberto pra músicos, que tem uma sanfona, que tem uma viola. Então trazem na música, no som já carregam uma mensagem. Trazem uma mensagem de valorizar este trabalho da agricultura. Então esse é um princípio nosso da cultura, de reforçar um valor, o papel da cultura no nosso lugar (AGRICULTOR 2, 2017).

Na FIGURA 13, a seguir é possível visualizar uma apresentação musical na Feira Agroecológica de Teresópolis.



FIGURA 13. Apresentação musical na feira agroecológica de Teresópolis.

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

Outro aspecto cultural está ligado ao resgate alimentar, que envolve conhecimentos, processos ou um ‘saber fazer’ e também variedades vegetais que se perderam com o tempo, com o direcionamento da produção visando exclusivamente o mercado, e deixando de lado o autoconsumo.

[...] a gente precisa de um trabalho de recuperar alimentos daqui da região, tradicionais, que era plantado muito. Milho branco [por exemplo] que foi uma semente que a gente recuperou junto com eles. Seu Manoel fazia farinha de milho branco, fazia broa de batata doce com fubá de milho branco, tradicionalíssimo aqui da região serrana, fazer no fogão de lenha a broa, panela de ferro, forrada com folha de bananeira, então uma coisa que se perdeu. Você vai na casa de um, agricultor, você procura a mãe dele e pergunta pra ela se ela tem a receita desse bolo de fubá. São as avós, as avós conhecem, não se faz mais. Aí essa realidade de plantar, produzir, botar no caminhão, e dar aquela passadinha no supermercado pra comprar as coisas pra casa. Uma troca já baseada totalmente no dinheiro e que enfraqueceu essa cultura, cultura de diversidade. Enfraqueceu essa cultura do alimento mais de base (AGRICULTOR 2, 2017).

Assim, reforça a importância das atividades culturais a resistência em manter a cultura popular do campo e a valorização do rural, tendo em vista o rompimento com a forma hegemônica de compreender a dicotomia campo-cidade, de desvalorização do campo, da visão do campo, sua cultura e população como sinônimo de atraso, em contraposição com o urbano, sinônimo de modernidade e da urbes como objeto de desejo para aqueles que almejam civilidade. É preciso mostrar uma outra face do rural, não o rural do caipira deprimido, pauperizado, ou do campo como espaço bucólico, nem tão pouco do caipira ‘moderno’ que representa o agronegócio, mas da cultura e dos modos de vida de uma população invisibilizada, mas que tem muito a contribuir, não só com o trabalho, mas com sua cultura e modos de viver.

- **Gênero**

Apesar de não ter desenvolvido um trabalho específico sobre gênero, a associação tem a sua maneira própria de lidar com essa questão. Procuram não ter distinções e incentivar a participação das mulheres.

Específico não, mas [...] é igual, não tem essa diferenciação. Isso na sociedade ela é machista, é patriarcal. Aqui entra isso tudo. Chega, não é diferente, mas no processo a gente tenta fisicamente sentar todo mundo junto, no mesmo banco duro, todo mundo em roda. Aí muitas vezes [...] chega um casal novo, aí vai dizer o nome, vai se apresentar: Ah eu sou o João e essa aqui é a Maria a minha esposa, já apresenta a esposa. Calma João, ela vai se apresentar ainda. Aí o João fala e a Maria fala também. E aí é isso, incentivar é isso. É um trabalho muito de formiguinha, contínuo que tem que melhorar muito ainda, mas busca estar na igualdade aqui (AGRICULTOR 2, 2017).

Na AAT as mulheres são protagonistas em diferentes frentes. Na coordenação da associação, na representação política, nos grupos de trabalho, na comunicação, na produção de alimentos processados, na produção agrícola, na comercialização, no transporte, na administração e controle da produção, no SPG enfim, em todos os espaços de participação, pensando e atuando sobre os rumos da associação.

Dentro da associação as mulheres elas têm uma função importantíssima dos processados, de estar trabalhando com os processados [...] e até mesmo com a produção em si. Tem várias aí que elas plantam. E a associação tá [...] tendo o grupo de processados, que fazem as visitas, e ajuda a quem quer fazer os doces, os pães (AGRICULTOR 1, 2017).

Impressiona particularmente a disposição e determinação das mulheres frente à comercialização. Ao serem questionadas sobre quem iria fazer o transporte da produção quinzenalmente para o Rio de Janeiro, no processo de comercialização direta com o Comida da Gente, três mulheres iriam assumir esta função. Uma opção foi dada, de colocarem a carga no caminhão de outra mulher, que já sai às sextas feiras, às 3 horas da manhã para levar seus produtos para o Rio de Janeiro.

Alguém tem que puxar pra alguma coisa acontecer. E como a gente tinha muito interesse, e a gente viu que conseguiu reunir um número expressivo e atrativo [de produtores], e a percepção de que hoje a gente não tem muito excedente na feira, mas quando o inverno chegar, então a gente precisa dar esse passo agora, com ou sem muito produto, com ou sem muito produtor, pra se preparar pros próximos meses. (AGRICULTORA 2, 2017).

Essa é uma postura de iniciativa, coragem e visão de futuro que demonstra bem o papel, a importância e a colaboração das mulheres na associação.

Sobre a participação no Conselho das Mulheres, a associação encontra-se num momento de retração, mas isso não significa que não considere a importância deste trabalho.

No conselho das mulheres, nesse momento eu senti que a coordenação está muito focada no tema da violência doméstica, que é um tema importante, mas não estava trazendo nenhum tipo de operatividade para a associação. Não quero dizer que não tenha violência doméstica com nossas associadas, deve ter, mas não é uma coisa manifesta. E a gente até viu que elas têm bastante consciência, não aceitam simplesmente uma rosa pra pedido de desculpas. [...] Foi dia da mulher, alguém te dá uma rosa e tá tudo bem? Tá tudo bem não! A situação da mulher já foi muito pior, mas ainda hoje é uma luta, porque a visibilidade que tem o trabalho de uma mulher, precisa ser defendida! Não deveria ser assim. O trabalho da mulher deveria ser reconhecido pela sociedade como um todo, mas não é! A luta é nesse sentido, de mostrar como elas são importantes. Não é com uma rosa que nós vamos resolver isso! (AGRICULTORA 1, 2017).

Possivelmente este seja um bom tema para o desenvolvimento de um trabalho de gênero com a AAT, trazer visibilidade e valorização e para o trabalho das mulheres, mostrando sua força e colaboração, que vão muito além das atividades consideradas

‘tradicionalmente’ femininas, ou ‘coisas de mulher’. Não que estas não possam ser realizadas e não tenham seu valor, mas a colaboração das mulheres, que é muito importante, vai além desses espaços e atividades já consagrados, e dessa forma merecem o devido reconhecimento.

- **Juventude Rural**

Garantir a implementação integral do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural é a prioridade número um, estabelecida pela 2ª CNATER. A juventude rural também é uma preocupação para a AAT.

A gente tá sempre preocupado com a sucessão do campo, né. E essa é uma grande questão, uma grande preocupação de todos, não só do pessoal da associação, mas de um modo geral de todo o município, porque os jovens não querem mais ficar no campo. [...] Em relação aos filhos dos produtores, só mesmo através desses trabalhos que tem sido feito, de mostrar pra eles que é uma vida boa, que dá pra conciliar, que não tem, que a gente não perde nada, não tá perdendo nada, que a gente no campo hoje, a gente tem todos os acessos também, às modernidades todas que a gente tem aí. E nos filhos dos agricultores a dificuldade é essa, é de manter eles ali (AGRICULTOR 1, 2017).

Apesar da preocupação, a AAT tem um diferencial que é fazer parte do movimento agroecológico. Apesar dos filhos dos produtores apresentarem uma certa resistência para permanecer no campo, por outro lado, existem jovens urbanos optando pela vida e pelo trabalho nos espaços rurais.

A gente, dentro da ATT, [...] dentro dos orgânicos, a gente tá tendo um retorno, uma volta desses jovens. Então até que tá sendo bem legal, a gente tem bastante jovem na associação. Por uma questão de ser dos jovens, até urbanos, que estão vindo pro campo. Então dentro da associação a gente tem esse, tem tido bastante gente. Bastante jovens vindo trabalhar no campo (AGRICULTOR 1, 2017).

São os chamados agricultores neorurais. “Tem agricultores neorurais [...], pessoas que vem da cidade, fazem a escolha de ir para o campo e produzir, tem muito também. Eu sou um deles inclusive” (AGRICULTOR 2, 2017).

A Associação não tem um trabalho específico voltado à juventude rural, mas procura integrá-los às suas atividades, atribuindo responsabilidades para estes jovens, que podem participar da associação tal qual seus pais participam. No diálogo abaixo, o facilitador do SPG solicita que uma jovem agricultora faça o relato do grupo de inspeção do SPG.

Tem representantes aqui do grupo de Santa Rita, fala rapidinho o que era [...] (AGRICULTOR 5, 2017).

[...] tem tudo organizado. A filha dela, [que faz a] anotação, o Plano de Manejo tava tudo certinho, as anotações da venda, o registro da plantação, tudo anotadinho. (AGRICULTORA 4, 2017).

Por outro lado, a jovem também relata uma outra forma que os jovens apoiam as suas famílias e participam, realizando as anotações necessárias ao processo do SPG.

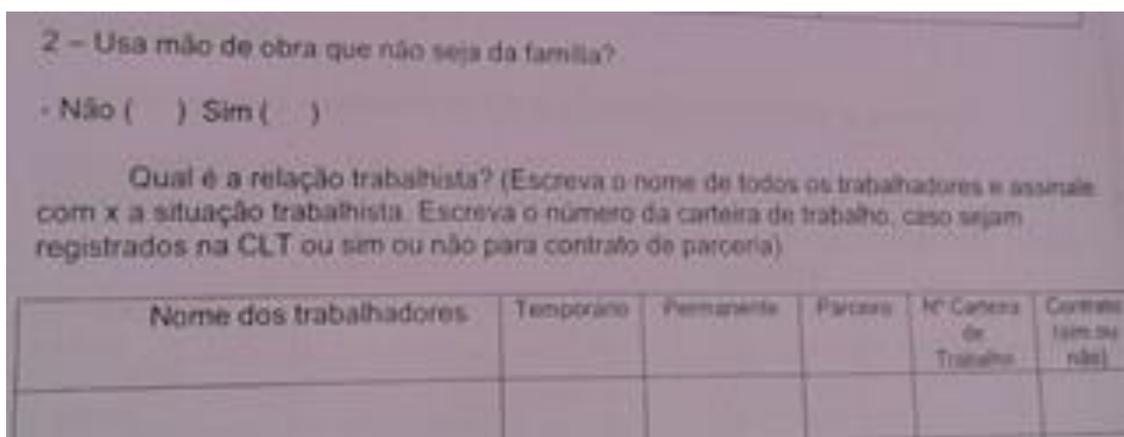
- **Seguridade Social e Direitos Trabalhistas**

Questões como educação, saúde (atendimento médico), assistência e seguridade social ficam a cargo das instituições governamentais direcionadas a isso ou atendimento particular, a critério de cada associado. Não há um trabalho da associação, nem com a associação sobre estes assuntos. “Não, isso não. Quanto a aposentadoria, essas coisas, isso aí já não, a associação que eu saiba, isso não! A associação não tem nenhum envolvimento com isso ainda não” (AGRICULTOR 1, 2017).

Devido à exigência do SPG quanto à regularidade trabalhista dos funcionários, para que possa ser emitido o certificado de conformidade orgânica, existe uma preocupação quanto aos direitos trabalhistas dos trabalhadores que não pertencem ao

núcleo familiar, mas não necessariamente do agricultor associado e sua família. “Sim, pra ver a regularização [trabalhista] de como tá o sítio, né. É, porque aí seria quem está na ativa, quem está trabalhando. Porque caso que tiver algum auxílio, por exemplo, aí também a gente procura pra ver se tá, como é que tá a regularização” (AGRICULTOR 1, 2017).

Esta preocupação está expressa nos formulários do SPG, conforme pode ser visto a seguir, tanto na FIGURA 14, que verifica a situação trabalhista dos funcionários, quanto na FIGURA 15, que verifica a situação de moradia e alimentação dos funcionários e a situação de crianças e adolescentes perante o trabalho.



2 – Usa mão de obra que não seja da família?

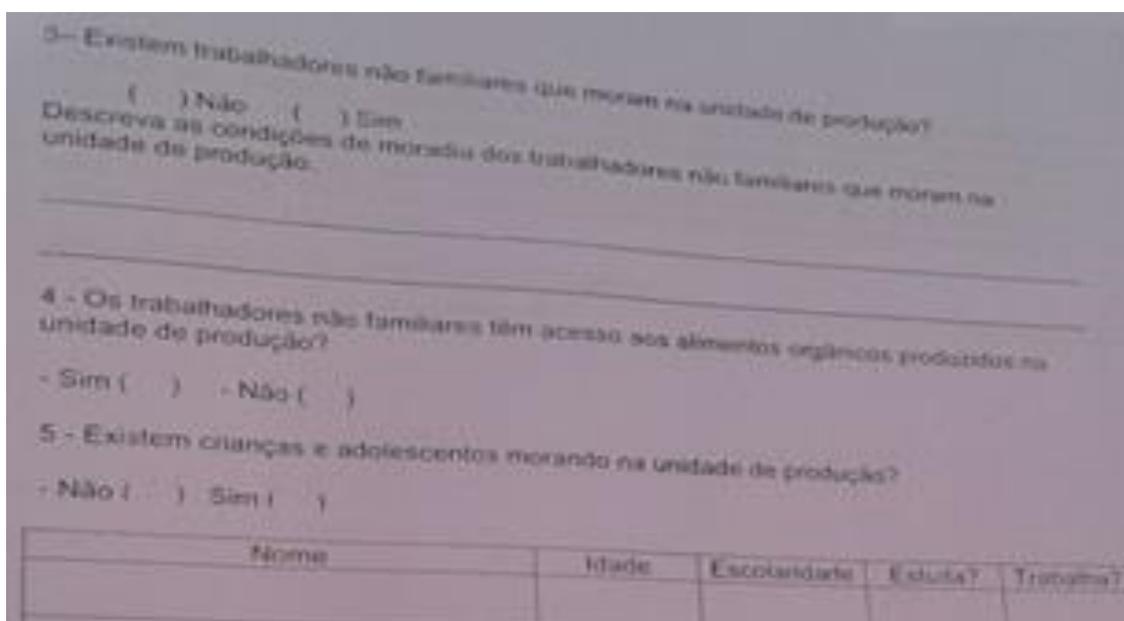
- Não () Sim ()

Qual é a relação trabalhista? (Escreva o nome de todos os trabalhadores e assinale com x a situação trabalhista. Escreva o número da carteira de trabalho, caso sejam registrados na CLT ou sim ou não para contrato de parceria)

Nome dos trabalhadores	Temporário	Permanente	Parceria	Nº Carteira de Trabalho	Contrato (sim/não)

FIGURA 14. Situação trabalhista dos funcionários.

Fonte: ABIO [201-]



3 – Existem trabalhadores não familiares que moram na unidade de produção?

() Não () Sim

Descreva as condições de moradia dos trabalhadores não familiares que moram na unidade de produção.

4 – Os trabalhadores não familiares têm acesso aos alimentos orgânicos produzidos na unidade de produção?

- Sim () - Não ()

5 – Existem crianças e adolescentes morando na unidade de produção?

- Não () Sim ()

Nome	Idade	Escolaridade	Estuda?	Trabalha?

FIGURA 15. Situação de moradia e alimentação dos funcionários e a situação de crianças e adolescentes perante o trabalho.

Fonte: ABIO [201-]

O que o SPG proporciona aos agricultores associados e suas famílias é o reconhecimento do seu vínculo com a atividade agrícola, o que é muito importante para o recebimento da aposentadoria, principalmente para as mulheres e jovens.

Se tem uma questão fundiária problemática, o cara não consegue comprovar a relação dele com a terra, não consegue se aposentar como agricultor [...]. Outra coisa a mulher, na maior parte das vezes não entra nesses contratos de parceria,

de meeiro [...] só que trabalha na agricultura [...] muitas vezes a mulher não consegue se aposentar, não consegue comprovar a sua atividade de agricultora. Quando se faz a visita do SPG [...] no certificado da unidade de produção vai estar descrito lá todos os produtores. Isso já é um documento que comprova a atividade agrícola, é do Ministério da Agricultura, é válido. Então a gente busca nesse trabalho colocar a mulher, o jovem no certificado (AGRICULTOR 2, 2017).

Há também associados que são sindicalizados, mas o relato que se obteve sobre o benefício dos sindicatos é restrito à emissão de DAPs. “Tem os agricultores que são sindicalizados também. [As] DAPs são emitidas por sindicatos, então os sindicatos também prestam esse tipo de serviço” (AGRICULTOR 1, 2017). A AAT não tem tido um envolvimento maior com os sindicatos presentes no município.

- **Segurança Alimentar**

A segurança alimentar para os agricultores da região serrana não é algo que tenha um significado teórico, difícil de perceber. Sem dúvidas presenciaram momentos de aprendizado bastante concreto da necessidade de manter a diversidade alimentar em seus sítios, mesmo que isto não promova, ao menos aparentemente, um retorno econômico imediato.

O projeto [SAN Agroecologia] ele nasce, até o proponente foi o [...] o NTPA, esse núcleo da Embrapa aqui em Friburgo, e a justificativa foi pegando a questão da tragédia de janeiro de 2011, que bateu aquela chuva aqui na região serrana, que fez aquele estrago danado, em todos os sentidos. Deslizamentos, áreas de roça, lavouras perdidas, perdas de 70%, 80%, foram muito grandes no geral. E os agricultores passando fome, porque vários lugares que ficaram sem acesso e não tinha o que comer. Tinha que chegar de helicóptero a comida. E aí ia ver, o que tava plantado naquelas roças ali? Naquelas lavouras. Alface, rúcula, couve, brócolis, mais o quê?! Então a raiz daquilo ali, pequenininha, aquela folhagenzinha, bateu aquela chuva, levou tudo (AGRICULTOR 2, 2017).

Este é um grande exemplo da necessidade de compreensão das condições sociais, econômicas e ambientais de uma localidade para a proposição de sistemas produtivos capazes de gerar resiliência em situações de vulnerabilidade ambiental. O sistema econômico e produtivo impacta diretamente a segurança alimentar e nutricional, além do meio ambiente.

Então é isso, essa agricultura que antes tinha uns pés de mandioca plantados nas beiradas, plantavam inhame, plantavam milho, guardavam fubá, então essa cultura se enfraqueceu na nossa realidade da região serrana. Isso a gente sabe por que! Pra sustentar a lógica de mercado de CEASA, aquela coisa: produzir botar no caminhão, produzir botar no caminhão, produzir botar no caminhão... isso a custo do solo, [e] muito veneno (AGRICULTOR 2, 2017).

Evidentemente essa segurança alimentar e nutricional não se restringe às famílias dos agricultores, mas se expande para a sociedade na região, quando ocorre a comercialização direta e a inserção em políticas públicas capazes de fazer chegar estes alimentos em grupos que necessitam dele.

O projeto foi um pouco pra ajudar a fortalecer e resgatar esses alimentos, e dando mais sustentabilidade pras famílias agricultoras, tanto na banca da feira, e também fornecer pra merenda escolar esses alimentos, isso foi uma coisa que entrou no projeto e a gente começou a fornecer na merenda escolar, mandioca, batata doce, chuchu, nesse ano agora. Então tiveram coisas boas (AGRICULTOR 2, 2017).

A diversidade alimentar é capaz de incrementar a alimentação, promovendo a segurança nutricional e colabora também com a segurança financeira das famílias agricultoras, havendo diversidade de produtos para a venda. Não é possível se afirmar que tenha sido exclusivamente este único projeto o responsável pela diversificação da

produção dos associados da AAT, mas o resultado da ampliação da diversidade de produtos é perceptível no ambiente da feira.

Não tem uma coisa só assim, ah foi o projeto! É um conjunto de situações que, de fato melhorou muito as bancas aqui da feira. Tem tido muito legume, muita raiz, mas ainda tá faltando a gente conseguir botar aqui feijão, fubá direto. A gente conseguiu botar um tanto de tempo fubá, mas falta fubá, falta arroz, dentro das limitações de clima que a gente tem, de área, tudo mais. Mas dá pra gente caminhar ainda nisso pra ter uma feira completa, pro consumidor chegar aqui e ter uma coisa mais completa. E as nossas mesas também, tá mais completa. Mais diversificada (AGRICULTOR 2, 2017).

4.4.1.2 Administração

- **Planejamento**

Uma grande dificuldade dos agricultores, de forma geral, é a projeção futura de suas atividades, e de sua organização. A dificuldade relacionada ao planejamento da produção é sentida, principalmente, durante a comercialização. “A gente tem muita dificuldade na produção, [...] de fazer um planejamento na produção. Não que a gente não queira, mas a gente tem essa dificuldade” (AGRICULTOR 1, 2017). Essa é uma questão sobre a qual os agricultores necessitam ainda de apoio técnico. “Isso, de ajudar no planejamento” (AGRICULTOR 1, 2017).

Mesmo o Plano de Manejo contido nas exigências do MAPA e da ABIO para a conformidade orgânica, não se trata de um planejamento em si, mas de um retrato do manejo que é realizado.

[...] eu já tô criticando isso há muito tempo. Porque é um absurdo. A gente fala de Plano de Manejo mas é uma análise do manejo. Pode ser a base para o Plano de Manejo, mas o papel que a gente tem na ABIO não é um Plano é uma análise. Mas ninguém quer escutar isso, porque como eu venho da indústria, a gente todo ano, nas empresas, a gente fez um plano de negócios, um orçamento e começando o trabalho em junho do ano para o ano que vem, é como um plano de negócio para os próximos cinco anos, não uns meses assim. Então a gente tá longe ainda disso. Talvez um dia vamos conseguir. Mas esse plano ajuda já. Porque a gente tem que sonhar para andar (AGRICULTOR 5, 2017).

Mesmo em termos de uma visão futura e estruturante da própria associação, há dificuldades em compreender a importância da realização de certas atividades que não tenham significados tão diretos quanto produzir e comercializar. Isto pode ser verificado na relação com a elaboração de projetos, por exemplo.

A gente quer que tenha uma participação grande, mas ela não acontece. Cadê os interessados no projeto? A gente rala e... Então é isso, se a pessoa não tá interessada, não rola. Fica de fora, e não se esquentam a cabeça com aquilo. Só assim as pessoas vão participar, eu acho. A gente tem feito de tudo, nos grupos de trabalho, pra participação. Não vai, chega um ponto que não vai. A missão da associação é desse tamanho, por hora. Pode ser que algum fator externo faça aumentar a participação e coisa. Por hora nós temos que ser unidos nas nossas coisas, no espaço, naquelas coisas simples, no SPG, só isso que os agricultores estão mobilizados a prestigiar. Então temos que simplificar. Se a gente quer mais projetos, a gente faz fora da reunião, não pensa em transformar numa coisa assim tão coletiva que a gente não consegue ir nessa velocidade. Vai chegar, vai chegar. (AGRICULTOR 4, 2017).

Mas como salienta o agricultor, é uma questão de processo.

- **Organização de Informações e Dados**

As atividades administrativas dependem, em certa medida, de habilidades formais para a realização sistemática de anotações e o preenchimento de planilhas. No caso do SPG, essas habilidades também são necessárias, principalmente para os representantes de

grupo. “Muita gente não sabe preencher formulários. [...] Tem formulário mal preenchido. Isso é o representante do subgrupo que já deveria olhar e pedir ao produtor: Olha, aqui falta. Tem que preencher. Preenche direito” (AGRICULTOR 5, 2017).

Não são conhecimentos muito complexos, mas exigem do agricultor ou técnico uma disposição ao preenchimento correto, paciência, capricho.

Um agricultor que tem o dom pra fazer isso, ele faz também. Por exemplo, [...] [a filha de uma agricultora] que tem a banca aqui, [...] faz a visita, uma semana depois eu tenho o formulário, perfeito! Ela não tem formação nenhuma para isso. Mas a personalidade dela, ela faz um trabalho perfeito (AGRICULTOR 5, 2017).

- **Custos de Produção**

Os agricultores, no geral, têm bastante dificuldade em conhecer seus custos de produção. Atualmente há um pós-graduando da UFRRJ realizando uma pesquisa econômica a partir dos dados de um subgrupo da AAT. Estes dados poderão colaborar bastante com a administração e decisões destes agricultores orgânicos. “Ele tá pesquisando com os 12 membros, a gente tem que entregar nossos números que a gente tá produzindo, as despesas que a gente tem, pra ver a rentabilidade. O agricultor não sabe calcular. Então seria muito interessante um resultado desses” (AGRICULTOR 5, 2017).

Outra iniciativa comentada nesse sentido, de apoiar os agricultores na realização da atividade administrativa dos estabelecimentos agropecuários, foi realizada pelo SESC, por meio de um método bastante simplificado, mas que pode colaborar com os agricultores justamente devido a esta característica, que lhe confere praticidade e acessibilidade, tornando-se um método útil aos agricultores. É o conhecido método em que se anota o que entra, ou as receitas e as despesas, ou o que sai.

O SESC por exemplo fez uma coisa muito simples, há dois anos até ou três anos atrás, uma instrução como você controla os seus custos. Mas simplicíssimo! Mas eficiente. Eles fizeram uma proposta, você usa um caderno e todo dia anota o que você gastou. Se é jornal é gasto familiar, se é semente, é gasto para a produção. Se é comprar uma máquina é investimento. Só essas três colunas, você já tem uma ideia como você tá. Eu nunca anotei os meus custos na minha vida, mas eu gostei dessa ideia. Então eu anotei. Levei um susto o quanto eu gasto, hein! Esse sistema entra-sai. A feira aqui, vou na cidade, vou comprar uma comida que não tem em casa, compro pouco, mas gasta gasolina, gasta um pneu, gasta um jornal, o dinheiro sai. Você não tem ideia o que você gasta, o que você ganha. Se a sua empresa é rentável, não é rentável. Tem funcionário, com carteira assinada, é muito dinheiro. Mas agora eu sei. Só com esse simples método. Eu anoto o que eu vendo. [...] Mas anotando os custos, agora eu sei, eu gasto tanto, e ganho tanto. (AGRICULTOR 5, 2017).

Para quem trabalha na feira, o romaneio já é um passo para o controle mais eficiente das entradas. A partir da obrigatoriedade de se ter o romaneio disponível, preenchido com todos os produtos à venda, o produtor já tem uma listagem detalhada do que tem à disposição. Com isso em mão, é mais fácil anotar aquilo que de fato é vendido.

[...] um formulário, que se chama romaneio, que é uma lista dos produtos que o produtor tem em cima da mesa, com a origem do produto. [...] Eu falei do romaneio, eu criei um formulário para mim, toda feira eu faço esse formulário. Então aqui tem os produtos que eu vendi hoje, [...] é muito simples, eu anoto isso o tempo todo. Você anota que é pra comprovar o que você tem como venda, a quantidade, a soma de dinheiro, o quanto eu ganhei, quanto entrou no caixa (AGRICULTOR 5, 2017).

Este é um aspecto central para o agricultor realizar, no entanto depende de sua habilidade para realizar anotações e também de muita disciplina.

4.4.1.3 Comercialização

- **Certificação Orgânica na Comercialização**

O fator mais importante na comercialização dos associados da AAT é sem dúvidas a certificação da produção. É ela inclusive que rege a aproximação dos interessados à AAT, quer sejam produtores, processadores e consumidores. Para compreender a certificação é importante conhecer um pouco sobre o processo do SPG conduzido pela AAT.

Como acontece aqui na nossa organização, o interessado vem aqui na feira a gente convida ele aqui pra ver o ambiente e a gente começa a conversar. Ele vai aprender sobre a nossa associação, como está organizada [...]. Então a gente [...] vai fazer uma visita prévia, [...] são dois ou três comigo, [...] vamos olhar a vizinhança, vamos olhar o solo, o que ele já tá plantando, se ele já tá plantando, como que é a água, da onde é a água, pra onde vai a água [...]. A gente faz um relatório sobre isso, conversa com ele sobre as expectativas que ele tem, se ele quer fazer feira, se ele quer fazer cesta, se ele quer entregar para supermercado, para restaurante ou hotel, para ter uma ideia. Se a gente acha que nesse lugar dá para plantar orgânico a gente já convida ele para participar [...] em termos de experiência. Durante 4 meses ele vai participar [...] das reuniões e vai participar das visitas [...] do grupo que ele vai participar [...]. A gente pensa, melhor conhecer o produtor como ele tá, como pessoa, como produtor, do que fazer depois um certificado pra alguém que a gente nem sabe se podemos ter confiança [...]. Depois de mais ou menos 4 meses de experiência, ele vai receber a visita de verificação. Uma comissão [...], no caso onze companheiros que vão formar esse subgrupo, [...] e vai ouvir o plano de manejo dele, que ele vai preparar pra essa visita, vai olhar se o plano de manejo é conforme ele tá trabalhando, qual produto ele usa, qual produto ele produz, qual adubação, qual máquina, se ele trabalha [...], essa visita de verificação, que em geral demora, o meu grupo demora 4 a 5 horas, [...] e depois a gente tem uma reunião, discutindo legislação, discutindo direitos [...], apresenta o plano de manejo, depois visita de campo, depois preencher o Documento Único de Avaliação de Conformidade, o DOAC, lá na visita mesmo, e depois todo mundo assina, e o documento vem para mim, [...] se está tudo certo [...] vai ser apresentado aqui na reunião, na reunião todo mundo assina e o papel vai para a ABIO [...] se estiver tudo correto ela vai emitir o certificado [...]. Esse é o processo (AGRICULTOR 5, 2017).

Apesar da inspeção ser feita pelos próprios membros da AAT, as falhas não são encobertas, já que todos se responsabilizam por cada um. Assim, se um tiver problemas, todos terão.

O SPG é bastante criticado por críticos, dizendo ah, eles são todos amigos. [...] Mas não é bem assim não. O pessoal fala se enxerga uma coisa que não vai dar certo, ou que não é legal o pessoal fala também [...] Quando tá bem feito, isso depende das pessoas também, é claro (AGRICULTOR 5, 2017).

Um exemplo de uma dessas reuniões:

Vai ter a reunião do SPG lá na minha casa, [...] e é aberto pras pessoas participarem. A gente começa às 08:00h da manhã. Vai até umas duas (14:00h), três (15:00h), depende da conversa. [...] Aí [quem participa] é o grupo do qual eu faço parte [...]. São todos associados. [...] a ABIO, [...] participa em algumas às vezes, quando eles fazem outro tipo de visita, mas ela é aberta [...]. Todos nós nos fiscalizamos, nos ajudamos. Então todos nós somos fiscais da associação e da ABIO. Porque o que acontece é que se der um problema com um vai dar com todo mundo, então todo mundo é ali bem consciente disso (AGRICULTOR 1, 2017).

Outro conceito importante na comercialização dos produtos orgânicos é a rastreabilidade.

Se alguém quer saber, um consumidor vai na feira e quer saber de onde vem o produto. [...] Então, o reconhecimento do caminho do produto é a rastreabilidade. E o Ministério vai fazer isso também. Quando eles fazem

fiscalização, [...] você tá junto com um formulário, que se chama romaneio, que é uma lista dos produtos que o produtor tem em cima da mesa, com a origem do produto. Porque acontece muito. O produtor não tem todos os produtos. Então o colega tem mais, então ele vai pegar dele, ou alguém de fora tem mais, então ele vai vender também. Mas ele tem que comprovar que isso é um produto idôneo, que isso é um produto com certificado. Ele tem que ter o certificado do produtor [e][...] a lista dos produtos desse produtor. Essa rastreabilidade é muito importante (AGRICULTOR 5, 2017).

Essa lista é atualizada cada vez que o produtor inicia um novo plantio, uma nova cultura agrícola.

Esse anexo, quando eu tenho outro produto, eu vou receber uma semente de uma planta da Amazônia, eu vou semear, eu vou começar a produzir, então eu tenho que atualizar esse anexo. Não precisa atualizar o certificado. O certificado engloba isso aí, eu sou produtor orgânico. Eu mando isso pra [...] [ABIO], pra mudar o meu anexo. Isso tem que ser comprovado por uma comissão (AGRICULTOR 5, 2017).

- **Comercialização Local e Direta**

Um dos princípios da agroecologia e da agricultura orgânica é buscar a comercialização em espaços locais, aproximando as relações entre produtores e consumidores, em decorrência da diminuição dos gastos com combustíveis fósseis e transportes e aumentando a rentabilidade dos produtores numa relação sem intermediações entre produtores e consumidores, além de promover o consumo de uma alimentação mais fresca e uma maior sustentabilidade ambiental. Essa é a fundamentação por traz da formação das feiras agroecológica como espaços de comercialização direta.

Agroecologia não é só produzir sem veneno. Isso também. Mas é ter os espaços de comercialização direta, abrir espaços de comercialização direta, ela [AAT] incentiva e faz isso. Essa feira aqui [Feira da AAT] é fruto, um dos principais talvez, do contato direto com o consumidor (AGRICULTOR 2, 2017).

Na Feira Agroecológica da AAT, próxima à rodoviária no centro de Teresópolis, esse contato direto entre os produtores e consumidores busca uma relação de cumplicidade e respeito a ambas as partes, tanto dos consumidores, como o reconhecimento do trabalho dos produtores. Em relação aos consumidores, o respeito é a garantia da qualidade e preço dos produtos. “A gente só admite os orgânicos, os produtos comercializados são orgânicos e pra comercializar aqui ou nas nossas feiras tem que ser orgânico, tem que ter a garantia, tem que ter a certificação” (AGRICULTOR 1, 2017)

A gente tem um esforço [...], a nossa feira é uma das feiras de produtos orgânicos mais barata do estado do Rio. A gente fala assim com certeza. Mas muitas vezes tá mais cara que um horti-fruti, muitos produtos. Outros não, mas muitas vezes é mais caro sim, tem um valor maior (AGRICULTOR 2, 2017).

Em relação ao produtor, ainda é necessária muita informação para que o consumidor compreenda o trabalho do agricultor em produzir aqueles alimentos.

A gente ainda não conseguiu, nessa parte do relacionamento com o consumidor, talvez, mostrar o quanto, o trabalho ali envolvido pra aquele valor de produto na banca. Então ainda tem que caminhar alguma coisa nesse sentido de um entendimento do consumidor ali, e na verdade um entendimento social de valorização dessa agricultura. E esse entendimento social, um entendimento político, políticas públicas [...] (AGRICULTOR 2, 2017).

A AAT teve algumas experiências com feiras além da tradicional feira próxima à rodoviária. Houve a primeira experiência “da primeira feira [...], era uma feirinha pequena, num terreno particular ali na Carmela Dutra. [...]. A feirinha era bonitinha, [...] a feira era a semente dessa feira que tá aqui” (AGRICULTOR 4, 2017) e também uma experiência no SESC: “O que a gente já fez foi feira no SESC. Já teve uma parceria forte com o SESC de fazer feira lá às quartas. Então tinha feira aqui e lá às quartas”

(AGRICULTOR 2, 2017). “Quando a gente começou aquela feira no SESC, a gente começou aquela coisa bem informal” (AGRICULTOR 7, 2017).

Atualmente a expansão de novos pontos de venda tem se dado em partes pelo projeto do CMDRST e regida por um decreto municipal, de abertura de novas feiras no município, vinculadas à agricultura familiar e produtores orgânicos. “Tem esse decreto que foi agora pras feiras, da agricultura familiar que tá na cidade” (AGRICULTOR 1, 2017).

a associação participou do projeto de lei pra regulamentar as feiras em Teresópolis, isso começou do meio do ano passado, que começamos a escrever, junto com CMDRST. São associações, várias, múltiplas, mas a maior parte de produtores convencionais, mas que achavam interessante ter feira, feiras pra produtores e os produtos deles, isso a associação apoiou o tempo inteiro. Essa ideia é uma coisa recorrente [...]. Então a EMATER, ela puxou isso forte, ela colocava essa necessidade de ter mais feiras em Teresópolis, e alguns representantes de agricultores lá no conselho também colocam isso, e a gente colocou que [...] acredita que quanto mais feiras tiver melhor, isso tá dentro do estatuto da associação, que é comercialização direta ela é uma coisa que a gente almeja. E apesar de não ser orgânico, ser convencional, essas feiras que estão sendo criadas elas podem ser tanto convencionais quanto orgânicas, desde que de agricultores familiares, então de produtos próprios, vendidos diretamente. O regimento inclusive ainda está em construção, a gente está na discussão desse regimento. Como que vai ser a comunicação com o consumidor, se as barracas vão ficar juntas ou misturadas, a cor, enfim, isso a gente ainda tá conversando, mas o fato é que pode ser misturado, pode ter tanto o orgânico quanto convencional. [...] Infelizmente foi muito modificado o projeto que a gente mandou pelo conselho e o que foi decretado pelo prefeito. Bastante coisa saiu um pouco fora do que a gente queria, mas por outro lado, está se estimulando as feiras (AGRICULTOR 2, 2017).

Na verdade, o projeto de feiras no município começou com a EMATER. E a EMATER tem esse trabalho focado na agricultura familiar, e que não necessariamente são produtores orgânicos, pode ser ou não. Então o decreto foi desenhado muito em função das necessidades e das demandas que a EMATER queria, que era atender a um grupo maior de agricultores, que são agricultores familiares. A AAT como tem uma dinâmica diferente disso, como nós somos todos produtores orgânicos, a gente ficou meio que de fora desse processo, de tá participando dessas feiras inicialmente. E como a gente já tinha, há muitos anos, a feira mais tradicional de alimentos, de verduras e frutas da AAT, que tem em torno de dez anos, a gente ficou com essa coisa meio que desconectada. Mas a ideia é meio que fundir isso, porque existe um conceito que, tem certas pessoas que não entendem muito você estar com a barraca de orgânico de um lado e do outro lado de convencional. Você vende alface do orgânico a R\$2,00 e do convencional a R\$1,50. Então gera um certo desconforto pra certos clientes, que já me perguntaram e vieram aqui na feira perguntar sobre isso, de que não gostariam de ter essa situação de ter dois produtores com produtos com tratamentos diferentes. Então, por isso que a coisa tá desconectada ainda. Mas eu acredito com a vinda do decreto, a tendência disso é uniformizar. Você vê que lá fora, em outros países já existe uma fusão disso, não tem essa preocupação. Quando é orgânico o cara põe lá a plaquinha dele, o certificado dele, e quando não é, ele fala também que não é, então ele tem também essa identificação. Então eu acredito que com o decorrer do andamento dessa normatização a gente consiga fundir mais isso. A ideia é essa, é dar chance a todos. Então por isso ainda tem essa diferença. A gente tem a AAT lá na rodoviária, só orgânico, e aqui no Comary só orgânico. As outras feiras são um mix de produtos (AGRICULTOR 3, 2017).

Uma dessas feiras que foi regulamentada pelo decreto municipal é a Feira do Comary. No entanto, esta feira tem um histórico ligado a uma articulação da AAT, e o decreto veio para organizar um pouco mais o espaço.

surgiu a necessidade, uma demanda pra vir atender o público do Alto, porque era uma clientela que não necessariamente descia pro centro pra fazer compras, e a gente teve o convite do presidente do Clube Comary, e resolvemos desmembrar a AAT e alguns produtores virem para cá, pra divulgar a associação, divulgar os produtores e a alimentação saudável. Então estamos aqui desde setembro, outubro, e está sendo uma experiência muito boa, estamos tendo um crescimento interessante em termos de assiduidade da clientela [...]. E o cliente sabe que é produto orgânico, sem nenhum tipo de agrotóxicos, sem nenhum tipo de agroquímico, e que ele está comprando uma coisa fresca, de qualidade e um preço excepcional. [...] Somos todos orgânicos, diferente de algumas feiras que a prefeitura está instituindo em Teresópolis, que são produtores familiares, que não necessariamente são orgânicos. Então, de certificação orgânica só existem duas feiras aqui em Teresópolis, essa aqui do Comary e a da rodoviária. [...] Esse decreto entrou em vigor agora e ela está fazendo parte desse circuito. A prefeitura tem aberto vários polos, vários pontos, em regiões distintas de Teresópolis, essa aqui hoje também contempla essa normativa do decreto. As barracas verdes são de identificação orgânica, e quando as feiras são mistas, são familiares, aí pode ocorrer de ter produtores orgânicos, com as barracas verdes, com produtos orgânicos, ou de convencionais que são as barracas amarelas. [...] mas são feiras mistas, não são focadas como orgânico. A prefeitura abriu também na feirinha do Alto, de roupa, que é tradicional aqui em Teresópolis, abrimos também um ponto lá, e a ideia lá é cada associação ter uma barraca, então a gente tá pensando em ter também um polo lá, com produtos orgânicos, certificados. (AGRICULTOR 3, 2017)

Na FIGURA 16 a seguir, é possível verificar a Feira da Agricultura Familiar e Orgânica do Comary, umas das feiras promovidas pela prefeitura de Teresópolis, resultado da relação da AAT com o Clube Comary, e aperfeiçoada pelo trabalho desenvolvido pelo CMDRST. Nesta feira, assim como na Feira Agroecológica, encontram-se apenas produtores orgânicos ligados à AAT, diferentemente das demais feiras onde encontram-se também produtores familiares convencionais. As barracas com saias verdes indicam que são produtores orgânicos e novamente é possível ver alguns agricultores usando as camisetas da AAT.



FIGURA 16. Feira da agricultura familiar e orgânica do Comary.

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

A AAT procura estimular e colaborar com a comercialização dos associados promovendo estratégias coletivas, como por exemplo o lançamento de promoções nas feiras, propostas pelo GT de comercialização, desde que seja interessante para o grupo. “Precisamos olhar para o conjunto das iniciativas, pra não promover produtos que sirvam para outras iniciativas (AGRICULTOR 4, 2017)”. “A promoção deveria funcionar como uma carta na manga [...] promover o produto que no momento está ali” (AGRICULTOR 2, 2017).

Essas estratégias não são obrigatórias, cada produtor tem o direito de participar ou não delas, como pode ser visto no diálogo a seguir: “Quando tem promoção aqui, vai ter promoção nas feiras do Comary e do Alto?” (AGRICULTORA 5, 2017). “A promoção não é obrigatória!” (AGRICULTOR 5, 2017).

No entanto podem ser bastante vantajosas. “Em determinadas épocas do mês a gente tem feito promoções também, com hortaliças, com verduras, pra poder ter uma demanda e uma atração maior do público. Então, a gente tem tido um resultado muito bom, da feira aqui do Comary” (AGRICULTOR 3, 2017).

A associação faz questão de lembrar que tem o papel de apoiar, mas não tomará a frente sobre estas questões, já que isto é um papel dos associados.

[...] a prática comum da comercialização na associação. Uma coisa é que não tem essa associação que vai pensar a comercialização nessa forma de organizar, de gerir isso, porque sou agricultor, [...] a gente tem que reconhecer esses limites. A iniciativa de comercialização ela tem que ser estimulada. Então, se tem pontos abrindo, se tem pessoas que querem abrir outros pontos, eu acho que isso tem que ser incentivado e é uma relação direta que a gente tem aqui. Ir lá direto com o produtor e fazer uma negociação. [...] Então entender que o processo da associação é esse, [...] quem está mais à frente ali do Comary buscar mais produtos pra ver se estimula ali o lugar, vislumbrando que daqui a pouco a gente vai ter bastante produto aqui, logo nós vamos ter umas sobras e isso melhora o preço, vai poder ter uma oferta maior (AGRICULTOR 2, 2017).

Outra experiência de comercialização empreendida pela AAT é com a Rede Comida da Gente⁵⁹, que se propõe a facilitar a comercialização direta entre produtores e consumidores. Algumas pessoas da AAT vinham se relacionando com esta rede, encaminhando seus produtos de forma individual e resolveram expandir a experiência para o grupo. O grupo passará a realizar entregas de produtos frescos e processados no Rio de Janeiro, em 4 pontos de distribuição. A princípio serão abertas listas quinzenais e os produtos já saem de Teresópolis embalados e pesados, com a venda realizada pela internet e o pagamento por depósito bancário. O interesse do Comida da Gente é alavancar o processo de venda dos agricultores. “O grupo tem 35 mil pessoas no Rio de Janeiro” (AGRICULTORA 2, 2017). Esta é uma experiência interessante de articulação e parceria que a associação promove à seus associados.

Ainda outras possibilidades que os agricultores têm encontrado são a venda direta no local da produção, a entrega domiciliar de cestas de produtos e a entrega para pousadas, restaurantes e hotéis. “Vendo muito em casa também. Eu tô numa posição favorável, tem várias pousadas em volta, e o pessoal que vai na pousada vem comprar mel, vem comprar verduras, sempre tem venda. E os moradores também [compram]” (AGRICULTOR 5, 2017).

⁵⁹ A rede organiza compras que procuram apoiar produtores locais e reduzir os preços de compra. Atualmente a rede se organiza por meio de grupos no Facebook e pretende desenvolver uma plataforma Web para auxiliar este trabalho (COMIDA DA GENTE, 2013).

- **Acesso a Mercados Institucionais**

Sobre o acesso à mercados institucionais por meio da participação em programas governamentais, a AAT iniciou uma experiência com a entrega para o PNAE. “A gente ficou sabendo através de comunicado mesmo, através das escolas, através de portarias aí, de e-mail, que a gente ficou sabendo. Através de que é lançada a chamada pública pra fornecer a merenda escolar. [...] Procuramos eles [EMATER] pra poder fazer” (AGRICULTOR 1, 2017).

No entanto, devido a cortes de orçamento do Estado, a AAT se viu obrigada à suspender suas entregas.

[...] participamos da licitação, da chamada pública, aí entramos em grupo, porque ainda não temos a DAP jurídica, pra entrar como entidade. Então nós fizemos um projeto grupal, [...] e entrou alguns produtores da AAT que foram [...] selecionados pra atender a merenda. A gente participou o ano passado, colocando pro colégio, pra uma escola, pra [...] adquirir experiência, futuramente a gente ver como é que dava pra fazer, mas o projeto a gente teve que rescindir esse contrato, porque o governo no meio do caminho mudou os preços [...] não tinha como a gente manter (AGRICULTOR 1, 2017).

O PNAE, a gente começou o ano passado, no início do ano, no início do semestre, a fornecer pra uma escola estadual [...]. Na verdade, não foi a associação como um todo que forneceu porque a gente não tinha a DAP jurídica, a gente não podia legalmente como associação, mas a gente forneceu enquanto grupo [...]. E a gente forneceu lá mandioca, batata doce, couve-flor, cenoura e chuchu. Mais como uma experiência no início, pra tentar fazer a coisa crescer. Mas infelizmente, a partir do segundo semestre, [...] o governo do estado, numa reunião com as escolas estaduais coloca que a tabela de preços ao invés da FGV teria que ser pela do TCU e essa tabela de preços do TCU não fazia sentido o deslocamento que a gente teria que fazer pra levar os produtos pra escola (AGRICULTOR 2, 2017).

Essa situação leva ao entendimento de que não basta criar políticas públicas, é preciso garantir o acesso, condições para acessar.

Ou seja, não cortou o programa, mas cortou as possibilidades que ele aconteça e seja viável para os agricultores. A gente não pode dar continuidade nesse fornecimento, infelizmente. A gente enxerga que é um programa interessante, é uma política pública que incentiva, que valoriza a agricultura, mas o fato é que tem forças aí que não querem, e a gente se vê muitas vezes sem possibilidade de lutar por isso. A gente poderia ter se organizado, ido lá na ALERJ, poderia ter feito um monte de coisas, mas não fez. Porque a gente é agricultor também, tem as demandas todas da associação também, deixou quieto. Foi o que aconteceu (AGRICULTOR 2, 2017).

- **Processamento da Produção e Trabalho Não Agrícola**

A AAT é uma associação bem diversificada que agrega produtores rurais, agricultores familiares, processadores de alimentos, artesãos, atravessadores ou intermediários e outros.

Temos alguma diversidade aí. A gente tem produtores antigos, temos não produtores, temos o pessoal de ‘sitiantes’, como a gente chama o pessoal que vem de fora, compra sítio aí, quer produzir pra eles, daí começa a vender. Tem os processados, aquele pessoal de cidade mesmo, aqueles de cidade que só fazem isso, então ela é bem diversificada (AGRICULTOR 1, 2017).

Entre seus produtores existem diferentes escalas e objetivos de produção e de comercialização.

Tem agricultores familiares que tinham um quintalzinho, até tem outras atividades mas, tão na roça, são da roça, [...] só que esse quintal é produtivo, então vê na feira um espaço que é possível de trazer umas caixinhas, umas coisas diferentes, as frutas do quintal e comercializar, de participar de uma atividade ali como agricultor. Então, é uma agricultura familiar mas de pequena escala. Tem uma parte de agricultores familiares também, que é uma

realidade daqui de Teresópolis, só que convencionais, que participam, trabalhavam de uma forma convencional, e [...] por uma sensibilização que teve de alguma forma [...] procurou a gente pra fazer parte do grupo. [...] entra pro orgânico, mas tem um ritmo daquela agricultura mais produtiva [...]. Então tem produtores que produzem muito, organicamente, dentro da conformidade, mas já tem essa pegada mais forte e tão juntos aqui dentro também. Tem agricultores neorurais [...]. Pessoas que vem da cidade, fazem a escolha de ir para o campo e produzir [...]. Na verdade é isso, pessoas até de fora, da Bélgica, tem senegalês, tem suíço, tem argentina, [...] pessoas de outras realidades, de outros países (AGRICULTOR 2, 2017).

Essa diversidade traz benefícios e também dificulta alguns processos, como por exemplo a obtenção da DAP Jurídica e o acesso a políticas públicas voltadas à comercialização de produtos da agricultura familiar.

Eles [a EMATER] até já vieram em algumas reuniões falar que a gente podia ter uma DAP jurídica, até pra vender pra merenda escolar, só que a gente ainda não conseguiu ter os 70% de agricultores familiares, porque a associação tem artesanato, processadores e tem agricultores, então fica difícil fechar essa conta (AGRICULTOR 2, 2017).

Por outro lado, essa diversidade incrementa a feira e beneficia o consumidor, que encontra com uma certa facilidade um conjunto grande de produtos à sua disposição. Isto cativa os clientes, o que retorna positivamente para o conjunto dos associados, com o fortalecimento dos espaços de comercialização.

O grupo de processados é um exemplo desse fortalecimento interno e profissionalização dos associados. Essa atividade que se inicia modesta, aos poucos vai adquirindo novos contornos e se profissionalizando.

Foi ótima [a visita do SPG, do grupo de processados]. Estávamos 15 de nós. Foi praticamente todo mundo, faltou pouca gente. É dentro da cozinha da família, mas tá tudo muito bem encaminhado, tinha coisa do tipo bujão de gás do lado de fora e que tava dentro de casa, mas isso são coisas fáceis de resolver. A gente deu dois meses mas já deve estar feito. Tinha uma luminária, o espaço de estoque que estava pequeno a gente recomendou que fizesse num outro espaço que eles tinham lá, porque eles estão aumentando o número de produtos. E tinha uma questão de uma lixeira de pedal, então é muito pouca coisa. Apesar de ser dentro da cozinha da família está tudo muito bem organizado (AGRICULTORA 3, 2017).

Essa adesão toda é porque a gente tá num processo de rever as nossas práticas, a gente tá se preparando pra uma aproximação maior com a Embrapa Alimentos, tem todo um processo do subgrupo de processados que, não só ele tá crescendo como ele tá se profissionalizando, como essa questão dos novos pontos de comercialização, levam a gente pra um cuidado maior com a coisa da rotulagem [...]. Existe um GT dentro do grupo de processados que são as pessoas que estão fazendo a leitura das normativas, e ao mesmo tempo fazendo um estudo comparativo com a RDC 49⁶⁰, que é um guarda-chuva pra acolher a questão da produção artesanal, pra tornar a normativa um pouco mais leve, mais factível pra nossa realidade. A gente escolheu usar o Conselho Municipal pra acessar os órgãos municipais, que são quem tem que fazer essa aplicação da resolução 49 (AGRICULTORA 2, 2017).

É quem vai regulamentar essa resolução, que abre as portas pra produção artesanal, pra cozinhas domésticas, pra produção colonial. Então seria o município que vai regulamentar isso, então a ideia é buscar que eles façam essa regulamentação (AGRICULTOR 2, 2017).

⁶⁰ Resolução ANVISA/DC N° 49 de 31/10/2013. Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Art. 5° São diretrizes desta resolução: [...] V - proteção à produção artesanal a fim de preservar costumes, hábitos e conhecimentos tradicionais na perspectiva do multiculturalismo dos povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares (LEGISWEB, [2017?]).

E nesse processo encontram apoio de importantes parcerias que colaboram com a capacitação dos associados visando uma produção de maior qualidade técnica e sanitária.

Dentro das ações do projeto da Embrapa Agrobiologia, que há dois ou três anos a gente vem trabalhando com vocês, a gente fez uma atividade envolvendo a questão das boas práticas [...] Aqui o pessoal preferiu boas práticas de processamento. [...] Os colegas da Embrapa Alimentos vão vir fazer uma visita e a perspectiva é de que façam uma oficina de boas práticas em abril. [...] Na semana que vem a gente vem aqui e vai visitar [uma] casa de doces [...] porque ela [a processadora] começou fazendo dentro da cozinha e ela passou por toda uma jornada de questões legais, então a gente vai trocar uma ideia com ela, e aí, caso houver interesse, após essa oficina de boas práticas a gente vai fazer uma visita técnica lá no sítio, uma troca de experiências. [...] Na oficina a gente pensa em ter a prática e depois uma conversa sobre a legislação, que seria interessante convidar os gestores públicos que tenham interesse e boa vontade, e que já estejam envolvidos com isso, pra participarem dessa atividade (TÉCNICA 2, 2017).

Assim, atividades inicialmente sem grande expressão vão ganhando contornos mais profissionais e colaborando e beneficiando inclusive outros agricultores, não associados, por meio de políticas públicas municipais.

4.4.1.4 Tecnologias de produção

Em relação às tecnologias de produção orgânica, os aspectos que mais se destacaram nesta pesquisa, devido à importância que ganharam frente à execução de projetos, são a preocupação com a conservação e disponibilidade de sementes e demais materiais propagativos orgânicos; a produção de mudas orgânicas e a produção de diversos tipos de fertilizantes e caldas. Em resumo, trata-se de uma preocupação com a disponibilidade de insumos para subsidiar a produção orgânica.

- **Material Propagativo**

A primeira iniciativa de formação de um banco de sementes na AAT surgiu por meio de um projeto da associação encaminhado ao Banco HSBC, com o objetivo de fortalecer a troca de sementes e resguardar o material genético que a associação dispunha e fazia uso. “A gente, com o edital do HSBC, constituiu um banco de sementes” (AGRICULTOR 4, 2017).

O banco de sementes se iniciou também com esse projeto do HSBC. Começou a se fortalecer o banco de sementes. Pagar uma pessoa pra tá ali, trazendo o banco. Na verdade, esse banco tá na roça, tá na terra ou tá na prateleirazinha dos agricultores. O banco de sementes da associação é dinâmico, tá aí, tá acontecendo. O agricultor vai numa visita e vê que tem alguma coisa lá, ah, tem semente de ervilha aí? Ah, tenho. Trago semana que vem, e traz 100 gramas de ervilha aí. E pede uma semente de brócolis, e milho, e vai. A troca acontece! Sempre aconteceu. A ideia foi começar a reunir num banco a variedade de sementes que tinham os produtores, e esse banco tá num lugar físico só e vindo aqui pra feira de mês em mês, o banco de sementes. Então uma vez por mês tinha essa troca de sementes. Então, esse banco de sementes ainda existe, mas perdeu força, por falta de braço a gente não consegue mais trazer esse banco de sementes uma vez por mês pra feira, mas ele ainda existe. Ele tá lá, se pedir [...] traz a semente (AGRICULTOR 2, 2017).

O banco de sementes ainda é uma estratégia válida e necessária para a conservação de sementes e outros materiais propagativos, no entanto, atualmente encontra-se em um período de baixa atividade já que os agricultores estão direcionando seus esforços para outras necessidades.

Eu acho muito legal, muito valioso [...] mas que hoje o banco está estagnado. Por que? Semente é um organismo vivo, e se você não tem trabalho sobre ele, morre. Você tem que renovar a produção de sementes, e hoje nós não temos estrutura pra isso. Nós não temos trabalho pra manter essa renovação de

sementes. Então nós temos os materiais que cada um mantém nas suas casas, que está acostumado a produzir aquilo. Mas nós não temos um trabalho organizado de produção de sementes. Para sobrar, pra disponibilizar (AGRICULTOR 4, 2017).

Fundamentalmente o que se espera é que desponte algum interesse que reanime o projeto, por meio de recursos humanos, financeiros, quer venham do governo ou da iniciativa privada.

Eu acho que seria muito valioso, só que nós estamos esperando que a gente consiga um recurso, que não precisa ser exatamente do Estado. Ele podia vir do âmbito privado também. Mas tem que haver um investimento de trabalho, e investimento material pra que isso cresça. A gente tem umas ideias, tem aí um restinho de banco de sementes, principalmente o conteúdo, o ganho que foi a experiência. Então estamos esperando parcerias, coisas que aconteçam, interesses. E estamos aí com o nosso saldo pra juntar, ou seja à rede, ou seja com algum grupo que queira partir pra uma atividade profissional de manutenção de materiais propagativos (AGRICULTOR 4, 2017).

Este trabalho deveria evitar a perda da qualidade biológica de sementes e materiais propagativos em geral, certificar a qualidade das sementes e estruturas de propagação vegetativa, catalogar devidamente as espécies e variedades identificando suas condições entre outros serviços.

Eu prefiro trabalhar com a ideia de materiais propagativos do que exclusivamente sementes. Que a questão da perda de material não é só semente biológica, mas é do material propagativo como um todo. Os materiais de mandioca, os clones, todos os tubérculos, baroa, yacon, mandioca, inhame, couves, plantas que se propagam vegetativamente, tudo isso merece um trabalho de catalogação, reconhecimento de qualidade, identificação de características, disponibilidade, saber onde tem o que, quem tem o que, em boas condições, pra poder levar pra outro. [...] Hoje, com internet, você sabe quem tem isso, tem aquilo (AGRICULTOR 4, 2017).

Durante o projeto SAN Agroecologia, realizado em parceria com o NPTA da EMBRAPA Agrobiologia, foram introduzidos diferentes materiais propagativos e realizadas diferentes capacitações para a produção, o que resultou no aumento da oferta de produtos voltados à alimentação básica, tanto na feira agroecológica, como para o consumo das famílias de agricultores.

A gente chamava de SAN Agroecologia [...]. É o projeto Estratégias Agroecológicas para Segurança Alimentar e Nutricional em Ambientes de Montanha na Região Serrana Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Foi bom. Teve uma coisa forte dos materiais de propagação, que isso foi uma demanda que a gente colocou forte, de ter acesso a materiais de propagação de alimentos mais de base. Então milho, inhame, batata, batata doce, pensando justamente na segurança alimentar, da gente poder difundir mais essas produções, que é uma coisa que dá mais sustento mesmo. E que é uma coisa que falta muito na feira também. Então pra aumentar a diversidade na banca. Forneciam material vegetativo, batata a gente conseguiu, milho, e outras variedades, batata-baroa. Aí muitas vezes era acompanhado de uma oficina. Então a batata-baroa veio uma unidade de experimentação. Veio 500 m² de batata-baroa, pra muda, pra semente. E dali dividiu aquelas mudas pros associados. Isso a gente fez plantio em forma de mutirão, mas junto com eles (AGRICULTOR 2, 2017).

Outra iniciativa relacionada à banco de sementes é um projeto em andamento da Rede de Sementes, que congrega a UFRRJ, EMBRAPA, PESAGRO e Rio Rural.

Temos também o projeto do banco de sementes, que é junto com a Rede do Rio Rural. O Rio Rural que tá bancando, mas o projeto é do professor [...] da Rural. São os órgãos da Rede, PESAGRO, EMBRAPA, que a gente tá trabalhando com esses aí, do banco de sementes, que são as sementes orgânicas do Estado. Eles têm isso em andamento. [...] A Rural, a EMBRAPA, a PESAGRO que estão envolvidas com aquilo ali. Eu sei que tem outros. Essas são as mais importantes. (AGRICULTOR 1, 2017).

O projeto basicamente se refere à autonomia produtiva em relação às sementes. Os agricultores serão capacitados para se tornarem produtores de sementes, para o seu próprio uso, garantido sementes orgânicas, de acordo com o que estabelece a legislação, e também para a venda.

Só que agora a gente tá entrando em um novo momento que é esse, da questão do projeto de sementes, da rede de sementes. Que a ideia é eles tarem tanto capacitando os agricultores pra produção de sementes, quanto vai ter lá, [...] no banco, vai ter lá uma geladeira, uma peneira, e alguns equipamentos que são importantes, um desumidificador, umas coisas que são importantes pra ter uma semente boa. Tecnicamente bem produzida, bem armazenada. Pra gente ir pra outro patamar que é de produção de sementes mesmo. A gente pode fornecer sementes por exemplo. A Associação pode chegar o momento de vender semente pra outras pessoas, outros produtores e fortalecer a troca que existe entre a gente. (AGRICULTOR 2, 2017)

[...] na rede de sementes, [...] a gente tá lá, participando ativamente. Vai chegar material, vai chegar geladeira, coisa de projeto pra gente poder, e capacitação também pra gente poder ser produtores de sementes orgânicas, buscando nossa autonomia das sementes, e já é previsto em lei. A Lei ainda não tá valendo, mas é uma coisa que a gente quer, independente de lei, né, quer que tenha sementes boas, isso tudo nesse diálogo com a rede (AGRICULTOR 2, 2017).

Em geral o financiamento desse tipo de projeto tem sido feito por meio de recursos destinados à pesquisa. “O CNPq financiou o SAN Agroecologia. Esse projeto de sementes também foi o CNPq. E as instituições que estão mais a frente são a PESAGRO, a EMBRAPA e a Rural” (AGRICULTOR 2, 2017).

No entanto, na associação há pessoas que acreditam que um banco de sementes deveria ser gerido pela iniciativa privada para gerar uma economicidade capaz de movimentar o negócio em um ritmo profissional, que garanta de fato as entregas de acordo com prazos para o plantio e promova a renovação constante dos estoques de sementes.

Tem um projeto com a Rede, mas aí cria uma expectativa com o Estado e eu ando meio cético. Eu preferia uma iniciativa particular nisso aí. Porque o Estado financia dando dinheiro de edital. As pessoas gastam o dinheiro do Edital em quem apresentou o Edital e o dinheiro fica por lá mesmo, e não dá um grão de feijão isso daí. Porque o Estado não faz uma coisa econômica. Num primeiro momento é ótimo, um dinheiro a fundos perdidos, depois não roda. A coisa não cria uma economicidade por ter tido entrada de dinheiro num momento. Não obrigatoriamente. Se não for muito bem direcionado pra ser replicado. [...] Mas as pessoas querem ganhar! Não sintoniza bem a coisa. A dinâmica é outra. Tanto é que eles lá estão lotados de sementes orgânicas na PESAGRO, e não chega! A gente compra semente convencional na loja! Por quê? Não sei! [...] É complicado! (AGRICULTOR 4, 2017).

- **Fertilizantes**

Para viabilizar a produção de hortaliças no sistema orgânico, é fundamental a disponibilidade de bons fertilizantes que atendam às necessidades das culturas e sejam apropriados e permitidos neste tipo de manejo. Estes fertilizantes necessitam estar aptos a atender tanto a exigência nutricional das culturas, quanto às necessidades de melhorias das condições físico, químicas e biológicas dos solos.

Os fertilizantes mencionados com maior frequência são o bokashi, uma modalidade de composto orgânico fermentado, produzido principalmente com materiais ricos em nitrogênio, e os biofertilizantes líquidos, como o Agrobio, pesquisados e aperfeiçoados pela PESAGRO. O agricultor a seguir, relata como teve contato com essas tecnologias, como surgiu o projeto para a produção, algumas capacitações realizadas e como iniciou a produção que fornece insumos para os agricultores orgânicos, convencionais e para o público que frequenta a feira da AAT em Teresópolis.

Ele partiu dentro da rede de pesquisa da ATER pro Rio de Janeiro, que eu tava participando. Eu comecei a participar lá em 2011, tava representando a cooperativa, a Coopvieira, na qual eu sou o vice-presidente, então a gente começou a fazer. E vimos a produção desses insumos. Tanto do Agrobio, que é o biofertilizante, como do bokashi. Então do Agrobio foi a partir desse contato que eu comecei a ter com o pessoal da rede. Então surgiu o projeto de fazer, através até mesmo do Rio Rural, que foi quem pagou. É essa rede de pesquisa da Nova Ater do estado, já está desde 2011 que faz parte aí PESAGRO, EMBRAPA, todos os órgãos do estado que tem...[pesquisa]. Alguns agricultores foram convidados também a participar, e eu fui um deles. Na época eu fui representando a cooperativa. [...] Foi aonde surgiu essas ideias de fazer. Aí a gente fez a visita lá na Fazendinha. Na PESAGRO, o Agrobio, [...] o pessoal lá já produz ele há bastante tempo. Então veio pra gente esse projeto, dentro do grupo, pra gente poder produzir (AGRICULTOR 1, 2017).

A PESAGRO é a instituição mais destacada no aspecto da produção de insumos, em especial do Agrobio. Veja as falas: “tem um projeto, assim como eu tenho lá em casa, do Agrobio, que é da PESAGRO” (AGRICULTOR 1, 2017), “com a PESAGRO é a produção de fertilizantes” (AGRICULTOR 1, 2017). Embora o agricultor destaque a PESAGRO, não deixa de mencionar que o projeto foi possível devido à uma atuação em rede, neste caso a Rede de Pesquisa da Nova ATER do Rio de Janeiro. O conhecimento chega ao agricultor devido ao convite à Coopvieira. A PESAGRO entra com a tecnologia, mas o Rio Rural fomenta a produção. E a Fazendinha do Km 47 é o espaço para a capacitação. Portanto é a partir de um conjunto de esforços, de diferentes organizações e voltados para um mesmo interesse, que é possível, atualmente, a existência deste produtor produzindo insumos a partir de uma tecnologia diferenciada, voltada à agricultura orgânica.

Os insumos produzidos são repassados aos demais agricultores, tanto convencionais como orgânicos, a preço de custo. Como este trabalho é fruto de uma parceria, de um projeto, existe uma intenção de que mais produtores possam ser beneficiados. A forma que este benefício chega aos demais, é devido à aquisição de insumos com valores inferiores ao valor de mercado, já que o produtor dos insumos do projeto não insere lucro no valor do produto, apenas os custos de produção, inclusive o valor do seu trabalho.

Como é do projeto, em parceria, e participativo, ele não tem essa visão de venda [de lucro] [...]. A gente distribui, digamos assim. Hoje eu faço esse trabalho desse jeito. Eu vendo ele aqui na feira, pro pessoal, pros agricultores, e lá em casa também. Lá na associação, na cooperativa, né. Mas [...] a gente fala em distribuir. Ele é distribuído. Distribuído, tem um custo, e esse custo é o que paga o custo de produzir, o custo de produção. [...] Na verdade, se eu fosse vender uma garrafa dessas, de dois litros, hoje no mercado um similar desse, custa cem reais (R\$100,00) o litro. Esse aqui são dois litros. E eu tô vendendo aqui, pro pessoal que não é produtor sai a trinta reais (R\$30,00), pros produtores sai a vinte (R\$20,00). Então ele sai nesse valor. E depende da quantidade também sai mais caro um pouco (AGRICULTOR 1, 2017).

Este mesmo agricultor, que antes de ser orgânico foi agricultor convencional e possui diversos parentes agricultores, sustenta a qualidade do Agrobio, afirmando “que é um produto de excelente qualidade, que poderia estar sendo utilizado pra os convencionais, pros outros produtores” (AGRICULTOR 1, 2017), e complementa dizendo que “a EMATER poderia divulgar esse trabalho” (AGRICULTOR 1, 2017).

Este agricultor, além de produzir o Agrobio, também produz o adubo bokashi, composto orgânico, húmus de minhoca e minhocas para venda. Os conhecimentos sobre a produção desses produtos foram repassados pelas organizações mencionadas acima, com destaque para a PESAGRO, sendo que na produção de húmus de minhoca teve destaque a participação da EMBRAPA Agrobiologia.

De forma geral percebe-se pela fala do agricultor, que as organizações locais são bem atuantes e procuram atuar em conjunto. Na fala a seguir, o agricultor destaca que a última tecnologia que ele acessou foi a da fossa biodigestora. Neste caso, foi uma parceria entre a AAT e a EMBRAPA. A AAT colocou a demanda vinda dos grupos do SPG e a EMBRAPA realizou capacitações por meio de dias de campo, com a tecnologia que já estava disponível. As fossas resolvem um problema ambiental ligado ao saneamento rural e produzem um efluente líquido que pode ser utilizado como fonte de adubação para capineiras e em plantios arbóreos, como cercas vivas, na produção de madeira e outros. Este é um exemplo de transferência de tecnologia. O Rio Rural tem difundido amplamente esta tecnologia e fornecido os equipamentos, através do programa, para a instalação das fossas nas áreas das microbacias, onde haja interesse.

Tem uns projetos aí de construção, teve o último projeto que foi de fossa séptica, que é biodigestora e fertilizante. Que é pra usar em capineiras, nas árvores, coisas assim. [...] A fossa biodigestora é com a EMBRAPA. [...] Aí já foi aqui, nesse ano que passou agora, através da associação, da AAT. Aí já veio esse projeto, tinha três ou quatro módulos pra fazer, eu tava mudando de casa, tava fazendo uma casa nova, ia precisar fazer fossa e tudo, então se tiver eu quero pra fazer uma lá em casa. [...] eles apresentaram que já tinha esse projeto dessas fossas biodigestoras na Embrapa (AGRICULTOR 1, 2017).

- **Mudas Orgânicas**

Na produção orgânica de olerícolas, um entrave é a origem das mudas, que também devem ser produzidas nesse mesmo sistema de cultivo. Caso o agricultor não produza suas próprias mudas, deve procurar um fornecedor orgânico. No entanto o mercado é limitado na oferta desses produtos e ainda há poucos produtores especializados em produção de mudas, no sistema orgânico. Desta forma, havia um interesse no incentivo e desenvolvimento deste tipo de atividade na região, o que motivou a elaboração de projetos nesse sentido. Atualmente, o agricultor entrevistado desempenha um importante papel na produção de mudas de hortaliças orgânicas que são distribuídas no mesmo sistema de repasse dos biofertilizantes, com valores que cobrem os custos de produção. O acesso à essa tecnologia se deu por meio da inserção do agricultor em um projeto da EMBRAPA Agrobiologia, divulgado a partir da Rede de Pesquisa do Rio de Janeiro.

A estufa do mesmo jeito. Como eu já tava lá [na Rede de Pesquisa], e fiquei sabendo também da produção [de mudas]. E eu já tava migrando pra agricultura orgânica, já tava fazendo a transição, e eu como me interessei em fazer, em produzir os insumos, mudas e insumos, que era o meu objetivo na época, então também optei [...] em fazer essa produção de mudas pros agricultores. Porque era algo que queriam fazer mudas orgânicas, trabalhar com os orgânicos. Foi nessas mesmas conversas, na Rede de Pesquisa (AGRICULTOR 1, 2017).

Da mesma forma que no caso dos fertilizantes, a situação da atuação em rede se repete no caso da produção de mudas, só que desta vez liderada pela EMBRAPA Agrobiologia. “Eu com a EMBRAPA, eu tenho a produção de mudas orgânicas, aqui pra Região Serrana, que é esse projeto da EMBRAPA” (AGRICULTOR 1, 2017). Neste caso o projeto técnico e orientações são da EMBRAPA, há recursos de pesquisa envolvidos na instalação de estufas para a produção das mudas, porém as estufas foram montadas por técnicos da PESAGRO. O agricultor teve acesso ao projeto por meio da Coopvieira, que participa da Rede de Pesquisa. Portanto, mais uma vez, é a partir de um conjunto de esforços, de diferentes organizações e voltados para um mesmo interesse, que atualmente existe este produtor produzindo mudas orgânicas para o fornecimento na região.

O interesse dos agricultores e de suas organizações em se inserir em projetos dessa natureza parte das demandas identificadas nas suas reuniões internas. “Das demandas que

a gente tem dentro dos grupos de trabalho, da associação, da cooperativa, das associações digamos” (AGRICULTOR 1, 2017). Então é a partir de suas organizações que os agricultores têm acesso a estes projetos. “Porque essas aí [estufas], é feito pela cooperativa. O meu é feito pela cooperativa” (AGRICULTOR 1, 2017).

E apesar do acesso ao projeto ter sido realizado pela participação do agricultor na Coopvieira, o resultado do projeto beneficia a AAT e seus associados, já que as mudas são destinadas aos produtores convencionais, mas fundamentalmente aos produtores orgânicos.

E o Agrobio e a muda é através da cooperativa da Vieira, a Coopvieira. Mas eu produzo então, como eu sou orgânico e são produtos orgânicos, eu tanto produzo pros agricultores lá, os convencionais e quem quiser, quanto produzo e distribuo aqui [na AAT] (AGRICULTOR 1, 2017).

Nestes projetos, tanto da produção dos fertilizantes como na produção de mudas, fica bem destacado que o papel das instituições de pesquisa é relacionado aos desenvolvimento tecnológico, ou seja, dizem respeito ao desenvolvimento e transmissão da tecnologia. “A parte de pesquisa, de desenvolvimento [parte dos órgãos de pesquisa], é a parte técnica” (AGRICULTOR 1, 2017). O papel das organizações dos agricultores é promover o contato entre os agricultores e as demais organizações e fazer chegar a informação até eles. E nesses casos específicos, o Rio Rural tem cumprido um papel de fomento à produção, no sentido de fornecer os recursos para a instalação de equipamentos produtivos (ou investimento), no caso com recursos a fundo perdido. “Esses foram projetos desenvolvidos, mas quem pagou as coisas foi o Rio Rural. Tanto a do biofertilizante, quanto a de mudas, no meu caso” (AGRICULTOR 1, 2017).

- **Produção de Caldas**

Além dos insumos citados anteriormente, sementes, mudas e fertilizantes, na região também ocorreram esforços no sentido da produção de caldas e extratos vegetais utilizados na proteção e controle de pragas e doenças em plantas cultivadas e aceitos na produção orgânica, como por exemplo a calda bordalesa e o extrato de pimenta.

A Cooperativa Cedro desenvolveu algumas atividades de campo capacitando para a produção desse tipo de caldas, num trabalho de assistência técnica que o agricultor considera ‘assistência técnica mesmo’ ou “conforme eram os técnicos antigos. [Afinal,] no campo as pessoas não mudaram tanto como na cidade” (AGRICULTOR 1, 2017). O agricultor salienta que este tipo de trabalho é importante já que o técnico não tem interesse econômico sobre o produto, o que faz que recomende ao agricultor o que de fato é eficiente e mais econômico. “O técnico que tem da loja, vai te receitar o que tem lá pra vender. E não vão te dizer que uma calda bordalesa, de pimenta, um extrato, é muito mais barato e vai resolver” (AGRICULTOR 1, 2017).

Na FIGURA 17 a seguir, é possível ver uma amostra dos insumos orgânicos e mudas orgânicas produzidos em decorrência do incentivo proporcionado por projetos de pesquisa e transferência de tecnologia da PESAGRO e EMBRAPA Agrobiologia, e fornecidos à preço de custo para os produtores agroecológicos e convencionais da região.



FIGURA 17. Amostra dos insumos e mudas orgânicas, presentes na feira agroecológica de Teresópolis: fornecimento a preço de custo.

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

- **Pesquisa**

Conforme pode ser visto anteriormente, há uma série de esforços relacionados à pesquisa e à transferência de tecnologias que vem ocorrendo na região serrana, e que a AAT ou seus associados participam direta ou indiretamente, dos projetos e de seus desdobramentos ou benefícios. Por exemplo, “sementes, os principais milhos que a gente tem aí cultivados vieram deles” (AGRICULTOR 4, 2017).

[Tem] a Rede de Sementes, ao mesmo tempo tem a UPP [Unidade de Pesquisa Participativa] [...] de caldas, que já tem um tempo já, [que] rebate pra gente. Mas acho que teve uns incentivos da PESAGRO da própria EMBRAPA da parte de mudas, teve ali umas capacitações. O [agricultor envolvido] sendo o produtor de mudas da associação, principal, da parte de caldas e de fertilidade, a gente se beneficia. Enquanto ele melhora a capacidade dele lá, e física lá do lugar e a parte técnica, é importante pra gente (AGRICULTOR 2, 2017).

Nessa relação com os agricultores, a partir de projetos, as pesquisas vão sendo realizadas quer seja nas UPPs ou não, dependendo de cada caso. E os agricultores também participam de diferentes formas quer seja no desenvolvimento e até na avaliação das pesquisas, variando de caso a caso.

[O projeto SAN Agroecologia,] foi um projeto bem prático, mas teve a parte da pesquisa, que ela tá em andamento ainda, na própria NPTA, EMBRAPA Agrobiologia. Tem pessoas do núcleo lá, que tão fazendo pesquisa na associação. Pesquisas de mestrado, acho que são três pesquisas que estão sendo feitas. [...] São ligadas à EMBRAPA Agrobiologia. [...] Não sei bem ao certo se estão ligadas ao projeto, mas eu acho que tá. Mas teve, a [pesquisadora] que foi em Portugal [...] levando o relatório, falando do projeto, divulgando os resultados do projeto. A [pesquisadora] ainda vai vir aqui pra fazer esse trabalho [de avaliação dos resultados da pesquisa]. E na verdade tem um relatório final, que fui eu mesmo que escrevi, que a avaliação também foi feita por mim, porque eu participei do projeto. Então esse é o desfecho (AGRICULTOR 2, 2017).

Os agricultores também apontam algumas necessidades de desenvolvimento de pesquisa e tecnologias. “[...] Talvez algumas coisas poderiam ser mais direcionadas lá, na

pesquisa, pras dificuldades técnicas nossas” (AGRICULTOR 4, 2017). A principal apontada se relaciona com a mecanização para facilitar o trabalho na agricultura em pequena escala e suprir a carência de mão de obra, uma das principais dificuldades encontrada na agricultura, atualmente. “[...] a falta de mão-de-obra, que hoje é muito grande [...] então uma modernização nos equipamentos, pra gente poder trabalhar de forma melhor, poder produzir em mais quantidade” (AGRICULTOR 1, 2017).

[...] pesquisa de técnicas que facilitem o trabalho, tornem o trabalho menos pesado, menos bruto lá na roça. Máquinas sim, máquinas mais leves, mais adaptadas à nossa realidade e que fazem um bom trabalho, e que tem um trabalho ali, de entrar em uma linha capinando, tem algumas coisas saindo. Tem lá os tratoritos, tem algumas coisas mais leves que tem saído. Que tem ajudado muita gente, que está começando a usar este tipo de equipamento. Acho que muita coisa pode ser criada e pensada pra essa nossa realidade. [...] A gente quer mais coisas voltadas pra nossa realidade, isso com certeza. Isso vem de adaptar coisas, mas é isso, as instituições de pesquisa, as universidades, as EMBRAPAs, tem que aproximar o diálogo, tem que estar mais próximos, porque é muita diversidade, não é fácil. Não é um negócio que é uma colheitadeira de cana, de soja, tem que vir aqui porque a realidade é diversa demais (AGRICULTOR 2, 2017).

Finalizando, é importante destacar que mais uma vez fica claro o papel dos órgãos de pesquisa na relação com os agricultores, que têm muito a colaborar, principalmente realizando suas atribuições específicas, mas é bastante diferenciado do papel que têm os órgãos de extensão, não cabendo ocupar o seu lugar, nem desempenhar suas funções.

PESAGRO e EMBRAPA, eles nos auxiliam, mas são órgãos de pesquisa. Eu vejo a EMBRAPA e a PESAGRO mais pra melhoria de um produto, de uma planta, de resistência. Como na PESAGRO: fazem a parte fitopatológica. Eu acho que a área deles é essa, de manter novas variedades, de trazer novas variedades. Eu acho que seria isso, é o que eu vejo, EMBRAPA e PESAGRO com esse papel, pra fazer esse tipo de coisa. É claro que eles podem e devem nos auxiliar, trazendo técnicas, mas nessa área deles, não naquela do dia a dia que é pra quem tá no dia a dia junto com a gente (AGRICULTOR 1, 2017).

4.4.1.5 Fomento à produção

- **Fomento**

As iniciativas de fomento identificadas junto à AAT são praticamente nulas, se se considerar o que de fato a associação desfrutou dessas ações.

É teve coisa com relação a trator, quando veio trator do Estado. Do governo do estado. Que a EMATER ajudou a chegar aqui na associação, pra alguns lugares, algumas localidades. Na verdade, chegaram a oferecer um trator pra associação. Só que a gente não quis, que ia ser inviável a gerência, a administração de um trator, sendo que somos associados espalhados no interior todo aí afora, imagina! Como é que vai dividir um trator! Então isso faz mais sentido numa localidade (AGRICULTOR 2, 2017).

Isso não quer dizer que a associação não tenha necessidade desse tipo de apoio, como salienta o agricultor a seguir: “projetos sociais pra poder a gente ajudar, fornecendo mesmo material pros agricultores, porque é muito trabalhoso” (AGRICULTOR 1, 2017). O que a associação tem feito é escrever e concorrer em editais com seus próprios projetos, que tem sido uma fonte de fornecimento de material, equipamentos, subsídio, apoio ao trabalho dos agricultores, dentro das suas especificidades produtivas, indistintamente de quais sejam.

Dentro da sua área [técnica e produtiva há diferenças], porque um projeto pra um processado é diferente de um projeto pra uma produção agrícola. O cara quer um projeto pra melhorar a cozinha, então, nesse sentido é diferente. Mas não que tenha diferença alguma em ser do processado ou de ser da agricultura. Não tem nenhuma diferença em termos de fazer os projetos. De tratamento.

Todos vão ser beneficiados igualmente, nas suas áreas [produtivas] (AGRICULTOR 1, 2017).

A principal linha de fomento do Estado do Rio de Janeiro tem sido o Programa Rio Rural, que aplica seus recursos à fundo perdido. Apesar disso, há a contrapartida financeira dos agricultores que solicitam esses recursos, variando a porcentagem de acordo com a classificação do programa sobre os beneficiários, por exemplo, se são agricultores familiares ou não, entre outros.

Rio Rural é fundo perdido, mas você paga contrapartida de 20% do valor das suas práticas que você pediu. Se você vai comprar um carro de 30 mil você vai pagar 6 mil. É monetário, depositam o dinheiro na tua conta. Você vai lá, compra e dá a nota fiscal comprovando que você comprou. No valor total do projeto (AGRICULTOR 2, 2017).

Esses recursos são aplicados de acordo com as microbacias em que os produtores estejam inseridos e são geridos pelo COGEM. A EMATER é quem organiza essa distribuição.

O projeto do Rio Rural, que vinha apoiando desde 2008 pra ajudar os produtores trazendo projetos, com verba, com dinheiro à fundo perdido, tanto do Banco Mundial, do BIRD, quanto do Estado que colocaria uma parte desse dinheiro [...] E esses projetos vieram pra ajudar os agricultores, produtores dessas microbacias. Em saneamento, em produção, trazendo projetos de ajuda mesmo, pra comprar maquinário, pra comprar insumos, pra ajudar as pessoas, e com isso é claro, mas tudo voltado pro agroecológico. A exigência deles e tudo, é que você cumpra, faça. Que tem umas regras a serem cumpridas. [...] foi a EMATER que fez esse trabalho (AGRICULTOR 1, 2017).

Após uma série de tratativas entre a AAT e a EMATER, foi verificada também uma possibilidade da associação participar do Programa Rio Rural, com um projeto numa linha voltada à Cadeias Produtivas e não microbacias, porque esta modalidade não se adequa às necessidades da associação, já que seus associados encontram-se espalhados em diversas microbacias do município.

No Rio Rural a gente entraria como um projeto de cadeias produtivas, não seria por bacias hidrográficas. A gente ia entrar como um projeto de cadeia dos orgânicos, então pra financiar a associação. É uma forma específica deles de financiamento, que também não tava muito claro pra eles e não ficou muito claro pra gente também, então levou aí bastante tempo pra chegar a um entendimento do que que poderia ser práticas da associação (AGRICULTOR 2, 2017).

Vale destacar que essa foi uma iniciativa da EMATER, que a AAT encampou. “Isso o Rio Rural procurou a gente. Teve reuniões aqui, várias. A gente fez várias reuniões pra isso. Procuraram porque acharam que podia ser bom e podia chegar esse incentivo aqui pra associação. E a gente também foi em frente, a decisão foi de ir em frente” (AGRICULTOR 2, 2017).

O Rio Rural chegou a destacar uma pessoa específica para resolver as dificuldades do processo da AAT e dar encaminhamento ao processo.

Teve momentos que faltou comunicação ali e dava uma esfriada. Só que agora mesmo deu uma animada, [...] uma das consultoras do Rio Rural e uma pessoa bem amiga da associação, é uma pessoa bem dentro do contexto, da realidade nossa aqui, e uma pessoa muito capaz, que ali dentro do Rio Rural conseguiu implementar várias, vários agricultores receberam direitinho o dinheiro, não teve que retornar projeto. Bem capacitada no que tava fazendo. Então eles viram como uma pessoa interessante pra chegar aqui e conseguir resolver o imbróglio que tava. E a gente, vamos lá! Vamos dar esse gás (AGRICULTOR 2, 2017).

Porém, os recursos do Rio Rural foram suspensos. Devido á dívidas do estado do Rio de Janeiro, o Banco Mundial segurou os recursos, por prazo indeterminado.

[...] chegou agora, o Banco Mundial segurou o dinheiro, do estado. Porque, não sei como que tá a história lá, mas o Banco Mundial segurou o dinheiro e

não vai mais repassar o dinheiro. Isso não é definitivo, tanto que a informação que chegou pra gente é que é pra gente segurar os documentos todos, que tá suspenso o Rio Rural. Mas que pode voltar. Então segura os documento, que se voltar a gente dá [continuidade]. A gente já tava na boca do gol. Tava faltando pouquíssima coisa pros projetos irem lá pra central da EMATER, lá em Niterói (AGRICULTOR 2, 2017).

O projeto se tratava fundamentalmente da aquisição de equipamentos para suprir as necessidades da associação como um todo, dando aporte às suas atividades coletivas, como a feira por exemplo, e também voltado a suprir necessidades específicas dos subgrupos. Neste caso, cada subgrupo determinaria o que seria adquirido. Além disso haveria um recurso destinado à projetos individuais, de cada associado.

Na verdade, o projeto coletivo nosso, tava sendo definido nos subgrupos. Então, na verdade, era o que cada subgrupo [...] tava pedindo. [...] aí ficou desses subgrupos verem suas necessidades. Então podia ser uma Tobata, [...] de repente eles podem dividir, estão pertinho uns dos outros [...]. Outros pediram uma cozinha de processados, então vão dividir [...]. Teve que iam pedir um carro, e caixa plásticas, teve outras coisas. Isso era a parte grupal. E aqui da associação como um todo, ia pedir 15 barracas e balanças aqui pra feira. Só isso, pro todo da associação. Praticamente equipamentos. E aí tinha os projetos individuais, que aí cada produtor teria R\$7.500,00 pra gastar em projetos individuais lá do seu sítio. Demandas individuais [...]. Só que nem chegou nessa parte, tava na parte do coletivo ainda (AGRICULTOR 2, 2017).

- **Crédito**

O crédito produtivo é um instrumento tradicional utilizado pela ATER para apoiar o desenvolvimento econômico dos agricultores. São diversas linhas de crédito existentes. O PRONAF é um programa de crédito criado exclusivamente para o atendimento dos agricultores familiares e suas organizações. A AAT é uma associação que tem agricultores familiares e não familiares entre seus associados. “Tem vários agricultores familiares aqui. Dentro dos associados, tem os familiares e os não familiares também. Os familiares são considerados os que tem a DAP, que tem esse perfil. Mas tem os outros que não tem. Mas tem uma boa parte que são familiares” (AGRICULTOR 1, 2017). Desta forma, este programa de crédito atende parcialmente aos agricultores desta associação.

Não são todos, por conta de alguns entraves. Tipo o PRONAF, por exemplo, é um que só é dado à agricultura familiar, então tem alguns que tem acesso à ele. Mesmo esses que são da agricultura familiar, alguns tem problema com a terra, com documentação, que é um grande problema no nosso município, seria a questão fundiária, então não tem como ter acesso a esse crédito. E tem os que não se enquadram mas tem acesso a créditos que já não são do PRONAF, por exemplo. Então isso fica a critério de cada associado (AGRICULTOR 1, 2017).

No entanto, possui vantagens para aqueles que podem acessá-lo. O principal diferencial são os juros baixos que o programa oferece.

PRONAF, por exemplo, eu tenho DAP. Meu carro é uma [picape] dessas. Ela tá no conserto de duas em duas semanas. Duzentos mil km rodado, manutenção pra caramba, tá sendo muito custoso pro nosso trabalho. Vou pedir um carro no PRONAF. Uma [picape] parece que tem um desconto bom. É uma política pública pra facilitar nosso trabalho. Eu, pessoalmente, tô querendo acessar o PRONAF (AGRICULTOR 2, 2017).

Para a liberação de crédito pelo PRONAF, é necessário que o agricultor tenha a Declaração de Aptidão do PRONAF, ou DAP. Esse documento também pode ser emitido para as organizações dos agricultores familiares, denominada DAP Jurídica. Em Teresópolis quem emite DAPs é a EMATER ou os Sindicatos. “Tem os agricultores que são sindicalizados também. DAPs são emitidas por sindicatos, então os sindicatos também prestam esse tipo de serviço” (AGRICULTOR 1, 2017).

Normalmente o agricultor interessado em obter crédito procura um escritório da EMATER ou sindicato para gerar o documento. A AAT embora tenha interesse em adquirir uma DAP Jurídica, ainda não tem condições de obtê-la, já que há agricultores que não se enquadram nos critérios de agricultura familiar exigidos pelo PRONAF.

Eles [EMATER] até já vieram em algumas reuniões falar que a gente podia ter uma DAP Jurídica, até pra vender pra merenda escolar, só que a gente ainda não conseguiu ter os 70% de agricultores familiares, porque a associação tem artesanato, processadores e tem agricultores, então fica difícil [...] fechar essa conta (AGRICULTOR 2, 2017).

Outra possibilidade de crédito presente no município é o crédito solidário do sistema cooperativista da CRESOL. No entanto este ainda é um assunto não explorado pela AAT. “Cooperativas de Crédito, aí tem a CRESOL, é uma cooperativa, mas a gente não tem trabalhado com eles não” (AGRICULTOR 1, 2017).

Queria conhecer mais sobre a CRESOL por exemplo. Pessoalmente, mas querendo entender melhor até pra propor isso dentro da associação [...], porque eu sei que eles fazem o PRONAF e pode ser que eles entendam melhor sobre fazer com uma associação por exemplo. Então quero entender melhor pra chamar eles aqui pra falar sobre crédito, pra gente entender melhor sobre crédito. Que crédito é esse (AGRICULTOR 2, 2017).

Da mesma forma, o seguro agrícola não é um assunto significativo neste momento para os associados da AAT. “Eu não conheço ninguém na associação que faça. Mas tem, [...] quando você faz um projeto, ou que seja através do PRONAF [...] que teria que fazer” (Agricultor 1). “Ah, eu aqui não tenho seguro de nada. Seguro na roça, seguro de lavoura? Não tenho seguro de carro, não tenho seguro de vida ...” (AGRICULTOR 2, 2017).

- **Infraestrutura**

Uma grande preocupação da AAT é com a infraestrutura da própria feira Agroecológica. A AAT tem um histórico de se mobilizar para alcançar aquilo que necessita por meio de seus próprios esforços e iniciativas, desde a fundação da sua primeira feira. “Todo esse inventário aqui a gente que pagou. O Galpão a gente construiu. As barracas, não são dos feirantes, são da associação. Uma barraca dessas custa oitocentos reais (R\$800,00)” (AGRICULTOR 5, 2017).

Como pode ser visto a seguir, os agricultores falam a respeito dos esforços da associação em se estruturar, o que foi conquistado devido a um projeto encaminhado ao Banco HSBC, por meio da concorrência pública em um edital de fomento, voltado à sustentabilidade, lançado por esta instituição.

Outro fato importante na história foi em 2011, nós ganhamos um edital de sustentabilidade do Banco HSBC, no valor de R\$200.000,00 e nós fizemos muitas práticas, boa parte da estrutura de bancadas, o palco, esse parquinho de criança, vieram da grana desse edital (AGRICULTOR 4, 2017).

[...] tem um projeto que a associação puxou, que foi até anterior a esse, com o HSBC, a gente escreveu pro edital e conseguiu e foi muito bom porque a feira, muitas coisas aqui do espaço a gente fez, camisas, bolsas, pra ajudar. O banco lançou o edital e a gente acessou. Isso veio a fortalecer a feira em várias situações, porque era bem aberto o projeto e a gente foi conseguindo encaixar várias coisas ali, pequenas demandas da associação, tanto na parte da produção quanto aqui da comercialização [...], questão da feira aqui, o parquinho, fez placas de sinalização, camisas pros associados, avental, bolsa. [...] Fortalecimento da Agroecologia, era o nome dele. [...] Se não me engano foi de 2011 a 2012, ou 2012 a 2013. Na associação tinha um grupo mais à frente, um grupo gestor, [...] era a fundo perdido (AGRICULTOR 2, 2017).

Na FIGURA 18 a seguir, pode ser visualizado o parque infantil que foi instalado na Feira Agroecológica de Teresópolis, como um dos equipamentos adquiridos por meio dos projetos da AAT, financiado por meio do edital do Banco HSBC.



FIGURA 18. Parque infantil na feira agroecológica de Teresópolis.

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

Além da feira, o projeto apoiou a estruturação da associação como um todo, com equipamentos para outras atividades necessárias, como combate a incêndios florestais, por exemplo, a estruturação do banco de sementes, além de diversas atividades de formação.

Nós escrevemos esse projeto [...] e prometemos muitas coisas e fizemos muitas práticas. Mutirões, reflorestamento, distribuição de mudas, banco de sementes, o material da feira, oficinas, controle de queimadas, brigada contra incêndios florestais, o equipamento tá aí, fizemos vários combates. Nós nos assalariamos pra administrar o projeto, [...] mas sempre tudo muito exposto, muito aberto (AGRICULTOR 4, 2017).

Aí fazia trocas de mutirões e do mutirão ser pago a gasolina das pessoas que iam, a alimentação, isso era uma das coisas que estavam no projeto. [...] Tiveram equipamentos, tipo despolpadeira para polpas de jussara na época que tava se colhendo jussara, irrigação [...] e custear a gasolina, teve bastante, porque tava no início do SPG então ajudou muito nesse primeiro processo do

SPG pra custear as visitas de verificação. [...] O banco de sementes se iniciou também com esse projeto do HSBC (AGRICULTOR 2, 2017).

Este tipo de ação visa a recepção e o atendimento aos consumidores de uma forma mais propícia e agradável, tornando a feira um espaço de compras e visitação bastante agradável.

No cômputo geral houve uma concordância que o projeto foi super valioso pra associação. [...] Foi relevante porque vários materiais estão aí presentes. Balanças, as bancadas internas [...] Deu uma estruturada, a feira ficou mais apresentável, pra gente poder receber mais público aqui. Material de divulgação, camisas [...] (AGRICULTOR 4, 2017).

Recentemente a associação se dedicou a elaborar outro projeto para a captação de recursos visando a estruturação da feira, entre outras demandas e necessidades, por meio do Programa Rio Rural, inserindo-se numa linha específica voltada às Cadeias Produtivas. Porém este projeto, até o momento está suspenso, por faltas de recursos do Governo Estadual. “E aqui da associação, como um todo, ia pedir 15 barracas e balanças aqui pra feira. Só isso, pro todo da associação. Praticamente equipamentos” (AGRICULTOR 2, 2017).

A fonte de recursos próprios para investimentos na própria associação se dá por meio da cobrança de mensalidades. Esse recurso é dividido entre a ABIO e a AAT, para custear suas necessidades mais básicas de organização, como por exemplo a manutenção dos espaços das associações.

Mensalidade hoje é vinte e cinco reais (R\$25,00) para a associação e trinta reais (R\$30,00) para a ABIO, porque tem que manter esse escritório lá embaixo, e vinte e cinco (R\$25,00), porque a gente tem um projeto agora, de melhorias aqui na feira, tem um orçamento de 4 mil, então tem que ter uma caixa, pra pagar isso (AGRICULTOR 5, 2017).

Em termos das ações voltadas à infraestrutura outra preocupação é com a infraestrutura necessária à produção e à vida no meio rural. As ações nesse sentido, por exemplo para melhorias relacionadas ao transporte, iluminação, segurança, estrada, escola, saúde entre outras, ocorrem por meio da intervenção junto ao CMDRST. “O Conselho seria esse lugar onde a gente se envolve com isso, pra tá entendendo mais essa questão geral das questões da agricultura, do interior, das políticas pro interior, e os serviços. É no Conselho que a gente se envolve mais” (AGRICULTOR 2, 2017).

Sempre tem quem solicita alguma ajuda, a intervenção da associação, a gente procura buscar dentro dos órgãos, pra auxiliar nessa questão. Os produtores da associação, até mesmo outros moradores. Ah, sempre que a minha estrada lá tá muito esburacada... Ou então a gente pode também através da representação dentro do CMDR[ST], a gente já leva essas questões. [...] em relação à estrada, escola, aí sim, a gente busca, procura fazer esse tipo de trabalho, mas sempre que a gente também seja comunicado, que a gente saiba onde é, e como é, né... Isso, via CMDR[ST] (AGRICULTOR 1, 2017).

4.4.1.6 Formação e capacitação

- **Atividades de Formação e Capacitação**

São diversas as atividades e estratégias utilizadas para a formação e capacitação dos agricultores associados da AAT. Entre as que foram lembradas, nos relatos obtidos, estão as visitas técnicas; as trocas de experiência; o diálogo realizado em reuniões e assembleias ou ‘rodas de diálogo’; as oficinas; os dias de campo; os trabalhos realizados em grupo ou GTs; os mutirões; a participação em eventos; a participação em experimentos e pesquisas e o processo participativo de avaliação de conformidade orgânica ou SPG. Todos estes casos estão comentados de alguma forma no conjunto deste trabalho. A seguir serão ressaltadas algumas destas situações que foram destacadamente comentadas como atividades de formação e capacitação. “O grupo todo aí fez várias

visitas. [...] Foram feitas oficinas maravilhosas com a gente. Várias técnicas boas, vão entrando, vai enriquecendo” (AGRICULTOR 4, 2017).

Através desses projetos, de trazer novas técnicas, de vir mostrar, de fazer um dia de campo, então a gente tem trabalhado bastante nisso aí. Aí tem um projeto aí que eles nos dão essas assistências, fazendo esses dias de campo com o pessoal todo da associação. É um projeto, que a gente participa com eles, da EMBRAPA, e nisso eles vem trazendo alguns técnicos pra dar orientações, pra mostrar pra gente, pra falar a respeito de solo... (AGRICULTOR 1, 2017).

Tem esse projeto do SAN Agroecologia que foram várias oficinas que tiveram, teve esse ano ainda e agora. A gente falou sobre adequação ambiental, teve oficina de reconhecimento de pragas e ervas daninhas, teve oficina de ecologia de paisagem, teve várias oficinas, de caldas, teve uma visita lá na Fazendinha, foram as oficinas que a gente demandou. Que a gente viu que tinha alguma coisa aqui que a gente tava precisando, de adubação verde e fertilidade do solo [...], [um pesquisador] veio aqui dar oficina pra gente. O SAN Agroecologia, na verdade terminou na metade do ano passado, 2016. Então ele veio desde 2014-2015. Foi desde 2014 (AGRICULTOR 2, 2017).

A partir destes relatos é possível observar que, num período de aproximadamente dois anos, foram realizadas diversas atividades de formação e capacitação com os agricultores da AAT, por meio de projetos realizados com instituições parceiras e recursos externos.

- **Outras Atividades Formativas**

Outras atividades, nem tão formais e elaboradas especificamente como atividades de capacitação, também fazem parte da formação dos agricultores e agricultoras associados. São atividades que colaboram com a formação do indivíduo, do cidadão consciente e participativo, menos em decorrência de seus conteúdos, que podem ser quaisquer temas de interesse, e mais devido ao seu formato, que incentivam atitudes, formas de se comportar e se relacionar em grupo e em sociedade. Essa formação se dá no exercício cotidiano da participação, nas atividades internas da associação. É o aprendizado da participação, do envolvimento em uma causa, em um projeto coletivo de mudança de sociedade, que ocorre na prática do associativismo, dos trabalhos realizados em grupo, dos diálogos constantes, em reuniões, enfim, nos espaços de construção coletiva da própria associação. “É a reunião geral que é uma roda de diálogo mesmo! A gente faz em forma de roda. Uma forma de incentivar ao máximo a horizontalidade da associação, do nosso organismo. Mais horizontal possível, incentivando essa participação, independente da formação” (AGRICULTOR 2, 2017).

Essa horizontalidade, esse sentar em círculo, para que não seja mero exercício demagógico, exige uma pré-disposição interna dos indivíduos que se aproximam e integram a associação. Um exercício de humildade, de altruísmo, de transparência nas relações, de respeito mútuo, que formam uma cultura organizacional virtuosa, positiva.

Como existe essa diversidade de gente aqui na associação, de formações, de experiências, e quanto que o trabalho do agricultor é desvalorizado e o agricultor é desvalorizado também, e quantos se reconhecem como inferiores, acham que são inferiores. Então essa coisa da timidez, de ficar de canto, de não falar aquilo que pensa, isso infelizmente é uma coisa que é muito comum, nessa pessoa que nasceu na roça. E o contrário acontece, o quanto que uma pessoa porque tem um diploma, [...] porque estudou [...], acha que fala de cima pra baixo. Isso são coisas que estão enraizadas na nossa sociedade. Essa desigualdade de trato, de achar que um conhecimento é mais valorizado que o outro. É óbvio que isso reflete em todos os espaços e aqui dentro também. Sentar em roda, todo mundo ali no mesmo banco duro, somos iguais. Começa assim. Fisicamente estamos iguais ali. Não é a mesinha mais alta, as cadeirinhas uma atrás da outra, um agricultor de costas para o outro, ou pessoas de costas umas para as outras. Acho que reunião de iguais não se faz assim.

[...] A gente quer um diálogo franco, de olho no olho, a gente quer crescer junto, então o espaço tá posto pra isso acontecer (AGRICULTOR 2, 2017).

O aprendizado por meio da prática, por meio do trabalho, o ‘aprender fazendo’, é a forma encontrada para o envolvimento, a participação ativa e não apenas uma escuta, um ‘deixar que outros façam por mim’. É comprometimento de fato.

Essas reuniões, de dois em dois meses, gerais que acontecem aqui, tem os coordenadores mas tem os grupos de trabalho. Então não é só uma pessoa pensando e fazendo, é todo mundo ali. A ideia é fazer que a pessoa que tá mais a fim de trabalhar com aquele tema, produção, então se afina ali e trabalha junto e traz pra reunião geral a proposta já mais mastigada, pra também não botar um grande debate dentro de 40, 50 pessoas, se não vira confusão também (AGRICULTOR 2, 2017).

Na FIGURA 19 a seguir, pode ser verificada uma roda de diálogo realizada na ocasião da reunião dos Coordenadores e Subgrupos do SPG da AAT.



FIGURA 19. Reunião dos coordenadores e subgrupos do SPG da AAT: uma roda de diálogo.

Foto: Adriana Chaves. Arquivo próprio.

- **O SPG como Atividade de Formação**

Essa troca e aprendizado ocorre nas reuniões da associação e também nas visitas e reuniões do SPG, de forma muito mais intensa, conforme afirmam os participantes. “A troca tá existindo. Tanto aqui, nas nossas reuniões, quanto no SPG [que] esse momento é ainda mais forte de acontecer porque tá lá no campo” (AGRICULTOR 2, 2017).

O SPG [...] a troca de conhecimento que tem é uma coisa impressionante. Imagina 12 agricultores e agricultoras, juntos ali no campo vendo a coisa acontecer, imagina a troca que não é! [...] no fim das contas cada um já sai com outras formas de fazer, de plantar, e de tratar de uma planta e por aí vai. Aí isso ajuda agricultores que estão chegando, tanto neorurais, [...] quanto os agricultores mesmo, convencionais que chegam, que estão naquela forma padrão de fazer [agricultura], e nessas visitas já vão abrindo o leque, já vão entendendo os processos (AGRICULTOR 2, 2017).

O principal caminho de troca hoje é a visita técnica, que é muito boa! Quem sabe as coisas fala pros outros, com o maior orgulho de tá contando a novidade. Não cabe competição. É amizade, é vontade de ser valioso pro próximo. Todo

mundo anota e já leva pra casa. É uma troca muito boa (AGRICULTOR 4, 2017).

O SPG, suas visitas e reuniões se constituíram num mecanismo propício e fecundo de motivação à troca de informações de toda natureza, o que dá certo, o que é problema, novidades, troca de contatos, técnicas promissoras entre outros. “A gente quando criou essa mecânica de motivação, a coisa passou a crescer. O agricultor vive de ouvidos abertos pra qualquer dica que possa ser útil pra atender aquela dificuldade que ele tá tendo” (AGRICULTOR 4, 2017).

A importância é essa, da gente tá sempre ali, em contato um com o outro e sabendo quais os problemas, não só os problemas [...], as informações, aquilo que deu certo, também. Não só o que tá dando errado. A troca de informação é aquilo que tá dando certo, que tá funcionando. Às vezes tá com algum problema na lavoura, ah não, eu fiz assim e assim, deu certo, funcionou. Então a gente procura também isso, passar isso, espalhar isso pros outros (AGRICULTOR 1, 2017).

E aí tem as visitas onde são comentadas as coisas, os contatos externos que cada um tem aí. [Tem agricultor] por exemplo, [que] é um cara incrustado em região muito convencional, até a família dele, então ele extrai do convencional variedades, coisas, sistemas de estufas que a gente pode usar. Então ele tem esse canal que a gente pode usar, ele traz pra dentro essa informação (AGRICULTOR 4, 2017).

A grande vantagem é justamente a troca de experiências. Porque quando você vai num sítio e vê que a cenoura de um companheiro tá muito melhor, tá muito mais bonita, você vai perguntar, como você faz? Qual é a semente que você usa? Qual a adubação que você faz? Ele vai contar, não tem segredo, ele vai contar. Então, nessa troca de experiências todo mundo aprende. O agricultor é muito individualista. Trabalha, trabalha, trabalha, trabalha. Muitas vezes não sabe muito bem o que está fazendo. Mas agora sabe. O pessoal gosta muito. Eu adoro isso. (AGRICULTOR 5, 2017).

Os agricultores se sentem à vontade, estão no seu ambiente, em casa, na casa do vizinho, entre pessoas amigas, pessoas que compartilham das mesmas dificuldades e dos mesmos prazeres, dos mesmos valores. Assim, essas atividades extrapolam o conteúdo meramente técnico, existindo também uma troca afetiva. “E aqui a gente tem essa coisa de troca. Um ambiente humano de troca” (AGRICULTOR 4, 2017).

[Essas atividades] são importantes primeiro pra manter ali um grupo mais unido e consciente das questões agroecológicas, em relação até mesmo de plantio, de produção, e formar mesmo, e informar os agricultores naquilo que é necessário, que eles estão precisando, de cultura, de laser [...]. Nas rodas de conversa a gente faz esse trabalho [de trocar informações técnicas] e saber o que que tá acontecendo, a pessoa em si, né, então essa é a preocupação de um com o outro, de como é que você tá! (AGRICULTOR 1, 2017).

[...] essa coisa que você tem que participar, que você tem que trabalhar junto, dá uma cola nesse trabalho, muito boa. Talvez você perceba isso na nossa feira, que o ambiente de nossa feira é bem diferente de outras feiras. É muito mais amigável, familiar, a gente sente, o pessoal conversa, discute, e não é tão competitivo como numa feira somente com dinheiro, somos uma família, somos amigos, acho muito legal! (AGRICULTOR 5, 2017).

- **Resultados da Formação**

Um resultado de toda essa troca de conhecimento entre os agricultores pode ser observado por meio do desenvolvimento dos indivíduos, da autoestima resgatada e da participação ampliada.

Esses que muitas vezes se achavam menores, eles falam dentro das reuniões. Eles falam dentro das reuniões! E aqueles que se achavam maiores, falam menos. Isso é algo que a gente pode enxergar. E ainda pode melhorar muito! A gente quer que melhore muito. Ainda tem gente falando pouco. E tem gente que ainda fala muito. Vamos melhorar muito ainda. Mas a gente sabe que é um

processo também. Mas a gente vê que existe essa troca de conhecimento e ela é forte, no momento em todos estão colocando a sua opinião ali, tanto quem é formado, que tem um conhecimento lá da cidade, tá ganhando conhecimento, quanto aquele que [estudou menos], também tá ganhando conhecimento (AGRICULTOR 2, 2017).

Outro resultado é a ocorrência de um nivelamento entre os membros da associação, que significa uma capacidade de diversas pessoas terem condições de ocupar a liderança, uma liderança circular, forçada, trabalhada para que seja assim, sem, no entanto, exigir mais do que as pessoas possam dar, nem subestimando suas potencialidades. Essa flexibilidade está presente nas relações, nas conduções, e isso traz vida e longevidade à associação.

Somos nivelados, [...] eu posso estar nesse momento ali [num determinado posto], por algumas condições que eu acho que eu posso servir e ajudar naquele momento, mas outros podem entrar e fazer isso e eu, vou [...] participar de um GT (AGRICULTOR 2, 2017).

E também podem ser observados resultados por meio do desenvolvimento técnico e dos produtos da feira.

[...] o desenvolvimento técnico da associação é interessantíssimo. Você visualiza isso aqui na feira, os produtos melhorando, diversificando. E a freguesia vem e pede as coisas. O agricultor volta pra casa correndo querendo plantar aquilo. [...] Então quando você tem a motivação da produção, que costuma ter, quando você tinha 15 mudinhas [na feira] era pouco, a coisa não ia. Mas depois que a gente passou a [ter uma boa feira, diversificada]... hoje as bancas estão vazias, 85% da produção foi embora. O pessoal faturou, vai embora pra casa plantar, aumentar a produtividade, colher o que não teve, então, essa motivação já tá automática (AGRICULTOR 4, 2017).

Apesar de toda troca, toda capacitação, todo o empenho na formação dos indivíduos, a agricultura é uma atividade extremamente prática. O conhecimento teórico não é suficiente para determinar o saber. A práxis é fundamental, aliar os conhecimentos teóricos e a habilidade de fazer, para se obter um saber de fato sobre a atividade agrícola. O empenho individual é insubstituível nesse processo. O aprendizado é pessoal e intransferível.

A dificuldade não é você não saber. A dificuldade é você implantar aquilo. Você fazer acontecer. Não é você não saber. Então você pode dizer pro outro é assim, assim, assado. O outro não vai conseguir fazer de cara. Agricultura não é assim. Tem toda uma disciplina, que envolve uma percepção do momento de praticar aquela técnica, e isso aí você pode dizer pro outro que ele ainda vai ter que dar uma ralada pra ele chegar a um resultado daquela técnica. Não é apertar um botão (AGRICULTOR 4, 2017).

- **Formação para a Expansão da Agroecologia**

Para além da preocupação com a formação e capacitação dos seus membros, existe uma preocupação e uma vontade em expandir a associação e a agroecologia.

E isso [as visitas do SPG], também é uma forma de pessoas ali ao redor, se aproximarem, [...] são todos convidados, quem quiser pode participar dessas visitas, aí muitas vezes vem um agricultor que tá interessado, tá começando a se sensibilizar por agricultura orgânica, participa de uma visita dessas, que é muito forte, então já entra, já chega junto mesmo (AGRICULTOR 2, 2017).

Colaborar na formação de outros agricultores, estudantes, profissionais das ciências agrárias e cidadãos interessados na resolução e no enfrentamentos das questões socioambientais postas na atualidade, são um público de interesse para futuras atividades educacionais, ou que envolvam educação ambiental e turismo rural, podendo se constituir inclusive em mais uma fonte de renda para ao agricultores e a associação, mas que fundamentalmente é mais uma contribuição que a AAT pode dar para a sociedade e para a sustentabilidade.

Essa é uma escola viva de agroecologia, a gente colocar essa qualidade nossa, de que a educação possa ser dessa forma, a educação pra técnicas agrícolas,

pra produção orgânica, a gente tá abrindo mais pra mais pessoas estarem em diálogo com a gente. Tanto, agricultores de outros lugares, que queiram vir aqui participar de visitas em sítios, quanto universitários, que queiram horas de estágio, mas que também querem estar nessa prática com a gente. Então organizar melhor isso, organizar essa qualidade que a gente tem de conhecimento acontecendo, desse conhecimento que tá aí. Imagina, cada visita de SPG é um curso! Quem quiser tá aberto. Mas [isso] um pouco mais organizado, a gente pensar temas, enfim, isso é uma coisa que ainda está na ideia, está se criando, tá no ovo ainda (AGRICULTOR 2, 2017).

4.4.1.7 Serviços de ATER

- **A ATER Desejada**

Os serviços de ATER ainda são uma grande necessidade do agricultor. “A necessidade de ter assistência técnica à nossa produção” (AGRICULTOR 1, 2017). Mas qual assistência técnica se refere? “Assistência Técnica no meu entender, pra gente seria realmente aquele acompanhamento de um técnico pra ir à campo, pra ver os problemas” (AGRICULTOR 1, 2017). Então esse é o primeiro aspecto, a assistência técnica que vai à campo, para o acompanhamento, monitoramento e correção de problemas de ordem produtiva. Esta é uma característica fundamental da assistência técnica que o agricultor carece. Ter a disponibilidade de um técnico que reconheça os problemas ou tenha outro olhar sobre eles e possa propor, colaborar com conhecimentos especializados para a tomada de providências visando soluções, quer seja a curto, médio ou longo prazo; pessoalmente ou direcionando para análises e especialistas.

O segundo aspecto fundamental que este agricultor chama a atenção é que esta assistência necessita de continuidade. “Visitas regulares. Não adianta fazer um projeto e sumir. Assistência técnica contínua! Conforme eram os técnicos antigos. No campo as pessoas não mudaram tanto como na cidade” (AGRICULTOR 1, 2017). O terceiro aspecto salientado, é que além da continuidade ainda deveria haver um olhar mais amplo, sobre a família, como antigamente se fazia. Olhar o interesse produtivo e o interesse social, de aumento de qualidade de vida. Olhar as pessoas, os cidadãos do campo. Que houvesse uma comunicação com as pessoas do campo, um diálogo, um trabalho conjunto entre técnicos e agricultores, e não somente transferência de tecnologia.

Esses técnicos, essas pessoas que estudaram pra estar mais próximos e entender de fato essas realidades, dessa diversidade que existe, do agricultor, a linguagem do agricultor, precisa estar próximo deles, tem que fazer não ‘para’, mas ‘com’. Então sem dúvida é a concepção que a gente gostaria de uma EMATER é que tivesse mais próximo dessa comunicação, [...] que se trabalhasse mais com comunicação e não com extensão, que isso Paulo Freire⁶¹ falou em 1970, isso já devia ter caído em desuso há muito tempo [...], uma comunicação melhor dessas instituições com os agricultores (AGRICULTOR 2, 2017)

Outro aspecto diz respeito à dificuldade em manter a produção no caso de ocorrência de pragas, doenças ou problemas nutricionais e hídricos, em estágios próximos ao nível de dano econômico, sem que haja a utilização de estratégias que deem respostas rápidas. Ou seja, ainda há carência de conhecimento sobre a condução de determinadas culturas e de um monitoramento adequado, que possa orientar a introdução de

⁶¹ Na prática de uma educação libertadora não cabe a persuasão nem a propaganda sobre qualquer aspecto, inclusive técnico. O que cabe é a problematização de uma situação concreta para que se atue criticamente sobre ela. “Este sim é o trabalho do agrônomo como educador, do agrônomo como um especialista, que atua com outros homens sobre (Sic.) a realidade que os mediatiza. Não lhe cabe portanto, de uma perspectiva realmente humanista, estender suas técnicas, prescrevê-las; não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco para sua propaganda. Como educador se recusa a ‘domesticação’ dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de *comunicação*, não ao de *extensão*” (FREIRE, 1983, p.14, grifo do autor).

determinadas práticas no momento adequado, para que as culturas se recuperem de ataques severos de pragas e doenças ou de deficiências nutricionais e hídricas, antes de comprometer economicamente estas produções. A estratégia do trabalho baseia-se fundamentalmente em medidas preventivas e há dificuldades na realização de medidas curativas ou emergenciais. “[...] porque na nossa forma [de produção] é bem complicado. Bem difícil de manter [a produção e evitar perdas], quando dá um problema. A gente trabalha bem preventivo” (AGRICULTOR 1, 2017). Não existe problema em se realizar um trabalho preventivo, ele é desejável, necessário e pode ainda ser melhorado. O problema está em não se conseguir realizar um trabalho curativo quando ele é urgente e vital. Durante o trabalho de pesquisa de campo, foi observada uma necessidade de aperfeiçoar o trabalho sobre nutrição e adubação e sobre controle de pragas e doenças. Existem conceitos básicos que ainda não foram entendidos corretamente, para o uso adequado dos insumos disponíveis. Este também é um bom encaminhamento para a realização de pesquisas no campo da agroecologia e da agricultura orgânica.

Ainda há a dificuldade no planejamento da produção. Aí pode-se entender desde o planejamento de uma cultura visando um mercado, evitando perdas desnecessárias, otimizando o uso dos recursos, dos insumos, quanto o planejamento da unidade produtiva como um todo, numa perspectiva sistêmica com foco na estabilidade e resiliência dos sistemas produtivos. Há esta dificuldade do agricultor em realizar isto.

Então se tem esse técnico lá pra nos ajudar, de fazer isso daí, tanto nas análises de solo, pra saber realmente o que a gente tá precisando ali e de planejar a produção. A gente tem muita dificuldade na produção, em produzir e manter [não ter perdas significativas de produção], de fazer um planejamento na produção. Não que a gente não queira, mas a gente tem essa dificuldade (AGRICULTOR 1, 2017).

Na assistência técnica desejada o que se espera do profissional é que ele ‘jogue no time’ do agricultor e não das empresas de insumo ou revendas de produtos agropecuários. “O técnico que tem é da loja. Vai te receitar o que tem lá pra vender. E não vão te dizer que uma calda bordaleza, de pimenta, um extrato, muito mais barato vai resolver” (AGRICULTOR 1, 2017). Um exemplo desse trabalho de campo em parceria com os agricultores é o trabalho da COOPERATIVA CEDRO, que atuou na região entre 2014 e 2015, realizando algumas atividades com a produção de caldas, no entanto não houve possibilidades de continuidade desse trabalho, não foi continuada.

A Cedro é a cooperativa que vem nos dar assistência, esses os técnicos vêm nos auxiliar, também dentro das microbacias, dentro das associações. Então são técnicos já de uma outra linha, de uma outra área. Mas que vem pra ajudar, pra somar, fazer até o trabalho que os outros técnicos não tão dando conta de fazer. De auxiliar em projetos, do que as pessoas estejam precisando no sítio (AGRICULTOR 1, 2017).

A CEDRO faz um trabalho de ATER. Eles chegaram a ter um projeto financiado pelo BNDES, pra funcionar durante dois anos, e fizeram esse trabalho, faziam relatórios para o Conselho, pra falar do andamento do projeto e pra pedir ideias, dialogando com o Conselho pra isso, e fizeram o trabalho até onde deu, fizeram em algumas comunidades, entraram em diálogo aqui com a associação na época [...], quando a Cedro veio propondo esse projeto, a EMATER fazia parte do conselho e foi à favor do trabalho, ajudou da forma que deu, com dados [...] (AGRICULTOR 2, 2017).

- **A ATER Disponível**

O que consideram como assistência técnica que existe no município são os serviços da EMATER e da Secretaria de Agricultura do município. A esses dois órgãos e aos sindicatos é que se atribui a função e obrigação de prestar a assistência técnica e extensão rural. “A EMATER faz parte, é a ATER aqui em Teresópolis, que existe” (AGRICULTOR 2, 2017).

Quem deveria fazer isso era a EMATER. A EMATER através do estado, que recebe pra isso e a Secretaria de Agricultura, que também recebe verba pra isso. E o sindicato. Os sindicatos rurais, de trabalhadores e patronal, onde haja eles. Porque recebem verba também, e tem os associados que pagam, que contribuem pra ter aquilo ali. Então é um papel deles contratarem esses técnicos pra atuarem nessa área (AGRICULTOR 1, 2017).

Os demais órgãos do sistema de ATER têm, a princípio, outras atribuições.

PESAGRO e EMBRAPA, eles nos auxiliam, mas são órgãos de pesquisa. Eu vejo a EMBRAPA e a PESAGRO mais pra melhoria de um produto, de uma planta, de resistência. Como na PESAGRO fazem a parte fitopatológica, eu acho que a área deles é essa, de manter novas variedades, de trazer novas variedades. Eu acho que seria isso, é o que eu vejo, EMBRAPA e PESAGRO com esse papel, pra fazer esse tipo de coisa. É claro que eles podem e devem nos auxiliar, trazendo técnicas, mas nessa área deles, não naquela do dia a dia. Que é pra quem tá no dia a dia, junto com a gente (AGRICULTOR 1, 2017).

No entanto, a assistência técnica direta ao produtor, que a EMATER consegue oferecer, está precarizada por falta de pessoal, de infraestrutura e de orçamento para manter os poucos serviços que vinha oferecendo em um passado recente. “A gente vê a realidade. Acaba que é um quadro muito pequeno pro tamanho da agricultura em Teresópolis. A gente vê as dificuldades da realização do trabalho deles, isso é fácil de notar” (AGRICULTOR 2, 2017).

Aqui no município é bem complicado. Pela EMATER e pela Secretaria, a assistência deles tem sido bem falha. A gente não tem praticamente nenhuma assistência. Não é que não chega a ser nenhuma, mas são poucos técnicos. Tem dificuldades pra caramba pro pessoal fazer as visitas. Eles fazem aquilo que tá ao alcance deles, o pessoal da EMATER. São 4 técnicos pra atender. Só de inscritos [no município] são 3.500 agricultores, contando os orgânicos e os convencionais. E eles tem que atender a todos, não tem essa diferença. [...] Agora estão sem gasolina também, estão com dificuldades com a gasolina que antes era paga pela prefeitura e hoje por conta da verba, de falta de verba, foi cortado esse auxílio, essa ajuda na gasolina. Então eles estão mais trabalhando dentro do escritório e saindo com os carros reduzidos, fazendo as visitas, então dificultou ainda mais (AGRICULTOR 1, 2017).

O trabalho que a EMATER tem conseguido realizar é mais voltado à elaboração de projetos técnicos para liberação de crédito, como o PRONAF por exemplo, ou do fomento via programa Rio Rural, com acompanhamento por meio dos COGEMs e também tem dado ênfase às ações junto ao CMDRS, procurando uma atuação em parceria com as associações dos agricultores do município. É um trabalho mais voltado à demandas coletivas e à promoção do acesso à políticas públicas, que envolve também um grande esforço voltado aos encaminhamentos burocráticos inerentes ao Estado. “[...] os agricultores aqui têm DAP, tem as suas DAPs físicas, e foi tirado pela EMATER ou pelo sindicato, mais a EMATER. E a gente tá buscando fazer a DAP jurídica da associação também. Isso a EMATER deveria ajudar a gente” (AGRICULTOR 2, 2017).

Olha, o que eu vejo eles fazer, se a gente vai lá, procura, vai lá no escritório, aí eles te atendem, claro! Mas na parte mais burocrática, mais de papel, que eu acho que os técnicos estão lá fazendo, ao invés de estar no campo, assistindo, estão dentro de escritório fazendo a parte burocrática, cheio de papel, fazendo boletim, fazendo projeto prum monte de outras coisas. Eles nos ajudam, lembrando agora, nos projetos de apoio ao PRONAF, pra fazer isso aí. Nessa parte aí eles ainda fazem, porque a gente vai lá, porque geralmente quem precisa corre atrás, vai lá, e busca fazer, então faz isso. Também tem no apoio de fornecimento de merenda escolar. Então também tem esse apoio da EMATER que eles que assinam, que ajudam a fazer. Foi feito aqui, no ano passado pra associação, junto com a EMATER. A EMATER que fez. Mas o mais mesmo, de dia a dia, pra estar no campo, coisa assim... (AGRICULTOR 1, 2017).

[...] com o quadro não é possível nem [fazer] a extensão direito, muito cheios daqueles documentos todos pra assinar, e papelada, burocracia, [...] tem dificuldade até de sair, de estar mais no campo. Apesar que a gente vê o esforço também deles, alguns ali, de estar no campo, de estar próximo (AGRICULTOR 2, 2017).

A Secretaria de Agricultura do município de Teresópolis encontra-se em situação semelhante, bastante precária. O maior contato dentro da secretaria é com o próprio secretário, que preside o CMDRST e com um técnico que realizava análises de solo. “Tem contato lá com o Secretário, que é o presidente do CMDR[ST]. E tem os outros lá dentro, o técnico, [...] que é um dos únicos que atende também, que era quem fazia as análises de solo” (AGRICULTOR 1, 2017). A Secretaria encontra-se com um reduzido quadro técnico que serve a todos os tipos de atividade para ainda conseguir concretizar algum benefício em prol dos agricultores.

Da Secretaria eu não conheço nenhum [técnico], da Secretaria de Agricultura do município. Somos o maior polo de produção do estado do Rio e eu nunca ouvi falar de nada [para ajudar ao produtor]. Minto, agora sim com essas feiras, de meados do ano passado pra cá que veio essas feiras, nos ajudaram a montar essas feiras aí na cidade. A gente tinha o laboratório de análise de solos lá, que foi fechado. Então, nesse sentido de não ter. Que era o órgão que poderia nos assistir, contratar técnicos pra tá a campo junto com os agricultores e não tem. Tem o pessoal que fica lá dentro dos escritórios, mas a campo mesmo... esses são da parte da Secretaria de Agricultura (AGRICULTOR 1, 2017).

Por exemplo, a Secretaria de Agricultura [do município] fazia análise de solos, há três anos atrás. Tá faltando dinheiro pra comprar um reagente que acabou, e tem três anos que não tem mais análise de solos. Lá [na secretaria] tem um agrônomo, que tá sobrecarregado. O município está endividado, é difícil a questão da pessoa pra fazer [as análises]. Esse agrônomo trabalha aonde é mais necessário. Ele que tava secretariando o CMDRST, e ele que fazia as análises. Mas agora não está mais fazendo (AGRICULTOR 2, 2017).

Perante este quadro, os agricultores se manifestam a respeito da ATER, como se ela não existisse. Não se trata de desvalorizar os esforços que os técnicos venham fazendo, mas se trata de dar visibilidade a um serviço que o Estado poderia estar suprindo e não está, na quantidade e qualidade necessárias para o atendimento do contingente de agricultores familiares existente.

A gente enxerga a necessidade de ter uma assistência, de ter pessoas numa quantidade [...], ter uma coerência na demanda e na capacidade, então isso se equilibrar, porque no momento tá desequilibrado, espero que isso melhore, então tem que ter mais recursos pra ATER, carros, equipamentos. [...] Então a gente enxerga esses limites, gostaria que tivesse mais investimentos nesse sentido (AGRICULTOR 2, 2017).

Por isso manifestam que o que falta é ‘assistência técnica mesmo’.

Eu acho que assistência em si mesmo. De estar ali, de ver, de saber o que o produtor tá realmente precisando no sítio dele. Isso, de ajudar no planejamento, de ajudar na criação, na formação, na venda do produto, de você fazer ali as análises, de identificar problemas de saúde da planta, de saúde das pessoas, uso de agrotóxicos que é um problema enorme, não só no nosso município quanto no país inteiro, tudo é permitido! Se permite usar tudo que é tipo de veneno, se envenenar de tudo que é jeito. E o controle disso? Quem que vai fazer? Com um pessoal que não tem gasolina pra ir fazer uma visita de rotina, não tem como controlar, e saber sobre isso aí? Esse envenenamento que estão fazendo na nossa região, nas nossas coisas? (AGRICULTOR 1, 2017).

- **A Responsabilidade sobre a ATER**

A responsabilidade por esta assistência pode ser compartilhada, mas compartilhar não significa assumir a responsabilidade das demais partes em cumprir suas obrigações. A sociedade civil pode realizar assistência técnica, os sindicatos, as cooperativas, as

associações, os órgãos que não tem diretamente esta atribuição. Mas os órgãos que são diretamente relacionados à prestação deste tipo de serviço são os que tem obrigação de realizá-la, mas para isso precisam estar estruturados à altura da demanda. Assim, mesmo que a responsabilidade de realizar a ATER seja compartilhada, seja “De todos. Da União, do estado, da prefeitura, do município, dos órgãos, dos sindicatos, das cooperativas, até mesmo das associações, de procurar pelo menos ajudar nisso aí” (AGRICULTOR 1, 2017), o agricultor se vê impossibilitado e indignado em assumir as funções da assistência técnica estatal. “Mas agora, como é que a gente vai ...[realizar o trabalho deles⁶²]?! Se já tem os órgãos que recebem, que tem os técnicos que são pagos, que recebem pra fazer isso, por que não fazem?!” (AGRICULTOR 1, 2017).

E o que tem ocorrido é exatamente isso, a sociedade civil assumindo sua parte e o Estado se retirando cada vez mais dessas funções. Não por irresponsabilidade dos profissionais que estão ali atuando, com compromisso, muitas vezes um profissional cumprindo o papel e a função de muitos, mas por falta de interesse e prioridade dos governos em estruturar de fato o setor.

Eu acho que eles conseguem olhar pra associação e percebem que a gente já tem um trabalho [...] que tá acontecendo. [...] O próprio SPG e ter pessoas, tem agrônomos por exemplo que tão dentro da associação que também conseguem dar essas avaliações mais técnicas sobre alguma coisa relacionada à agricultura. É como se ..., tem tanta demanda já pra eles! É um efetivo tão pequeno! Eles já tem tanta demanda, que onde já tá acontecendo coisas, a coisa tá andando, então não precisa! A avaliação que a gente tem da ATER, é isso. Acaba que não se faz muita coisa pra gente, porque eles não veem essa necessidade. A gente não passa demanda muito também, da ATER pública. A gente não demanda muito. [...] Então, a gente demanda pouco. Mas a relação é uma relação boa (AGRICULTOR 2, 2017).

Nesse movimento da sociedade civil assumir a sua parte, de não esperar tudo do Estado, mas de poder ser também propositiva, criativa e desenvolver formas próprias para solucionar suas próprias necessidades, o SPG tem despontado como uma boa ferramenta de troca de informações, de diálogo capaz de gerar ao mesmo tempo mudanças de concepção, formas diferenciadas de olhar a agricultura e o ambiente, melhorar aspectos técnicos produtivos e principalmente se configurar como um instrumento de apoio à comercialização, agregando valor aos produtos da agricultura familiar e direcionando-o a ocupação de um nicho de mercado, que é o de produtos orgânicos, o que é uma vantagem competitiva muito interessante para os produtores. Assim, o processo do SPG pode ser encarado como uma ferramenta de diálogo e de construção do conhecimento na agricultura, sendo, portanto, um método de extensão (ou comunicação).

[...] o SPG é uma ATER. Se a gente for pensar na comunicação, enxergar a ATER como sendo comunicação, troca de conhecimento para um fim, que é a agricultura, é uma melhor produção, então [...] pensando agora, o SPG, da forma com que a gente tá fazendo, é uma ATER. Que a troca de conhecimento que tem é uma coisa impressionante. Imagina 12 agricultores e agricultoras, juntos ali no campo vendo a coisa acontecer, imagina a troca que não é! (AGRICULTOR 2, 2017).

E, no caso da AAT, esta troca de informações ocorre entre diferentes saberes, tanto o conhecimento acadêmico, técnico, de diferentes áreas de formação, quanto o conhecimento acumulado pela experiência prática.

[...] tanto eu quanto os outros técnicos, tem [...] engenheiro agrônomo, tem eu que sou técnico, tem [...] outros técnicos aí, tem [...] veterinário, então a gente dentro das nossas áreas, daquilo que a gente pode ajudar os associados, a gente faz esse trabalho também. E outros por prática. A maioria até mais do que a gente, conhece mais na prática do dia a dia. Que nem esse senhor que é da cidade, que quer começar um plantio, então isso é feito nas visitas, dentro dos

⁶² Subentende-se que seja isso que o agricultor deixou nas entrelinhas ao não completar a frase.

SPGs, nos dias de reuniões que a gente faz, cada grupo dentro de um sítio, uma vez por mês, então a gente tem essa troca de informações (AGRICULTOR 1, 2017).

A gente tem a chance, que a gente tem vários. Por exemplo, [...] [X] é engenheiro agrônomo. O [...] [Y] é engenheiro agrônomo. O [...] [Z] é engenheiro agrônomo. Em cada subgrupo, só falta um subgrupo onde a gente não tem. Em todos outros tem um técnico que sabe acompanhar (AGRICULTOR 5, 2017).

No entanto, no âmbito da associação, esta troca se dá de forma voluntária. Os técnicos que estão presentes e que compartilham seus conhecimentos, não fazem isso como atividade profissional, nestes momentos. No âmbito das atividades da AAT eles se enquadram como agricultores, assim como todos os demais. No caso de haver uma demanda mais específica de conhecimento ou assessoria técnica, cabe a cada agricultor verificar a necessidade e possibilidade de contratação destes serviços. “Eu paguei. Acho que não teve ninguém que fez de graça” (AGRICULTOR 1, 2017).

4.4.1.8 Conservação ambiental

O tema da Conservação Ambiental abrange um grande número de questões relacionadas ao manejo dos recursos naturais, e durante a pesquisa de campo optou-se por colocá-lo de forma abrangente, para que os entrevistados tivessem liberdade para tratar o assunto, de grande importância para o tipo de agricultura praticada pelos associados da AAT. Dessa forma, certos temas específicos tomam contornos de maior relevância, tais como a adequação ambiental e as inter-relações com as áreas de parques, notadamente a gestão das áreas de entorno. Na questão da adequação ambiental se destacam o saneamento rural e a regularização ambiental, cujo tema mais urgente é a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

- **Adequação Ambiental**

A adequação e recuperação ambiental tem relevância para os agricultores da AAT, já que necessitam de um ambiente com suas funções ecológicas minimamente equilibradas e com a fertilidade resgatada para viabilizar a prática da agricultura orgânica, de forma econômica. Os entrevistados mencionaram com grande ênfase a necessidade de ‘conformidade’ com o SGP, preocupação facilmente compreendida pois a viabilidade econômica dos associados gira, primeiramente, em torno do processo de conformidade da produção orgânica. “Isso é uma preocupação. A gente busca fazer e a estar sempre dentro, obedecendo as normas que é até um critério do SPG, que você tem que fazer essa questão ambiental” (AGRICULTOR 1, 2017).

Portanto a primeira aproximação com a questão da conservação ambiental e da adequação ambiental se dá por meio do processo do SPG, que ocorre em campo, a partir do diálogo com o agricultor interessado, com o seu envolvimento e consentimento, participando da análise sobre a necessidade das modificações propostas, que pode ser uma preservação de nascente, uma recuperação de área degradada, uma destinação correta de resíduos agrícolas ou de uma atividade pecuária ou agroindustrial, entre outros. Nas falas de dois agricultores a seguir, nota-se a importância do processo do SPG na adequação ambiental.

Agora adequação ambiental, o próprio processo do SPG é uma forma de se trabalhar isso. A legislação de orgânicos, ela exige que a propriedade esteja, legalmente, dentro das questões ambientais. Então isso já acontece nessas visitas. Pode ficar como uma não conformidade, uma situação de uma nascente desprotegida, uma coisa assim. Mesmo que isso não influencie na horta lá [...] (AGRICULTOR 2, 2017).

E a gente tem a preocupação, de nas vistorias, que tudo aquilo que tá dentro da lei, que são as fossas, ter fossa séptica, ter proteção de nascente, ter todas essas coisas aí, que também tá dentro do CAR, mas a gente vê dentro no nosso SPG também! E a gente tá sempre orientando e buscando isso (AGRICULTOR 1, 2017).

Uma questão sobre a adequação ambiental, que surge de uma demanda relacionada ao SPG sobre o saneamento rural, é a adequação da emissão dos resíduos sanitários domiciliares. A EMBRAPA possuía disponível uma tecnologia compatível com as condições econômicas dos agricultores e que se tornou uma proposta viável para a resolução do problema. Desta forma foram realizadas oficinas com a instalação do sistema de tratamento de forma demonstrativa.

[...] nesse ano que passou agora, através da associação, da AAT. Aí já veio esse projeto, tinha três ou quatro módulos pra fazer. Eu tava mudando de casa, tava fazendo uma casa nova. Ia precisar fazer fossa e tudo, então se tiver eu quero pra fazer uma lá em casa. [...] eles apresentaram, que já tinha esse projeto dessas fossas biodigestoras na EMBRAPA (AGRICULTOR 1, 2017).

Outra questão diz respeito à regularização ambiental no Brasil. A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, Art. 29, criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em âmbito nacional, que desde então tem sido um tema de grande destaque. Para a realização deste cadastro são exigidos certos conhecimentos e práticas que raramente os agricultores dominam e por essa razão dependem de técnicos e organizações que colaborem com a realização do cadastramento e posteriormente com a regularização ambiental em si, implementando as ações necessárias para corrigir as irregularidades identificadas.

As organizações ligadas ao SGP funcionaram como um fio condutor do processo de regularização ambiental. A AAT, mesmo que não tenha atuado diretamente nessa questão, realizando os cadastros, atuou de forma indireta, porém efetiva, discutindo com os associados a necessidades de se adequarem a essa exigência legal.

Em algumas reuniões foi falado sobre o CAR, a necessidade de fazer, o que é, tirar dúvidas, isso tem sido falado bastante (AGRICULTOR 2, 2017). Inclusive teve uma oficina pouco tempo atrás, [...] não era necessariamente com a associação esse projeto, mas eles entendem que coisas que são interessantes tarem levando, conseguem recursos pra uma oficina como essa por exemplo. Que enxergaram essa demanda, foi uma demanda mais de Petrópolis até. Tem situações do SPG lá, que tava precisando disso, de questões de adequação ambiental fortes. Então veio se colocar isso em oficinas. [...] Foi bem legal, deu pra esclarecer bastante coisa, tinha bastante gente junto, de bastantes lugares, tinha o pessoal da EMATER também (AGRICULTOR 2, 2017).

Um resultado dessa ação é a adesão dos agricultores ao cadastro.

O CAR é uma das questões. A maioria aí acho que já fizeram. Se tiver algum que não fez ainda foi por conta da prorrogação que teve, mas a maioria já tem o CAR (AGRICULTOR 1, 2017).

No entanto, faltou apoio técnico gratuito e massivo aos agricultores familiares, para a realização da conformidade sobre essa exigência legal, ferindo de certa forma a Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola, que determina que o Poder Público manterá serviço oficial de ATER gratuita aos pequenos produtores e suas organizações, visando, entre outros aspectos, à conservação ambiental (Art. 17, inciso I) (BRASIL, 1991).

Eu paguei. Acho que não teve ninguém que fez de graça, porque era uma questão que era mesmo pros técnicos fazerem. Mas como não ia ter perna, não ia conseguir fazer ... E veio aquela de ... ameaçando as pessoas com multa, aí a gente correu e fez isso aí, particular mesmo (AGRICULTOR 1, 2017).

Tem gente da associação até que faz o CAR [...] tá cadastrado lá pra fazer, [...] sabe fazer. Tem gente que fez com ..., não com a EMATER não. Acaba que a gente tem feito por aqui mesmo (AGRICULTOR 2, 2017).

Teve alguns, a CEDRO, eles fizeram de graça. Eu por exemplo, fui descobrir isso depois. Já tinha pago pra fazer o meu. Mas eles fizeram pro pessoal que eles estavam atendendo. Eles fizeram sem cobrar nada. Eu paguei quinhentos reais (R\$500,00) o meu. Quinhentos reais pra fazer! Enfim, e aí tem o pessoal, que tem alguns com a prorrogação, que ainda não acabaram de regularizar, nessa questão ambiental (AGRICULTOR 1, 2017).

Vale destacar que a quantificação do resultado da ação da AAT junto a seus associados seria de grande valia para medir sua eficácia, mas não é foco deste trabalho. É suficiente saber que a AAT tem a preocupação e atua sobre estas questões ambientais, orientando e verificando a evolução do agricultor através das visitas, que se tornam um ambiente seguro, profícuo e apoiador onde as discussões se desdobram em ações e interações para a construção de uma nova realidade, e que está, em parte, suprindo o papel do Estado em prestar ATER pública e gratuita aos agricultores familiares, também na questão ambiental.

- **A Relação com o PARNASO**

No geral a AAT possui um bom canal de comunicação e relacionamento com as unidades de conservação, por meio de seus gestores, possivelmente pela simpatia e proximidade da agricultura que se utiliza de base ecológica com o propósito dos parques. “Parque tem a [...] bióloga lá. Essa que tava comprando as coisas aqui. Ela e o esposo dela, que são os biólogos que tomam conta de lá, que é o PARNASO. Tem essas parcerias” (AGRICULTOR 1, 2017). “A gente participa do Conselho. Tem o Parque Municipal que tá começando a ganhar força agora, lá na Serra de Santa Rita. O PARNASO a gente é do conselho. A gente tem uma relação boa com os parques” (AGRICULTOR 2, 2017).

O principal canal de relação da AAT com o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO), ocorre por meio da participação da associação como membro do Conselho do Parque, representando os interesses dos agricultores da região, nessa relação de mediação de interesses socioeconômicos e ambientais.

Os [representantes da AAT] tão no conselho lá do Parque Nacional, Conselho do Parque, representando a associação também, porque isso é uma questão forte, a relação da agricultura com o Parque. Porque muitos lugares, enfim aqui também, é um diálogo que é difícil, mas que é necessário (AGRICULTOR 2, 2017).

A principal questão relacionada aos Parques é a gestão das áreas de entorno onde a presença de animais silvestres pode representar certa ameaça às culturas comerciais dos agricultores. Nem todas as questões que envolvem as duas partes, agricultores e áreas de parques, são consensuais. Os conflitos que podem parecer eminentes são tratados de forma dialogada e a busca de soluções parece apontar para algum entendimento. Como se observa, na fala a seguir, relativa à presença de aves causando prejuízos nas áreas dos agricultores.

Inclusive a gente tá participando de uma discussão com eles com o problema que tem tido com os animais silvestres e a agricultura, em especial o jacu, porque tem sido um problema econômico enorme pros agricultores convencionais e orgânicos, e o parque tá vendo isso, a caça é proibida do jacu, e a gente tá iniciando um diálogo, teve uma reunião já, a gente colocou a nossa visão sobre isso. Eu não participei mas parece que foi uma reunião boa. Alguns aqui da associação participaram e tá iniciando um diálogo, vamos ver aonde vai dar (AGRICULTOR 2, 2017).

4.4.1.9 A questão fundiária

- **Regularização Fundiária**

A regularização fundiária também é uma questão pendente no município de Teresópolis, assim como em diversos municípios brasileiros, afetando negativamente aos agricultores e suas organizações, entre elas a AAT e seus associados.

Problema! Aqui em Teresópolis isso é um problema seríssimo. Na verdade, é uma bagunça fundiária aqui no município, historicamente. É uma coisa complicada esse problema fundiário em Teresópolis. Esse problema a gente já enxerga (AGRICULTOR 2, 2017).

Pois é, a associação tem a preocupação de ter a terra regularizada, né, das pessoas terem regularização das propriedades, mas até o momento, [...] não têm como (AGRICULTOR 1, 2017).

Este é um tema recorrente na agricultura familiar, já que muitos imóveis não possuem documentação legal, o que traz diversas consequências à produção e à estabilidade econômica e social das famílias. Entre as restrições que sofrem os agricultores que não possuem documentos que comprovam o domínio da terra, está o impedimento em acessar políticas públicas, em especial em decorrência da ausência de DAP, necessária por exemplo para acessar o crédito pelas linhas do PRONAF ou para participar de programas como o PNAE e o PAA, por exemplo.

[...] isso é uma situação que mantém agricultores inseguros numa questão de não conseguirem tirar um contrato, de parceria, de meeiro, arrendatário, não conseguem comprovar que são agricultores, não tem acesso às políticas públicas. Por exemplo, aqui na associação, se todos os agricultores que são familiares tivessem a DAP a gente já teria os 70% pra DAP jurídica, só que muitos desses agricultores não tiram a DAP porque não podem, porque não tem como comprovar a relação deles com a terra. Então é um problema sério (AGRICULTOR 2, 2017).

Como pode ser observado na consideração anterior, as dificuldades inerentes ao âmbito pessoal, de alguns indivíduos, tornam-se um problema coletivo, à medida que impacta o nível das organizações dos agricultores, como exemplificado com o caso da AAT. E ainda, se torna um problema social, à medida que uma organização capaz de fornecer alimento orgânico para escolas e outras instituições, fica impossibilitada de realizar esta função, por não ter uma DAP jurídica.

- **Reforma Agrária**

A questão fundiária não se restringe à regularização fundiária apenas, mas sobretudo à questão da redistribuição de terras ou à reforma agrária, como forma de acesso a este bem produtivo por aqueles que desejam um espaço para trabalhar e um local para viver, e não apenas um bem destinado à especulação imobiliária ou à reserva de capital.

[...] uma questão mais geral que foge do nosso município aqui, mas que faz parte também, e acho bom colocar, é a questão da divisão das terras, do acesso à terra. Uma leitura pessoal minha, desde que eu vim aqui, que comecei minha atividade como agricultor, que eu comecei minha atividade arrendando uma terra. Nesse processo ali, eu entendi como é difícil pra se fazer uma agricultura que se diz sustentável, [...] o quanto que é difícil fazer com um agricultor sem a terra. Ele num arrendamento [...]. Então tem que falar de reforma agrária. Mas reforma agrária a turma arrepia! Então eu acho que é isso, é repensar o que seria esse acesso à terra. Quem quer trabalhar com a terra não pode estar em condição de dependência, de insegurança, não pode! Então acesso à terra. À pessoa que quer plantar, que quer trabalhar! (AGRICULTOR 2, 2017).

- **A Relação com a Sustentabilidade**

A titularidade ou da posse legal da terra está diretamente relacionada à segurança e estabilidade do agricultor. Conseqüentemente está diretamente relacionada à qualidade, à quantidade e à natureza dos investimentos que o agricultor realizará sobre aquele espaço.

[...] uma agricultura que o cuidado com a terra é muito grande, a energia que se coloca pra fertilidade da terra. Que muitas vezes, pra essa agricultura que é mais cuidadosa, que bota energia não só no produto que quer tirar, planta uma alface, 45 dias depois você colhe. Planta e colhe, numa coisa muito de só tirar e dar pouco pra terra. Então a partir do momento que você começa a dar mais pra terra, que é o que é a lógica da agroecologia. O quanto que é difícil fazer com um agricultor sem a terra! Ele num arrendamento, aí tá lá no contrato: 4 anos de arrendamento. O cara vai plantar um pé de abacate, ele vai plantar uma agrofloresta, ele pode fazer uma agrofloresta numa terra que não é dele? A sociedade tá falando de agrofloresta toda hora. Bonito, sustentável, não sei o que [...] (AGRICULTOR 2, 2017).

E existem agricultores nessa situação de arrendamento no contexto da AAT. “Tem, eu sou um por exemplo. Tem vários outros” (AGRICULTOR 2, 2017). Então, é preciso compreender que a questão do acesso à terra é uma questão limitante para a sustentabilidade na agricultura.

- **Aproximação com o ITERJ**

A AAT mais uma vez tem cumprido seu papel de organização da sociedade civil atuante, introduzindo este tema nas reuniões do CMDRST, explicitando que as ações desta associação vão além do simples processo produtivo, abarcando as questões sociais em que vivem, como pode ser observado nas palavras do agricultor associado: “Inclusive tem se colocado no Conselho esse problema” (AGRICULTOR 2, 2017).

Mas esta não é uma reivindicação exclusiva da AAT, e sim de um conjunto de associações que tem solicitado ao município, a resolução desta pendência, não tão fácil de se resolver.

Nem os órgãos aí a gente conseguiu. A gente tentou ver aí junto com o ITERJ, chamar junto ao ITERJ, os outros órgãos aí, prefeitura e tudo, pra poder ver o que a gente pode fazer. [...] aí o CMDR[ST] trabalha junto! Que já são as associações mesmo, puxando essa questão também (AGRICULTOR 1, 2017).

A atuação de outras entidades sobre as questões fundiárias, como a CEDRO por exemplo, também foi relatada pelos agricultores. Contudo, as próprias questões de manutenção econômica da entidade impediram a continuidade do trabalho.

A CEDRO, eles auxiliaram em projetos de terra, né. Até eles estavam fazendo um trabalho para ajudar na legalização, que é complicada a legalização de terra aí no município. [...] Mas daí parou por conta da verba, [...] não tão mais atendendo não (AGRICULTOR 1, 2017).

Mais uma vez, fica patente a ausência de um apoio permanente e direcionado à resolução das reais dificuldades que os agricultores enfrentam. Aparentemente a falta de informação consistente sobre os encaminhamentos para a realização das atividades de regularização fundiária dificultou o acesso a esse direito.

[...] e recentemente eles [município] já assinaram uma parceria lá com o ITERJ, Instituto de Terras do Rio de Janeiro, de fazer a regularização fundiária aqui. Bastava o município demandar isso do ITERJ que eles vêm fazer, e até hoje isso não foi feito. Está sendo feito agora. Vamos ver se tem continuidade, se vai realmente acontecer (AGRICULTOR 2, 2017).

Concluimos esse tópico destacando mais uma vez a importância da avaliação qualitativa dos temas que envolvem os agricultores associados da AAT. É fácil constatar que pouca ou nenhuma efetividade foi alcançada na questão da regularização fundiária, contudo a qualidade da discussão e a forma transversal como ela é colocada nas demais

questões que envolvem o grupo, permite uma ampliação teórica e crescimento em termos de massa crítica e no status da discussão.

4.4.2 Análise das suficiências e insuficiências do sistema de acordo com a PNATER e as necessidades dos agricultores

Neste tópico, as informações provenientes das análises das entrevistas serão inicialmente associadas às categorias de indicadores da PNATER, com o objetivo de identificar se todos os aspectos significativos para essa política pública estão sendo contemplados, de alguma forma, pelo conjunto das instituições que apoiam e se relacionam com a AAT. Em outras palavras, se o sistema atende à PNATER.

A seguir, as informações provenientes das análises das entrevistas também serão associadas às categorias de principais demandas dos agricultores familiares em relação aos serviços de ATER, identificadas a partir das propostas da 1ª CEATER-RJ e da 2ª CNATER, a fim de verificar se o sistema supre as necessidades dos agricultores por esses serviços. Em outras palavras, se o sistema atende aos agricultores.

É importante lembrar que este trabalho não tem a intenção de verificar a dimensão quantitativa atribuída ao sistema, mas realizar uma análise qualitativa verificando as suficiências e as insuficiências ou ausências de aspectos importantes à ATER que não tenham, por ventura, sido trabalhados ou supridos.

4.4.2.1 O sistema atende à PNATER?

O Indicater é um sistema utilizado para monitorar e avaliar as ações e resultados da extensão rural contratada mediante as Chamadas Públicas lançadas pelo PRONATER. Para realizar esta avaliação, são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos que se adequam às exigências da Política Nacional de ATER (PNATER) sobre esses serviços. Esse sistema permite determinar o impacto das ações de assistência técnica e extensão rural empreendidas e adequar as diretrizes dessa política para os serviços públicos de ATER. No Indicater são consideradas 11 categorias de indicadores: organização social e comunitária; renda; acesso a recursos naturais; qualidade de vida; segurança alimentar; questão ambiental; gênero, geração e etnias; concepção pedagógica; instituição e quadro profissional; recursos tecnológicos e de gestão e relações de ATER com outras políticas públicas (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, [20-]f).

No QUADRO 13, a seguir, encontra-se a análise das suficiências e insuficiências do Sistema de ATER relacionado a AAT, em função das categorias de indicadores do Indicater/PRONATER.

QUADRO 13. Análise das suficiências e insuficiências do sistema de ATER relacionado a AAT, em função das categorias de indicadores do Indicater/PRONATER (continua).

Categorias de Indicadores do Indicater/PRONATER	Correlação com as Informações das Análises das Entrevistas	
	Suficiências	Insuficiências
Organização Social e Comunitária	Bem desenvolvida pela própria AAT e ABIO	Temas pouco desenvolvidos pelas instituições parceiras da AAT.
Renda	Houve relatos sobre aumento da diversidade de produtos na feira, maiores volumes de venda, consolidação do mercado na feira orgânica e do número de pontos de venda, o que resulte, possivelmente, em aumento de renda.	Renda não auferida (limite da pesquisa). Dificuldades em comunicar ao consumidor o real valor do produto orgânico e a quantidade de trabalho envolvido na produção, para o consumidor valorizar o produto e o agricultor.
Acesso a Recursos Naturais	Acesso a materiais propagativos, sementes e mudas orgânicas e manutenção do material genético existente.	Produtores sem titulação de terras e presença de arrendatários. Dificuldades em encaminhar as questões fundiárias presentes no município.
Questão Ambiental	Presente em todos os projetos	Limitações ambientais da Região Serrana. Problemas com animais silvestres. Saneamento Rural
Gênero, Geração e Etnias	Há preocupação e predisposição da AAT em tratar as questões de gênero e geração e um posicionamento institucional intuitivo sobre estes temas. A questão étnica não cabe no caso da AAT.	Não existe um trabalho estruturado sobre estes temas, nem por parte da AAT, nem dos parceiros.
Segurança Alimentar	Preocupação bastante reforçada pelos projetos envolvendo a manutenção dos materiais genéticos e a diversificação da produção. Os principais são as iniciativas relacionadas ao Banco de Sementes e o projeto SAN Agroecologia.	Dificuldades na produção de itens da cesta básica dos brasileiros, tais como feijão, arroz e fubá, em níveis suficientes para o abastecimento do mercado de forma contínua.
Qualidade de Vida	Preocupação presente no contexto da própria associação, observável principalmente pelas relações humanas estabelecidas, pela preocupação com a saúde dos agricultores e consumidores, preocupação com a cultura, com a formação de mercado local, mais próximo dos estabelecimentos agrícolas.	Dificuldades relacionadas ao esforço empreendido no trabalho agrícola. Trabalho bastante desgastante. Necessidade de tecnologias que facilitem o trabalho.

Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa.

QUADRO 13. Continuação.

Categorias de Indicadores do Indicater/PRONATER	Correlação com as Informações das Análises das Entrevistas	
	Suficiências	Insuficiências
Concepção Pedagógica	Diversas instituições com distintas concepções. No geral a AAT se envolve nas ações que pode participar em algum grau da sua elaboração, desenvolvimento e avaliação e que desenvolvam atividades teórico e práticas de forma dialógica.	Conceito de extensão das instituições de ATER deveria ser substituído pela concepção de comunicação rural.
Instituição e Quadro Profissional	O conjunto das instituições possui uma estrutura e quadro profissional bastante consistente e capacitado, com profissionais com diferentes formações e grau de conhecimento bastante elevado.	Quadro insuficiente de apoio técnico direcionado diretamente aos agricultores. Instituições diretamente ligadas à ATER sucateadas. Precarização dos serviços de ATER. Descontinuidade dos serviços de ATER e das ações implementadas por meio de projetos.
Recursos Tecnológicos e de Gestão	O conjunto das instituições detém informações e conhecimento tecnológico extremamente compatível com a proposta tecnológica adotada pela associação.	Necessidades relacionadas à administração e gestão das unidades produtivas; à manutenção do funcionamento do banco de sementes; restrições de conhecimentos técnicos sobre planejamento da produção, sobre fertilidade de solos e necessidades nutricionais das culturas, uso adequado de insumos agrícolas tais como caldas e extratos de plantas protetoras entre outros. Gestão burocrática do Estado traz dificuldades ao acesso a recursos.
Relações de ATER com Outras Políticas Públicas	As principais políticas públicas correlacionadas foram o PRONAF, o PNAE e o Programa Rio Rural. Foram feitos esforços no sentido do acesso a essas políticas.	Grandes dificuldades de acesso às políticas públicas, devido à burocracia do Estado, suspensão de programas e critérios de acesso.

4.4.2.2 O sistema atende aos agricultores?

Para identificar se o sistema de ATER tem conseguido atender às principais demandas ou necessidades apontadas pelos agricultores sobre os serviços de ATER, partimos de uma categorização que procura agrupar as ideias contidas nas propostas da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª CNATER) e da 1ª Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (1ª CEATER/RJ).

No QUADRO 14, a seguir, encontra-se a correlação das informações provenientes das análises das entrevistas com as categorias ligadas às principais demandas dos agricultores em relação aos serviços de ATER, identificadas a partir das propostas da 1ª

CEATER-RJ e da 2ª CNATER, a fim de comparar o que se deseja ou as necessidades, e as ofertas, ou aquilo que esta pesquisa identificou que existe de fato. A partir desta comparação procuramos verificar se o sistema supre ou não, as necessidades dos agricultores por esses serviços.

QUADRO 14. Correlação entre as categorias de demandas dos agricultores em relação aos serviços de ATER e as ofertas identificadas por meio de entrevistas (continua).

CATEGORIAS	O QUE SE DESEJA / NECESSIDADES	O QUE EXISTE / OFERTAS
Sistema de ATER	Garantia de recursos financeiros do Estado, contratação e continuidade nos trabalhos de ATER; criação de um Sistema Único de ATER (SUATER) – proposta de 2012, com estrutura ágil e eficiente, funcionários permanentes, dotação orçamentária no PPA, com participação dos beneficiários na sua coordenação e gestão, articulado com diferentes pastas do governo e integrada com estados e municípios; criar e implantar um Sistema Nacional de ATER (proposta de 2016); monitoramento deve usar indicadores capazes de mensurar resultados/benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais.	Um conjunto de instituições com atribuições específicas, diferenciadas; que atuam em rede em determinadas circunstâncias em que os interesses se aproximam, onde as organizações dos agricultores são convidadas a participar, porém não necessariamente na coordenação e gestão dessas redes; instabilidade na continuidade das ações; ausência de uma articulação formalizada com o estado e com o município; sem dotação orçamentária própria, sem funcionários próprios, específicos para estas funções e sem proposta de monitoramento dos resultados obtidos pelo conjunto.
Fundos Públicos	Criação de fundos nacional e estadual para serviços públicos de ATER; criar um fundo para financiamento da ATER; garantir que recursos/financiamentos das arrecadações das três esferas de governo sejam destinadas à um fundo nacional de ATER.	Fundo do Estado do Rio de Janeiro é inexistente. Não houve relatos sobre fundo municipal de ATER em Teresópolis.
Fundário	Garantir a regularização fundiária.	Foram realizados esforços para dar início à um processo de regularização fundiária, com dificuldades para encaminhar os procedimentos.
Meio Ambiente	Saneamento básico, resíduos sólidos e líquidos; adequação ambiental.	Vinculado em grande parte à recuperação das microbacias hidrográficas, ou à conformidade orgânica do SPG.

Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa.

QUADRO 14. Continua.

CATEGORIAS	O QUE SE DESEJA / NECESSIDADES	O QUE EXISTE / OFERTAS
Serviços Sociais de ATER	Emissão de documentação jurídica, tributária e previdenciária; política de saúde integral para população do campo e da floresta; ações específicas para juventude, mulheres e povos e comunidades tradicionais, no que se refere à inclusão e equidade social e econômica, geração de renda e autonomia e respeito à diversidade; apoio de assistência infantil nas atividades de ATER.	Não foram identificadas ações de ATER nesse sentido.
Serviços de ATER	Garantir equipes multidisciplinares; instrumentalização dos serviços de ATER (infraestrutura e profissionais); contratações e trabalho continuado; garantia de pagamentos pelos serviços de ATER realizados; valorização profissional do extensionista; piso salarial para extensionistas; gestão em parceria com agricultores; chamadas públicas com contratos de 5 anos no mínimo; aperfeiçoar, desburocratizar e ampliar as chamadas públicas; garantir ATER continuada e de qualidade; promover a estruturação física da Ater, ampliando quadros profissionais; garantir extensionistas mulheres; garantir ATER para povos e comunidades tradicionais, com ou sem regularização fundiária; ampliar e fortalecer linhas de ATER específicas (mulheres, jovens, Povos e Comunidades Tradicionais - PCTs).	Trabalho de ATER descontinuado, desestruturado, sem recursos e profissionais suficientes para o atendimento ao quantitativo de agricultores no município. Mecanismo de Chamadas Públicas é limitado para cobrir as necessidades de atendimento.
Crédito Produtivo	Ampliação do acesso às linhas de crédito específicas (jovens, mulheres, agroecologia etc.); acesso à produção econômica (mulheres, jovens, idosos); fundos rotativos solidários.	Acesso parcial ao PRONAF, não são todos os produtores que podem acessar, tanto linhas tradicionais como específicas. Fundos rotativos não mencionados.
Infraestrutura Produtiva	Infraestrutura produtiva e equipamentos sociais (creches, escolas, lazer, cozinhas comunitárias etc.).	A depender das ações da prefeitura municipal, a partir de demandas encaminhadas ao CMDRST.
Tecnologia de Produção e Comercialização	Transição agroecológica; recuperação de recursos genéticos e conhecimentos associados; tecnologias de baixo custo; geração de trabalho e renda no meio rural; tecnologias adaptadas aos contextos locais; garantir a comercialização; promoção da economia solidária, comércio justo, associativismo e cooperativismo; agroindustrialização com qualidade.	Todos os aspectos contemplados.

QUADRO 14. Continua.

CATEGORIAS	O QUE SE DESEJA / NECESSIDADES	O QUE EXISTE / OFERTAS
Temas Prioritários Voltados ao Trabalho de ATER e Formação	Economia solidária, cooperativismo e associativismo, atuação em colegiados, agroindustrialização, administração, agroecologia e produção agroecológica, agricultura urbana, plantas medicinais e aromáticas, sustentabilidade ambiental, plano de manejo de uso múltiplo, manejo e conservação de solos, alimentação saudável, efeito nocivos dos agrotóxicos, fitossanidade, uso e preservação de sementes crioulas, turismo comunitário, artesanato, direitos sexuais e reprodutivos, feminismo, mediação de conflitos.	Temas citados durante as entrevistas, que fazem parte de projetos ou de capacitações que ocorreram: economia solidária, agroindustrialização, administração, agroecologia e produção agroecológica, plantas alimentícias não convencionais (PLANCs), sustentabilidade ambiental, plano de manejo das unidades produtivas, manejo e conservação de solos, alimentação saudável, efeito nocivos dos agrotóxicos, fitossanidade, uso e preservação de sementes crioulas, saneamento rural
Metodologia de Trabalho	Integrar pesquisa, ensino, extensão e saber tradicional/popular; enfoques metodológicos participativos; respeitar as especificidades locais; trabalho inclusive com agricultura urbana e periurbana; prazo mínimo de 5 anos para vigência de chamadas públicas; metodologias construtivistas, participativas e valorizando e priorizando a alternância; reconhecer e respeitar os conhecimentos e as peculiaridades dos povos tradicionais ; sistematização de experiências; garantir execução da ATER sob os princípios da agroecologia e economia solidária; contextualizar os trabalhos de Ater à partir das microbacias hidrográficas e territórios; trabalhar com temas os temas segurança hídrica e alimentar; trabalho multidisciplinar; privilegiar trocas de experiências e saberes tradicionais, intercâmbios, redes; unidades demonstrativas e propriedades de referência.	Ensino, pesquisa, extensão e saber popular bem articulados, enfoques participativos, respeito às especificidades locais, trabalho orientado pelos princípios da agroecologia e economia solidária, contextualizado em microbacias hidrográficas, trabalho com tema segurança alimentar, privilegiando trocas de experiências e saberes, unidades de referência (UPPs), trabalho em redes.

QUADRO 14. Continua.

CATEGORIAS	O QUE SE DESEJA / NECESSIDADES	O QUE EXISTE / OFERTAS
Formação	Formação e capacitação de agentes; fortalecer escolas rurais; qualificar para atuar em colegiados; adaptar os currículos e linhas pedagógicas em todos os níveis educacionais, considerando princípios da educação do campo e agroecologia; fortalecer os centros de formação extensionista; fortalecer e ampliar o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONATEC); integrar a PNATER com escolas públicas e evitar fechamento das escolas do campo; formar agentes de ATER para agricultura familiar; estágios de vivência estudantis.	Quanto à formação de agentes de ATER poderia ser feito um paralelo com a formação dos facilitadores, realizada pela ABIO. Não ocorreram relatos sobre trabalhos desenvolvidos em escolas rurais, nem sobre formação de formadores ou de qualificação para atuação em colegiados.
Participação e Organização Social e Produtiva	Promoção e fortalecimento do associativismo e cooperativismo; apoio à formação de redes (agroecológicas, mulheres, comercialização etc.); fortalecimento de organizações; participação em diferentes espaços de debate, formulação e avaliação de políticas públicas, em diferentes escalas; recursos para atuação em rede; parcerias com universidades, outras instituições de ensino e pesquisa, com destaque para; ampliar a participação de jovens e mulheres em espaços de decisão (conselhos); fortalecer organizações e grupos de mulheres e jovens.	Parceria com Universidades e outras instituições de ensino e pesquisa; atuação em rede; participação em espaços de debate, formulação e avaliação de políticas públicas, em diferentes escalas; promover e fortalecer o associativismo e cooperativismo. Estes aspectos são observados, porém não foi identificado se existem recursos específicos para a formação e atuação em rede ou para fortalecer o associativismo, por exemplo.
Políticas Públicas	Acesso e articulação com políticas públicas; gestão participativa da ATER; integrar políticas públicas; participar em diferentes espaços de debate, formular e avaliar políticas públicas, em diferentes escalas; qualificar, fortalecer, reestruturar os espaços de controle social; integrar ATER às políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - DRSS; participação dos agricultores (as) na construção de políticas públicas de DRSS; efetivar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), assegurando sua execução e expandindo para os estados e municípios a elaboração e execução de planos estaduais e municipais de agroecologia e produção orgânica; implementar o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural; criar política para fortalecimento das Escolas Família Agrícola e Casas Familiares Agrícolas; políticas e programas de educação do e no campo.	Esforços voltados para a interação com outras políticas públicas, mas dificuldades para concretizar o acesso. Participação aparentemente qualificada nos espaços públicos de controle social e participação dos agricultores na elaboração de políticas públicas de DRSS.

4.4 PERSPECTIVA SISTÊMICA DA ATER RELACIONADA À AAT

A partir do QUADRO 13 Análise das suficiências e insuficiências do Sistema de ATER relacionado a AAT, em função das categorias de indicadores do Indicater/PRONATER, podemos verificar que ao analisarmos o sistema de acordo com os critérios adotados pelo PRONATER, o sistema, da forma com que se organiza, é em bom grau suficiente para o atendimento da PNATER.

Por outro lado, a partir do QUADRO 14 Correlação entre as categorias de demandas dos agricultores em relação aos serviços de ATER e as ofertas identificadas por meio de entrevistas, podemos verificar que ao analisarmos o sistema de acordo com os critérios postos pelos agricultores, a partir de suas necessidades, o sistema, da forma com que se encontra organizado está bem distante ou insuficiente para o atendimento da PNATER.

Aparentemente os critérios utilizados no Indicater estão voltados a verificar ou avaliar se as organizações contratadas por meio das Chamadas Públicas têm capacidade instalada, gerencial e técnica, para implementar as políticas governamentais, resguardando aspectos ambientais, o diálogo com os agricultores, incluindo homens, mulheres e jovens, e temas estratégicos como a segurança alimentar, por exemplo.

Observa-se que os critérios derivados das escolhas realizadas pelos representantes dos agricultores a partir de um processo amplo de consulta popular por meio das Conferências, originam critérios mais amplos, o que por si já demonstra que o PRONATER, da forma com que vem sendo conduzido, não dá conta das demandas realizadas pelos agricultores.

As Chamadas Públicas, apesar de garantirem uma ATER diferenciada e mais próxima, mais compatível com o desejo dos agricultores, ainda assim é um mecanismo insuficiente para o atendimento das demandas. Seria interessante pensar sobre quais casos as Chamadas Públicas poderiam apoiar trazendo ganhos qualitativos importantes ao sistema. Neste caso, as Chamadas deveriam ser compreendidas como ‘cartas na manga’ para fazer ‘rodar’ o sistema de ATER e não o mecanismo principal de funcionamento do sistema. Isso seria um bom ponto de partida para novas pesquisas.

Já o sistema de ATER que os agricultores desejam, está longe de ser realizado. O que se verifica é mais próximo de um arranjo interinstitucional que agrega esforços, físicos e intelectuais, e recursos, provenientes de diferentes fontes, para trazer algum benefício aos agricultores, mas prioritariamente para resolver as questões internas e finalísticas das instituições de onde parte essas ações e interesses.

A finalidade das instituições de pesquisa, como o próprio nome indica é a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. O foco das instituições de ensino o nome também revela, é o ensino. As organizações de produtores têm suas atuações limitadas, já que seus integrantes têm suas atividades econômicas a desenvolver, o que é prioritário sem dúvidas. A realização de assistência técnica por estas organizações é possível desde que destinem recursos humanos para isso ou contratem profissionais para se dedicar especificamente a estas tarefas. No primeiro caso a organização se sobrecarrega, no segundo caso a ATER deixa de ser gratuita.

As organizações com atribuições específicas voltadas à ATER encontram-se limitadas principalmente pelo baixo número de profissionais em relação à demanda existente, ao menos no que se verifica no município de Teresópolis/RJ.

O fomento depende principalmente de recursos estaduais, em um estado com sérias restrições financeiras inclusive para suprir a folha de pagamento de seus

funcionários. A principal linha de fomento existente está suspensa graças à gestão que o governo do estado vem fazendo sobre os recursos públicos.

Estes recursos, também vale dizer, são em sua maioria vinculados à gestão de microbacias hidrográficas, não podendo ser aplicados em casos que se afastem desse propósito. Também são recursos externos, captados via projetos internacionais, o que limita a autonomia brasileira sobre a sua aplicação. Ou seja, o poder de decisão e a orientação política sobre o papel das atividades de extensão está, em grande parte, vinculada e submetida a interesses estrangeiros, não nacionais, independentemente do mérito e do valor desses programas e ações. Mas que demonstra, mais uma vez, a insuficiência de investimentos do estado brasileiro sobre as atividades de extensão rural.

Essa situação não difere muito na escala municipal.

Agora será necessário aguardar os resultados dos investimentos do Pacto Nacional pelo Fortalecimento da ATER, para verificar em que medida estes recursos serão capazes de reestruturar o sistema e para quais finalidades o sistema será destinado, daqui por diante.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebe então é a existência de um sistema que não se pode dizer nem ao menos desestruturado, porque sequer foi totalmente estruturado, onde faltam algumas peças chave para o seu funcionamento orgânico, quais sejam, em nível federal um fundo nacional de recursos; orientação, apoio institucional e gestão política para o desenvolvimento e implantação de programas de ATER estaduais e municipais em consonância com a PNATER; repasse de recursos para os estados e municípios para contratações de profissionais via concursos públicos e estruturação dos sistemas estaduais e municipais de ATER, visando o atendimento universalizante voltado para a agricultura familiar camponesa e verificar a pertinência de destinar o mecanismo das Chamadas Públicas a ações específicas e exemplares, que tragam acréscimos qualitativos ao sistema de ATER.

Em nível estadual, reativar a Câmara Técnica de ATER que subsidia as decisões do CEDRUS (conselho que desempenharia a mesma função que o CONDRAF); estruturar o fundo estadual de ATER; instituir o Comitê Gestor de ATER (com papel similar ao da ANATER) e retomar a discussão para ativar o Fórum Estadual de ATER (que realizaria a gestão política da ATER estadual, com participação da sociedade civil), todos em função da gestão do PEATER. Estruturar a ATER estadual considerando contratações, equipamentos e combustível entre outros. Apoiar os municípios na estruturação de programas municipais de ATER.

Em nível municipal, estruturar um fundo e programa municipal de ATER, considerando a reestruturação da Secretaria Municipal de Agricultura, com uma equipe destinada ao atendimento dos agricultores familiares do município, a partir de atividades e metodologias de trabalho em consonância com a PNATER.

Em que pese a excepcional experiência desenvolvida pela AAT e seus parceiros, é importante destacar o que a experiência revela: um caso onde inúmeras instituições e organizações conseguem, em alguma medida, dialogar entre si e com os agricultores, num esforço positivo que agrega forças advindas de programas, recursos e iniciativas federais, estaduais, internacionais, municipais, da sociedade civil, dos indivíduos organizados e dispostos ao trabalho em equipe, com um bom relacionamento entre si, com estímulos à produção e à comercialização, com comercialização direta e produtos diferenciados, com pesquisa e ensino associados à extensão, com preocupações e ações sobre segurança alimentar, sobre material genético, sobre uso de agrotóxicos, com pessoal

capacitadíssimo, com alto nível de conhecimento teórico em diversas áreas do conhecimento, tanto dentro da associação quanto os parceiros, e muita experiência prática desenvolvida, numa região com sérias limitações físicas e ambientais, mas também com grandes potencialidades para a agricultura familiar orgânica. E apesar disso tudo, desse conjunto maravilhoso que forma essa obra de arte de muitas mãos, cérebros e corações que é a AAT, ainda assim falta a assistência técnica e extensão rural, ou comunicação como preferem, direta ao agricultor.

Então isso nos leva a afirmar que, conforme aponta a Teoria das Restrições, para o pleno desenvolvimento de um sistema é necessário fortalecer seu elo mais fraco. Neste caso, o elo mais fraco são as instituições que tem como atribuição direta relacionada à ATER. Estas instituições precisam ser fortalecidas para fazer chegar aos agricultores aquilo que está represado por falta de gente e recursos para realizar este trabalho de gerar mais conhecimento; mais acesso à políticas públicas, quer sejam voltadas à produção, à comercialização ou sociais; mais apoio ao fortalecimento das organizações dos agricultores familiares camponeses, enfim, que apoie o desenvolvimento rural na perspectiva da ampliação das liberdades humanas, do campo como lugar de trabalho e de vida, de valorização das populações e culturas do campo e da construção de um saber e uma prática agroecológica.

5 CONCLUSÕES

A análise do sistema de ATER, a partir da Teoria dos Sistemas, colabora para seu entendimento e, não é demais destacar que, sendo um instrumento ou modelo teórico de conhecimento da realidade, é apenas uma aproximação, não a realidade em si. Também é importante frisar que, apesar de não coadunar com a crença na neutralidade científica, o entendimento sobre o sistema de ATER e seus possíveis modelos não induzem a qualquer tipo específico de uso que será dado a esse conhecimento, que dependerá dos princípios éticos, da capacidade intelectual e das concepções, posicionamento frente ao mundo e à sociedade de quem o empregar.

A partir do trabalho realizado foi possível observar que o sistema de ATER existente é um sistema aberto, que sofre influências externas e que, desta forma, possui a qualidade intrínseca de se adaptar às circunstâncias em que se insere, independentemente do valor atribuído a essas modificações, ou seja se elas prejudicam ou colaboraram com determinados grupos ou projetos. Este é um sistema incompleto, ou não totalmente desenvolvido, onde alguns elementos fundamentais para seu pleno funcionamento estão inoperantes ou enfraquecidos, como é o caso das instituições de ATER pública em situação precária em relação à quantidade de profissionais e recursos para realizar atendimento, ou mesmo não desenvolvidos, como por exemplo os fundos de ATER nas escalas federal, estadual e municipal, ou a inexistência de estruturas específicas para a gestão operacional e política da ATER em nível estadual, papel que seria ocupado pelo Comitê Gestor de ATER e pelo Fórum Estadual de ATER respectivamente, no caso do Rio de Janeiro, e que não foram instituídos.

Isso se deve, ao menos em parte, ao fato de que a política pública de ATER é um desdobramento da política agrícola, o que faz com que a ATER pública, inclusive organizada dentro de uma perspectiva sistêmica, na forma de um Sistema de ATER, seja apenas um instrumento dessa mesma política.

Por outro lado, o Sistema absorve para si as iniciativas de ATER privadas, mas de interesse público, que por motivos diversos tenham optado por se integrar a ele, como por exemplo o trabalho de Organizações Não Governamentais e da Sociedade Civil que passam a integrar o sistema recebendo recursos, via projetos encaminhados às Chamadas Públicas e realizando atividades que partem da orientação do Estado, como por exemplo promover o acesso a determinadas políticas públicas ou direcionar o trabalho para áreas pré-estabelecidas por estas Chamadas.

A ATER, sendo um instrumento de política pública, a abrangência ou exiguidade de suas ações, ou em outras palavras, o que ela faz ou deixa de fazer, é reflexo da concepção política de Estado, de sociedade e de desenvolvimento vigentes. Como instrumento ela também pode ser utilizada para diferentes finalidades e propósitos, onde, igualmente, está condicionada às diferentes concepções existentes e possíveis de Estado, de sociedade e de desenvolvimento.

Desta forma, a política agrícola, a política de ATER e o sistema de ATER são todos instrumentos de políticas públicas mais amplas, e como tais são subordinados a quem detém o poder ou os instrumentaliza. Uma enxada não decide onde vai capinar, nem qual erva vai ceifar, ela é apenas o instrumento, a ferramenta na mão de quem decide. Um motor também não funciona sem combustível, mas não é ele que se auto abastece. É necessário que exista alguém (ou alguéms) por trás dos instrumentos que direcione o seu uso e forneça as condições necessárias para isso. No caso das políticas públicas, esse alguém é o governo, e por trás do governo, as classes e frações sociais que o mantêm no poder. Este fato não exime os técnicos extensionistas de realizarem uma atuação não alienada.

Historicamente, no Brasil assim como em outros países, as políticas de ATER foram um entre vários instrumentos de dominação de uma classe social sobre as outras,

assim como o próprio Estado, a Igreja e outras instituições também sevem a este papel de dominação, mesmo dentro de uma ordem social considerada democrática.

Como a disputa política se dá dentro da luta de classes, é uma disputa pela capacidade de poder determinar os rumos da sociedade. Assim, as instituições, como organizações que apoiam e dão suporte aos interesses sociais em diferentes áreas e especificidades, são subordinadas aos interesses dominantes, em maior ou menor grau, a depender da tensão existente entre as forças políticas.

Nos Estados democráticos existe a possibilidade e o esforço de tornar as diversas instituições públicas e de interesse público em espaços transparentes, sob a ótica do controle social dos gastos e do direcionamento dos investimentos. Numa tendência à uma democracia participativa, aumenta a influência da sociedade organizada tanto no controle e fiscalização, como na gestão dos instrumentos e dos bens públicos.

Foi nesse contexto que vimos surgir, no âmbito da política pública de ATER e de Desenvolvimento Rural, o CONDRAF, as Conferências Nacionais e Estaduais de ATER e DRS, os CMDR e CMDRS e tantos outros aparatos de gestão social do Estado, que, por exemplo, tem reflexos nítidos na esfera de ação da AAT. À medida que cresce o poder popular, cresce sua influência sobre esses mecanismos de gestão.

A sociedade civil também tem suas formas de se organizar, quer seja para pressionar o Estado em função de seus interesses, quer seja para suprir carências em áreas em que o Estado não tem cumprido adequadamente seu papel. Ou mesmo para realizar ações mais autônomas, sem a interferência direta do Estado e todo o seu aparato burocrático e de controle, o que também foi possível constatar em decorrência da atuação do grupo objeto deste estudo.

O Sistema de ATER recebe todas essas influências, assim este sistema também é um campo em disputa. Em momentos menos democráticos, menos participativos, ele estará menos aberto a 'ouvir' as necessidades daquelas classes e frações que não estão no comando do poder. A depender das tensões entre essas classes e frações e dos interesses em disputa, alguns elementos do sistema podem ser fortalecidos, enfraquecidos, modificados, suprimidos. Enfim, como um sistema aberto, sofre as influências do meio exterior, da política e de seus grupos de interesse.

Portanto, a importância e o papel da ATER irá variar de acordo com os objetivos de quem a propõe. Do ponto de vista da argumentação deste trabalho, continua sendo válida a necessidade de uma ATER pública e gratuita, com a qualidade necessária para atender aos agricultores(as) familiares, com o objetivo de valorizar o rural nos seus aspectos sociais, culturais e econômicos; promover o seu acesso às políticas públicas; garantir a segurança alimentar e nutricional das populações do campo e das cidades; garantir o acesso à terra, à água, aos recursos da biodiversidade e aos meios de produção necessários ao trabalho agrícola; e finalmente, promover estilos de agriculturas sustentáveis.

Concluimos que o sistema de ATER, da forma com que se apresenta, é um sistema inconcluso e por isso incompleto, nas três escalas pesquisadas. Essa incompletude não colabora com a plena aplicação da PNATER, com o desenvolvimento rural sustentável e com a agricultura familiar.

A existência de um sistema de ATER plural não significa, necessariamente, que o sistema seja eficiente. A pluralidade serve, no entanto, para demonstrar ao sistema a sua potencialidade técnica e tecnológica, mostrar caminhos inovadores, encontrar soluções para questões de dificuldade elevada ou para responder a demandas específicas que exijam conhecimentos especializados e recursos especiais, ou seja, aquilo que sai do padrão. Portanto não se trata de desmerecer a pluralidade, no entanto, a universalidade do atendimento, que ainda não ocorreu, aponta para uma necessidade de atendimento que,

pelo menos até o momento atual, tem sido suprido, mesmo que de forma insuficiente em diferentes aspectos, pela ATER pública governamental.

A pluralidade tem sido mais uma estratégia de adaptação e sobrevivência aos impactos do neoliberalismo do que uma proposta consistente de reestruturação ou reedição do sistema de ATER extinto na década de 1990.

O atual sistema de ATER, reeditado em 2005 pelo MDA, tem o objetivo declarado de ordenar o fornecimento dos serviços públicos de ATER. No entanto, se concentrou em fazer isso por meio do PRONATER. O PRONATER, por sua vez, tem promovido esse ‘fornecimento’ de serviços por meio de Chamadas Públicas. Assim, o que o sistema tem feito é ordenar os serviços de ATER que recebem recursos por meio do PRONATER, em resumo, por meio das Chamadas Públicas.

O ordenamento da ATER pública governamental se dá a partir do que está estabelecido na legislação, em termos da qualidade que se exige dos seus serviços. Mas o ordenamento do ‘fornecimento’ de serviços a partir de investimentos e recursos, nesse aspecto se restringe às Chamadas, onde a ATER governamental concorre ‘em pé de igualdade’ com a não governamental, que é questionável para ambos os lados.

Por outro lado, o atual governo optou por subsidiar a ATER governamental de forma mais direta, por meio de recursos para os estados. No entanto, a informação que esta pesquisa teve acesso, diz respeito somente a compra de veículos e computadores. Seria importante investigar se haverá possibilidades de ampliação de quadros profissionais e reestruturação de planos de carreira para os extensionistas.

O atual governo também tem sinalizado recuos em termos de investimentos em programas estratégicos para a agricultura familiar, como o PAA por exemplo. Então, será necessário aguardar para verificar se este subsídio à ATER governamental corresponderá de fato à uma estruturação ou se diz respeito somente à aplicação de recursos para o cumprimento de metas orçamentárias ou para ‘acalmar os ânimos’ de um setor nitidamente estratégico, com forte correlação e contato direto com a população do campo.

Assim, em síntese, temos um sistema de ATER incompleto e inconcluso, onde o elo mais fraco, sua atividade finalística, não vem sendo fortalecido na medida necessária para o suprimento das demandas, e uma série de medidas paliativas são tomadas para simplesmente não se extinguirem as ações, ainda que se considerem todos os esforços realizados para a estruturação da ATER, ou da Nova ATER, após a elaboração e promulgação da PNATER e do PRONATER.

O sistema neoliberal implantado no Brasil na década de 1990, gera este tipo de fruto. O ciclo dos governos petistas de coalisão proporcionou um ‘fôlego’ à existência da ATER para a agricultura familiar, que pela vontade das forças dominantes não teria sentido de existir, vide as medidas tomadas pelo atual governo, por exemplo ao extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário, transformando-o em uma Secretaria de Estado.

Assim, voltamos a afirmar que a ATER interessa fundamentalmente aos agricultores familiares e suas organizações, que terão que continuar lutando para que ela exista de acordo com suas necessidades. Apesar disso, há muita vontade, energia e criatividade disponíveis na sociedade e ainda está vivo o sonho de construí-la de forma mais justa, igualitária, ambientalmente equilibrada, saudável e que traga esperanças de uma vida melhor, onde as próximas gerações desfrutem das liberdades substantivas de que nos fala Amartya Sen. Como diriam os membros da AAT: Falta! Pode mais! Mas vai chegar!

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1ª CEATER/RJ. **Trabalhos de Grupo 1ª CEATER no RJ.** São João da Barra: 1ª CEATER, 2012.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA. **1ª CNATER:** Relatório Final. Brasília: MDA/CNDRS/Extensão Rural do Brasil, [2012?]. (Versão para análise pelo Comitê de ATER).

2ª CNATER. **Carta Política da 2ª CNATER:** em defesa da democracia e das políticas de desenvolvimento rural sustentável e solidário e contra o retrocesso de direitos e extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Brasília: CONDRAF, 2016a. Disponível em: <http://www.cnater.gov.br/cnater/sites/site_aiaf/files/carta-politica.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2017.

2ª CNATER. **Propostas Finais:** 2ª CNATER. Brasília: CONDRAF, 2016b. Disponível em: <http://www.cnater.gov.br/cnater/sites/site_aiaf/files/propostasfinais-2-cnater-c.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

AARJ. **Existe agricultura familiar no Rio de Janeiro? Existe, resiste e alimenta!:** caravana do RJ anuncia suas rotas e propostas. [Rio de Janeiro]: NIA/UFRRJ, 2015. Blog. Disponível em: <<https://niarural.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 nov. 2015b.

AAT. **Ata da Reunião Aberta da Coordenação e Representantes dos Subgrupos da Associação Agroecológica de Teresópolis.** Teresópolis: AAT, 2017. (Reunião do dia 08/03/2017, das 14:00h às 17:30h, no Galpão da Feira).

ABIO. **Administração.** Rio de Janeiro: ABIO, [20-]a. Disponível em: <<http://abiorj.org/administracao/>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ABIO. **Atuação.** Rio de Janeiro: ABIO, [20-]b. Disponível em: <<http://abiorj.org/atuacao/>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ABIO. **Caderno Sistemas Participativos de Garantia (SPG).** ABIO: [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://abiorj.org/wp-content/uploads/documentos/caderno-spg-mai-16-abio.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ABIO. **O SPG explicado.** Rio de Janeiro: ABIO, [20-]c. Disponível em: <<http://abiorj.org/o-spg-explicado/>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ABIO. **Quem somos.** Rio de Janeiro: ABIO, [20-]d. Disponível em: <<http://abiorj.org/sobre-abio/>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ABIO. **Sistema Participativo de Garantia:** plano de manejo orgânico, informações gerais, produção vegetal. [S.l.]: ABIO, [201-]. (Formulário de inspeção do SPG ABIO).

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Governo do Estado do Ceará, 1998. p. 1-18.

AGÊNCIA SENADO. **Sistema S.** Brasília: Senado Federal, [20-?]. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

AGRICULTURA DE MONTANHA: experiências da região serrana fluminense. Produção de Embrapa Agrobiologia. [S.l.]: EMBRAPA, 2015. Vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nDHAueH9bFw>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

ALERJ. **Orçamento 2006:** Assistência Técnica e Extensão Rural. Rio de Janeiro: ALERJ, [2005]. Disponível

em:<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/orcamento.nsf/b4145bc375af42d8032567f50056ac2e/83c6ff2ee1a444cf832570bc004fd22b?OpenDocument>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ALMEIDA, Sílvia Gomes de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. p.63-83. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.:il.; 24cm.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

AMÂNCIO, Cristhiane. **Amostragem, entrevista, questionário, roteiro, entrevista por telefone, questionário enviado pelo correio e internet, cuidados ao realizar uma entrevista**. [S.l.: s.n.], [20-]a. Mimeo.

AMORIM, Felipe. Após mais de 20 horas, Senado aprova processo de impeachment e afasta Dilma. **UOL**, Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/senado-aprova-processo-de-impeachment-e-afasta-dilma-por-ate-180-dias.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

ANÁLISIS Y DISEÑO DE SISTEMAS DE INFORMACIÓN. **?Que és um sistema de informação?** Colômbia: Universidad de la Salle, 2012. (Postado em 22 abr. 2012). Disponível em:

<<http://sistemasdeinformacion analisis20.blogspot.com.br/search/label/Análisis%20y%20Diseño%20de%20Sistemas%20de%20Información>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 68p. (Série Pesquisa; vol.13).

ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. **Quem somos**. [Rio de Janeiro]: AARJ, [20-]. BBS (site). Disponível em: <<https://aarj.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

ASBRAER. **Nota Técnica ASBRAER 005/2011: reunião Comitê Nacional de ATER**, dias 25 e 26 de julho de 2011. Brasília: ASBRAER, 2011. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/arquivos/bibl/51-NT%20005-2011%20-%20REUNIÃO%20COMITÊ%20ATER%2025%20e%2026%20julho%20Brasília.pdf>>. Acesso em: 23 marc. 2017.

ASSIS, Renato Linhares de; AQUINO, Adriana Maria de. Geração participativa de conhecimentos entre pesquisadores e agricultores familiares na região serrana fluminense: a experiência da Embrapa com o núcleo de pesquisa para agricultores. In: GOLLO, A. et al. (org). **Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: cadernos de experiências agroecológicas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: AARJ/AS-PTA/PACS, 2014. 249 p.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 75-89, Mar. 2006.

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS. **A associação**. Teresópolis: AAT, [s/d]. Disponível em: <<http://feiraagroecologicateresopolis.blogspot.com.br/p/associacao.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DE TERESÓPOLIS. **Estatuto da Associação Agroecológica de Teresópolis: 1ª alteração do estatuto original de 1º de agosto de 2007**. Teresópolis: AAT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL; ACADEMIA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL. **Serviços de ATER para o Brasil contemporâneo**: contribuição da extensão rural estatal aos candidatos à presidência da república. Brasília: ASBRAER/ABER, 2010. (Sumário Executivo). Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/arquivos/bibl/5-documento_asbraer_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

AZEVEDO, Leon Martins Carriconde. O rural e o urbano na teoria de Henri Lefebvre. In: JORNADA DO TRABALHO, XIII., 2012, Presidente Prudente. **Anais ...** Presidente Prudente: CEGeT/UNESP, 2012. p. 1-21. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100009&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

BEGHIN, Nathalie. Extinção do MDA é mais um tiro no pé de um governo morto-vivo. **INESC**, Brasília, 17 mai. 2016. Seção Notícias do INESC. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/maio/extincao-do-mds-e-mais-um-tiro-no-pe-de-um-governo-morto-vivo>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BERNAL, Alex Bernal; MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves (Org.). **Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar**: cenário socioambiental rural brasileiro e as formas de organização social e produtiva no campo e na floresta. Vol. 3. Brasília: MMA, 2015a. 84 p.

BERNAL, Alex Bernal; MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves (Org.). **Formação de agentes populares de educação ambiental na agricultura familiar**: educação ambiental e agricultura familiar no Brasil – aspectos introdutórios. Vol. 1. Brasília: MMA, 2015b. 64 p.

BORGES, Lizely. Presidente exonerado da Anater entra com ação no STF para garantia do mandato. **Página do MST**, 3 jul. 2016a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/07/03/presidente-exonerado-da-anater-entra-com-acao-no-stf-para-garantia-do-mandato.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

BORGES, Lizely. Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil: em decreto publicado nesta segunda-feira, passam a ser de responsabilidades da Casa Civil as políticas da reforma agrária e da promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. **Página do MST**, [S.l.], 30 mai. 2016b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/05/30/temer-transfere-secretarias-da-reforma-agraria-e-incra-para-casa-civil.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 dez. 2014, 16:37.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014, 15:48.

BRASIL. **Decreto nº 3.200, de 06 de outubro de 1999**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CNDR e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3200.htm#art15>. Acesso em: 20 dez. 2014, 15:55.

BRASIL. **Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000.** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3508.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014, 15:58.

BRASIL. **Decreto nº 3.992, de 30 de outubro de 2001.** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3992.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014, 16:02.

BRASIL. **Decreto nº 4.854, de 08 de outubro de 2003.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4854.htm#art14>. Acesso em: 20 dez. 2014, 16:06.

BRASIL. **Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010a.** Regulamenta a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7215.htm>. Acesso em: 26 nov. 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18171.htm>. Acesso em: 13 dez. 2014, 17:02.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 27 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 23 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010b.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 24 nov. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm>. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013.** Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12897.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016a.** Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016b.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv726.htm>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **1º Seminário de Gestão Participativa em Saúde da Região Serrana do Rio de Janeiro.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007. 68 p., il. color. (Série D. Reuniões e Conferências) (Série Cadernos Regionais). Disponível em:

<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0155_M.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Despesas: consultas por função orçamentária. Brasília: Portal da Transparência, [201-]. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Estratégias de comunicação em contextos populares: implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane (Org.). **Assistência técnica e extensão rural:** construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Edições Bagaço, 2006. p. 53-66.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** 3a ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 287-312.

CANO, Wilson. Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização. In: BASTOS, P. H. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **A Era Vargas:** desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 121-157.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma nova ATER pública.** Santa Maria: PRONAF, 2003. Disponível

em:<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Bases+para+uma+nova+ATER+publica_000fcupm04h02wx5eo0a2ndxy5ggijfq.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2017.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.8, abr. 1997. p. 70-82. Disponível em:

<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/106/102>>. Acesso em: 22 out. 2016.

CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**, [Brasília], n. 12, p. 49-59, jul.-dez. 2015. (Publicação do IPEA). Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 13 fev. 2017.

CASTRO, Danilo. **Presidentes do CONDRAF entregam documento final da 2ª CNATER para ANATER.** Brasília: CONDRAF, 2016. Disponível em: <[http://www.condraf.gov.br/noticia/presidentes-do-condraf-entregam-documento-final-da-2ª-cnater-para-anater](http://www.condraf.gov.br/noticia/presidentes-do-condraf-entregam-documento-final-da-2a-cnater-para-anater)>. Acesso em: 24 mar. 2017.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. **Mapa do Estado do Rio de Janeiro:** regiões de governo e municípios, 2014. [Rio de Janeiro]: Fundação CIDE, 2014. (Mapa). Disponível em: <www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_politico_administrativo.html>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. **Região Serrana.** [S.l.]: Fundação CIDE, [20-]. (Mapa). Disponível em: <www.zonu.com/brazil_maps/Serrana_Region_Map_Rio_Janeiro_State_Brazil.htm>. Acesso em 27 mai. 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração:** uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. (13ª reimpressão).

CIRCUITO TURÍSTICO TERE-FRI. **O Tere-Fri.** [Nova Friburgo]: Circuito Turístico Tere-Fri, 2015. (BBS). Disponível em: <<http://www.terefri.com.br/o-tere-fri>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

COMIDA DA GENTE. **História.** [S.l.]: Comida da Gente, 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/comidadagente/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 11 abr. 2017.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em Brasília (DF). **CODEVASF**, [S.l.], [2012]. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2010/1a-conferencia-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-em-brasilia-df/>>. Acesso em: 26 nov. de 2014, 16:48.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional:** Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA, 2004. Disponível em: <<http://www.sisbin.ufop.br/novoportal/wp-content/uploads/2015/03/CONSEA-principios-e-diretrizes-de-uma-politica.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

COOPERATIVA CEDRO. **A CEDRO.** [Rio de Janeiro]: Cooperativa CEDRO, 2014a. Disponível em: <<http://www.cedro.org.br/#!a-cedro/c17wn>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

COOPERATIVA CEDRO. **CEDRO e MDA debatem projetos de ATER no Rio de Janeiro.** [Rio de Janeiro]: Cooperativa CEDRO, 2014b. Disponível em: <<http://www.cedro.org.br/#!cedro-e-mda-debatem-projetos-de-ater-no-/c46y>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

COOPERATIVA CEDRO. **Cooperativa CEDRO.** [Rio de Janeiro]: Cooperativa CEDRO, 2014c. Disponível em: <<http://www.cedro.org.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

COOPERATIVA CEDRO. **Introdução.** Rio de Janeiro: Cooperativa Cedro, [2008?]. Disponível em: <<https://www.blogger.com/profile/03539588453711806747>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

COOPERATIVA CEDRO. **Missão**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cedro, 2008a. Disponível em: <<http://cooperativacedro.blogspot.com.br/2008/10/missao.html>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

COOPERATIVA CEDRO. **Onde atuamos**. [Rio de Janeiro]: Cooperativa CEDRO, 2014d. Disponível em: <<http://www.cedro.org.br/#!/onde-atuamos/c1ost>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

COOPERATIVA CEDRO. **O que fazemos**. [Rio de Janeiro]: Cooperativa CEDRO, 2014e. Disponível em: <<http://www.cedro.org.br/#!/o-que-fazemos/cxd8>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

COOPERATIVA CEDRO. **Reunião do Grupo Executivo da AARJ**. [Rio de Janeiro]: Cooperativa CEDRO, 2014f. Disponível em: <<http://www.cedro.org.br/#!/reunio-do-grupo-executivo-ampliado-da-a/c12wl>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

COOPERATIVA CEDRO. **Visão**. Rio de Janeiro: Cooperativa Cedro, 2008b. Disponível em: <<http://cooperativacedro.blogspot.com.br/2008/10/visao.html>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PROJETOS E SERVIÇOS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LTDA. **CEDRO 1999 – 2009: dez anos de vivência cooperativa na tentativa de prestação de serviços para a transição agroecológica**. Rio de Janeiro: Agroecologia em Rede, [2009?]. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=610>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

CORDEIRO, Fabiana Fróes. **Panorama da produção orgânica e uso de sementes no Estado do Rio de Janeiro**. Seropédica/RJ: Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro/Instituto de Agronomia/Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, 2014. (Dissertação de Mestrado. Orientador Ph.D. Professor Higino Marcos Lopes. Co-orientadora Dra. Maria do Carmo de Araújo Fernandes). Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgao/files/2016/04/DISSERTAÇÃO-Fabiana-Fróes.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

COSTA, Manoel Baltasar Batista da. A agricultura moderna e sua crítica: uma saída em relação às vertentes da agricultura alternativa. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA AGRICULTURA ALTERNATIVA, 1984, Londrina, PR, Brasil. **Anais...** Londrina: Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, IAPAR, 1987. p. 68-86.

DA ROS, César Augusto. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. **Mundo Agrário**, v. 13, n. 25, p. 00-00, 2012b.

DELGADO, Nelson Giordano. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional**. [Brasília]: IICA/MDA, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª. Ed. rev. e ampl. 15ª. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS MINERAIS (DRM). Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro. **Cartas de risco remanescente a escorregamentos nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo/RJ**. [Rio de Janeiro]: DRM-RJ, 2011. On-line. Disponível em: <<http://www.drm.rj.gov.br/index.php/risco-geologico/273>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011. 292p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioRural10-11.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

DIEGUES, A.C.S. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 305–312.

DOURADO, Francisco; ARRAES, Thiago Coutinho; SILVA, Mariana Fernandes e. O megadesastre da região serrana do Rio de Janeiro: as causas do evento, os mecanismos dos movimentos de massa e a distribuição espacial dos investimentos de reconstrução no pós-desastre. **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, [Rio de Janeiro], vol. 35, n. 2, p. 43-54, 2012. Disponível em: <http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?pid=S0101-97592012000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 dez. 2015.

DUARTE, Bárbara et al. **Readaptação ao espaço após tragédia natural: novas práticas e métodos de produção agrícola**. [Niterói]: Universidade Federal Fluminense, [2011?]. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/69.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

DUARTE, Laura Maria Goular; SAYAGO, Doris. Dinâmicas Associativas da Agricultura Familiar e Funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cadernos do CEAM**, Brasília, v. 6. n. 23, p. 205-220, 2006. (SABOURIN, Eric (Org.). Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no meio rural. UNB/CEAM/NEA).

DUNCAN, Marcelo. A construção de uma política de desenvolvimento: os territórios rurais do Brasil. **Habitus**, Editora da PUC Goiás, Goiânia, v.8, n. 1/2, p.187-223, jan./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/habitus/article/viewArticle/2177>>. Acesso em: 24 mai.2016.

EMATER. **Atribuições**. [Rio de Janeiro]: EMATER-RIO, [20-]a. BBS (site). Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/atribuicoes.asp>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

EMATER. **Endereços e Telefones dos Escritórios Regionais**. [Rio de Janeiro]: EMATER-RIO, [20-]b. BBS (site). Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/enderecoregional.asp>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

EMATER. **Projeto da EMATER de Nova Friburgo é reconhecido entre as melhores práticas de ATER do país**. [S.l.]: EMATER, 2015. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo;jsessionid=21E13E232D3E76351265186F10A0267C.lportal2?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&refererPlid=134792&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fexibeconteudo%2Ffrss&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=132950&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=2669097>. Acesso em: 10 nov. 2016.

EMATER-RIO. **Extensão Rural Pública Estatal: balanço e perspectivas da implementação da ATER no estado do Rio de Janeiro (2003-2011)**. São João da Barra: 1ª CEATER, 2012. (Apresentação em *power point* proferida na 1ª CEATER do RJ).

EMBRAPA AGROBIOLOGIA. CFAAO. In: EMBRAPA AGROBIOLOGIA. **Sistema Integrado de Produção Agroecológica Fazendinha Agroecológica Km 47: espaço para a pesquisa, desenvolvimento, inovação e socialização do conhecimento em agroecologia e agricultura orgânica.** Seropédica: Embrapa Agrobiologia, set. 2011. Folheto. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1355054/1527012/4a+-+folder+Sistema+Integrado+de+Produ%C3%A7%C3%A3o+Agroecol%C3%B3gica.pdf/451cfed4-65b3-4a10-a801-7104d8a6f6aa>>. Acesso em 27 nov. 2015.

EMBRAPA. **Sistema Integrado de Produção Agroecológica.** Brasília: Embrapa, [20-]. Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agrobiologia/fazendinha-agroecologica>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Apresentação.**

Brasília: Embrapa, [20-]a. Portal Embrapa. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/agrobiologia/apresentacao>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **História.** Brasília:

Embrapa, [20-]b. Portal Embrapa. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/agrobiologia/historia>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **História da Embrapa.**

Brasília: Embrapa, [20-]c. Portal Embrapa. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Missão, visão e valores.** Brasília: Embrapa, [20-]d. Portal Embrapa. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Métodos e**

Instrumentos para TT e Intercâmbio de conhecimento. Brasília: Embrapa, [20-]H.

Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/metodos-e-instrumentos-para-tt-e-intercambio-de-conhecimento>>.

Acesso em: 17 jan. 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Organograma.**

Brasília: Embrapa, [20-]e. Portal Embrapa. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Quem somos.** Brasília:

Embrapa, [20-]f. Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/quem-somos>>.

Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Região Sudeste:**

Embrapa Agrobiologia. Brasília: Embrapa, [20-]g. Portal Embrapa. Disponível em:

<<https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/regiao-sudeste>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Transferência de**

Tecnologia e Intercâmbio de Conhecimento. Brasília: Embrapa, [20-]I. Portal

Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/transferencia-de-tecnologia>>.

Acesso em: 17 jan. 2017.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Atribuições. [S.l.]: PESAGRO-RIO, [20-]a. BBS (site) Empresa de Pesquisa

Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www.pesagro.rj.gov.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Estrutura. [S.l.]: PESAGRO-RIO, [20-]b. BBS (site) Empresa de Pesquisa

Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://www.pesagro.rj.gov.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Missão, Visão e Objetivos**. [S.l.]: PESAGRO-RIO, [20-]c. BBS (site) Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://www.pesagro.rj.gov.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de cadastramento das populações indígenas e quilombolas em doze municípios do estado do Rio de Janeiro com vistas à inclusão no CadÚnico**: contribuição para a construção de identidades étnicas - relatório analítico e perfil socioeconômico preliminar das comunidades quilombolas e indígenas. [Rio de Janeiro]: CEPERJ, 2010. Disponível em
<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/img/Editora%C3%A7%C3%A3o%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2016.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Agricultura e pecuária**: conheça. Rio de Janeiro: SEAPEC, [20-]a. (BBS). Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=140915>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Agricultura e pecuária**: estrutura. Rio de Janeiro: SEAPEC, [20-]b. (BBS). Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=140787>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Agricultura e pecuária**: estruturantes. Rio de Janeiro: SEAPEC, [20-]c. (BBS). Disponível em:
<[http://www.rj.gov.br/web/seapec/listaconteudo?generica&acaomenu=menufunc\(%27ProjetoseProgramas%27\);&forward=estruturantes&label=estruturantes&search-type=estruturantes&secretaria=/seapec](http://www.rj.gov.br/web/seapec/listaconteudo?generica&acaomenu=menufunc(%27ProjetoseProgramas%27);&forward=estruturantes&label=estruturantes&search-type=estruturantes&secretaria=/seapec)>. Acesso em: 27 mai. 2016.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Agricultura e pecuária**: setoriais. Rio de Janeiro: SEAPEC, [20-]d. (BBS). Disponível em:
<[http://www.rj.gov.br/web/seapec/listaconteudo?generica&acaomenu=menufunc\(%27ProjetoseProgramas%27\);&forward=setoriais&label=setoriais&search-type=setoriais&secretaria=/seapec](http://www.rj.gov.br/web/seapec/listaconteudo?generica&acaomenu=menufunc(%27ProjetoseProgramas%27);&forward=setoriais&label=setoriais&search-type=setoriais&secretaria=/seapec)>. Acesso em: 27 mai. 2016.

FASER. **Quem somos**. Brasília: FASER, [20-]. Disponível em:
<<http://www.faser.org.br/index.php?t=1&i=11>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Avaliação dos Programas / Projetos de Extensão Universitária apoiados pelo Edital PROEXT n. 05/2010 MEC-SESu, referentes à Linha Temática “Desenvolvimento Agrário”**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2013.

FERRARI, Eugênio Alvarenga. **Avaliação dos projetos de extensão tecnológica inovadora promovidos pelo edital MCT/CNPQ/MDA/MDS n° 36/2007**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2011.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192 p. (Coleção Educação Popular, 3).

FREITAS, Rogério Edivaldo. MACIENTE, Aguinaldo N. Requerimentos típicos de mão de obra agrícola. **Radar**, [Brasília], v. 45, p. 43-56, jun. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6877>>. Acesso em 14 mar. 2017.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. p. 295-322.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. O desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, p. 129-165, jan – jun de 2008.

FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 1, p. 41-56, jan.-jun. 2000. Editora da UFPR.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa et al. Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Rio de Janeiro e a Implementação da Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica e do Plano Nacional de Agroecologia e da Orgânica. **Informação Tecnológica on line**, Pesagro-Rio, Niterói, n. 61, p. 1-9, set. 2015.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 192 p. (Coleção Educação Popular, 3).

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Conchol. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p. (O Mundo, Hoje, v.24)

FRENTE AMPLA DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA. Em defesa do Programa de Aquisição de Alimentos. **Página da Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia**. 3 jul.2016b. Disponível em: <<http://frenteampdaspd.redelivre.org.br/2016/07/03/em-defesa-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Altitude e coordenadas geográficas das sedes municipais, segundo as Regiões de Governo e municípios**: estado do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro]: Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas. Estado do Rio de Janeiro, [20-]. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/posicao_extencao.html>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Área total, segundo as Regiões de Governo e municípios**: estado do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro]: Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas. Estado do Rio de Janeiro, [2010].

Disponível em

<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/posicao_extencao.html>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Divisão político-administrativa, segundo as regiões de governo, municípios, distritos e regiões administrativas.** [Rio de Janeiro]: CEPERJ, [2011]. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_politico_administrativo.html>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Estado do Rio de Janeiro regiões de governo.** [Rio de Janeiro]: CEPERJ, [201-]a. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **O estado do Rio de Janeiro e seu ambiente.** [Rio de Janeiro]: CEPERJ, [201-]b. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/ambiente.html>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de cadastramento das populações indígenas e quilombolas em doze municípios do estado do Rio de Janeiro com vistas à inclusão no CadÚnico.** [Rio de Janeiro]: CEPERJ, 2010. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/projeto_atividades/quilombolas.html>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **Regiões de governo: estado do Rio de Janeiro.** [Rio de Janeiro]: CEPERJ, [201-]c. Disponível em <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acesso em: 23 mai. 2016.

GANDRA, Alana. Incra faz levantamento sobre perdas de produção em assentamento de Teresópolis. **Agência Brasil**, 14 fev. 2011. Nacional. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-02-14/incra-faz-levantamento-sobre-perdas-de-producao-em-assentamento-de-teresopolis>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

GAROFALO, Ana Cristina et al. Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes: passos para a geração de capital social. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 10, nº 3, 2015. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/18552/11647>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em: 19 set. 2013.

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada Eletrônica**: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, FCT/Unesp, On Line, v. 3, n. 1, p.1-13, 2002. ISSN: 1676-3025. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798/821>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas Projeto Rio Rural**: marco conceitual da política de reassentamento involuntário. Rio de Janeiro: SEAPEC/SDS/RIO RURAL, 2011. 38 p. (RP733). Disponível em: <[http://www.microbacias.rj.gov.br/conteudo/compartilhados/biblioteca/Relatórios/Marco%20de%20Reassentamento%20\(Rio%20Rural%20BIRD\).pdf](http://www.microbacias.rj.gov.br/conteudo/compartilhados/biblioteca/Relatórios/Marco%20de%20Reassentamento%20(Rio%20Rural%20BIRD).pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2017.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Saúde. **Planejamento Regional Serrana**. [Rio de Janeiro]: Secretaria Estadual de Saúde-RJ, 2015. On-line. Disponível em: <<http://www.saude.rj.gov.br/informes-ao-gestor/732-instrumentos-de-planejamento-do-sus/regioes-de-saude.html>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

GRISA, Catia. Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do Estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**. On-line, v.4, n.1, jun. 2010, p. 96-116. ISSN 1981-1551. Disponível em: <www.inagrodf.com.br/revista>. Acesso em:

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Apresentação. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais). p. 13-18.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014. (Impressa em fev. 2015).

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade em questão. In: HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 53-86.

HOBBELINK, Henk (Ed.). **Biotecnologia**: muito além da revolução verde – desafio ou desastre? Tradução Sebastião Pinheiro, Gert Roland Fischer e Jacques Saldanha. Barcelona: Lernal/ICDA, 1987; Porto Alegre: [s.n.], 1990.

IANONI, Marcus. Políticas Públicas e Estado: o Plano Real. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 78, p. 143-183, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mai. 2015.

IBGE. **Rio de Janeiro**: Nova Friburgo Histórico. [S.l.]: IBGE, [20-]a. Disponível em<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330340&search=ri-o-de-janeiro|nova-friburgo|infograficos:-historico>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

IBGE. **Rio de Janeiro**: Petrópolis Histórico. [S.l.]: IBGE, [20-]b. Disponível em<<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330390&search=ri-o-de-janeiro|petropolis|infograficos:-historico>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

IBGE. **Rio de Janeiro:** Teresópolis Histórico. [S.l.]: IBGE, [20-]c. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=330580&search=|teresopolis>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. **Parque Estadual dos Três Picos:** plano de manejo. Rio de Janeiro: INEA, 2013. 102p. il. (Resumo Executivo). Inclui mapas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006:** Agricultura Familiar, primeiros resultados. Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2006, 2009a. p. 1-267. Quinquenal. Continuação de Censo Agrícola. ISSN 0103-6157.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006:** Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2006, 2009b. 777 p. Quinquenal. Continuação de Censo Agrícola. ISSN 0103-6157.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades:** informações sobre os municípios brasileiros. [S.l.]: IBGE, 2014. BBS (site). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=33&search=rio-de-janeiro>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional.** [S.l.]: IBGE, [20-]. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1>. Acesso em: 23 mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados@:** Rio de Janeiro – aspectos demográficos. [S.l.]: IBGE, [201-]a. BBS (site). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=sis_2015>. Acesso em: 23 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados@:** Rio de Janeiro – sinopse do Censo Demográfico 2010. [S.l.]: IBGE, [201-]b. BBS (site). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rj&tema=sinopse_censodemog2010>. Acesso em: 23 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estados@:** Rio de Janeiro – síntese. [S.l.]: IBGE, [201-]c. BBS (site). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa:** Regiões Rurais 2015. [S.l.]: IBGE, 2015. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_regioes_rurais.shtm>. Acesso em: 26 mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio de Janeiro:** Nova Friburgo – Censo Agropecuário 2006. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2016a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330340&idtema=3&search=rio-de-janeiro|nova-friburgo|censo-agropecuario-2006>>. Acesso em 24 de mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio de Janeiro:** Teresópolis. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2016b. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330580&search=rio-de-janeiro|teresopolis|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 24 de mai.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio de Janeiro:** Teresópolis – Censo Agropecuário 2006. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2016c. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330580&idtema=3&search=rio-de-janeiro|teresopolis|censo-agropecuario-2006>>. Acesso em 24 de mai.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rio de Janeiro:** Teresópolis - índice de desenvolvimento humano municipal – idhm. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2016d. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330580&idtema=118&search=rio-de-janeiro|teresopolis|%C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>>. Acesso em 24 de mai.2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Parque Estadual dos Três Picos.** [Rio de Janeiro]: INEA, [20-]a. (BBS). Disponível em:

<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008598#/Sobreoparque>. Acesso em: 10 mai. 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Parque Estadual dos Três Picos:** Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro]: INEA, [20-]b. (Folheto). Disponível em:

<<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdi2/~edisp/inea0026737.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. 1ª Conferência Nacional de Ater define novas estratégias para a extensão rural no Brasil. **INCRA**, [S.l.], 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/1-conferencia-nacional-de-ater-define-novas-estrategias-para-a-extensao-rural-no-brasil>>. Acesso em: 26 nov. 2014, 17:13.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Incra/RJ finaliza vistoria em assentamento atingido pelas chuvas na região serrana. **INCRA**, 08 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incrarj-finaliza-vistoria-em-assentamento-atingido-pelas-chuvas-na-regiao-serrana>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação.** [Brasília]: INCRA, 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2016.

LEGISWEB. **Resolução ANVISA/DC nº49 de 31/10/2013.** [S.l.: s.n.], [2017?]. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261328>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

LEMOS, Maria Fernanda. Sustentabilidade e resiliência. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, III, 20 a 24 de outubro de 2014. São Paulo. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST_AS_003_4_LEMOS.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

- MAFFRA, Cristina Q.T.; MAZZOLA, Marcelo. As razões dos desastres em território brasileiro. In: SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Vulnerabilidade ambiental: Desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Brasília: MMA, 2007. Capítulo 1. p. 9-12. Disponível em: <http://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/Vulnerabilidade_Ambiental_Desastres_Naturais_ou_Fenomenos_Induzidos.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.
- MALUF, Renato S. Prefácio. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais). p. 9-12.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.
- MARTINS, Adriana de Magalhães Chaves; AMÂNCIO, Cristhiane. Extensão rural em uma perspectiva territorial: sob qual abordagem? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL E SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, VII E VIII., 2015, Goiânia. **Anais...** Goiânia: PPGeo/LABOTER/IESA/UFG, 2015. p. 13-26. (Eixo Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural). DVD-ROM.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A Relação Campo-Cidade e as “Novas” Ruralidades. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 1-15, ago./dez. 2011.
- MEDEIROS, Jenifer Cristine; GAROFOLO, Ana Cristina Siewert; AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça. Limites e Potencialidades do Programa Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes no Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 10, nº 3, 2015. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/viewFile/18042/11489>>. Acesso em: 29 mar. 2017.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica**. Brasília: MAPA/ACS, 2012a. 56p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Produtos Orgânicos: sistemas participativos de garantia**. Brasília: MAPA/ACS, 2012b. 44p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Secretaria de Política Agrícola. Departamento de Crédito e Estudos Econômicos. **Estatísticas e Dados Básicos de Economia Agrícola**. Brasília: MAPA, 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Pasta%20de%20Setembro%20-%202016.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Caderno Boas Práticas de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2016. Disponível em: <http://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/68/2016/05/CADERNO_DE_BOAS_PRATICAS_DE_ATER.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **2ª Conferência Nacional de**

ATER: documento de referência. Brasília: MDA/CONDRAF, 2015. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6snQGKFGmjHSVF4N0MwRHc4Mjg/view>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA):** lista única, por SR/projeto/município/código beneficiário. [S.l.]: INCRA/DT/DTI/SIPRA, 2016. (BBS). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-beneficiarios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-07_rj.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Lei 12.188:** Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Brasília: MDA/SAF/DATER, [201-]. (Apresentação em power point).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Portaria MDA nº 35, de 16 de junho de 2010.** Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/Portaria_35_2010.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:** Versão Final 25/05/2004. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf>. Acesso em 12 dez. 2014, 16:14.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. **O que é o PPA?** Brasília: MPOG, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-eacute-o-ppa>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MIRANDA, Humberto. A força inter-mediadora das cidades médias nas hierarquias urbanas: observações sobre o desenvolvimento urbano recente no Brasil. In: SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, XIII, 2014, Salvador. Anais... [S.l.], p.1-18. Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt6/GT6_HUMBERTO.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

MUCHAGATA, Márcia et al. **Perfil das Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares e Assentados no Brasil.** Brasília: FAO; MDA, 2003.

MUSSOI, Eros Marion. Extensão Rural: uma contribuição ao seu repensar. **Revista Centro de Ciências Rurais**, Santa Maria, v. 15, n.1, p. 37-50, 1985. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revistaccr/index.php/RCCCR/article/view/549/547>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 15, n. 43, p.83-100, 2001.

NET DIÁRIO. Santa Rita: novo “êxodo rural” pós-tragédia. **Net Diário**, 05 fev. 2014. Disponível em: <<http://netdiario.com.br/santa-rita-novo-exodo-rural-pos-tragedia/>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

- NETTO, Amazile López. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável em Ambientes de Montanha no Brasil e na Argentina.** (Tese de Doutorado). Seropédica: UFRRJ, 2013.
- NIA. **Caravana RJ:** comida de verdade, no campo e na cidade! [Rio de Janeiro]: NIA/UFRRJ, 2015a. Blog. Disponível em: <<https://niarural.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- NIA. **Equipe.** [Rio de Janeiro]: NIA/UFRRJ, [201-]a. Blog. Disponível em: <<https://niarural.wordpress.com/equipe/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- NIA. **Existe, resiste e alimenta!** [Rio de Janeiro]: NIA/UFRRJ, 2015b. Blog. Disponível em: <<https://niarural.wordpress.com/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- NIA. **O núcleo.** [Rio de Janeiro]: NIA/UFRRJ, [201-]b. Blog. Disponível em: <<https://niarural.wordpress.com/oquee/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.16, n.2, p.97-134, mai.-ago. 1999.
- OLIVEIRA, Mayara Cruvinel de, SABINO, José. Elementos da permacultura como indutores da sustentabilidade em atrativos turísticos de Bodoquena, Bonito e Jardim, Mato Grosso do Sul. **Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica**, vol. VII, nº3, Rio de Janeiro, março 2013. p. 86-110.
- ORÇAMENTO DA UNIÃO. **Classificação programática.** Brasília: Senado Federal, [20-?]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/classificacao-programatica>>. Acesso em: 23 mar. 2017.
- ORGANICSNET. **Fazendinha Agroecológica investe em verduras e legumes orgânicos.** Rio de Janeiro: Organicsnet, 2012. BBS (site). Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/2012/08/fazendinha-agroecologica-investe-em-verduras-e-legumes-organicos/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- PÁGINA RURAL. Rio de Janeiro: estado tem programa de assistência e extensão rural. **Página Rural**, Niterói, 2006. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/45012/rio-de-janeiro-estado-tem-programa-de-assistencia-e-extensao-rural>>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. **Gestão e Manejo.** Teresópolis: ICMBio, [20-]a. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/o-que-fazemos/gestao-e-manejo.html#planomanejo>>. Acesso em: 27 mai. 2016.
- PARQUE NACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS. **Parque Nacional da Serra dos Órgãos:** PARNASO. Teresópolis: ICMBio, [20-]b. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/>. Acesso em: 27 mai. 2016.
- PEIXOTO, Marcus. Avaliação da PNATER: uma análise do Relatório de Auditoria do TCU. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 52., 2014a, Goiânia. **Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro.** Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.4>>. Acesso em 14 de dez. 2014, 22:40.
- PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil:** uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal/Centro de Estudos, 2008. (Textos para Discussão, n. 48). Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

PEIXOTO, Marcus. Avaliação da PNATER: uma análise do Relatório de Auditoria do TCU. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 52., 2014a, Goiânia. **Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro**. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.4>>. Acesso em 14 de dez. 2014, 22:40.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGDR, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural).

PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 5-15.

PORTAL BRASIL. **Sistema S é forte aliado do empresário na capacitação de trabalhadores**. Brasília: Governo Federal, 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. Decreto oficializa a criação das feiras da agricultura familiar e de produtos orgânicos. **AsCom Notícias**, Teresópolis, 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/decreto-oficializa-criacao-feiras-agricultura-familiar-produtos-organicos/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. **Pontos turísticos**. Teresópolis: Prefeitura Municipal, [20-]a. Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.gov.br/pontos-turisticos/>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. **Teresópolis: um pouco de história e turismo**. [S.l.]: **Prefeitura de Teresópolis**, [20-]b. (BBS). Disponível em: <<http://www.teresopolis.rj.web.br.com/teresopolis/>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDRIGRÁFICAS. **Rio Rural Bird**. [Rio de Janeiro]: Secretaria de Agricultura e Pecuária, 2014a. (BBS). Disponível em: <<http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural-bird>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL EM MICROBACIAS HIDRIGRÁFICAS. **Rio Rural Gef**. [Rio de Janeiro]: Secretaria de Agricultura e Pecuária, 2014b. (BBS). Disponível em: <<http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural-gef>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA. **Infra-estrutura**. Rio de Janeiro: PPGAOUFRRJ, 2011. BBS (site). Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/wp/ppgao/infra-estrutura/>>. Acesso em 26 nov. 2015.

PROGRAMA Rio Rural está suspenso em função do endividamento do estado. Edição 05/02/2017. Produção Inter TV Rural. Rio de Janeiro: G1, 2017. On line. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/intertv-rural/videos/t/edicoes/v/programa-rio-rural-esta-suspenso-em-funcao-do-endividamento-do-estado/5633606/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

RODRIGUES, Tereza. Assinatura do Pacto Nacional Pelo Fortalecimento da Ater é comemorado pelo setor. **Notícias**, Brasília, 6 abr. 2017. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/assinatura-do-pacto-nacional-pelo-fortalecimento-da-ater-e-comemorado-pelo-setor>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Vulnerabilidade ambiental: Desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Brasília: MMA, 2007. 192 p. Disponível em: <http://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/Vulnerabilidade_Ambiental_Desastres_Naturais_ou_Fenomenos_Induzidos.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SANTOS, Rozely Ferreira dos; CALDEYRO, Verônica Sabatino. Paisagens, condicionantes e mudanças. In: SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Vulnerabilidade ambiental: Desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Brasília: MMA, 2007. Capítulo 2. p. 13-21. Disponível em: <http://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/Vulnerabilidade_Ambiental_Desastres_Naturais_ou_Fenomenos_Induzidos.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo economia e sociedade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3(49), p. 855-860, dez. 2013. Disponível em: <<http://www3.eco.unicamp.br/publicacoes>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, Fábio Gelape; FARIAS NETO, Austeclinio Lopes de. (Org.). **Savanas: Desafios e Estratégias para o Equilíbrio entre Sociedade, Agronegócio e Recursos Naturais**. 1 ed. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio_pc210/projeto/palestras/capitulo_32.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Agricultura Região Serrana: reconstrução**. Rio de Janeiro: SEAPEC, [201-]. (Folheto). Disponível em: <http://www.microbacias.rj.gov.br/conteudo/compartilhados/estiagem_serrana/Folder%20de%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20da%20reconstru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Regi%C3%A3o%20Serrana.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Rio Rural: desenvolvimento rural sustentável em microbacias hidrográficas**. Rio de Janeiro: SEAPEC, [20-]. Disponível em: <<http://www.microbacias.rj.gov.br/pt/rio-rural>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR et al. **Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro**: PEATER-RJ. Niterói: SEAAPI/SEE PRONAF-RJ/Comitê Estadual de ATER-RJ, 2006. 41 p. il. (Homologação 14/02/2006).

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO. **Estado debate Assistência Técnica para a Agricultura Familiar**: evento em São João da Barra tem o apoio da Secretaria de Agricultura e Programa Rio Rural. Rio de Janeiro: SEAPEC, 2012. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=140915>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Assistência Técnica e Extensão Rural**: entrevista Marenilson Batista. Brasília: MDA, 2015. Disponível em:

<[http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/assistência-técnica-e-extensão-rural](http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/assistencia-tecnica-e-extensao-rural)>. Acesso em: 24 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Comitê Nacional de ATER**. Brasília: MDA, [20-]a. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/comitê-nacional-de-ater](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/comite-nacional-de-ater)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Declaração de Aptidão ao Pronaf**. Brasília: MDA, [20-]b). Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declaração-de-aptidão-ao-pronaf-dap](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-dap)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gestão do Sibrater**: ATER e pesquisa. Brasília: MDA, [20-]c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/ater-e-pesquisa>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gestão do Sibrater**: credenciamento de organizações de ATER. Brasília: MDA, [20-]d. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/credenciamento-de-organizações-de-ater](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/credenciamento-de-organizacaoes-de-ater)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gestão do Sibrater**: redes temáticas de ATER. Brasília: MDA, [20-]e. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/sistema-de-monitoramento-e-avaliação-dos-serviços-de-ater](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/sistema-de-monitoramento-e-avaliacao-dos-servicos-de-ater)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gestão do Sibrater**: sistema de monitoramento e avaliação dos serviços de ATER. Brasília: MDA, [20-]f. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/sistema-de-monitoramento-e-avaliação-dos-serviços-de-ater](http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/sistema-de-monitoramento-e-avaliacao-dos-servicos-de-ater)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Gestão do Sibrater**: sobre o programa. Brasília: MDA, [20-]g. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-gessib/sobre-o-programa>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Governo Federal destina R\$52 milhões para entidades públicas de Ater de todo Brasil. **Notícias**, Brasília, 6 dez. 2016. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/governo-federal-destina-r-52-milhões-para-entidades-públicas-de-ater-de-todo-brasil](http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/governo-federal-destina-r-52-milhoes-para-entidades-publicas-de-ater-de-todo-brasil)>. Acesso em: 26 abr. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE TERESÓPOLIS. **Feira de Agroecologia de Teresópolis**: experiência em comercialização agroecológica e economia solidária. Rio de Janeiro: Agroecologia em Rede, 2009. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=650>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SEIBEL, Erni J.; ROVER, Oscar J. Gestão participativa e agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, p.83-106, 1999.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24116/21511>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão Técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (Título Original: Development as freedom).

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schmidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-38.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p. 43-81, mai. 1997. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **O Novo Rural Brasileiro**. [S.l.: s.n., 1996?]. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/novo_rural_br.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SILVA, Patrícia Pereira Vaz da. **Sistemas Agroflorestais para a Recuperação de Matas Ciliares em Piracicaba, SP**. Piracicaba: USP, 2002. (Dissertação de Mestrado). Disponível em:

<http://vampira.ourinhos.unesp.br:8080/cediap/material/sistemas_agroflorestais_para_recuperacao_de_matas_ciliares.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. 2016. (BBS). (Informações sobre os Territórios Rurais, Territórios Cidadania e Pré-territórios do estado do Rio de Janeiro no ícone: saiba aqui se seu município pertence a algum Território). Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

SOARES, Guilherme. Desenvolvimento local e territorialidade. In: TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Edições Bagaço, 2006. p. 35-52.

SOARES, Wagner Lopes; FREITAS, Elpídio Antônio Venturine de; COUTINHO, José Aldo Gonçalves. Trabalho rural e saúde: intoxicações por agrotóxicos no município de Teresópolis – RJ. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 43, nº 04, p. 685-701, out/dez 2005. (Impressa em dezembro 2005). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v43n4/27751.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul.-dez. 2006, p. 20-45.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão estratégica**. 3ª ed. São Paulo Atlas, 2010. 434 p.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão pública ou gestão social? Um estudo de caso. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, VII., 2002, Lisboa, Portugal. **Documentos de los congresos**. p. 8-11. Disponível em: <<http://siare.clad.org/fulltext/0044562.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014, 17:53.

THOMAZIELLO, Sueli. Usos da terra e sua influência sobre a qualidade ambiental. In: SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Vulnerabilidade ambiental: Desastres naturais ou**

fenômenos induzidos? Brasília: MMA, 2007. Capítulo 3. p. 23-38. Disponível em: <http://fld.com.br/uploads/documentos/pdf/Vulnerabilidade_Ambiental_Desastres_Naturais_ou_Fenomenos_Induzidos.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria Operacional:** avaliação das ações adotadas pela administração pública federal acerca das políticas de assistência técnica e extensão rural (ATER). Brasília: TCU, 2012.

UFRRJ; EMBRAPA AGROBIOLOGIA; ASPTA; CEDRO; CPT. **Ambientes de interação agroecológica:** ensino, pesquisa e expressões da agroecologia no Estado do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013. 51 p. (Chamada MCTI/MAPA/MDA/MEC/MPA/CNPq nº 81/2013)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto.** [Seropédica]: UFRRJ, [20-]a. (BBS). Disponível em: <<http://www.ufrrj.br/soc/Estatuto/Estatuto%20UFRRJ%20Home%20Page.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Institucional:** nossa história. [Seropédica]: UFRRJ, [20-]b. (BBS). Disponível em: <<http://www.ufrrj.br/portal/modulo/reitoria/index.php?view=historia>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

VILLELA, Lamounier Erthal. Redes, desenvolvimento e gestão social em arranjos produtivos locais (APLs) no estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica:** experiências em desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. cap. 2, p. 101-236.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001. (ISBN: 950-9231-58-4).

20 ANOS da Fazendinha Agroecológica: um sonho concretizado. Produção de Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia. [Seropédica]: NIA/UFRRJ, 2014. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1_V-iL-IN3k>. Acesso em: 26 nov. 2011.

ANEXOS

ANEXO A - Roteiro de Entrevista para Subsidiar o Diálogo com os Membros da AAT: aspectos a serem investigados

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SUBSIDIAR O DIÁLOGO COM OS MEMBROS DA AAT: ASPECTOS A SEREM INVESTIGADOS

1 A AAT e seus associados

- Origem da AAT e objetivos;
- Papel atual;
- Personalidade jurídica da associação;
- Objetivo e o valor da utilidade pública;
- Origem e perfil dos associados - agricultores tradicionais ou neorurais;
- Presença de agricultores familiares e não familiares: tratamentos ou ações específicas.

2 Representações, participação política e visão de desenvolvimento

- Participação em instâncias ou órgãos colegiados (em qualquer esfera), como representação de agricultores: relação e desdobramentos;
- Participação em movimentos sociais organizados, político ou redes: verificar quais são, a abrangência, como se dá a relação e os desdobramentos;
- Posicionamento da AAT nos contextos de desenvolvimento local, regional e nacional: papel e importância;
- Prioridades político-estratégicas da AAT: ações mais importantes para cumprir os objetivos e missão da associação a médio e longo prazos. Pedir para explicar;
- Necessidades mais prementes dos associados: maiores dificuldades enfrentadas.

3 ATER

- Concepção de ATER;
- Prestação de serviços de ATER para os associados;
- Participação e acesso da AAT em políticas, programas, projetos ou ações de ATER pública;
- Avaliação da ATER pública: suficiência ou insuficiência. Verificar se supre as necessidades ou fica faltando. Detalhar;
- ATER pública: uma idealização;
- Sobreposição entre as ações de ATER que tem acesso por meio de diferentes instituições: impactos sobre a AAT;
- Disputas ou divergências entre as instituições de ATER: reflexos sobre a AAT;
- Diálogo de diferentes instituições no contexto local: espaços formalizados e avaliação;
- Projetos interinstitucionais, em nível local/regional, no âmbito das atividades de ATER e do desenvolvimento rural, nos quais a AAT participe: relatar.

4 Temáticas especificadas de ATER e Desenvolvimento Rural: posicionamento, projetos e ações, formas de compreender e lidar com essas temáticas.

- Crédito;
- Seguro agrícola;
- Regularização ambiental;
- Titularidade da terra;
- Benefícios sociais (aposentadoria, salário maternidade, auxílio doença etc.);
- Infraestrutura municipal para as áreas rurais (estradas, saneamento, coleta de lixo, iluminação, habitação, transporte, saúde, escolas, segurança, água, lazer);
- Juventude rural;

- Gênero.

5 Atividades formativas promovidas pela AAT

- Importância dessas ações para a AAT;
- Importância e objetivo de cada tipo de atividade: oficinas, rodas de diálogo, troca de sementes, mutirões, visitas do SPG, atividades culturais, a feira e outras;
- Concepção de formação da associação;
- Troca de conhecimento entre os associados: verificação e avaliação dos resultados desta troca.

6 Assessoramento e serviços aos associados

- Tipos de assessoramento ou serviço que a AAT presta a seus associados;
- Importância desses serviços para os associados.

7 Parcerias e apoios institucionais

- Instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural que a AAT tem parceria ou das quais recebe apoio: iniciativa da procura (das instituições, da AAT ou dos agricultores individualmente);
- Parcerias firmadas e os apoios recebidos: objeto dessas parcerias e papéis, da AAT e dos parceiros;
- Relação da AAT com as seguintes instituições ou instâncias (o que cada uma oferece de possibilidades à AAT e como a AAT se beneficia delas):
 - MDA;
 - MDS;
 - MAPA;
 - MMA;
 - EMATER;
 - EMBRAPA;
 - PESAGRO;
 - Secretaria Estadual de Agricultura;
 - Programa Rio Rural;
 - Prefeitura Municipal;
 - Secretaria Municipal de Agricultura;
 - Câmara dos Vereadores;
 - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
 - Universidades;
 - Escolas Rurais;
 - Escolas presentes no município (municipais, estaduais, particulares);
 - Instituições Filantrópicas;
 - ONGs;
 - Cooperativas Prestadoras de Serviço;
 - Outras Cooperativas (crédito, produção, comercialização, educacional etc);
 - Sistema S (SENAR, SEBRAE, SESI, SESC);
 - CEASA;
 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
 - Sindicato Rural;
 - Casas Agropecuárias;
 - Empresas e Comércio;

- Agroindústrias;
- Parques (municipal, estadual, federal);
- Outros.

8 Projetos e ações conjuntas

- Projetos e ações desenvolvidas em parceria no período de 2010 a 2015;
- Atividades que contam com parceiros: detalhar;
- Iniciativa da parceria e motivação para a elaboração dos projetos/ações;
- Definição da importância dos projetos ou ações;
- Formulação dos projetos ou ações: processo;
- Integração a projetos ou ações pré-existentes: quais;
- Conhecimento e acesso a projetos ou ações;
- Projetos já realizados: envolvidos e papéis;
- Tipo de recursos (financeiros, humanos, outros) ofertado por cada parceiro;
- Aspectos fundamentais ou preponderantes para estes projetos e ações “saírem do papel”;
- Financiamento dos projetos e ações;
- Gestão dos recursos dos projetos ou ações;
- Prestação de contas dos projetos: quem faz e para quem;
- Execução dos projetos ou ações;
- Avaliação dos resultados dos projetos ou ações;
- Principais resultados dos projetos e ações;
- Principais falhas desses projetos e ações: o que poderia ter sido melhor.

9 Considerações adicionais

- Acréscimo de algum comentário, informação, esclarecimento sobre o assunto;
- Solucionar dúvidas pendentes;
- Solicitar considerações finais;
- Agradecimento.